

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXIII



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1984

CONIMBRIGA

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (PORTUGAL)

DIRECTOR

JORGE DE ALARCAO

SECRETÁRIO DA REDACÇÃO

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

**Toda a correspondência (envio de originais e de publicações para recensão,
pedidos de permuta, etc.) deve ser dirigida directamente ao**

DIRECTOR DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE - 3049 COIMBRA — PORTUGAL

CONIMBRIGA

(Página deixada propositadamente em branco)

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXIII



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1984

(Página deixada propositadamente em branco)

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Assistente da Faculdade de Letras de Coimbra

REFLEXÕES SOBRE A EPIGRAFIA DE OSSONoba

«Conimbriga», XXIII (1984) p. 5-18

RESUMO: O estudo conjunto das inscrições provenientes de Faro (antiga *Ossonoba*) e do seu termo permite desde já verificar a importância desta cidade durante toda a época romana.

Colonizada por elementos itálicos, a cidade teve grande desenvolvimento no Alto Império, atingindo o seu apogeu na 2.^a metade do séc. m.

RÉSUMÉ : L'étude de l'ensemble des inscriptions provenant de Faro (ancienne *Ossonoba*) et de son territoire nous permet de souligner, dès maintenant, l'importance de la ville pendant l'époque romaine.

Colonisée par des italiens, la ville s'est développée au Haut Empire. On peut situer son apogée à la deuxième moitié du m^e siècle.

(Página deixada propositadamente em branco)

REFLEXÕES SOBRE A EPIGRAFIA ROMANA DE OSSONOA*

Emílio Hübner incluiu no capítulo I do CIL II — *Ossonoba* — inscrições provenientes não apenas do concelho de Faro mas também de todo o barlavento algarvio. Esta circunstância, acrescida à dispersão desses mesmos textos pelo suplemento e adendas do próprio GIL II, faz com que o leitor se possa facilmente perder quando pretende elaborar a carta de proveniências dos achados.

Obstou a esse inconveniente Maria Luisa Affonso dos Santos, na sua preciosa *Arqueologia Monumental do Algarve* (= *ARA*). Contudo, não podia debruçar-se em pormenor sobre cada um dos inúmeros vestígios arqueológicos encontrados. Na esteira de seu bisavô, Estácio da Veiga, importava-lhe recolher o maior número possível de dados, pô-los à disposição do mundo científico, demorando-se aqui e além, mas nunca excedendo largamente a preocupação de tudo catalogar em vista a sínteses futuras. No que respeita à epigrafia, Maria Luisa coligiu informações bibliográficas, comparou leituras e decidiu-se pela que reputou mais convincente. Hoje, com base no seu trabalho, é-nos possível dispor de maior espírito crítico e tactear uma síntese doutra sorte muito difícil.

Síntese crítica que — embora provisória — se impõe. Primeiro, porque novos textos, novos métodos, novos conhecimentos se obtiveram. Depois, porque também na «Arqueologia Romana do Algarve» as epígrafes surgem dispersas, impossibilitando uma visão de conjunto — desvantagem que funciona igualmente como vanta-

* Comunicação apresentada ao IV Congresso Nacional de Arqueologia (Faro, 1980).

gem, pois nos fornece oportunas informações acerca do contexto arqueológico dos achados.

Mas os textos «velhos» — aqueles que de há muito se conhecem — importa revê-los também, num regresso à pedra ou à informação primeira em que Hübner se baseou nem sempre entendendo perfeitamente o nosso idioma.

E se o constante aparecimento de novos vestígios (arqueológicos e epigráficos) documentando outros focos de romanização, exigirá, no futuro, subdivisões geográficas ao capítulo «Ossonoba» do CIL II — Faro e o seu termo oferecem, desde já, importante campo de retlexão, com os trinta e seis textos que inventariámos (e outros haverá).

Situa-se Ossonoba na proximidade de três importantes locais: *Milreu* (Estói), *Quinta do Marim* (Olhão) e *Balsa*.

A riqueza arquitectónica das ruínas romanas de Milreu, o aparecimento aí de estátuas imperiais — sugerem, cada vez mais, a certeza de que estaremos perante uma propriedade do Estado, quiçá do governador provincial que nela residiria temporariamente. Foi talvez numa dessas permanências que o governador *Aurelius Ursinus* «assinou» um texto oficial do séc. iv (CIL II 5140), cujo teor se desconhece mas que devia ser importante (Apêndice documental, texto 3).

A Quinta do Marim, com cerca de duas dezenas de monumentos funerários artisticamente conseguidos, memorando escravos de onomástica a denotar bons conhecimentos da cultura grego-romana (*Amimetus*, *Chrysantus*, *Diodor a*, *Eros*, *Patroclus*, *Troilus*, *Tyche*) — surge como propriedade de ricos senhores.

Por fim, Balsa, nas proximidades de Tavira, com uma notável epigrafia monumental (CIL II 5165 e 5166) e inscrições honoríficas do maior interesse (CIL II 5161 e 5162) — apresenta-se habitada por uma burguesia empreendedora, cuja actividade e renome não ficam por mãos alheias. E se encontramos perto de Beja um *incola Balsensis* (CIL II 105), é-nos grato dar a conhecer uma epígrafe inédita de Faro, por nós identificada no museu desta cidade (n.º 30), que demonstra bem as relações entre Ossonoba e Balsa (texto 7): inscrito na tribo Quirina, que é a de Balsa (CIL II 5264), L. Ânio Novato pertence provavelmente à mesma *gens* daquele *Primitivus*, que, por ter sido elevado às honras do

sevirato, em Balsa organizou combates de barcas e gladiadores, distribuindo benesses aos cidadãos (GIL II 13 = ILER 449); a ela pertencerá também *C. Annius Romulus*, cujo epitáfio (CIL 113 = ILER 3216) se encontrou na Fuzeta.

Ossónoba não era, pois, uma cidade qualquer. A sua dinâmica burguesia rica envolvia-se nos problemas administrativos do governo central e local, e procurava a notoriedade através de importantes construções públicas. Activo porto de mar, Faro viveria do comércio e por ele também se escoariam decerto produtos mineiros do interior, como parece ter demonstrado o aparecimento dum lingote com a marca *PROC(urator) [OS]SONOBANSIS*, datável da 2.^a metade do séc. n ou l.^o quartel do m (M. EUZENNAT, 1968-1970, p. 89-98).

As relações com o poder central — reflexo certamente também do interesse deste pela região — estão patentes nas dedicatórias feitas *ex decreto ordinis* a Valeriano, em 254 ou 255 [*Texto 1*], e a Aureliano, em 274 [*Texto 2*], pela *Respublica Ossonobensis* (ou *Ossonobensium*), que em ambas se declara *devota numini maiestatique eius* (CIL 111 = ILER 1186 e EE IX 1 = ILER 1196).

Perdeu-se o monumento em honra de Valeriano. Contudo, apesar de ter sido primeiramente referido por André de Resende; apesar das analogias flagrantes com a epígrafe a Aureliano; apesar de faltar a indicação do número do consulado — o texto deve ser tido como autêntico: viu-o e releu-o Frei Vicente Salgado; as analogias explicam-se pela escassa diferença cronológica; as anomalias textuais são comuns na epigrafia dos imperadores a partir de 250.

A dedicatória a Aureliano está no Museu de Faro. Pedestal de calcário praticamente intacto, foi achado — como o anterior já reaproveitado, de forma que se desconhece o contexto arqueológico inicial. Mas, numa cidade, o lugar das estátuas imperiais é no fórum. Conhecem-se poucas dedicatórias peninsulares a Aureliano. Tivemos ocasião de reconstituir uma outra em Santiago do Cacém, na esteira da hipótese lançada por D. Fernando de Almeida (1964, p. 19): datável muito provavelmente de 275, desconhece-se o seu dedicante, mas tudo leva a crer que serão os habitantes de Miróbriga.

Na altura em que os imperadores assumindo o poder se revestem duma aura mística, tentando reerguer a unidade dum

império prestes a sossobrar; numa época de declínio do culto imperial, em que os dedicantes são geralmente as entidades administrativas, num estendal de fórmulas estereotipadas que não brotam da fé (ÉTIENNE 1958, p. 501-504), — seria interessante descortinarmos o motivo real destas homenagens. Uma certeza resta, contudo — elas demonstram em Ossónoba uma atenção aos problemas do Império, uma afirmação de lealdade a Roma, patenteando ao mesmo tempo excelente funcionamento das instituições tradicionais: o monumento é erigido por decreto dos decurções — *ex decreto ordinis*—, facto que justamente se realça pela utilização dessa fórmula por extenso.

A nível provincial, a importância de Ossónoba está documentada por uma epígrafe pouco conhecida — e até ao momento deficientemente interpretada — mandada lavrar pela *civitas Ossonobensis* (ou *Ossonobensium*) a um dos seus patronos: Marco Cornélio Persa, filho de Quinto, da tribo Galéria, flâmine da província da Lusitânia (*Texto* 4). E se o cognome *Persa*, de mui rara ocorrência, pode interessar-nos do ponto de vista da onomástica e das relações culturais; se a grafia *Lysitani(ae)* importa no domínio da Linguística — é, contudo, a designação *civitas* que primeiramente nos desperta a atenção. Pela paleografia e pela indicação da tribo, o monumento situa-se no séc. i ou, quando muito na 1.^a metade do II. Ora, nas dedicatórias imperiais a designação é outra: *respublica*. À primeira vista, somos levados a pensar em designações oficiais, indicativas dum estatuto administrativo determinado. Tal não acontece, porém; *respublica* e *civitas* parecem ter o sentido vago de «conjunto de cidadãos» sem lhes precisar a situação jurídico-administrativa, aplicando-se tanto a um município como a uma colónia. Assim, Gades é designada *municipium Augustum Gaditanum* (CIL II 1313) e *respublica Gaditana* (CIL II 1731); aos habitantes de Hispalis aplicam-se as expressões *civitas Romulensium* (CIL II 1180), *colonia Hispalensium* (CIL II 1193) e *respublica Hispalensis* (CIL II 1171). Note-se, todavia, que num pedestal erguido em Cástulo ao imperador Valeriano, em 257 ou 258, o «dedicante» se designa *Respublica Castulonensium*, declarando igualmente a sua devoção ao génio e majestade imperiais (CONTRERAS 1966) como em Faro. Por conseguinte, dispomos aqui de dados concretos: a palavra *civitas* utilizada na homenagem

a um particular, sem a explicitada intervenção dos poderes municipais; *respublica* utilizada mais tarde, na homenagem ao imperador, com declarada intervenção da *ordo decurionum*, mencionada embora genericamente sem referência a magistrados. Será esta a regra? Para o confirmar, haveria que coligir, depois de convenientemente datados, outros textos peninsulares (e não só) documentando essa dupla designação ao mesmo aglomerado populacional, de forma a detectar traços comuns.

Mas falemos da importância do monumento em si. Embora liso na parte superior, ele pode considerar-se um pedestal, atendendo à lei do *concilium* da Narbonense, citada por R. Étienne (1958, p. 122), segundo a qual, acabadas as suas funções, os flâmines deviam ser honrados com estátuas. Patrono da *civitas*, cidadão romano inscrito na tribo Galéria, de Faro, Persa deverá incluir-se entre os sete sacerdotes imperiais da Lusitânia referidos por R. Étienne (1958, p. 122-126), com uma origem geográfica precisa. Ossónoba figurará, pois, na lista das cidades que elegem representantes seus à assembleia provincial a fim de participarem na eleição do flâmine da província. O que demonstra a sua inequívoca vitalidade.

Vitalidade que tem evidente contrapartida monumental: a inscrição CIL II 2 = 5133 refere a oferta — dum lugar público? — feita por Marco Cornélio Eridano e Gaio Júnio Recepto, aquando da sua elevação ao sevirato (*Texto* 8). Trata-se dum monumento em mármore com a forma de lintel para figurar sobre a porta dum edifício; a inscrição está, como convém, dentro duma *tabula ansata* (como a do mosaico de que falaremos adiante); na parte de trás há um ressalto para facilitar a fixação; em baixo, dois buracos de cada lado para os gonzos. Que edifício seria esse ?

Contudo, não fica por aqui a epigrafia monumental de Faro. Uma extensa lista de libertos — igualmente não muito divulgada e passível de correções de leitura (*Texto* 5) — datável paleograficamente dos finais do séc. n, informa da constituição de, certamente, uma comissão de homenagem ou para erecção dum monumento. Além dos nomes (e a lista não é exaustiva), temos a parte final, muito maltratada, onde se distingue o genitivo OSSONOBENSIVM : aí se encontraria, decerto, a especificação do «colégio» cujos membros vêm citados antes: este genitivo sugere-nos um outro — *Balsen-*

sium — que figura também após a lista dos promotores de outra homenagem, em Balsa (CIL II 4989).

Outras quatro pessoas — *C. Calpurnius* (...), *G. Vibius Quintilianus*, *L. Attius* (...) e *M. Verrius Geminus* — se uniram para doarem à população ossonobense o imponente mosaico do Oceano, encontrado nos começos de 1976. E se apenas a continuação de escavações e o estudo das dimensões do mosaico e da sua integração espacial permitirão avançar hipóteses acerca do edifício, certamente mais público do que privado, em cujo vestíbulo o monumento estava inserido — é, contudo, de salientar a sua imponência, a excelência do Latim e, sobretudo, uma curiosidade que as operações de restauro deram a conhecer: segundo amável comunicação da Sr.^a Dr.^a Adília Alarcão, do Museu Monográfico de Conimbriga (entidade que teve a seu cargo todo o trabalho de levantamento, restauro e consolidação do monumento), nas tesselas foram detectados vestígios de tinta vermelha, o que veio mostrar, pela primeira vez, como se processava a execução dum mosaico: havia efectivamente um esboço prévio pintado na argamassa.

Uma análise, ainda que rápida, da onomástica documentada nestas e noutras epígrafes ossonobenses, não deixa de ser elucidativa. Falámos de *M. Cornélio Persa*, flâmine, de *Marco Gornélio Eridano*, sevir. Poderão pertencer à mesma família: imagináramos, com prazer, em Ossónoba, uma família de *M. Cornélii*, burgueses municipais, que libertaria Eridano. Mas, neste aspecto, a lista dos libertos (*Texto 5*) é mais elucidativa — eles estão relacionados com algumas das famílias mais importantes documentadas, ao tempo dos Romanos, em Faro e arredores: *Acilia*, *Aelia*, *Aemilia*, *Annia*, *Licina* (três *L. Licinii*). Toda uma onomástica perfeitamente latina, como o é aliás a dos doadores do mosaico, sem o menor traço de indigenato. Aqui estão representados os *Calpurnii* (*gens* que ocupa o 20.º lugar na lista dos gentilícios mais frequentes no conjunto do CIL II: 66 exemplos, 0,97%, segundo R. C. Knapp 1978, p. 221); os *T. Manlii* (um *T. Manlius Lacon* — CIL II 12 = ILER 3218), tão bem atestados em Balsa (CIL II 5161 = ILER 1525, CIL II 5162 = ILER 5264); os *Vibii*, que na Península se fixaram com maior densidade na bacia do Guadalquivir...

População dinâmica, população latina, população culta, cuja epigrafia surge bem acompanhada por uma arte cosmopolita: mostram-no o mosaico do Oceano, que, ladeado pelos Ventos, as quatro direcções, assume aqui um carácter universal, de Mar Exterior (como nos comunicou a Dr.^a Maria Manuel de Almeida); o elegante vaso de libações gravado na não menos elegante ara, existente no Museu de Faro, dedicada por um outro *Calpurnius* — L. *Calpurnius Teodorus* — a sua mulher, *Caturica Prima* (CIL II 4, leitura corrigida); a graciosa decoração — pátera, vaso de libações e crescente — do cipo de *Caecilia Marina*, ossonobense (CIL II 5142 = ILER 5385); os preciosos ornatos dos epitáfios da Quinta do Marim, nomeadamente da cupa de Patrícia (CIL II 5143 = ILER 3377); e, sobretudo, o lindíssimo capitel de ara funerária, ainda inédito, com profusa decoração simbólica nas suas quatro faces (Foto 6).

Ossónoba detém, desta sorte, no contexto da romanização do sul do território actualmente português, um papel bem relevante.

Esperando que a Arqueologia o venha confirmar, a Epigrafia demonstra-o já cabalmente — colonizada por elementos itálicos, a cidade conheceu grande desenvolvimento no Alto Império, atingindo o seu apogeu na segunda metade do séc. m da nossa era.

APÊNDICE D0CU3IENTAL

1. *Inscrição a Valeriano*

IMP(eratori) . CAES(ar̄) . P(ublio) . LI/CINIO . VALERIANO . P(m) . F(elici) . AVG(^sto) . PONT(̄/?c̄) / MAX(̄mo) . P (atri) . P (atriae) . TR (ibunicia) . POT {estate) . Ill (tertia) ¹⁵ CO(ri)§(uli). RES . P(ublica) . OSSON(obensium) / EX . DECRETO . ORD(inis) I DEVOTA . NVMINI / MAIESTATIQ(we) . EIVS / D(edit) . D(edicavitque).

Ao imperador César Públio Licínio Valeriano Pio Félix Augusto, pontífice máximo, pai da Pátria, no seu 3.º poder tribunicio, cônsul — a República dos Ossonobenses, por decreto da ordem (dos decuriões), ofereceu e dedicou, por devoção ao seu génio e majestade.

RESENDE I, p. 240. SALGADO, p. 90-91 e 149-150. CIL II 1 = ILS 534 = ILER 1186. ÉTIENNE 1958, p. 311 e 507 (referências). *ARA* I 1971, p. 169-170.

2. *Inscrição a Aureliano* (Foto 1)

IMP(eratori) (hedera) CAES(aní) / L(ucio) (hedera) DOMITIO / AVRELIANO / PIO (hedera) FEL(ici) (hedera) AVG(usto) /⁵ P(on-
tífici) (hedera) M(aximo) (hedera) Tribunicia) (hedera) P(otestate)
(hedera) P (atri) (hedera) P (atriae) (hedera) / II (iterum) (hedera)
CO(/I)S(HZ) (hedera) PROC(onsuli) / R(es) (hedera) P(ublica) (hedera)
OSSOmB(ensium) / EX DECRETO / ORDIN(fs) / ¹⁰ D(evota)
(hedera) N (umini) (hedera) M(aiestatique) (hedera) EIVS / D (edit)
(hedera) D(edicavitque) (hedera).

Ao imperador César Lúcio Domicio Aureliano Pio Félix Augusto, pontífice máximo, no seu poder tribunicio, pai da Pátria, cônsul pela segunda vez, procônsul — a República dos Ossonobenses, por decreto da ordem (dos decuriões), ofereceu e dedicou, por devoção ao seu génio e majestade.

VASCONCELOS 1900, p. 43-44 = EE IX 1 - AE 1897, n. 49 = AE 1900, n. 31. HOMO 1904, p. 353 (citado por SOTGIU, 1961, p. 21). ILER 1196. *ARA* I 1971, p. 170-171.

3. *Inscrição dum governador da Lusitânia* (Foto 2)

[...] / AV [...] / AVR(elius) VRSINVS V(ici) P(erfectissimus)
PR(aeses) / PROVINCE) . LVSITANI(ae).

Conimbriga, 23 (1984), 5-18

... Aurélio Ursino, varão perfeitíssimo, governador da província da Lusitânia.

FIGUEIRENO 1887, p. 47-48, 93-94. CIL II 5140. **BALIL** 1965, p. 56 (referência). **CHASTAGNOL** 1965, p. 281 (referência). **PLRE** 1971, p. 987. *ARA* I 1971, p. 171-2. ILER 1245-6.

4. *Inscrição dum flâmine provincial (Foto 3)*

M (arco)CORNELIO / Q (uinti)F GAL(eria tribu) PERSAE
/ FLAMINI / PROVINCIAE LYSITANI(ae) [sic] /⁵ CIVITAS
OSSONOB(eresium) / PATRONO.

A Marco Cornélio Persa, fdho de Quinto, da tribo Galéria, flâmine da província da Lusitânia — a cidade dos Ossonobenses ao (seu) patrono.

FRANCO 1940² = *ARA* I, 1971, p. 172-3.

5. *Lista de libertos (Fotos 4 e 5)*

1. ^a coluna:

Q (uintus)IVNIVS AVITIANVS / L AEMILIVS THE-
MISON / L (ucius) PVBLÍCIVS VRBANVS / L CAÉCI-
LIVS PLOCAMVS / L(ucius) LICINIVS FRVCTVS / L
CAECILIVS NYMPHODOTVS / MARIVS MAXVMVS / M
FABIVS MYRTILVS / L (ucius)CAECILIVS SYMPHORVS /¹⁰
M(arens) IVLIVS AVITIANVS / [...] GEMINIVS CALLISTVS
//// [...] / [...] NIVS / [...] NTVS / [...] /⁵ [...] [OSJSONOBEN-
sivM / [...] / [...] / [...].

2. ^a coluna:

L {ucius)LIVIVS MARTIALIS / L LICINIVS CALVVS
/ L (ucius)ANNIVS LAPILLIANVS / L(ucius) CAECILIVS LIBE-
RALIS / L (ucius)HERENNIVS COSCONIVS / L(ucius) AELIVS
SVPERSTES / CN(aews) ACILIVS RVFVS / Q(uintus) IVNIVS

CHRYSANTHVS / M (*arcus*) CAECILI VS VRBANVS /¹⁰ *h(ucius)*
LICINIVS OPILIO.

Quinto Júnio Avitiano, Lúcio Emílio Temisão, Lúcio Publicio Urbano, Lúcio Cecílio Plocamo, Lúcio Licínio Fruto, Lúcio Cecílio Ninfodoto, Mário Máximo, Marcos Fábio Mirtilo, Lúcio Cecílio Sinforo, Marcos Júlio Avitiano, (...) Gemínio Calisto (...) dos habitantes de Ossónoba.

Lúcio Lívio Marcial, Lúcio Licínio Calvo, Lúcio Ânio Lapi-
liano, Lúcio Cecílio Liberal, Lúcio Herénio Coscónio, Lúcio Élio Superstes, Gneu Acílio Rufo, Quinto Júnio Crisanto, Marcos Cecílio Urbano, Lúcio Licínio Opilião.

FRANCO 1940¹ = *ARA* I 1971, p. 173-5.

6. *Mosaico*

C(aius) . CAL.PVR.NI.VS [...] NVS . ET . G(*aius*) VI .
BL.VS . QVINTI./LI.A.NVS . ET . *L(ucius)* / AT.TI[VS ? ...] S . ET .
M (*arcus*) VER.RIVS CE.MI.NVS . / SOL[VM] TES.SEL.LAS
[*F(aciendum)*] CV.RA.RVNJT ET . DONA. [RVN].T .

Gaio Calpúrnio ... e Gaio Vibio Quintiliano e Lúcio Átio (?)
... e Marco Vérrio Gémino ... (mandaram fazer) e deram o solo e
as tesselas.

ALARCÃO 1980.

7. *Dedicatória a Novato*

L(ucio) ANNIO / QVIR(*ma tribu*) / NOVATO [...]

A Lúcio Ânio Novato, da tribo Quirina...

8. *Inscrição de dois seviros*

M{arcus) . GORNELIVS . ERIDANVS . ET G(aius) . IVNIVS
RECEPTVS / OB . HONOREM . IIIIIIVIR (,seviratus) . D(e) .
S (ua) . P {ecunia) . D (ono) . D [ederunt) .

Marco Cornélio Eridano e Gaio Júnio Recepto, em honra do (seu) sevirato, ofereceram a expensas suas.

CIL II 2 e 5133. VASCONCELOS 1913, p. 324. ILER 1513. ÉTIENNE 1958, p. 254 e 261. ARA I 1971, p. 175-176. MANGAS 1971, p. 311 (referência).

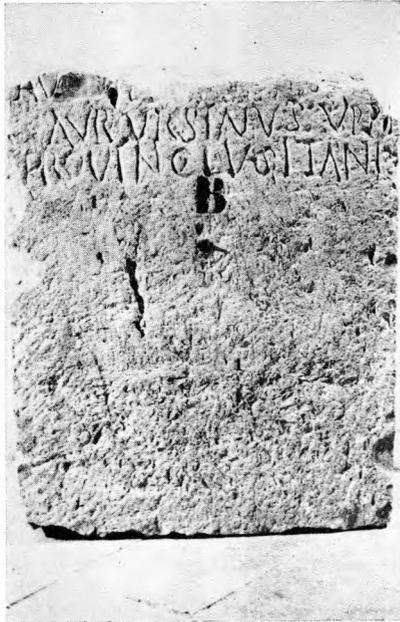
BIBLIOGRAFIA

- AE = *VAnnée Epigraphique*, Paris.
- ALMEIDA (D. Fernando de), *Ruínas de Mirobriga dos Céticos (Santiago do Cacém)*, Setúbal 1964.
- ALARCÃO (Adília) et alii, *O Mosaico do Oceano, de Faro*, «Anais do Município de Faro», X, 1980, p. 219-232.
- ARA = SANTOS (Maria Luisa Estácio da Veiga Affonso dos), *Arqueologia Romana do Algarve*, Lisboa, I, 1971, II, 1972.
- BALIL (A.), *Los legados de la Lusitania*, «Gonimbriga», IV, 1965, p. 43-57.
- CHASTAGNOL (André), *Les Espagnols dans Varistocratie gouvernementale à Vépoque de Théodose*, «Les Empereurs Romains d'Espagne», Paris, 1969, p. 269-292.
- CIL II = HÜBNER (Emílio), *Corpus Inscriptioinum Latinarum* II, Berlim, 1869, Suplemento 1892.
- CONTRERAS (R.), *Cástulo y el emperador Valeriano*, «Oretania», XXIII-XXIV, 1966, p. 246.
- EE IX = DESSAU (H.), *Additamenta nova ad Corporis volumen II*, «Ephemeris Epigraphica», IX, 1903, p. 12-185.
- ÉTIENNE (Robert), *Le Culte Impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*, Paris, 1958, reimpr. 1974.
- EUZENAT (M.), *Lingots espagnols retrouvés en mer*, «Études Classiques», III, 1968-1970, p. 83-98, 89-98.
- FIGUEIREDO (B. de), *Epigrafia*, «Revista Archeologica e Historica», I, 1887, p. 47-48, 93-94.
- FRANCO (Mário Lyster), *Uma inscrição inédita de Ossonoba*, separata de «Costa de Oiro», 64 (Abril-Maio 1940);
- *—, *Outra inscrição inédita de Ossonoba*, Beja, 1940.
- HOMO (L.), *Essai sur le règne de Vempereur Aurélien (270-275)*, Paris, 1904.

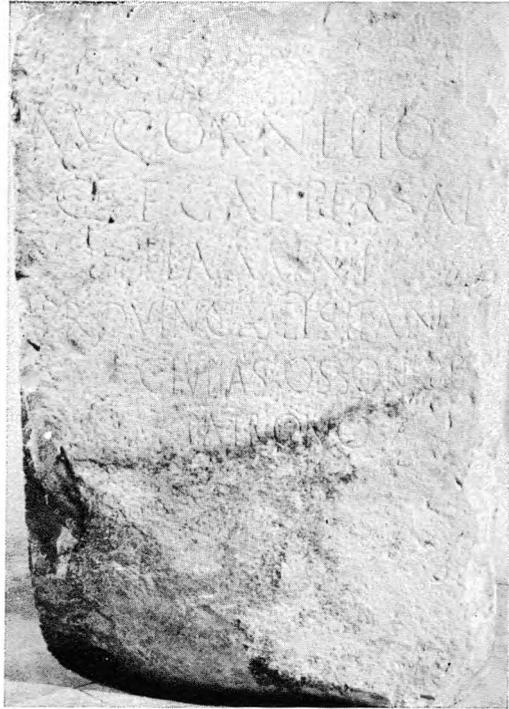
- ILER = VIVES (José), *Inscripciones Latinas de la España Romana*, Barcelona, 1971, índices 1972.
- KNAPP (R. C.), *The origins of provincial prosopography in the west*, «Ancient Society», IX, 1978, p. 187-222.
- PLRE = *Prosopography Latin Roman Empire*, Oxford, 1971.
- RESENDE (André de), *De antiquitatibus Lusitaniae...*, Coimbra, 1790, 2 tomos (reedição).
- SALGADO (Frei Vicente), *Memorias ecclesiasticas do Reino do Algarve*, Lisboa, 1786.
- SOTGIU (Giovanna), *Studi sulVEpigrafia de Aureliano*, Palumbo 1961.
- VASCONCELOS (J. Leite de), *Inscrição romana de Ossonoba*, «O Archeologo Português» V 1900, p. 43-44;
- *Religiões da Lusitânia...* Ill, Lisboa 1913.



1

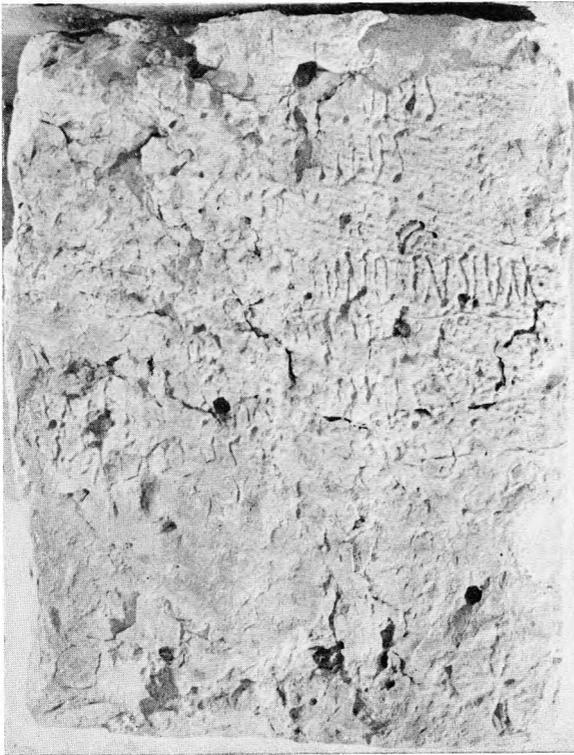


2

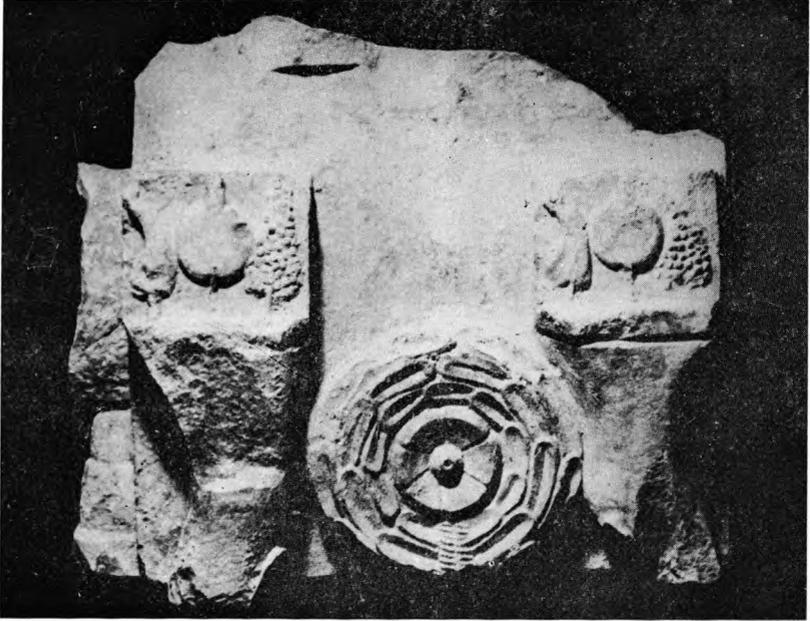




4



5



P. LE ROUX

Professeur à PUniversité de Toulouse-Le Mireil

A. TRANOY

Professeur à PUniversité de Poitiers

**L'ÉPIGRAPHIE DU NORD DU PORTUGAL:
BILAN ET PERSPECTIVES**

Conimbriga, XXIII (1984) p. 19-41

RÉSUMÉ : Après un rappel historique et géographique, est présenté un tableau de Pépigraphie du Nord du Portugal à partir d'un bilan numérique. Les difficultés d'étude et les problèmes de publication restent une préoccupation dominante. L'exemple du Trás-os-Montes sert à illustrer l'évolution de la recherche épigraphique et la richesse des renseignements que l'on peut tirer de cette documentation pour l'étude de la société (onomastique, filiation, décors funéraires).

RESUMO: Os autores fazem um balanço das inscrições romanas que hoje se conhecem no Norte de Portugal, região cujas condições históricas e geográficas recordam de modo geral e sumário. São cerca de 720 inscrições, contra 358 publicadas no *CIL* II. As dificuldades de estudo, em parte devidas à dispersão dos monumentos e, noutra parte, à natureza do material utilizado (essencialmente granito) são salientados pelos autores. O exemplo da epigrafia transmontana ilustra a evolução dos estudos epigráficos e a riqueza das informações que se podem extrair destes documentos para o estudo da sociedade (onomástica, filiação, decorações funerárias).

(Página deixada propositadamente em branco)

L'ÉPIGRAPHIE DU NORD DU PORTUGAL: BILAN ET PERSPECTIVES *

Depuis quelques années, des enquêtes épigraphiques ont été menées dans le nord du Portugal, soit par des chercheurs portugais, soit par nous-mêmes, présents au Portugal dans le cadre des travaux et des recherches programmés par le Centre Pierre Paris de Bordeaux. Nous avons déjà eu l'occasion d'en exposer quelques résultats lors du III^e Congrès archéologique national de Porto en 1973 (1). En réalité, grâce à la perspicacité de chercheurs locaux et à la collaboration de nos amis portugais que nous tenons à remercier pour leur fructueuse participation dans nos prospections (2), la collection épigraphique du Nord du Portugal a pu s'enrichir de nombreux documents nouveaux et importants, en même temps qu'étaient révisées les inscriptions déjà connues, mais qui présentaient des difficultés ou des erreurs de lecture. Diverses publications ont rendu compte d'une partie de ces travaux (3). Mais il nous a paru opportun de mettre à

* Communication présentée au IV^e Congresso Nacional de Arqueologia (Faro 1980).

(M. P. LE ROUX et A. TRANOY, *Contribution à l'étude des régions rurales du N.O. hispanique au Haut-Empire: deux inscriptions de Penafiel*, III CNA (Porto, 1973), Porto, 1974, p. 249-258; P. LE ROUX, *Les stèles funéraires de Braga. Remarques sur une nouvelle inscription en vers*, «Archeologica Opuscula», I, 1974, p. 41-48.

(2) Nous remercions tout particulièrement C. M. Faya de Santarém, C. A. Ferreira de Almeida, Luciano Afonso dos Santos, A. M. Mourinho, J. Parente, J. J. Rigaud de Sousa, J. R. dos Santos Júnior, E. Pires de Oliveira et tous les conservateurs des musées du nord, sans oublier toutes les personnes qui nous ont accueillis dans leur maison au cours de nos prospections et qui nous ont permis d'apprécier l'hospitalité portugaise.

(3) En particulier les communications présentées par J. d'ENCARNAÇÃO et A. TRANOY au Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular, à Guimarães, en juin 1979: *O progresso da Epigrafia Romana do NW Peninsular* (1970-78) («Actas»... III Guimarães 1980 p. 37-41) et *Religion et Société à Bracara Augusta (Braga) au Haut-Empire Romain* («Actas...», III, 1980, p. 67-84).

profit le Congrès de Faro pour essayer de dresser un premier bilan des progrès de l'épigraphie du Nord du Portugal. Ce bilan ne pourra être que provisoire, étant donné la richesse épigraphique de cette région et le travail inlassable des chercheurs locaux; cependant il devrait permettre de dégager les caractéristiques et l'originalité du Nord du Portugal, autant par une étude d'ensemble que par un exemple régional, la province du Trás-os-Montes.

Les conditions géographiques et historiques

Comme la Galice espagnole et une grande partie du Portugal central, les régions comprises entre le Douro, au Sud, et la frontière espagnole, à l'Est et au Nord, appartiennent au prolongement occidental du vieux socle de la Meseta. Mais le relief y est plus heurté et les montagnes y alternent avec les plateaux élevés, disséqués par d'importants réseaux de failles. L'orientation dominante des principaux axes de relief est nord-sud et joue un rôle déterminant pour les divisions régionales de ce secteur.

C'est ainsi que le partage provincial du Nord se fait en fonction des grands massifs qui coupent le pays en deux, depuis les *serras* de Gérés et de Larouco au Nord, jusqu'au Douro au Sud, avec les *serras* de Barroso, Cabreira, Padrela, Alvão et Marão; à l'Est de ces montagnes, s'étend le Trás-os-Montes aux paysages rudes, et, à l'Ouest, le Minho, plus riche et très peuplé.

Bordée par une côte plate et rectiligne, la partie occidentale est caractérisée par une multitude de vallées encastrées entre les massifs granitiques et s'écoulant vers la côte: Minho, Lima, Cávado, Ave. Mais pour le reste du pays, le réseau hydrographique dépend du Douro qui constitue l'axe essentiel vers lequel se dirigent les fleuves les plus importants du Nord: Tâmega, Tua, Sabor. En réalité, la vallée du Douro forme surtout une véritable limite entre le Nord et le Centre du Portugal et n'est franchissable qu'en de rares endroits comme Porto, Régua ou la région de Moncorvo.

Ces conditions géographiques se reflètent dans l'évolution historique antique du Nord du Portugal. Ainsi, la répartition

des sites de *castros* ⁽⁴⁾, aspect essentiel du peuplement préromain de cette région, met en évidence le contraste entre la partie occidentale à peuplement dense et les régions orientales où la densité fut moins importante, situation qui se prolongea après la conquête.

Amorcée par l'expédition de Decimus Iunius Brutus en 138-136 a.C., cette conquête ne fut réellement achevée que sous Auguste ⁽⁵⁾. D'abord rattaché à la nouvelle province de Lusitanie, le Nord du Portugal fut ensuite attribué à la Citérieure, probablement entre 16 et 13 a.C. ⁽⁶⁾: dans cette répartition provinciale, le Douro joua pleinement son rôle puisqu'il constitua la limite entre la Lusitanie et la Citérieure dans ce secteur de la Péninsule.

Enfin, sous les Flaviens, le Nord du Portugal fut inclus dans deux *conventus*, la plus grande partie étant attribuée au *conventus Bracaraugustanus*, le secteur oriental allant au *conventus Asturum*. Cette nouvelle disposition tint compte à la fois des conditions géographiques et de la répartition des principaux peuples, en particulier les *Callaeci Bracari* et les *Astures*. C'est en fonction de ce cadre que ce pays reçut les influences romaines dont l'épigraphe est un témoin précieux.

I. Tableau de Pépigraphie du Nord du Portugal

L'épigraphe constitue, avec l'archéologie, la source essentielle pour l'histoire antique du Nord-Ouest ibérique. En effet, les sources littéraires sont rares et d'utilisation difficile. Strabon fait une description assez générale du Nord de la Péninsule, où il est impossible de préciser ce qui correspond aux régions que nous étudions⁽⁷⁾. En dehors des remarques concernant les *Zoelae* ⁽⁸⁾,

⁽⁴⁾ Les *castros* sont très denses dans le Minho où se trouvent les plus importants comme Briteiros et Sanfins.

⁽⁵⁾ Pour le cadre historique, J. ALARCÃO, *Portugal Romano* (Historia Mundi), Lisbonne, 2ème éd., 1974, p. 17 s.

⁽⁶⁾ R. SYME, *The Conquest of North-West Spain*, Legio VII Gemina, León, 1970 p. 104-107.

⁽⁷⁾ STRABON, *Géographie*, livre III.

⁽⁸⁾ PLINE, XI, 10.

Pline l'Ancien ne fait que de brèves allusions aux régions du Nord et ensuite il faut attendre la fin du IV^e siècle pour trouver une source littéraire qui s'intéresse plus directement au Portugal, avec l'évêque Hydace ⁽⁹⁾. On comprend alors toute l'importance que revêt l'épigraphe dont la richesse permet de compenser en partie l'absence de sources littéraires pour le Haut-Empire. C'est là sans doute un trait commun aux régions à dominante rurale et «villageoise» des provinces occidentales de l'Empire.

1. Une première estimation chiffrée.

Malgré les limites d'une telle étude, il nous a paru utile de tenter une première estimation chiffrée pour mieux saisir la place réelle des inscriptions dans la documentation. Ces chiffres n'auront donc qu'une valeur indicative, mais leur caractère provisoire est en lui-même la preuve du renouvellement permanent de ce matériel, ce qui ne peut être que stimulant pour la recherche. En outre, l'échantillon est déjà suffisamment important pour que les proportions d'ensemble soient considérées comme assez proches de la réalité.

On dispose actuellement d'environ 720 inscriptions latines pour tout le Nord du Portugal. De ce total, on peut mettre à part quelques 200 bornes milliaires qui constituent une des richesses de l'épigraphe du Nord du Portugal. En effet, peu de régions de la Péninsule ont conservé autant de bornes milliaires, pour une bonne partie encore à proximité de la route antique, comme c'est le cas pour la route de Braga à Túy ou de Braga à Astorga par la *serra* de Gérés. Aussi est-il possible de reconstituer assez fidèlement le réseau routier antique de cette région, desservie par les routes qui, venant de Mérida et de la Lusitanie, reliaient Braga à Lugo et à Astorga ⁽¹⁰⁾.

On peut comparer ces deux premiers chiffres avec ceux du C7L, II où le total, pour le Nord du Portugal, est de 358 inscrip-

⁽⁹⁾ HYDACE, *Chronique*, édité par A. Tranoy, Paris, 1974 (Sources Chrétiennes, 218-219).

⁽¹⁰⁾ Ce sont les routes XVI, XVII, XVIII, XIX et XX de *Y Itinerarium Antonini*.

tions dont font partie 131 milliaires. La documentation épigraphique a donc doublé depuis l'établissement du C7L, IL

Si l'on met à part les milliaires qui forment un groupe particulier, il est possible de répartir les 520 inscriptions restantes en fonction des centres d'intérêt et l'on obtient les pourcentages suivants (les chiffres entre parenthèses renvoient au pourcentage obtenue uniquement par le *Corpus*):

* Inscriptions funéraires = 50% (39%), dont les 2/3 concernent le Trás-os-Montes.

* Inscriptions votives = 31% (35%); dans le domaine religieux, il faut noter l'importance prise par les inscriptions votives pour des divinités indigènes qui représentent près de la moitié des dédicaces. Si l'on ne considère que la partie occidentale, elles dépassent même les dédicaces à des divinités classiques et orientales: 47 dédicaces pour le culte indigène contre 45 pour les cultes classiques et orientaux et 8 pour des divinités indéterminées.

* Inscriptions honorifiques = 4% (5%) dont les plus célèbres sont les dédicaces du pont de Chaves pour les empereurs flaviens et pour Trajan.

* Inscriptions incertaines = 15% (21%) : ce sont essentiellement des inscriptions perdues dont le texte, mal publié, pose des problèmes ou des inscriptions conservées dont la lecture reste très difficile. On peut mettre, pour l'instant, dans ce groupe l'inscription, sur un rocher, de Vilar de Perdizes (Montalegre) dont le texte est loin d'avoir livré tous ses secrets ⁽¹¹⁾.

Certaines inscriptions échappent à cette classification. C'est le cas de la borne découverte à Alvarelhos (Maia) dont le texte, quoique incomplet, est parfaitement lisible ⁽¹²⁾ (Fig. 1).

⁽¹¹⁾ *CIL*, II, 2476; des solutions de lecture ont été proposées. A. RODRIGUEZ COLMENERO, *Les Divoi y Devai, receptores de un posible pacto entre dos nuevos grupos gentilicios de la Galicia Romana*, «Primera Reunion Gallega de Estudios Clasicos (Santiago-Pontevedra, 2-4 julio 1979)», Saint-Jacques-de-Compostelle, 1981, p. 141-151; X. PEREIRA MENAULT et C. A. FERREIRA DE ALMEIDA, *A grande inscrição do Penedo de Remeseiros, Vilar de Perdizes, Montalegre (CIL, II, 2476)*, «Arqueologia», 4, 1981, p. 142-145.

⁽¹²⁾ C. M. Faya de SANTARÉM, *Uma inscrição romana de Alvarelhos. Santo Tirso*, «Santo Tirso. Boletim Cultural Concelhio», Vol. I, 1, 1977 lié Série de «O Concelho de Santo Tirso», Boletim Cultural.

Peut-être avons-nous affaire à une borne-limite entre des groupes dont les *Madequisenses* seraient l'une des parties concernées ?

Enfin, si l'on tient compte d'un classement catégoriel plus détaillé, on peut constater que les inscriptions du Nord du Portugal ne mentionnent que 6 personnages de rang sénatorial, 2 chevaliers et 12 soldats; en revanche, l'onomastique comporte plus de 100 noms de femmes.

2. Les caractéristiques générales.

On peut regrouper les caractéristiques générales de l'épigraphie du Nord du Portugal autour de deux points: le matériau utilisé et la dispersion des documents.

Pour la très grande majorité des documents, le matériau utilisé est essentiellement le granit avec toutes les variétés locales que peut présenter cette roche. Aussi se heurte-t-on à toute une série de difficultés, liées à la nature du support. En premier lieu, existe une difficulté de lecture, car certains granits s'effritent et se conservent mal, surtout si la pierre a été exposée aux intempéries. Sur ce point, il serait très souhaitable que les inventeurs ou les chercheurs renoncent définitivement à passer au charbon ou au crayon les traces supposées des lettres sur la pierre: cette méthode est non seulement une source d'erreurs fréquentes, mais elle détériore aussi l'inscription. L'estampage sur le granit étant souvent difficile, il faut utiliser au mieux les techniques d'éclairage artificiel et multiplier les photographies, sans oublier qu'une photographie peut aussi provoquer de mauvaises interprétations et que la lecture directe sur le document reste indispensable.

D'autre part, le lapicide ne peut pas toujours graver le texte aussi régulièrement sur du granit, qu'il le ferait sur du calcaire ou sur du marbre. Cette remarque pose un deuxième problème, la datation du document: dans bien des cas, il vaut mieux renoncer aux critères paléographiques, car des documents mal gravés peuvent très bien être du 1er siècle et non du IIIème siècle, comme on a souvent tendance à le croire. Inversement, la documentation du IVème siècle reste difficilement identifiable.

La chronologie est donc un des problèmes fondamentaux posés par les inscriptions du Nord.

L'enquête épigraphique se heurte aussi au problème de la dispersion des documents. Près de 4/5 des inscriptions sont conservées. Il y a, bien sûr, plusieurs musées importants qui les ont regroupées, comme les musées archéologiques de Belém, Porto, Chaves, Braga, Bragança et Guimarães, ce dernier ayant une très belle collection épigraphique. Mais beaucoup de pierres sont réparties sur l'ensemble des régions septentrionales, soit dans de petits musées locaux comme à Póvoa de Varzim, Vila Flor ou Miranda do Douro, soit déposées à la Câmara Municipal comme à Montalegre, soit conservées *in situ* comme dans le village de Saldanha (Mogadouro) ou encore dans une église, réutilisées, comme le fait est fréquent, en bénitier ou en support d'autel ou enfin chez un particulier qui a pu transporter la pierre loin de son lieu de découverte. Le chercheur doit souvent se livrer à une véritable enquête pour retrouver la trace du document. Cette dispersion pose donc le problème de l'accès au document et de sa conservation. En réalité, cette situation est aussi le reflet de l'aspect essentiellement rural de l'épigraphe du Nord du Portugal. En dehors de Braga et de Chaves, la majeure partie de la documentation provient de régions rurales, ce qui donne un intérêt supplémentaire à cette épigraphie.

En effet, elle est le moyen privilégié pour essayer de connaître l'organisation sociale des peuples du Nord et des aspects de leur civilisation, en particulier dans le domaine religieux. C'est par l'épigraphe que l'on peut constater le double phénomène du maintien des cultes indigènes et de la diffusion des cultes classiques. Mais pour obtenir ces résultats, il est indispensable que ces documents soient connus; se pose alors le problème de leur publication.

3. La publication.

Avant tout, il faut partir de la situation actuelle. Le *Corpus (CIL, II)* et *VEphemeris Epigraphica (EE, VIII et IX)* restent la base de toutes les publications épigraphiques. Mais

le *Corpus* pose de nombreux problèmes de classement, de localisation et même de confusion dans la définition des documents.

En effet, lors de l'établissement du *CIL*, II, E. Hübner se trouva confronté à la multiplication des sites du Nord du Portugal et à l'absence de véritables centres de regroupement en dehors de villes comme Braga ou Chaves. Pour résoudre en partie cette question, il a privilégié quelques villes comme Caldas de Vizela et Bragança et, surtout, il a inséré, sous le titre d'*Oppida varia*, de nombreux sites allant depuis Porto jusqu'au cours moyen du Douro, le fleuve servant d'axe principal, sans que ce classement tienne compte des importantes différences régionales le long de cette vallée.

La diversité des localisations des inscriptions a aussi provoqué quelques erreurs ou reclassements arbitraires. Ainsi, il n'est pas logique d'inclure dans les inscriptions du Nord du Portugal les pierres provenant de Cárquere (Resende), situé au Sud du Douro, dans le district de Viseu ⁽¹³⁾. E. Hübner, conscient de cette difficulté, se justifie en expliquant qu'il n'a pas voulu créer de nouveaux *addenda* ⁽¹⁴⁾ ; mais cette classification ne peut qu'être source de confusion.

Plusieurs inscriptions ont été mal localisées ou publiées deux fois: ainsi, l'inscription de Pombeiro (Beira Alta) a été rangée dans les *Oppida varia* ^{15} tandis que les autels votifs dédiés aux Nymphes, à Caldeias, étaient enregistrés sous deux rubriques ⁽¹⁶⁾. Ces erreurs se reflètent sur la carte pour l'emplacement de Vilariça, localité au Nord-Ouest de Moncorvo et à l'ouest du Sabor, mais largement située par E. Hübner et H. Kiepert à l'est du Sabor, à une trentaine de kilomètres de Moncorvo. Cependant, l'erreur la plus importante est celle qui concerne Castro de Avelãs, situé par E. Hübner à environ 50 kms. au Sud-Est de Bragança ⁽⁹⁷⁾, alors que ce village est à 7 kms. à l'Ouest de cette ville: cette mauvaise localisation eut des répercussions sur les limites de *conventus* ⁽¹⁸⁾.

^(M) *CIL*, II, 5570-1, 5573-5580.

⁽¹⁴⁾ *CIL*, II, p. 818 et 893.

⁽¹⁵⁾ *CIL*, II, 2380.

⁽¹⁶⁾ *CIL*, II, 2457 et 5572.

⁽¹⁷⁾ Confusion probable avec Avelanoso.

⁽¹⁸⁾ *Infra*, pour les limites orientales du *conventus Bracaraugustanus*.

Enfin, des inscriptions honorifiques ont été confondues avec des bornes milliaires: si la correction avait été faite pour la dédicace de Caldas das Taipas ⁽¹⁹⁾, en revanche, l'inscription de Gostei (Bragança) et la dédicace de Yale de Antas (Chaves) sont restées classées parmi les milliaires alors qu'il s'agit de plaques honorifiques ⁽²⁰⁾.

Depuis l'édition du *Corpus* et des *E. E.*, les publications locales se sont multipliées, accompagnées de quelques travaux de synthèse. On peut citer, à titre d'exemple, les publications des inscriptions de Roncal (Moncorvo) ⁽²¹⁾ ou les travaux consacrés à Braga et à sa région ⁽²²⁾. Mais, dans le même temps, des inscriptions nouvelles étaient découvertes et restent encore inédites : région de Braga, de Miranda do Douro, de Bragança, *etc...* Aussi, devant l'augmentation du nombre des inscriptions, une double nécessité se fait jour. En premier lieu, il nous paraît indispensable d'entreprendre une publication intégrant les documents déjà répertoriés et les nouvelles inscriptions. Cette publication devra tenir compte des données actuelles de la recherche épigraphique, avec une description détaillée du support monumental et du contexte archéologique lorsqu'il existe. D'autre part, il faudra définir un autre type de classement que celui du *Corpus* et se fonder sur les divisions administratives actuelles, provinces, districts et *concelhos*, qui tiennent mieux compte des nuances régionales. C'est ainsi que l'on peut regrouper dans un même ensemble les inscriptions de la province du Tràs-os-Montes qui peuvent illustrer cette présentation générale de l'épigraphie du Nord du Portugal.

⁽¹⁹⁾ *CIL*, II, 4796 - 5560.

⁽²⁰⁾ *CIL*, II, 6217; A. TRANOY, *Le pseudo-milliaire de S. Cláudio (Gostei, Bragança) et les limites orientales du conventus Bracarum*, TAE, XXIII 1980, p. 589-594; *CIL* II, 4787.

⁽²¹⁾ A. VASCO RODRIGUES et D. de Pinho BRANDÃO, *Missão de estudo arqueológico na região da Vilariça, Moncorvo*, «*Studium Generale*», IX, 1962, p. 336-351 (= *Studium Generale*).

⁽²²⁾ P. LE ROUX, *Aux origines de Braga (Bracara Augusta)*, «*Bracara Augusta*», XXIX, 1975, p. 155-159; P. LE ROUX et A. TRANOY, *Borne et les indigènes dans le nord-ouest de la péninsule ibérique. Problèmes d'épigraphie et d'histoire*, MGVI, IX, 1973, p. 127-231 (= Le Roux-Tranoy).

II L'épigraphie du Trás-os-Montes

Les divisions régionales et le peuplement (Carte I)

La province du Trás-os-Montes et de l'Alto-Douro est une des régions les plus originales du Portugal, où les coutumes et les traditions locales sont encore très enracinées dans la population malgré les changements progressifs dus à l'émigration. Contrairement au secteur occidental, le Trás-os-Montes est fortement marqué par son caractère continental, accentué par les hautes *serras* qui le séparent du Minho, comme les *serras* de Marão et de Alvão. Dans cette région du Nord-Est du Portugal, alternent les plateaux élevés, les *serras* qui coupent le pays selon une direction NE/SW, comme les *serras* de Nogueira, Bornes ou Mogadouro, les bassins d'effondrement, comme le bassin de Vila Flor ou celui de Mirandela. C'est aussi cette même direction que suivent les principaux fleuves, Tâmega, Tua, Rabaçal et Sabor. La variété des paysages est aussi le reflet de la complexité géologique du Trás-os-Montes, où le granit côtoie les schistes comme ceux qui constituent la base des sols de la région viticole de Peso da Régua et de la vallée du Douro, ou encore les marbres, comme ceux du *concelho* de Vimioso avec les gisements de Santo Adrião. Aussi, retrouve-t-on cette variété dans les matériaux utilisés pour les inscriptions du Trás-os-Montes où, si le granit reste dominant, furent employés, parfois abondamment, les schistes et surtout le marbre, dans la région de Miranda do Douro.

Actuellement, selon les divisions administratives, on distingue deux districts: le district de Vila Real avec 14 *concelhos* et le district de Bragança avec 12 *concelhos*. Mais cette division moderne ne correspond pas à la division antique, où cette région se répartissait entre le *conventus Bracaraugustanus* et le *conventus Asturum*. La limite orientale entre ces deux *conventus* a longtemps dépendu de la carte dressée par E. Hübner et H. Kiepert dans le *Corpus*; or son tracé était faussé par la mauvaise localisation du village de Castro de Avelãs. Sans revenir en détail sur cette question que A. Tranoy a examinée dans un article publié en 1980⁽²³⁾, on peut attribuer au peuple asture des *Zoelae* le secteur à l'Est

(23) Cf. n. 20.

des *serras* de Nogueira et de Bornes; au-delà de ces *serras* qui forment une limite géographique nette commençant, à l'Ouest, le *conventus Bracaraugustanus*.

En dehors des *Zoelae* et des *Turodi* ou *Aquiflavienses*, sous la forme romaine, qui occupaient la région de Chaves (24), il est malheureusement très difficile de déterminer le nom des peuples antiques qui vécurent dans le Tràs-os-Montes. Cependant, la répartition des inscriptions permet déjà de se faire une idée des zones favorables à l'occupation humaine antique, qui souvent correspondent au peuplement actuel.

En excluant les milliaires, l'épigraphie du Tràs-os-Montes peut être évaluée provisoirement à environ 260 inscriptions dont la répartition typologique est la suivante:

| Inscriptions | Tràs-os-Montes | | Nord du Portugal Pourcentage |
|--------------|----------------|-------------|---------------------------------|
| | Chiffre | Pourcentage | |
| Funéraires | 184 | 69% | 50% |
| Votives | 53 | 20% | 31% |
| Honorifiques | 5 | 2% | 4% |
| Incertaines | 24 | 9% | 15% |

Ce tableau met en évidence la part prépondérante des inscriptions funéraires dans l'épigraphie de cette région. Si l'on reporte sur la carte du Tràs-os-Montes (Carte I) l'ensemble des inscriptions ainsi que les 50 milliaires environ découverts dans cette province, on distingue 5 foyers de densité plus forte: les régions de Chaves, Torre de Moncorvo avec la vallée de Vilarica, Tresminas, Miranda do Douro avec une concentration importante à Picote et enfin la région de Bragança. Dans les deux premiers cas, cette répartition correspond à des régions de culture, que ce soit le bassin fluvial du Tâmega ou la vallée de Vilarica; en revanche, Bragança et

(24) A. TRANOY, *A propos des «Callaeci» de Pliru. Épigraphie et peuplement*, «Bracara Augusta», XXXI, 1977, p. 225-233.

Miranda do Douro sont surtout des régions d'élevage. La concentration épigraphique autour de Tresminas s'explique aisément par les activités minières de cette région ⁽²⁵⁾, qui attire même des personnes originaires d'autres *conventus* comme celui de *Clunia* ⁽²⁶⁾. De leur côté, les milliaires dessinent l'axe le plus important qui met en relation Chaves et Astorga par Valpaços, Torre de Dona Chama, où le pont romain témoigne du passage de la route antique ⁽²⁷⁾, et la région de Bragança ⁽²⁸⁾.

Sans prétendre faire ici une étude systématique, ces premières remarques peuvent être complétées par l'onomastique, les types de filiation et quelques aspects des coutumes funéraires à travers les monuments épigraphiques.

L'onomastique du Trás-os-Montes (Carte II).

Cette présentation des données essentielles de l'onomastique porte sur un total de 278 noms que nous avons classés selon trois groupes principaux:

| | Chiffre | Pourcentage |
|---------------------------------|---------|-------------|
| Noms latins seuls | 128 | 46% |
| Noms latins avec noms indigènes | 15 | 5,5% |
| Noms indigènes seuls | 135 | 41,5% |

⁽²⁵⁾ M. CARDOZO, *A propósito da laora de ouro na provincia de Trás-os-Montes durante a época romana*, dans RG, LXIV, 1954, p. 113-141; G. A. FERREIRA DE ALMEIDA, *Aspectos da mineração romana de ouro em Jales e Tresminas (Trás-os-Montes)*, «XII CAN (Jaén, 1971), Saragosse», 1973, p. 553-566.

⁽²⁶⁾ Six inscriptions témoignent de cette émigration, partiellement étudiée par G. García Merino, *Las tierras del NO de la península ibérica, foco de atracción para los emigrantes de la Meseta en época romana*, «Hispan. Ant.», III, 1973, p. 18-23; cf. aussi A. TRANOY, *La Galice Romaine*, Paris, 1981, p. 246-256.

⁽²⁷⁾ A. M. MOURINHO, *Ponte romana no rio Tuela e síntese das vias e pontes romanas no nordeste transmontano*, TAE, XXIII, 1978, p. 279-288.

⁽²⁸⁾ L. A. BARRADAS, *Vias romanas das regiões de Chaves e Rragança*, RG, LXVI, 1956, p. 159-238.

La première remarque qui peut être faite est l'importance de l'élément indigène dans l'onomastique locale, puisque 54% des noms contiennent un nom indigène. D'autre part, on constate aussi la faiblesse des noms mixtes. Sur ce point, la règle générale est la construction du nom avec un gentilice latin, suivi d'un *cognomen* indigène: Iulia Camalea⁽²⁹⁾, Valerius Reburus⁽³⁰⁾, Calpurnius Reburinus, soldat recruté pour *Y Ala II Flavia* ⁽³¹⁾ (Fig. 2) ou encore Aemilius Balaesus (Fig. 3) pour lequel le texte précise son appartenance à une entité ethnique ⁽³²⁾. Cependant, pour certaines inscriptions, le nom de la personne est d'origine indigène et son *cognomen* est latinisé: Amma Valeriana⁽³³⁾, Attianus Rufus ⁽³⁴⁾, Laucius Rufinus ⁽³⁵⁾.

L'onomastique indigène se répartit sur l'ensemble de la province (Carte II). Le nom prédominant est incontestablement Reburus et ses dérivés, Reburinus, -a: 19 cas; puis viennent Camalus (6 cas), Allius (5 cas), Boutius (5 cas), Cloutius (5 cas), Trites ou les formes voisines en Tridius (5 cas); les autres noms sont encore moins utilisés: Arro, Arcius, Pintamus, Segontius, etc... Dans le cas de noms à structure indigène exclusive, la très grande majorité des noms sont uniques; cependant, sur deux dédicaces offertes à Jupiter, le dédicant a une double dénomination indi-

⁽²⁹⁾ «Studium Generale», IX, 1962, p. 336-351.

⁽³⁰⁾ M. CARDOZO, *Algumas inscrições lusitano-romanas da região de Chaves*, 1948, p.° 3, p. 13 — F. RUSSELL CORTEZ, *Lápidas do Museu de Chaves*, «Viriatís», I, 1957, n.° 1, p. 100.

⁽³¹⁾ *EE*, IX, 277 = *ILER*, 5594. P. LE ROUX, *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 409*, Paris, 1982, p. 224 et 336.

⁽³²⁾ *EE*, VIII, 128. Cette inscription fait partie du dossier du signe 3. Plusieurs travaux récents ont repris la question: G. PEREIRA MENAUT, *Caelo Cadroiolonis f. Cilenus 3 Berisamo et al.: centuria or Castellum, a discussion*, «Hispania Antiqua», VIII, 1978 (1982), p. 271-280. P. LE ROUX et A. TRANOY, 3, *le mot et la chose. Contribution au débat historiographique*, «Lucerna» (sous presse).

⁽³³⁾ F. M. ALVES, «Revista de Arqueologia», 3, 1936, p. 41-42.

⁽³⁴⁾ Inédit.

⁽³⁵⁾ LE ROUX-TRANOY, n.° 6, p. 192 = *AE*, 1973, 302.

gène, soit formé sur le même nom: Reb(urrius) Reburrus ⁽³⁶⁾, soit formée de deux noms différentes: Alius Reburrus ⁽³⁷⁾.

Enfin, il est incontestable que, dans le domaine de l'onomas-tique, le premier résultat des contacts avec le monde romain et les indigènes fut la transposition en latin des noms indigènes. Aussi, quand nous parlons d'onomastique indigène à partir des inscriptions latines, nous utilisons déjà un matériel qui a subi une première mutation que l'on a pu définir comme un «baptême linguistique» ⁽³⁸⁾.

Malgré sa richesse et sa variété, cette onomastique ne reflète pas à elle-seule toutes les composantes de la société du Tràs-os-Montes. Aussi doit-elle être complétée par d'autres données, en particulier les types de filiation.

Les types de filiation (Carte II)

Le procédé adopté pour indiquer une filiation sur une inscription est important pour apprécier les résultats des contacts entre la tradition locale et la tradition romaine. En effet, la filiation est un moyen privilégié, qui rend compte du degré réel de la progression des principes romains dans les structures familiales locales. Il y a cependant une difficulté majeure qui subsiste et que nous avons déjà soulignée: la datation délicate de la majorité des documents; pour l'instant, l'absence d'une véritable chronologie ne permet pas encore de bien saisir toute l'évolution de ces structures. Aussi est-ce surtout un tableau général que nous présentons ici, à partir de 81 cas étudiés.

Les filiations peuvent se répartir en quatre types fondamentaux ⁽³⁹⁾. Le premier type correspond à une forme simple et purement indigène, où le nom d'une personne est suivi du nom différent

⁽³⁶⁾ J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, III, Lisbonne, 1913, p. 223, η. 2.

⁽³⁷⁾ *CIL*, II, 2394a = *ILER*, 56.

⁽³⁸⁾ R. ÉTIENNE, *Les syncrétismes religieux dans la péninsule ibérique à l'époque impériale*, «Les syncrétismes dans les religions grecque, et romaine. Colloque de Strasbourg (Juin 1971)», Paris, 1973, p. 155.

⁽³⁹⁾ R. ÉTIENNE, G. FABRE, P. LE ROUX et A. TRANOY, *Les dimensions sociales de la romanisation dans la péninsule ibérique des origines à la*

de son père, au génitif. Il peut s'exprimer avec une onomastique indigène: Aunia Triti (*filia*)⁽⁴⁰⁾ (Fig. 4), Cloutina Triti (*filia*)⁽⁴¹⁾, Docia Reburri (*filia*)⁽⁴²⁾, Docius Sanigii (*filius*)⁽⁴³⁾, Reburinus Bouti (*filius*)⁽⁴⁴⁾ (Fig. 5), Reburus Ari (*filius*)⁽⁴⁵⁾ (Fig. 6), Reburinus Reburri (*filius*)⁽⁴⁶⁾ (Fig. 7) *etc...* Mais l'onomastique peut être aussi à composante latine soit dans le nom du père: Alla Flavi (*filia*)⁽⁴⁷⁾, Atta Capitonis (*filia*)⁽⁴⁸⁾, soit dans celui du fils: Rufus Mosi (*filius*)⁽⁴⁹⁾, Albinus Balesini (*filius*)⁽⁵⁰⁾, soit enfin dans les noms: Fronto Capitonis (*filius*)⁽⁵¹⁾, Proculus Silonis (*filius*)⁽⁵²⁾, Rufinus Rufi (*filius*)⁽⁵³⁾. Mais la répartition entre ces groupes donne la nette prédominance aux formes indigènes seules qui représentent les 2/3 de ce premier type. La seconde remarque concerne le cas où le nom du père est d'origine latine avec une descendance à nom indigène: on constate alors que ce sont essentiellement des filles qui portent ce nom indigène, ce qui semblerait indiquer que l'onomastique indigène, dans des familles où les hommes avaient adopté un nom romain, put se maintenir par l'intermédiaire des femmes.

Le deuxième type voit déjà l'introduction d'un usage romain avec la précision de la filiation marquée par la lettre *F* ou par

fin de l'Empire, «Assimilation et résistance à la culture greco-romaine dans le monde antique. Ylème Congrès d'Études Classiques, Madrid, septembre 1972», Paris, 1976, p. 95-107; pour l'ensemble du Nord-Ouest, TRANOY, *Galice romaine*, p. 366-370.

(4°) p M. ALVES, *Lápides do Museu regional de Bragança*, «Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança», IX, 1934, n.º 38, p. 74-75, Lampaça (Bragança) (= Alves).

(41) ALVES, n.º 3, p. 33-34, Argozelo (Bragança).

(42) ALVES, n.º 19, p. 56, Donai (Bragança).

(43) *CIL*, II, 5070, Sanceriz (Macedo do Mato, Bragança).

(44) *EE*, IX, 292b, Picote (Miranda do Douro, Bragança).

(45) *EE*, VII, 126, Felgar (Moncorvo, Bragança).

(46) ALVES, n.º 46, p. 84 (Deveza de Vila Nova, Bragança).

(47) Inédit, Picote (Miranda do Douro, Bragança).

(48) Inédit, Atenor (Miranda do Douro, Bragança).

(49) J. A. TAVARES, *AP*, XXV, 1921-1922, p. 128-133, S. Cristóvão (Moncorvo, Bragança).

(40) *CIL*, II, 2471, Seleiros (Chaves).

(41) Inédit, Atenor (Miranda do Douro, Bragança).

(52) *CIL*, II, 2510, région de Bragança.

Fil, mais le nom du père est toujours indigène: Ama Pitili F. ⁽⁵⁴⁾, Atius Reburri F. ⁽⁵⁵⁾, T, Boutius Segonti F. ⁽⁵⁶⁾ avec, pour ce cas, l'indication du prénom, Camalus Borni F. ⁽⁵⁷⁾, Aravius Arronis F. ⁽⁵⁸⁾ (Fig. 8), Deocena Careti F. ⁽⁵⁹⁾ (Fig. 9).

Le troisième type est caractérisé par l'indication de la filiation et le nom latin du père: Flavus Festi F. ⁽⁶⁰⁾, Sabinus Probi F. ⁽⁶¹⁾, Sempronius Silonis F. ⁽⁶²⁾, Silvanus Severi F. ⁽⁶³⁾, Tridiae Modesti F. ⁽⁶⁴⁾, *etc...* Si l'on compare les deuxième et troisième types, on remarque que, au niveau de l'onomastique des enfants, la proportion est inverse: dans le deuxième type où le père a un nom indigène, les 4/5 des enfants ont aussi des noms indigènes tandis que, dans le troisième type, les 4/5 des enfants ont des noms latins comme leur père. Cette caractéristique renforce la conclusion déjà notée pour l'onomastique sur l'homogénéité du milieu indigène et en même temps montre que, lorsque cette homogénéité est rompue, les habitudes romaines envahissent avec force l'onomastique locale. Cependant, là encore, l'exception est représentée par une femme, Tridia, fille de Modestus, qui conserve le nom indigène malgré le nom latin de son père.

Enfin, le quatrième et dernier type est constitué par la filiation par le prénom du père selon les usages classiques romains. Un seul cas a pu être noté pour cette région et encore l'inscription, mutilée, concerne-t-elle une personne étrangère au *conventus* puisqu'elle est originaire de *Clunia* ⁽⁶⁵⁾ (Fig. 10).

⁽⁵³⁾ *EE*, IX, 292c, Picote (Miranda do Douro, Bragança).

⁽⁵⁴⁾ Le ROUX-TRANOY, n.° 19, p. 211 = *AE*, 1973, 315, Cural de Vacas (Chaves).

⁽⁵⁵⁾ *CIL*, II, 2387, Ribeira da Pena (Vila Real).

⁽⁵⁶⁾ *HAE*, 518, Tresminas (Vila Pouca de Aguiar, Vila Real).

⁽⁵⁷⁾ *CIL*, II, 2484, Pastoria (Chaves).

⁽⁵⁸⁾ ALVES, n.° 39, p. 75, Rebordaos (Bragança).

⁽⁵⁹⁾ *EE*, IX, 292, Picote (Miranda do Douro, Bragança).

⁽⁶⁰⁾ *CIL*, II, 5620, Sacoias (Bragança).

⁽⁶¹⁾ *CIL*, II, 2495, Friães (Chaves).

⁽⁶²⁾ *HAE*, 1641, Moncorvo (Bragança).

⁽⁶³⁾ *CIL*, II, 2392, Tresminas (Vila Pouca de Aguiar, Vila Real).

⁽⁶⁴⁾ J. LEITE DE VASCONCELOS, dans *^4P*, XXIX, 1930-1931, p. 157-163.

⁽⁶⁵⁾ *HAE*, 517, Tresminas (Vila Pouca de Aguiar, Vila Real).

Cette étude des filiations, conjugée avec l'onomastique, atteste de l'importance de la tradition locale, dans un milieu indigène qui est resté fondamentalement rural.

Tableau récapitulatif

| Types | Chiffres | Pourcentage |
|-------|---------------------------------------|-------------|
| I | 37 (dont 24 indigènes seuls) | 46% |
| II | 33 (dont 27 avec fils à nom indigène) | 41% |
| III | 10 (dont 8 avec fils à nom latin) | 12% |
| IV | 1 | 1% |

Il est enfin un dernier aspect de cette épigraphie transmontanaise que nous voudrions souligner, celui du rôle des décors dans les stèles funéraires.

Les décors funéraires: le «style de Picote» (Carte III)

Une cartographie des principaux décors funéraires du Trás-os-Montes, classés en fonction des symboles ou des représentations: astres, décor végétal, triscèles, animaux, etc..., permet de distinguer un très important foyer dans la région de Miranda do Douro, plus particulièrement autour du village de Picote, avec une diffusion des décors vers le Nord du Portugal (région de Bragança) et, en Espagne, vers Zamora et la Tierra de Aliste. Aussi pensons-nous pouvoir attribuer à cette catégorie de documents le nom de «style de Picote».

Comment se définissent les caractéristiques de ce style d'iconographie funéraire ⁽⁶⁶⁾ ? Faite en marbre de la région de Miranda ou en granit, la stèle-type comporte plusieurs registres (Fig. 11).

⁽⁶⁶⁾ Pour la présentation générale, J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, Lisbonne, 1913, III, p. 406-443; voir aussi, TRANOY, *Galice Romaine*, p. 340-359.

La partie supérieure est arrondie et décorée par une roue à rayons courbes, inspirée du triscôle celtique; ce motif se détache et forme lui-même une sorte de stèle à sommet circulaire à l'intérieur du cadre du monument. Il est entouré de petits disques, complétés parfois par un décor végétal en feuilles de lierre; les angles sont soulignés par des équerres. Le champ épigraphique forme le deuxième panneau sous lequel est sculpté un motif animalier: taureau, sanglier, cerf, biche..., pouvant être en rapport avec le ou les défunts de la stèle. Enfin, le dernier registre est constitué d'une série d'arcatures dont la forme en «fer à cheval» n'est pas sans parenté avec ce que sera l'arc visigotique quelques siècles plus tard ⁽⁶⁷⁾. Ces stèles sont assez souvent géminées comme à Cercio ⁽⁶⁸⁾ ou à Aldeia Nova ⁽⁶⁹⁾ (Fig. 12).

L'intérêt de ces monuments est de nous présenter trois niveaux différents d'interprétation et d'acculturation. En effet, la fréquence du décor animalier avec le thème du sanglier ou du porc est à rapprocher des grandes sculptures protohistoriques des «Berrões», dont l'un des foyers essentiels fut le Tràs-os-Montes ⁽⁷⁰⁾; l'insertion de ces animaux dans le décor funéraire à l'époque romaine est le témoignage de la survivance des anciens rites religieux indigènes. En revanche, il est possible d'attribuer au milieu celtique l'importance prise par les astres et les rouelles solaires sur les monuments funéraires de la région de Picote; on retrouve là un thème décoratif fréquent dans les *castros*. Enfin, la conception d'ensemble du monument, une grande stèle avec un champ épigraphique, correspond à l'adaptation des coutumes indigènes aux modes funéraires romaines. Ces documents mettent donc en valeur l'importance du patrimoine culturel des peuples établis à l'Est du Tràs-os-Montes, probablement les *Zoelae*. Une stèle funéraire de León confirme l'attachement de ce peuple

⁽⁶⁷⁾ J. FONTAINE, *L'art préroman hispanique* (La nuit des temps, 38), Paris, 1973, p. 127-128.

H Inédit.

H *EE*, VIII, 129-130.

⁽⁷⁰⁾ J. R. DOS SANTOS JUNIOR, *A cultura dos berrões no Nordeste de Portugal*, TAE, XXIII, 1975, p. 353-515, complété dans TAE, XXIII, 1977, p. 5-18 et p. 333-345.

à ses traditions. En effet, le peuple des *Zoelae* est représenté à León par un autel dédié à T. Montanius Fronto, *custos armorum*, qui mentionne son *origo, dois Z(o)elae* ⁽⁷¹⁾. En revanche, *Vorigo* ne figure pas sur la stèle de Lucretius Proculus, lui-aussi *custos armorum* à León ⁽⁷²⁾, mais le décor de cette stèle est du même type que le décor des stèles de Picote et est unique dans les stèles de León (Fig. 13). N'est-ce pas là un indice révélateur de l'origine de Lucretius Proculus, mort à León avec sa femme et son fils, mais qui venait probablement du Tràs-os-Montes, évoqué sur la stèle par le décor funéraire où la représentation des animaux est étroitement en rapport avec les personnes mentionnées? Ces exemples confirment bien la nécessité de l'étude des supports épigraphiques dont la richesse peut apporter un éclairage à des textes souvent très laconiques.

Conclusion

Pour conclure cette présentation d'ensemble de l'épigraphie du Nord du Portugal, nous voudrions insister sur plusieurs points.

En premier lieu, ce bilan met en évidence la richesse épigraphique de cette région et la grande variété des inscriptions permet de pallier en partie l'absence de documents littéraires, bien que les obstacles soient très nombreux. C'est en multipliant les comparaisons entre les documents que l'on pourra peut-être retrouver à la fois les traces d'ateliers locaux et des critères paléographiques qui, pour l'instant, restent encore très incertains. Ce n'est qu'à ces conditions que l'on pourra proposer des solutions aux problèmes chronologiques.

Il est donc nécessaire d'encourager tous les efforts de prospection et d'enquêtes locales qui, seules, permettront d'augmenter le nombre des inscriptions recensées dans cette région.

Mais ces recherches ne seront d'un réel intérêt que si elles débouchent sur une publication du matériel découvert. C'est à

⁽⁷¹⁾ *CIL*, II, 5684.

⁽⁷²⁾ *CIL*, II 2668.

partir de ces travaux que pourront alors se dégager les caractères originaux de cette épigraphie qui reste la base de toute étude régionale de l'histoire antique du Nord du Portugal. Elle constitue en ce sens un modèle pour la compréhension d'une histoire où les structures politiques et administratives n'interviennent que comme un élément à côté des données matérielles et des mentalités.

Addenda:

Depuis la rédaction de cet article, de nouvelles inscriptions ont été découvertes et ont donné lieu à des publications.

Il faut citer tout d'abord la statue de guerrier avec inscription sur le bouclier, provenant de Refojos de Basto: A. COELHO F. DA SILVA, *NOVOS dados sobre a organização social castreja*, «Portugalia», II-III, 1981-2, p. 83-94, où l'auteur présente en même temps de nouvelles inscriptions de la région de Chaves, en particulier la borne honorifique découverte en 1980 dans le Tâmega, texte original de la «Padrão dos Povos». La statue du guerrier est aussi étudiée par C. A. FERREIRA DE ALMEIDA, *Nova estátua de guerreiro galaico-minhoto (Refojos de Basto)*, «Arqueologia», 3, 1981, p. 111-116. Cet article a été à l'origine d'une discussion: A. COELHO F. DA SILVA, *Uma carta a propósito do guerreiro de Refojos de Basto*, «Arqueologia», 5, 1982, p. 80-82 et C. A. FERREIRA DE ALMEIDA, *Resposta*, «Arqueologia», 5, 1982, p. 82-84. D'autre part, l'épigraphie sert de support à l'article de A. COELHO F. DA SILVA, *Organizações gentílicas entre Leça et Ave*, «Portugalia», I, 1980, p. 79-90.

Les régions de Chaves et de Braga ont fourni des dédicaces à Jupiter et des inscriptions funéraires: C. A. FERREIRA DE ALMEIDA, *Nova e importante ara a Júpiter (Fiães, Valpaços)*, «Arqueologia», 5, 1982, p. 69-70; P. LE ROUX et A. TRANOY, *Nouvelles inscriptions du Nord du Portugal*, «Minia», 6, 1982, p. 31-37. Une stèle funéraire de Favaios (Alijó) a été étudiée par C. A. BROCHADO DE ALMEIDA et M. ALVES PLÁCIDO, *A estela funerária romana da Quinta de S. Jorge (F av aios-Alijó)*, «Arqueologia», 7,

1983, p. 48-51. De son côté, la nouvelle revue «Brigantia» publie quelques inscriptions funéraires de la région de Bragance: B. AFONSO et J. M. MORAIS, *Brigantia*, I¹, 1981, p. 82 et B. AFONSO, *Brigantina*, I², 1981, p. 82 et B. AFONSO, *Brigantina*, I², 1981, p. 148 et 150.

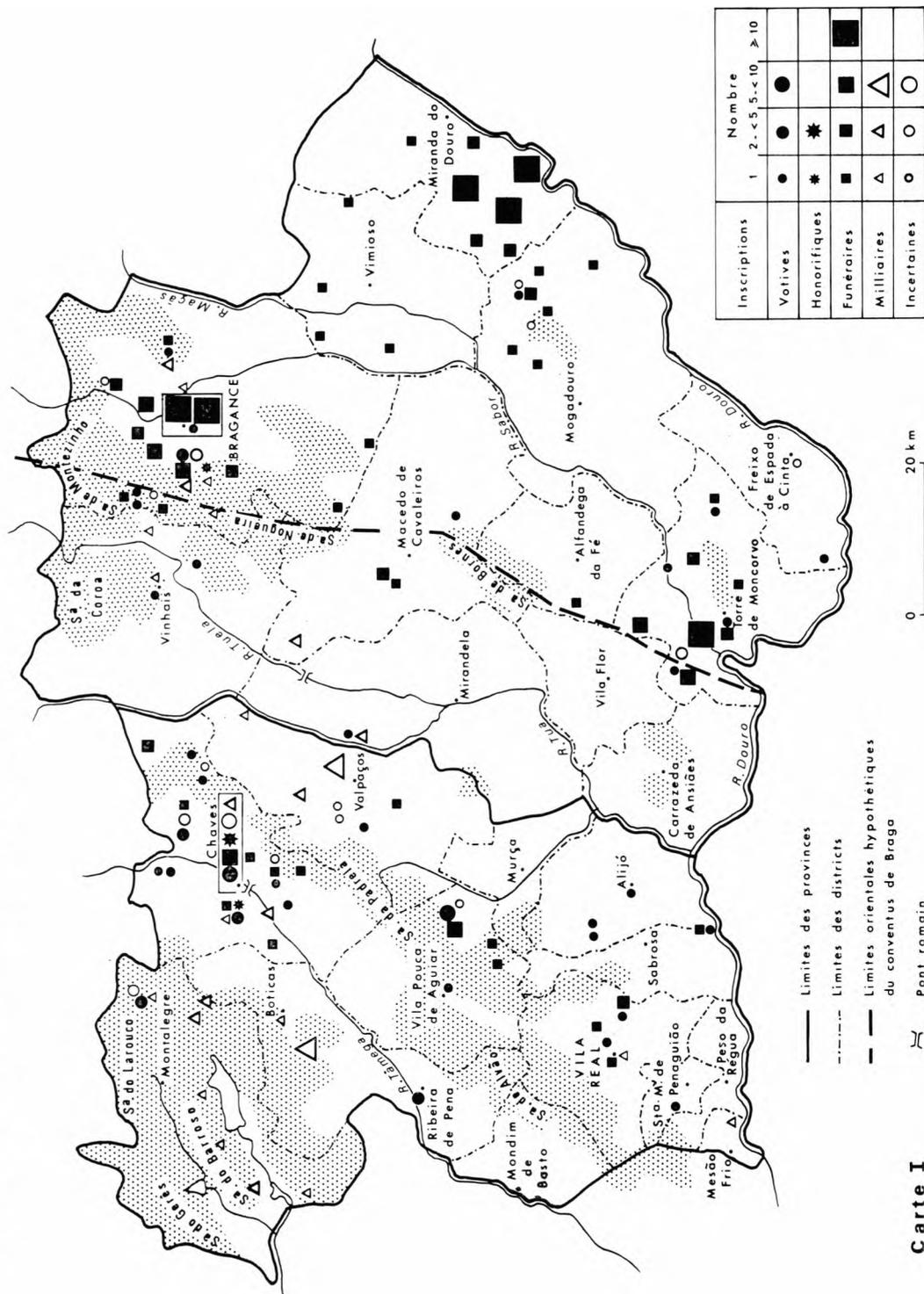
Enfin, une importante collection épigraphique inédite va être présentée par L. A. DOS SANTOS, P. LE ROUX et A. TRANOY, *Inscrições romanas do Museu Pio XII em Braga*, «Bracara Augusta» (sous presse).

A travers toutes ces publications, on peut constater la vitalité de la recherche épigraphique dans le Nord du Portugal.

Abréviations

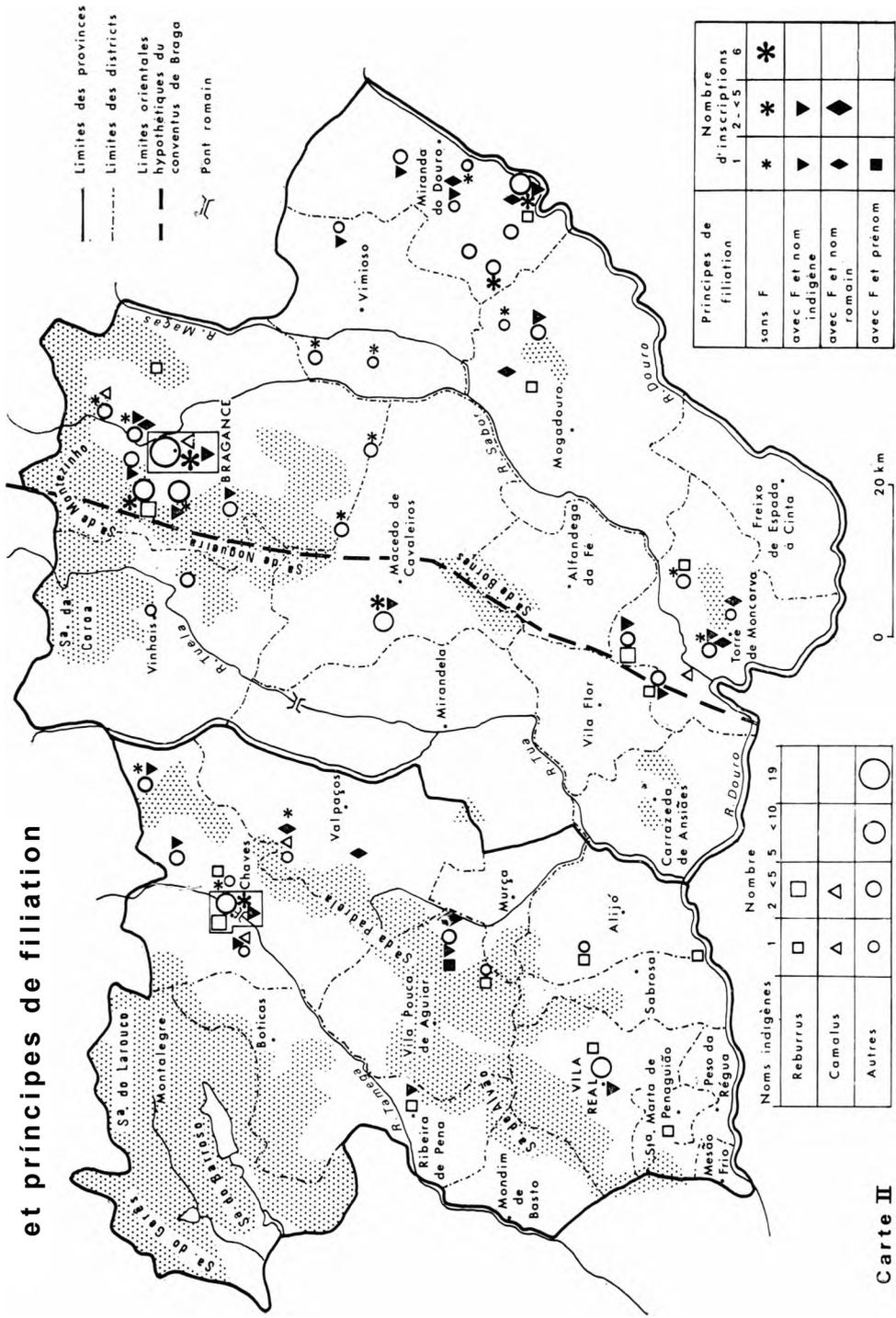
| | |
|-------------|---|
| <i>AE</i> | Année Épigraphique. |
| <i>AP</i> | O Arqueólogo Português. |
| <i>CAN</i> | Congreso Nacional de Arqueología (Espagne). |
| <i>CIL</i> | Corpus Inscriptionum Latinarum. |
| <i>CNA</i> | Congresso Nacional de Arqueologia (Portugal). |
| <i>EE</i> | Ephemeris Epigraphica. |
| <i>HAE</i> | Hispania Antiqua Epigraphica. |
| <i>ILER</i> | Inscripciones Latinas de la España Romana. |
| <i>MCV</i> | Mélanges de la Casa de Velázquez. |
| <i>RG</i> | Revista de Guimarães. |
| <i>TAE</i> | Trabalhos de Antropologia e Etnologia. |

EPIGRAPHIE du Trás-os-Montes

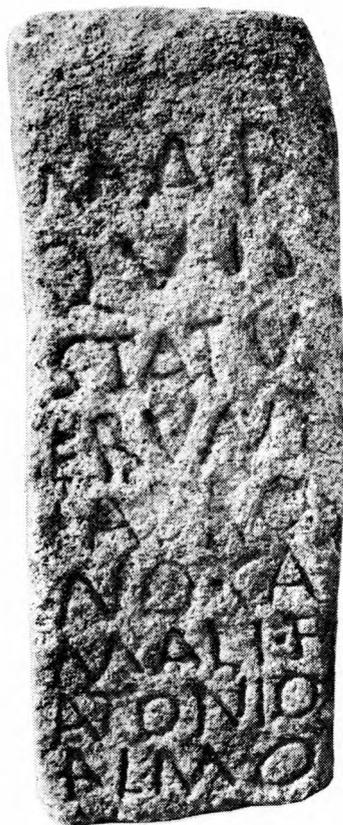


Carte I

ONOMASTIQUE INDIGENE et principes de filiation



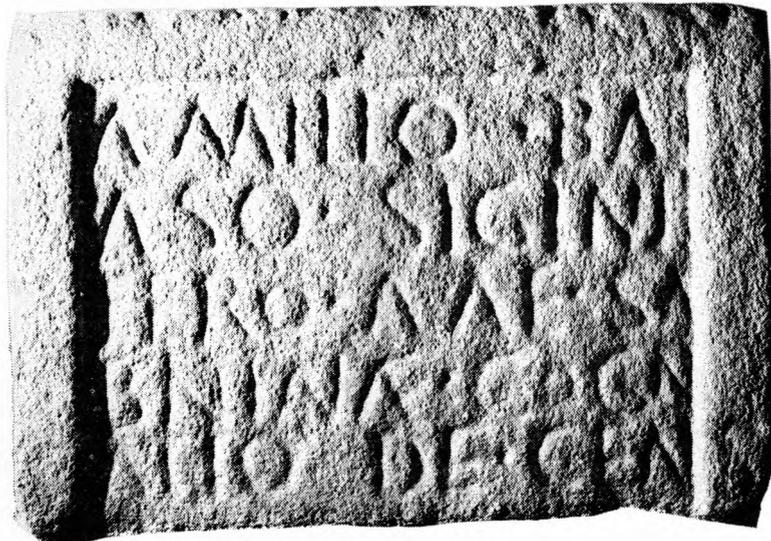
Carte II



1



2



3

4



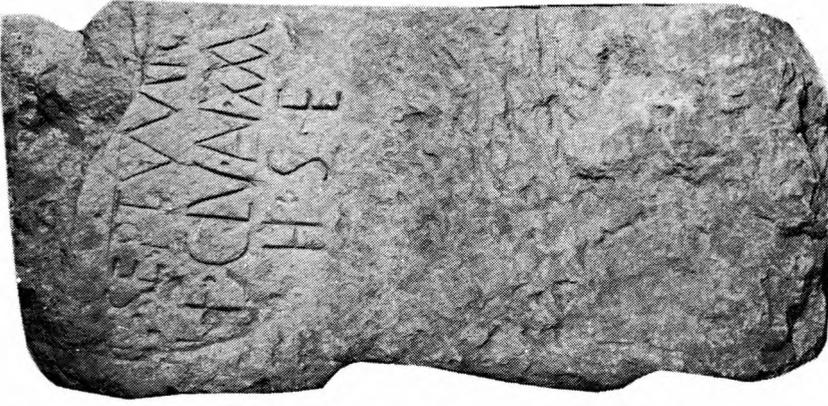
6



5



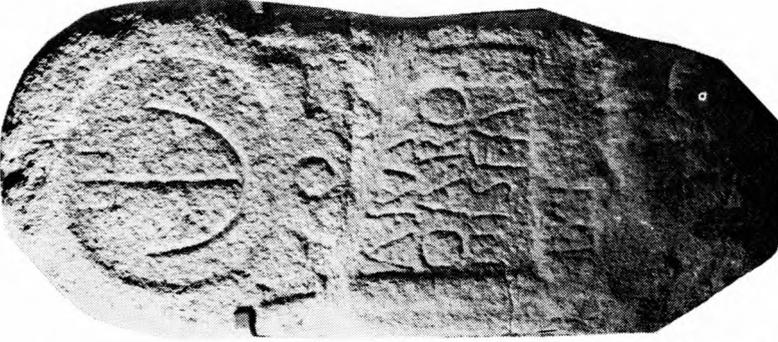
4



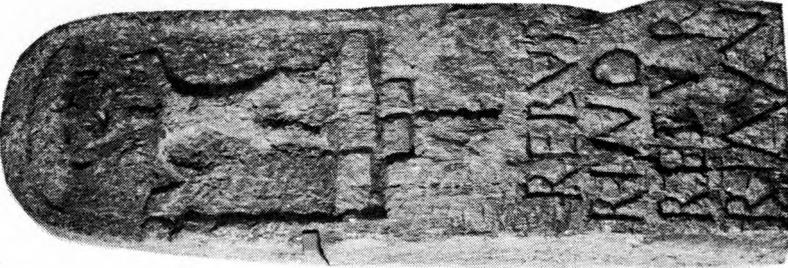
10



9



8



7



13



12



11

ROSA VARELA GOMES
Licenciada em Historia

MÁRIO VARELA GOMES
Arquitecto

UMA ESTELA EPIGRAFADA DA HERDADE DOS FRANCISCOS
(GARVÃO)
«Conimbriga», XXIII (1984), p. 43-54

RESUMO: OS autores estudam a estela erguida à memória de *Ladronus*, filho de *Dovaius*, *Bracarus* do *Castello Durbede*, falecido com 30 anos de idade, encontrada perto das ruínas de um *vicus* ou de uma *villa rustica*, na Herdade dos Franciscos (Garvão) que ofereceu materiais dos sécs. I ao m d.C.

Este monumento, pertencente ao grupo de lápides provenientes do Sudoeste Alentejano (*Conventus Pacensis, Lusitania*), mostra realização pouco cuidada, com formulário simples, sem a invocação aos deuses Manes, utilizando grande variedade na forma das letras. As suas características permitiram integrá-la num meio pouco erudito e tardo, do séc. II ou dos inícios do séc. III d.C.

Os antropónimos registados encontram paralelos, sobretudo, no NO Peninsular, de onde emigram muitos outros galaicos para se instalarem na Lusitânia e na Bética, atraídos pelos trabalhos de mineração ou pela colonização das suas extensas planícies. O *Castello Durbede* poderá ser algum dos muitos pequenos povoados fortificados da zona de entre Lima e Ave, talvez perto de Ronfe, povoação de onde provém a ara dedicada ao *Deus Durbedico* (possivelmente uma divindade indígena, aquática e ctónica, protectora da comunidade ali instalada).

RÉSUMÉ: Les auteurs étudient la stèle érigée à la mémoire de *Ladronus*, fils de *Dovaius*, *Bracarus* de *Castello Durbede*, décédé à l'âge de 30 ans, trouvée près des ruines d'un *vicus* ou *villa rustica*, dans l'Herdade dos Franciscos (Garvão), et où l'on a recueilli des matériaux du I au III siècle ap. J.-C.

Ce monument qui appartient au groupe des stèles funéraires provenant du Sud-Ouest Alentejan (*Conventus Pacensis, Lusitania*), révèle une facture peu soignée, avec formulaire simple sans l'invocation aux dieux mânes, utilisant une grande variété dans la forme des lettres.

Ses caractéristiques permettent de l'intégrer dans un milieu peu érudit et tardif, du II siècle ou du début du III siècle ap. J.-C. L'onomastique relevé trouve leurs équivalents, surtout, dans le NO de la Péninsule, d'où émigrent un grand nombre d'autres *Callaeci* qui viennent s'installer en Lusitanie ou en Bétique, attirés par les travaux d'exploitation minière ou par la colonisation de leurs vastes plaines.

Castello Durbede était probablement une des petites agglomérations fortifiées de la région entre le Lima et l'Ave, située peut-être au voisinage de Ronfe, localité d'où provient l'autel consacré au *Deus Durbedicc* (sans doute une divinité indigène, aquatique et chtonienne, protectrice de la communauté y installée).

UMA ESTELA EPIGRAFADA DA HERDADE DOS FRANCISCOS (GARVÃO)

1. A descoberta

No mês de Maio de 1981, dirigimo-nos a Garvão com a finalidade de ali observarmos uma estela epigrafada da I Idade do Ferro, descoberta havia algum tempo e que fazia parte de um pequeno núcleo de objectos arqueológicos, reunidos pelo «Grupo Cultural e Recreativo» local.

Integrada naquela colecção encontrava-se ainda a estela que é objecto desta notícia, recolhida na Herdade dos Franciscos, em Agosto de 1980, pelos senhores J. Pacheco e M. Zacarias, activos membros do grupo referido.

A Herdade dos Franciscos é um dos latifúndios da freguesia de Garvão, situando-se apenas cerca de 1 Km a sul daquela vila. Administrativamente pertence ao concelho de Ourique e ao distrito de Beja (Fig. 1). O monumento funerário agora dado a conhecer foi descoberto avulso, numa extensa zona da herdade onde se observam ruínas, talvez de um *vicus*, ou de uma *villa rustica* e de onde provêm outros materiais do período romano.

Caetano Beirão e José Olívio Caeiro procederam ali a escavações de emergência, numa área que iria ser afectada pela construção de uma estrada, identificando-se na altura restos de estruturas habitacionais e materiais romanos que abrangem um período situado entre os séculos i e m d.C.

2. O monumento (Fig. 2 e 3)

Mostra forma estelar, subparalelepípedica, pouco espessa, aproveitando uma laje natural de xisto grauváquico comum na região, não muito duro, de cor cinzenta, com pátina de cor castanha clara, rudemente afeiçãoada, medindo actualmente 0,68m x 0,40m e com a espessura máxima de 0,125m.

A face epigrafada apresenta sinais de regularização encontrando-se mal conservada, com fracturas várias e com uma extensa ferida na parte inferior, provocada pelo ferro de uma charrua, talvez a que pôs a descoberto a lápide.

Longitudinalmente, junto ao bordo direito, uma extensa fractura atingiu o campo epigráfico e amputou o monumento em cerca de 1/6 do que calculamos ter sido o seu volume inicial.

Os restantes bordos da peça mostram ainda algumas fracturas e estalamentos, encontrando-se a parte inferior ou proximal afeiçãoada em cunha, de modo a permitir uma melhor fixação ao terreno. A parte enterrada teria uma altura de 0,15 m, ficando a última linha da inscrição perto do solo.

O campo epigráfico, de forma rectangular, actualmente com 0,35 m X 0,30 m ocupa a parte central da estela, deixando em seu redor um espaço que era constituído por quatro faixas anepígrafas, uma na parte superior e outra na inferior, sensivelmente com as mesmas dimensões (0,15 m), medindo a faixa lateral do lado esquerdo, cerca de 0,10 m de largura. A faixa lateral direita desapareceu com a fractura longitudinal que o monumento sofreu.

Seis linhas auxiliares, paralelas entre si e distanciadas de 0,04 m a 0,06 m, decrescendo as suas larguras de cima para baixo, ordenam o texto no espaço epigráfico, dando-lhe maior marcação e dividindo-o para nele se inscreverem as letras.

A primeira linha auxiliar mostra um esboço finíssimo, realizado anteriormente ao traço profundo que limita superiormente o campo epigráfico, notando-se menor marcação das linhas auxiliares na parte média da inscrição e estando ausente a marcação da última linha. Na gravação da epígrafe foram primeiramente esboçadas, por incisão fina, as linhas auxiliares e as letras, marcando-se em seguida algumas das linhas auxiliares por abrasão, terminando-se

por aprofundar os traços constituintes das letras, utilizando-se também a abrasão.

Tanto a gravação das letras como das linhas auxiliares apresentam secção em forma de V, mostrando ter sido usada a ponta de um artefacto metálico, possivelmente de ferro.

O texto está mal alinhado à esquerda sendo possível que na parte direita, hoje perdida, face as medidas das letras em falta, encontrássemos situação idêntica.

As letras são capitais, algumas assimétricas, com *ductus* irregular e hesitações, raramente se sobrepondo às linhas auxiliares. Separando as palavras encontramos, um pouco acima da meia altura das letras, os *puncti distinguentes*.

A leitura desta epígrafe, com luz rasante, permitindo-nos executar o decalque cuja redução apresentamos na fig. 2, sempre preferível a um desenho, é a seguinte:

LADRONV[S] / DOVAI • BRA[CA]/RVS • CASTEL[LO] /
DVRBEDE • [H]IC / SITVS • ES[T] • AN[N]0/RV[M] XXX
(*triginta ?*) / [S(*it*)] • [T(*ibi*)] • T(*erra*) • L(*ms*) •

A sua tradução parece não nos oferecer grandes problemas propondo-se:

Aquí jaz *Ladronus* (filho de) *Dovaius*, *Bracarus* do *Castello Durbede*, de trinta anos de idade. Que a terra te seja leve.

As letras mostram alturas muito variáveis conforme podemos observar:

| | | | |
|-------------------|-----------|-------------------|-----------|
| Linha 1: 1, 3 e 4 | — 0,045 m | Linha 2: 1, 3 e 4 | — 0,04 m |
| 2 | — 0,05 m | 2 e 5 | — 0,03 m |
| 6 e 7 | — 0,04 m | 6 | — 0,035 m |
| 5 | — 0,035 m | 7 e 8 | — 0,045 m |
| Linha 3: 1, 5 e 6 | — 0,04 m | Linha 4: 1, 2 e 5 | — 0,035 m |
| 2, 3, 4, | | 3 e 4 | — 0,04 m |
| 7 e 8 | — 0,035 m | 6 e 7 | — 0,03 m |
| 9 | — 0,03 m | 8 | — 0,025 m |

| | | | |
|----------------|-----------|----------------|-----------|
| Linha 5: 1 e 6 | — 0,035 m | Linha 6:2 | — 0,035 m |
| 2, 3, 4, | | 4, 5 e 6 | — 0,03 m |
| 9 e 10 | — 0,03 m | Linha 7: 3 e 4 | — 0,04 m |
| 5 | — 0,05 m | | |
| 7 e 8 | — 0,04 m | | |

Nota-se imediatamente um decréscimo na altura das letras, sobretudo a partir da terceira linha.

A letra *A* mostra sempre maiores dimensões que as restantes e pelo modo como se encontra grafada quase parece um *A*. O *N* apresenta duas formas distintas, lembrando letras idênticas dos alfabetos pré-latinos peninsulares.

As letras *O* e *I* têm sempre, numa mesma linha, alturas inferiores às das restantes letras, fazendo também por isso recordar as escritas pré-latinas, onde aliás se faz uso generalizado de linhas auxiliares, constituindo autênticas carteias.

3. Comentário

O monumento agora estudado integra-se num grupo de esteias funerárias provenientes do Sudoeste Alentejano (*Conventus Pacensis, Lusitania*). Esse grupo apresenta como características principais, que o individualizam, em relação à restante epigrafia peninsular, a utilização de lajes de xisto, naturais ou rudemente afeiçoadas, desprovidas de molduras, com o campo epigráfico dividido por linhas auxiliares, utilizando nas letras grande variedade formal, até numa mesma lápide, detectando-se frequentes erros ortográficos, faltas e hesitações, em textos concisos com formulário simples, onde geralmente se não faz a invocação aos deuses Manes.

A análise formal desta esteia permite-nos integrá-la num meio pouco erudito, onde se conhece de modo deficiente o latim e as regras da epigrafia romana, sobretudo as suas fórmulas típicas, revelando inexperiência e, como acima indicámos, aspectos que denotam arcaísmos de que encontramos analogias em formas da epigrafia pré-latina. Este último aspecto não deve ter outro significado que o de simples convergência formal pois não esqueçamos que, no Sudoeste Peninsular, existe um largo hiato, contando mais de cinco séculos, que decorre entre a utilização da escrita na

I Idade do Ferro e a escrita em caracteres latinos. Esta descontinuidade impede-nos pois de, em termos históricos e culturais, aceitarmos qualquer relação, mesmo técnica, da epigrafia da I Idade do Ferro com a do período romano. Uma hipótese, no entanto ainda em aberto, é a de formas dos alfabetos da área levantina e do Sudeste Peninsular, ali utilizados até à romanização, conhecidos apenas esporadicamente no Sudoeste durante a II Idade do Ferro, como nos mostram os numismas de *Keuion* (Alcácer do Sal) e um número escasso de grafitos (mesmo alguns desses claramente importados do Sudeste) poderem, de certo modo, ter influenciado aspectos da epigrafia romana daquela área (Beirão e Gomes, 1980; 1982).

O tipo de letras, a sua forma variável, os *A* com as barras muito descaídas e os *E* e os *L* com as barras muito curtas e inclinadas, conduzem-nos a datar este monumento, onde está ausente a invocação aos deuses Manes e com construção epigráfica vulgar, de tipo evolucionado com características tardias, no séc. n d.C. ou mesmo nos inícios do séc. m d.C. As esteias funerárias posteriores ao séc. m d.C. integram geralmente na sua formulação a era hispânica, o que não acontece ainda no monumento agora estudado, permitindo-nos melhor aceitar a cronologia proposta.

Uma barra vertical cortando o primeiro signo do registo da idade do defunto levanta-nos o problema de ficarmos na incerteza se o lapicida quis mencionar trinta anos ou, antes, outra idade próxima daquela, que também por erro não ficou explícita.

Ladronus Bracarus, filho de *Dovaius*, falecido na Lusitânia aos 30 anos de idade, parece-nos ter sido um indígena romanizado, sendo um dos seus nomes — *Bracarus* — de clara origem étnica.

O antropónimo *Ladronus* foi já registado em pelo menos três lápides, provenientes respectivamente de Cárquere (Lamego) (*Ladroni*) (CIL II, 5248; ILER, 4876), Monte Mosinho (Penafiel) e Alvarelhos (Santo Tirso) (Fig. 1) (Le Roux e Tranoy, 1974, p. 250-252; Silva, 1980, p. 84-85, ests. III e V; Vives, 1971, p. 454).

A lápide de Penafiel refere um *Ladronus* filho de *Avitus*, também um indígena, devendo ser datada da primeira metade do séc. II d.C. A inscrição de Alvarelhos cita um *Ladrono Antonio*, filho de *Camalus*, a quem os *madequisenees*, habitantes do Castelo da Maia, erigiram aquele monumento, nos meados do séc. m d.C.

Um antropónimo indígena semelhante — *Adronus* — foi já detectado, pelo menos duas vezes, em inscrições do *Conventus Bracarensis*, uma proveniente de Braga (CIL II 2430) e outra do Castro de Rubiás (Orense) (CIL 2519; ILER 2226) (Fig. 1).

Também o patronímico *Dovai* foi anteriormente registado numa lápide descoberta em Villar del Pedroso (Cáceres) onde é mencionado um *Maelo Dovai filius* (CIL II 6336; ILER 3817) (Fig. 1).

Na inscrição dos Franciscos este patronímico aparece em genitivo e não se faz acompanhar da abreviatura *F.*, indicativa da filiação, falta que se deve atribuir ao rude conhecimento do latim, também revelado nesta esteia com a ausência de outras letras (o *H* de *hic* e um *N* de *annorum*) ou a hábitos autóctones de denominação, ainda próprios de populações pouco romanizadas (Faust, 1979, p. 436; Firmat, 1976, p. 62-63). O etnónimo maior *Bracarus*, aqui na sua forma indígena, foi detectado em inscrições provenientes de Vila Fria (Felgueiras) (ILER 5354) e de Vila da Feira (ILER 943) (Fig. 1) (Firmat, 1975, p. 44). Como a menção do etnónimo maior não fosse julgada suficiente para indicar a origem do indivíduo tumulado, foi ainda registada na lápide de Garvão a sua naturalidade, a procedência real ou *origo*, juntando-se o etnónimo menor *Castello Durbede*, situação que encontra vários paralelos. Assim, numa estela de Calañas (Huelva) menciona-se um *Limicus* do *Castello Berensi* e, um outro, do *Castello Talabrica (Conventus Bracarensis)*, é referido numa lápide de El Repilado (Huelva), revelando-nos também uma unidade étnica suprafamiliar (Luzón, 1974, p. 290, 295; Firmat, 1975, p. 41, 64, 66).

E portanto normal que ao nome e ao patronímico se juntem uma ou mais entidades suprafamiliares, etnónimos referidos ao *populus* (raramente), à *civitas*, à tribo ou ainda à *gentilitas* a que pertencia o indivíduo tumulado.

Regista-se na esteia agora estudada um topónimo, em ablativo, que corresponde a um povoado fortificado de que ainda não possuímos testemunhos arqueológicos, importando referir que dele pode derivar o teónimo adjectivado *Durbedico* (dat.), encontrado numa lápide proveniente de Ronfe (Guimarães) (CIL II, 5563; ILER 808). Parece-nos pois estarmos em presença de uma divindade indígena de sexo masculino conforme nos mostra a adopção do sufixo *ico*

(*Deus Durbedicus*), possivelmente protectora do *Castello Durbede* e da comunidade ali instalada, encontrando paralelo com outros deuses e génios tutelares de povoações ou vinculados aos *oppida* (Cuevillas e Pinto, 1933-34, p. 353-356; Firmat, 1975, p. 56-60).

A classificação do *Deus Durbedicus* no grupo das divindades aquáticas necessita de revisão perante a inscrição dos Franciscos, não sendo todavia de excluir a sua relação etimológica com o radical *durb*, tido como de origem celta, encontrado em potamónimos como *durio*, *durbis* e *durbiae*, já apontados por Leite de Vasconcellos (1905, p. 329-331), (Blázquez, 1977, p. 311-312; Cuevillas e Pinto, 1933-34; p. 319; Encarnação, 1975, p. 177-179), curiosamente associado neste monumento ao antropónimo *Ladronus* que também parece ter a sua origem em hidrónimos como *adu* ou *adro* (= corrente de água) (Firmat, 1966, p. 8, 110).

Outra divindade de carácter aquático *Tameobrigus*, registada numa lápide votiva encontrada perto da confluência do Douro com o Tâmega, está também conectada, não só com um hidrónimo actual (Tâmega), como com o topónimo *Tamagani* (CIL II, 2477; ILER 1084) de uma lápide de Chaves, certamente designando uma entidade suprafamiliar vinculada a um povoado (Blázquez, 1977, p. 318-319).

Estes teónimos revelando divindades aquáticas e ctónicas indicam-nos interessantes atributos de alguns dos rios do Noroeste, cujas águas parecem ter desempenhado importantes funções, ao mesmo tempo fecundadoras e profiláticas, sobretudo no quadro mitológico pré-romano.

A estela dos Franciscos é, pois, um importante monumento, atribuível ao séc. n ou aos inícios do séc. m d.C., cuja forma e realização se integra, como vimos, no tipo de lápides encontradas no Sudoeste Alentejano (concelhos de Aljustrel, Ourique e Almodovar) (Encarnação, 1978), embora o seu conteúdo mantenha estreitas ligações com a epigrafia do Noroeste, sobretudo no plano onomástico, para o qual encontramos paralelos maioritariamente no *Conventus Bracarenensis* (Fig. 1).

O *Castello Durbede* deverá ser algum das muitas dezenas de pequenos povoados fortificados, a maioria romanizados, da zona de entre Douro e Minho ou, mais precisamente, entre o Lima e o Ave, onde se instalavam os *Bracari*, talvez sobranceiro ao rio Ave,

em Ronfe, ou perto daquela povoação, de onde provém a ara dedicada ao *Deus Durbedicus*. Bem perto de Ronfe, sobre a margem direita do rio Ave, encontram-se dois relevos propícios ao assentamento de comunidades da Idade do Ferro, ambos curiosamente cristianizados com capelas, um a cerca de 2 km a norte, denominado Anjo, e o outro, 3 km a sudoeste, com o sugestivo topónimo Crasto e em cuja capela é orago Santa Tecla (cf. Carta Militar de Portugal, Antas — V. N. de Famalicão, 84, 1948).

O conhecimento de mais um *castellum* (*) integrado na estrutura da organização gentílica, em pleno séc. n ou m d.C., vem confirmar a manutenção de um modelo de organização social, administrativa e política que os romanos terão encontrado, e pelo menos mantido em parte, no Noroeste Peninsular, permitindo identificar outros topónimos que até ao momento por apenas serem precedidos da abreviatura C- ou *0 foram tidos como centúrias, tese que tem vindo ultimamente já a ser posta de parte (Firmat, 1975, p. 62).

Ladronus Dovai um *Bracarus* do *Castello Durbede* morreu com a idade média de vida do seu tempo, distante da sua terra natal, num *vicus* em plena Lusitânia, aliás como outros galaicos (*limicus*, *talabrincensis*), de que se conhecem as esteias funerárias no Sudoeste (Cáceres, Huelva), para aí deslocados, talvez atraídos pelas actividades mineiras, como mostram os exemplos epigráficos encontrados na região dos rios Tinto e Odiei, em Huelva (Calañas, Rio Tinto, El Repilado, Villanueva de los Castillejos), ou pelas colonizações das extensas planícies do sul da Lusitânia e da Bética (Luzón, 1974, p. 281, 290, 294, 295, 298, 302; Firmat, 1975, p. 63).

Ainda recentemente também M. Manuela A. Dias (1979), num bem fundamentado trabalho, reconheceu a origem norte-peninsular de muitos antropónimos registados em esteias do *Conventus Pacensis*, encontrando uma possível explicação na emigração com vista aos trabalhos de mineração. Estes movimentos migratórios que fazem instalar populações do norte da Península

(0 *Castellum* não deve assumir o mesmo significado que *castrum*, cujos atributos mais importantes serão o seu aspecto urbanístico com vias ortogonais, orientadas segundo os pontos cardeais, a chamada regra da *castrametatio*, essencialmente utilizada em acampamentos militares. Os *castella* são de dimensões mais reduzidas, redutos que visavam o controle de uma posição estratégica.

no Sul e Sudoeste Ibérico, ocupadas tanto na agricultura como na mineração, mostram, em última análise e de modo claro, as diferentes dinâmicas da ocupação territorial da Península, revelando-nos afinal a mesma fraca densidade populacional que ainda hoje conhecemos nas terras do sul, mais avessas à instalação das comunidades humanas*.

BIBLIOGRAFIA

- BEIRÃO G. M. e GOMES M. V. — 1980 — *A I Idade do Ferro no Sul de Portugal — Epigrafia e Cultura*, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, 33 pp., Lisboa.
- 1982 — *Grafitos da Idade do Ferro do Centro e Sul de Portugal*, «Actas del III Colóquio Sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Peninsula Ibérica», Salamanca (no prelo).
- BLÁZQUEZ, J. M.—1977 — *Imagen y Mito—Estudios sobre religiones mediterraneas e ibéricas*, 496 pp., 167 figs., Ediciones Cristandad, Madrid.
- CUE VILLAS, F. L. e PINTO, R. de S.—1933-34 — *Estudos encol da Edad do Ferro no Noroeste da Peninsula — As tribus e a sua ccstituzón política*, «Arquivos do Seminário de Estudos Galegos», n.º VI, pp. 261-367.
- DIAS, M. M. A. — 1979 — *A propósito da inscrição B-143 do Museu Regional de Beja*, «Conimbriga», Vol. XVIII, pp. 203-226.
- ENCARNAÇÃO, J. d'— 1975 — *Divindades Indígenas sob o Dominio Romano em Portugal, Subsídios para o seu estudo*, 334 pp., 69 figs., Imprensa Nacional — Casa da Moeda, Lisboa.
- 1978 — *Estelas Romanas Inéditas do Sudoeste Alentejano*, «Conimbriga», Vol. XVII, pp. 41-53.
- 1979 —* *Sociedade Romana e Epigrafia*, Museu de Arqueologia e Etnologia do Distrito de Setúbal, 75 pp., 15 ests., Setúbal.
- 1979 à) — *Introdução ao Estudo da Epigrafia Latina*, Cadernos de Arqueologia e Arte, n.º 1, Institutos de Arqueologia e de História da Arte, Faculdade de Letras de Coimbra, 49 pp., 6 ests., Coimbia.
- FAUST, M.—1979 — *Tradición lingüística y estrutura social: El caso de las gentilitates*, «Actas del II Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Peninsula Ibérica», pp. 435-452, Universidad de Salamanca, Salamanca.
- FIRMAT, M. L. A. — 1966 — *La Onomástica Personal Primitiva de Hispania Tarraconense y Betica*, Theses et Studia Philologica Salamanticensia XIII, 384, pp., 12 mapas, Salamanca.

* Agradecemos ao Dr. José d'Encarnação as correções introduzidas neste artigo.

- 1975 — *Organizaciones suprafamiliares en la Hispania Antigua*, «Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología», Universidad de Valladolid, Vol. XL-XLI, pp. 5-66.
- 1976 — *La antroponimia prerromana de la Península Ibérica*, «Actas del I Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica», pp. 57-86, Universidad de Salamanca, Salamanca.
- GUIMARÃES, O. — *Catálogo do Museu Archeologico*, «Revista de Guimarães», Vol. XVIII, pp. 38-72.
- HÜBNER, E. — 1869 — *Corpus Inscriptionum Latinarum*, Vol. II, Berlim.
- 1892 — *Supplementum ad Volumen II*, Berlim.
- LE ROUX, P. e TRANOY, A. — 1974 — *Contribution à l'étude des Régions Rurales du NO. Hispanique au Haut-Empire: Deux inscriptions de Penafiel*, «Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia», Vol. I, pp. 249-258, III ests., Porto.
- LUZON, J. M.—1974— *Antigüedades Romanas en la Provincia de Huelva*, «Huelva: Prehistoria y Antigüedad», Editora Nacional, Madrid, pp. 271-320.
- SILVA, A. C. F. — 1980 —* *Organizações gentilicias entre Lega e Ave*, «Portugalia», Nova Série, Vol. I, pp. 79-90, V ests.
- 1982 — *Novos dados sobre a organização social castreja*, «Portugalia», Nova Série, Vol. II, pp. 83-94, VI ests.
- VASCONCELLOS, J. L. —1905 — *Religiões da Lusitânia*, Vol. II, 372 pp., 82 figs., Imprensa Nacional, Lisboa.
- 1910 — *Analecta Archaeologica*, «O Arqueólogo Português», Vol. XV, pp. 321-328.
- VIVES, J. — 1971—*Inscripciones Latinas de la España Romana*, 631 pp., Barcelona.

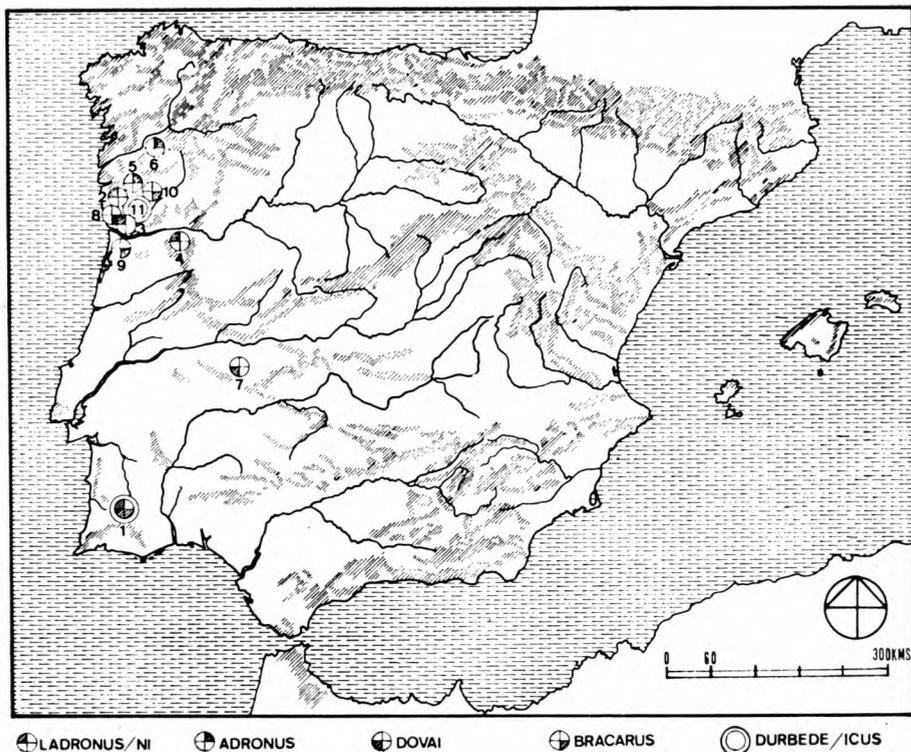


FIG. 1 — Distribuição dos antropónimos encontrados na lápide da Herdade dos Franciscos (a localização é aproximada).

- 1 — Herdade dos Franciscos (Ourique).
- 2 — Alvarelos (Santo Tirso).
- 3 — Monte Mosinho (Penafiel).
- 4 — Cárquere (Lamego).
- 5 — Braga.
- 6 — Castro de Rubiás (Orense).
- 7 — Villar del Pedroso (Cáceres).
- 8 — Vila Fria (Felgueiras).
- 9 — Vila da Feira.
- 10 — Braga.
- 11 — Ronfe (Guimarães).

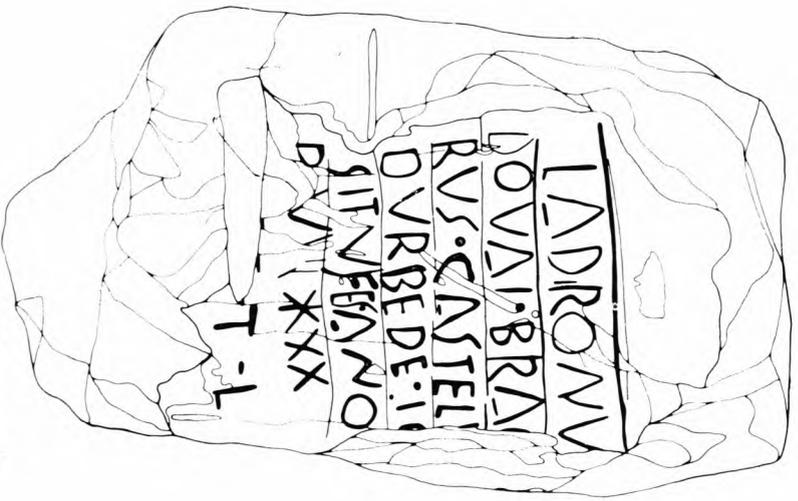


Fig. 2 — Estela da Herdade dos Franciscos: decalque (Esc. 1:5).

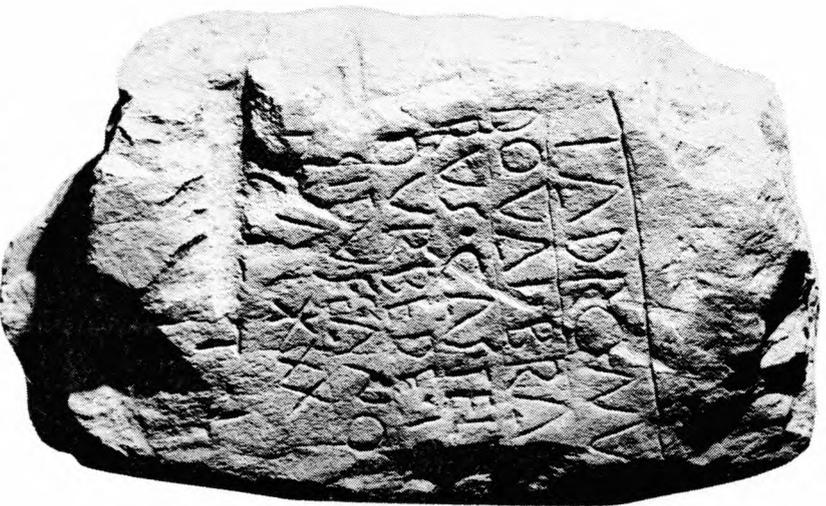


Fig. 3 — Fotografia (RV/81-6).

PIERRE SILLIÈRES

Professeur à l'Université de Toulouse

DEUX NOUVELLES BORNES DE LA VOIE EBORA-PAX IULIA
«Conimbriga», XXIII (1984), p. 55-67

RÉSUMÉ : AU cours de prospections, en vue de reconnaître l'itinéraire de la route romaine de *Pax Iulia* à *Ebora*, route qui n'apparaît pas dans l'*Itinéraire d'Antonin*, deux nouveaux milliaires ont été découverts par l'auteur, à Lindim (Aguiar) e Nossa Senhora de Ares (Viana do Alentejo). L'inscription du milliaire de Lindim est disparue. Le milliaire de Nossa Senhora de Ares, par l'inversion du prénom et du gentilice du César et par l'absence du *cognomen*, pose des problèmes d'interprétation. L'auteur propose son attribution à Crispus, en signalant qu'il ne s'agit là que d'une hypothèse. Le lieu de Nossa Senhora de Ares était probablement au début une *mansio* qui, par sa position au centre d'un bassin agricole fertile, a pu prospérer.

En *Addenda*, l'auteur présente la borne qui signalait la mille XI de la même route et restitue un texte qui n'avait pas été correctement interprété jusqu'à présent.

RESUMO : A estrada de *Ebora* a *Pax Iulia* não figura no *Itinerário de Antonino*. É todavia certa a sua existência e razoavelmente seguro o seu traçado. O autor identifica dois miliários em Lindim (Aguiar) e Nossa Senhora de Ares (Viana do Alentejo). A inscrição do miliário de Lindim desapareceu. O miliário de Nossa Senhora de Ares, indiscutivelmente *in situ*, assinalava a milha XVIII, contada a partir de *Ebora*. As irregularidades do texto tornam apenas hipotética a sua atribuição a Crispus.

Nossa Senhora de Ares corresponde possivelmente a uma estação viária, *mansio* que se terá convertido num burgo de razoável dimensão. Ficaria provavelmente no limite do território de *Ebora*.

Em *Addenda*, o autor apresenta o miliário que assinalava a milha XI da mesma estrada. Não sendo inédito, este miliário, atribuível a Maximino Trácio e seu filho Máximo, não havia sido até agora lido.

(Página deixada propositadamente em branco)

DEUX NOUVELLES BORNES DE LA VOIE *EBORA — PAX IULIA*

Fax Iulia, colonie romaine et chef-lieu de conventus (x), était reliée à la plupart des grandes agglomérations de la Lusitanie méridionale. En particulier, une voie la mettait en relation avec *Ebora*, une des plus importantes cités de cette région (2).

Au cours de prospections, en vue de reconnaître l'itinéraire précis de cette route romaine, deux nouveaux milliaires ont été découverts: l'un est malheureusement brisé et son inscription a disparu; l'autre, en revanche, est intact et constitue donc un nouveau document routier fort intéressant.

Cet itinéraire n'apparaît pas clairement dans l'*Itinéraire (l'Antonin)* (3) car ce médiocre guide routier présent en désordre les stations du long périple menant d'*Esuri* (Castro Marim) à *Arucci* (Aroche) par *Salada* (Alcácer do Sal) et *Ebora*; en particulier, *Pax Iulia* est oubliée entre *Ebora* et *Serpa* (Serpa). Aussi n'a-t-il pas été retenu dans la carte des voies du *Portugal romano*(4). Pourtant, ses vestiges archéologiques sont nombreux, surtout les bornes milliaires.

P) Sur cette *Colonia civium Romanorum*, voir A. TOVAR, *Iberische Landeshunde*, 2, *Lusitanien*, Baden-Baden, 1976 (= TOVAR, *Lusitanien*), p. 211-212.

(2) Cf. T OVAR, *Lusitanien*, p. 217-218.

(3) *It. Ant.*, 425,6-427,3.

(4) J. ALARCÃO, *Portugal Romano*, Lisbonne, 1974, p. 67. En revanche, elle est portée sur la carte de H. KIEPERT, *CIL*, II, suppl., *in fine*, ainsi que sur celle d'E. SAAVEDRA, *Discursos leídos ante la Real Academia de la Historia*, Madrid, 1862, carte *in fine*.

1) *Les milliaires connus*

Resende, le célèbre épigraphiste de la Renaissance, avait déjà attiré l'attention sur cette route romaine en mentionnant ses ponts et ses bornes (5). Toutefois, il ne précisa pas leur position et ne rapporta qu'une inscription d'Hadrien (6). Mais ces renseignements ne furent pas exploités par Hübner qui ne mentionne entre *Salacia* et *Pax Iulia* que deux bornes perdues dont il ne connaît pas du tout la provenance et qui ne correspondent pas à celle de Resende (7).

Aussi, jusqu'à une date assez récente, ne savait-on à peu près rien de cette voie, jusqu'à ce qu'un archéologue portugais s'intéresse aux voies de son pays (8). Le grand mérite de M. Saa est d'avoir recherché sur le terrain les vestiges des routes antiques (9). Par exemple, ses prospections lui ont permis de voir au moins une douzaine de bornes pour la voie qui nous intéresse ici. En voici une rapide rappel:

- Fonte do Seixo: 1 fragment de milliaire anépigraphé.
- Entre Zambujeira et Magalhão: 4 milliaires dont les inscriptions on disparu par érosion du granite; connu sous le nom de «Marco dos Diabos», l'un d'entre eux est encore dressé au bord du chemin antique (10).
- Gué de Camoeira sur le Xarrama: 5 ou 6 bornes cassées servant de «pas japonais», pour permettre aux piétons de franchir la rivière à pied sec. Un seul, qui, semble-t-il, a disparu

(5) «... *Item super Exarramam, Murtariam et Odivellam fluvios pontium dirutorum hic sublicia illic pilae, pilarum bases. Litterae in columnis intercidere...*» — A. DE RESENDE, *De Antiquitatibus Lusitaniae*, Coimbra 1970, I p. 220-221.

(6) «... *In una ... potui legere ... Imperatori Caesari Nervae Nepoti Trajanus Hadrianus Consul tercium...*», *ibid.*

(7) *CIL*, II, 4629 et 4630.

(8) M. SAA, *As grandes vias da Lusitânia*, 6 vol., Lisbonne, 1956-1964; pour l'étude intéressante la voie *Eborā-Pax Iulia*, voir le tome IV, 1963, p. 234-269 (= SAA, *Vias*).

(9) Aussi ne lui fera-t-on pas grief de ses localisations de villes antiques qui sont parfois assez fantaisistes.

(10) SAA, *Vias*, p. 251 et fig. 14.

récemment ⁽ⁿ⁾, portait une inscription incomplètement lue et attribuée à Hadrien probablement à tort (* il 12). Ces morceaux de bornes proviennent de la voie romaine qui passe à un demi-kilomètre de là.

• Nossa Senhora de Ares: milliaire dressé à l'est de cette église de pèlerinage voisine de Viana do Alentejo, à l'endroit où l'avait photographié M. Saa ⁽¹³⁾. On ne peut déchiffrer que le nombre XVII, indiquant au bas de la pierre la distance mesurée depuis Évora, et un O appartenent au texte, un peu au-dessus. Néanmoins, une étude plus précise, avec estampage, permettrait peut-être d'obtenir de meilleurs résultats.

2) *Les nouveaux milliaires*

— *Le milliaire de Lindim* (Aguiar) (pi. I)

Devant la ferme de Lindim, située à 3 km au sud-ouest d'Aguiar ⁽¹⁴⁾, est conservée la partie inférieure d'une borne milliaire, composée de sa base et du début du fût.

Matériau: granite.

Dimensions: hauteur totale: 98 cm dont base prismatique haute de 46 cm et fût 52 cm; diamètre du fût: 48 cm.

Inscription: disparue.

— *Le milliaire de Nossa Senhora de Ares* (Viana do Alentejo) (pi. II et III)

A une centaine de mètres au nord de l'église, à la limite ouest du site archéologique, est abandonné au sol un milliaire intact,

^(u) Selon le témoignage d'un gardien de troupeau, il aurait été enlevé, il y a deux ou trois ans, pour une destination inconnue.

⁽¹²⁾ SAA, *Vias*, p. 239 et fig. 16; en effet, le surnom Fel(ix) ne fut porté par les empereurs qu'à partir de Commode; aussi préférons-nous proposer Caracalla, qui prit un grand soin des voies de la Péninsule ibérique; le texte lu par M. Saa était: V / VSO / FEL / XIY / PP / FEC.

⁽¹³⁾ SAA, *Vias*, p. 256, fig. 19.

⁽¹⁴⁾ Coordonnées géographiques de la ferme: 7°59'45" — 38°21'50".

au milieu d'un tas de pierres, de blocs antiques, de *tegulae* et de fragments *d'opus signinum*.

Matériau: calcaire jaunâtre.

Forme: borne grossièrement cylindrique avec une base élargie et aplatie.

Dimensions: hauteur totale 158 cm dont 40 cm pour la base et 118 pour le fût; diamètre 32 cm.

Champ épigraphique: 59 X 30 cm.

DN
IVLIO
FLAVIO
NOB
CAES
XVIII



DN
IVLIO
FLAVIO
NOB
5 CAES
XVIII

*D(omino) N(ostro), / Iilio / Flavio, \ nob(ilissimo) / ⁵ Caes(ari) /
{milia passum} xviii.*

Hauteur des lettres: 1. 1: 6; 1. 2: 4-7; 1. 3: 5-7; 1. 4: 4,5-7,5;
1. 5: 6-8; 1. 6: 5-8. Espacements: 1: 2; 2: 3; 3: 2,5-3,5;
4: 1-3; 5: 4,5-6.

Malgré un effort d'alignement à gauche, la gravure de ce texte est bien maladroite: le lapicide n'a pas su conserver l'horizontalité des lignes qui, toutes, penchent vers le bas sur le côté droit; en outre, les dimensions des lettres varient considérablement dans une même ligne et les espacements sont aussi fort différents. Enfin, l'écriture n'a aucune régularité, certaines lettres étant fortement influencées par la cursive, en particulier les L et le A de la troisième ligne: il est enfin remarquable que la forme d'une même lettre peut varier, par exemple celle des A de *Flavio* et de *Caes*.

Néanmoins, la gravure est assez profonde pour que le déchiffrement de cette inscription n'offre aucune difficulté. Mais cela ne veut pas dire que ce texte soit d'interprétation facile. En effet, il présente deux graves anomalies: la première réside dans l'ordre des éléments du nom Iulius Flavius car il est inhabituel et tout à fait incorrect de placer *Iulius* avant *Flavius*; au contraire, on trouve toujours le gentilice *Flavius*, utilisé comme prénom par les princes de la dynastie constantinienne, en premier lieu et précédant le gentilice *Iulius*; cette inversion paraît un hapax ⁽¹⁵⁾ et met en évidence l'ignorance de l'*ordinator* qui ne devait pas avoir une idée bien claire de la titulature impériale; la deuxième anomalie, bien plus grave d'ailleurs, est l'absence de *cognomen*, car elle nous condamne à l'incertitude pour l'identification du César honoré ici.

On connaît, en effet, plusieurs princes s'appelant Flavius Iulius et qui reçurent le titre de César: ce sont les trois fils de Constantin le Grand, Flavius Iulius Crispus ⁽¹⁶⁾, Flavius Iulius Constantius ⁽¹⁷⁾ et Flavius Iulius Constans ⁽¹⁸⁾, auxquels il faut ajouter leur cousin Flavius Iulius Delmatius ⁽¹⁹⁾. Il est donc très difficile de faire un choix ⁽²⁰⁾ et nous ne pourrions proposer qu'une identification très hypothétique.

⁽¹⁵⁾ La consultation des instruments épigraphiques habituels, *CIL*, *EE*, *AE*, *DE*, n'apporte aucun autre exemple.

⁽¹⁶⁾ *DE*, II, p. 653-655; Crispus fut César de 317 à 326.

⁽¹⁷⁾ *DE*, II, p. 668-676; Constance fut César de 324 à 337.

⁽¹⁸⁾ *DE*, II, p. 627-631; Constant fut César de 333 à 337.

⁽¹⁹⁾ *DE*, II, p. 667-668; Delmace fut César de 335 à 337.

⁽²⁰⁾ Il paraît néanmoins normal de négliger Flavius Iulius Maiorianus (457-461).

Dans ce but, la seule démarche est, semble-t-il, de rechercher lequel de ces princes fut le plus fréquemment honoré dans la Péninsule Ibérique lorsqu'il était César. En fait, aucun ne le fut très fréquemment, mais Crispus l'emporte nettement puisque du fils aîné de Constantin on connaît déjà cinq bornes milliaires ⁽²¹⁾ et, probablement, une dédicace pure ⁽²²⁾. Ensuite, vient Delmace, au nom duquel, malgré la brièveté de son Césarat, on grava quelques milliaires, deux peut-être ⁽²³⁾. De Constance César, on connaît une borne sur laquelle il est honoré avec son aîné Constantin ⁽²⁴⁾ et une dédicace ⁽²⁵⁾. Enfin, il n'y a aucune borne connue au nom de Constant César qui n'apparaît que sur une dédicace de Chaves ⁽²⁶⁾.

Aussi, en répétant qu'il ne s'agit là que d'une pure hypothèse fondée sur les inscriptions connues aujourd'hui, donc, en partie, sur le hasard, proposons-nous d'attribuer cette borne à Crispus, le fils aîné de Constantin. Le rôle que paraît lui avoir réservé son père dans les affaires d'Occident ⁽²⁷⁾, peut expliquer une popularité plus grande que celle de ses frères.

La dernière ligne du texte confirme l'indication de l'autre milliaire de l'église d'Ares: comme le proposait M. Saa, c'est bien d'*Eborā* que les milles étaient comptés ⁽²⁸⁾. En effet, l'itinéraire de la voie entre Évora et Ares étant assuré, non seulement par les nombreuses bornes qui la jalonnent, mais encore grâce au vieux nom d "*Estrada dos Diabos* qui la désigne sur tout ce trajet, il est facile de vérifier les distances: par mesure au curvimètre le long

(21) *CIL*, II, 4764 = *ILER*, 1868; L. WICKERT, De nonnullis milliariis Bracarensibus, dans *Homenagem a Martins Sarmiento*, 1933, p. 446; *AE*, 1976, 282 d; *AE*, 1977, 376 et 436.

(22) *CIL*, II, 4107.

(23) *EE*, VIII, 223a et probablement, RODRIGUEZ COLMENERO, *La red viaria romana del Sudeste de Galicia*, Valladolid, 1976, p. 110, n.° 49.

(24) *CIL*, II, 4700.

(25) *CIL*, II, 4108 = *ILER*, 1234.

(26) *ILER*, 1232.

(27) Il reçut le commandement nominal des troupes défendant le *limes* contre les Francs et les Alamans en 320, puis de la flotte envoyée contre Licinius en 324.

(28) SAA, *Vias*, p. 249.

de cette *Estrada dos Diabos*, on constate que l'église d'Ares est à 28 km d'Évora, c'est-à-dire exactement à 19 milles.

Aussi, peut-on en conclure que le *Caput Viae* était bien *Eborā* et que le milliaire nouveau portant la distance de XVIII milles était dressé à Ares. En revanche, l'autre borne, celle qui indique seulement XVII milles, n'est pas *in situ* près de l'église; elle était originellement dressée à 3 km de là, en direction d'Évora, c'est-à-dire aux alentours de Samarra⁽²⁹⁾.

Au total, on connaît donc aujourd'hui l'existence d'une quinzaine de bornes milliaires entre Évora et Viana do Alentejo. Ce nombre élevé est fort étonnant alors qu'il n'en subsiste pas une seule entre Viana et Beja, c'est-à-dire sur une distance légèrement supérieure⁽³⁰⁾. Le hasard des découvertes ne peut expliquer une telle disparité.

En réalité, il n'y eut sans doute pas de bornage régulier entre Viana et Beja. Cette explication peut paraître singulière; elle s'explique pourtant par l'organisation des travaux routiers dans l'Empire romain. Certes, les constructions et les réfections de la voirie relevaient de l'empereur, mais les travaux eux-mêmes étaient le plus souvent effectués dans le cadre de la *civitas*, puisque les dépenses incombaient généralement aux propriétaires riverains⁽³¹⁾. Le conseil des décurions et les édiles municipaux avaient donc la charge des chantiers sur le territoire de leur cité. La conséquence était que les aménagements ou les restaurations s'arrêtaient à la frontière de celle-ci. Voilà pourquoi il n'y eut de bornage que dans la cité d'*Eborā*.

1) *La frontière entre les deux cités*

Cette constatation permet de proposer une délimitation approximative entre les territoires à *Eborā* et de *Pax Iulia*. En effet,

⁽²⁹⁾ Coordonnées géographiques de la ferme de Samarra: 7° 59' 45" — 38° 22' 48".

⁽³⁰⁾ Il y a 29 km d'Évora à Ares et environ 40 de cet endroit à Beja.

⁽³¹⁾ À ce propos du financement des travaux routiers dans l'Empire romain, on se reportera à T. PEKARY, *Untersuchungen zu den römischen Reichsstrassen*, Bonn, 1968, p. 113-115.

le dernier des milliaires de granite, de la même série que ceux d'Aguiar et de Camoeira, porte le nombre XVII, et celui que nous venons de publier indique la distance de XVIII milles, mesurée également depuis Évora.

Au-delà, il n'y a plus aucune borne. Aussi, à notre avis, la frontière entre les cités de *Pax Iulia* et d'*Eborā* devait passer dans cette zone. On remarquera d'ailleurs que la limite actuelle entre les districts de Beja et d'Évora est aussi légèrement au sud de Nossa Senhora de Ares.

2) *Vagglomération antique de Ares*

Une courte exploration des alentours de l'église suffit à convaincre de l'importance de ce gisement archéologique occupant peut-être une dizaine d'hectares et conservant des vestiges de grands bâtiments. Il a en effet fourni de nombreux vestiges et sa nécropole a, en partie, été fouillée⁽³²⁾. Plusieurs inscriptions en proviennent, non seulement celles qui sont prises dans les piliers de l'entrée de la clôture de l'église⁽³³⁾, mais aussi probablement celles que le *CIL*, II, attribue à Alvito⁽³⁴⁾.

Il s'agit donc d'une agglomération antique de quelque importance. Mais de quel genre ? A titre d'hypothèse, on proposera d'y voir un bourg routier qui aurait réussi. Au début simple *mansio* sur la route *Eborā-Pax Iulia*, sa position, au centre d'un bassin agricole fertile, lui permit sans doute de se développer et de prospérer.

Voilà donc une voie romaine qui sort de l'ombre où l'avait plongée *Vitinéraire d'Antonin*; grâce à sa richesse en milliaires, son tracé ne fait plus de doute, au moins entre Évora et Viana do Alentejo. Mais il y a encore beaucoup mieux à faire: la fouille du grand site archéologique de Ares serait d'un grand intérêt car elle mettrait au jour un bel exemple de bourg routier.

⁽³²⁾ F. ALVES PEREIRA, *Antiguidades de Vianna do Alentejo*, dans *AP*, 9, 1904, p. 271-296 et 10, 1905, p. 16-28.

⁽³³⁾ *CIL*, II, 88 et 89.

H *CIL*, II, 87, 90, 91 et 92.

ADDENDA

Cet article était déjà sous presse lorsque nous avons appris par notre ami Monsieur José d'Encarnação que la borne milliaire de Camoeira n'était pas perdue mais qu'elle avait été déposée à Évora dans les entrepôts du Service des Travaux publics où Madame Maria Manuela Borges Fernandes, qui avait assuré le sauvetage de ce précieux document épigraphique, nous a permis de l'étudier à loisir et de rectifier l'attribution proposée à la note 12. Qu'elle veuille bien trouver ici l'expression de notre vive reconnaissance.

Lieu de conservation actuel: Évora, Direcção de Estradas.

Lieu d'invention: Camoeira (5,5 km au nord d'Aguiar, sur la rive droite du Xarrama).

Forme: Milliaire en granite rose jaunâtre, conservé intégralement. Hauteur totale: 260 cm? Base: hauteur 70 cm? arêtes 60 cm. Fût: hauteur 194 cm, diamètre à l'extrémité supérieure 50 cm, à la base 62 cm.

Champ épigraphique: 98 x 143.

¹ IMP. CAE [...
[...] **ivs** *
VER . MAX [...]
VS . PIVS * . A VG
⁵ FELIX . PONT . MA
XIMVS . TRIB P[..
P.P. COS . PROC [...
[...]
[...]
¹⁰ FECERVNT
XI

*Imp(erator) Cae[s(ar) / C(aius) Iul]ius / Ver(us) Max\imiri\us,
Pius, Aug(ustus), / FCZZÆ, pont(ifex) majximus, tribunicia)
p[ot(estate)] /, p(ater) p(atriciae), co(n)s(ul), wZ) /
C(aius) Iulius / Maximus nob(ilissimus) Caes(ar)] / fecerunt, /
[milia passuum) xi.*

Hauteur des lettres: Lia 10: 11-12 cm; 1. 11: 14 cm;
espacements: 2-3 cm.

Bibliographie: SAA, *Fias*, p. 239 et fig. 16; Túlio ESPANCA, *Inventário Artístico de Portugal — VII — Concelho de Évora*, Lisboa, 1966, p. 353; texte fort incomplet puisque les premières lettres de chaque ligne, seulement, avaient pu être lues. «Diário do Sul», Évora, 6 Juin 1983 (notice et photo).

Inscription assez peu soignée: certes, elle est constituée de lettres profondément gravées mais cette écriture de type monumental présente des caractères de dimension irrégulière et l'horizontalité des lignes est rarement observée. En outre *Vordinatio* est fort maladroite: pas de véritable alignement à gauche, et, surtout, mauvaises coupures des mots (MAXIMIN/VS et MA/XIMVS); enfin, espacements irréguliers entre les lettres d'un même mot, par exemple pour AVG, TRIB, PROC et surtout, FECERVNT. Quant au texte lui-même l'ordre anormal des surnoms impériaux, *Pius, Augustus, Felix*, choque. Mais cette inscription a surtout été défigurée par un martelage des lignes 2 et 3 puis 8 et 9.

Cette borne paraît néanmoins devoir être attribuée à Maximin le Thrace et à son fils Maxime. Plusieurs arguments y incitent: surtout, en premier lieu, la présence très nette des lettres VER qui n'ont pas été martelées à la ligne 3 et les restes d'autres lettres ayant subi la martelage, IVS à la ligne 2 et MAX à la ligne 3; ensuite, la longueur convenable des noms de Maximin et de Maxime pour les espaces martelés; troisièmement, l'existence en Lusitanie d'un autre milliaire de ces mêmes princes, pierre dont le texte se termine également par *fecerunt* (*CIL* II, 4649); enfin, un argument supplémentaire à considérer est que les autres attributions possibles — en négligeant les traces IVS et MAX — à Caracalla et Geta d'une part, à Macrin et Diaduménien d'autre

part, sont invraisemblables, ces princes paraissant s'être désintéressé totalement des routes de la Péninsule ibérique.

Aussi proposons-nous de dater la pose de cette borne milliaire des années 236-238, à un moment qui ne peut être mieux précisé puisque aucune indication n'est conservée pour les puissances tribunicienes et que l'on ne doit pas tirer de conclusion assurée de l'absence de nombre après la mention du consulat.

Cette pierre avait été dressée à 11 milles d'Évora, ce qui, en effet, conduit aux alentours de Camoeira.

PL. I



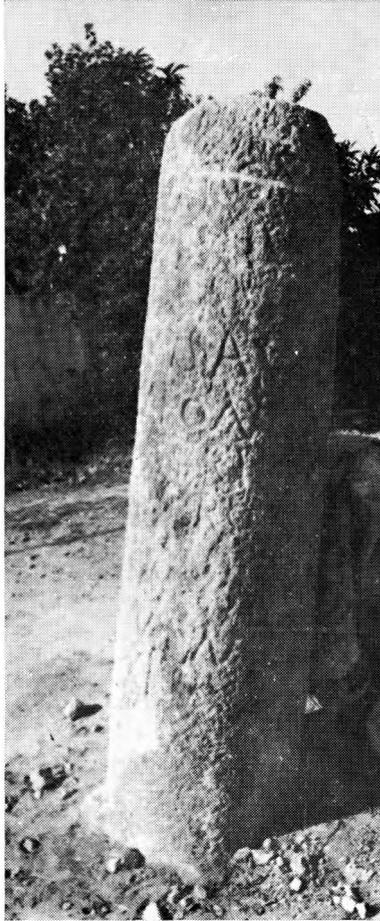
PL. II



PL. III



PL. IV



PL. Y

IMP. CAE
IVS

VER. MAX
VS. PIVS. AVG
FELIX. PONT. MAX
XIMVS. TRIBP
P. P. COS. PROC

FECERV NT
XI

0 5 10 cm

J. C. EDMONDSON

M. A., Christ's College, Cambridge

MITHRAS AT PAX IULIA — A RE-EXAMINATION

Conimbriga, XXIII (1984), p. 69-86

SUMMARY: Some new suggestions for a reading of the text of the supposedly Mithraic inscription (*CIMRM* 801 bis) from Pax Iulia (Lusitania) are made. A full discussion of the text and its wider implications raises important doubts as to whether the inscription can be used as evidence for a regular cult of Mithras.

RESUMO: Dão-se novas sugestões de leitura do texto da suposta inscrição mitraica (*CIMRM* 801 bis) de Pax Iulia (Lusitânia). Uma discussão cabal do texto e das suas mais vastas implicações levanta sérias dúvidas em relação à sua utilização como documento dum regular culto de Mitra.

(Página deixada propositadamente em branco)

MITHRAS AT PAX IULIA — A RE-EXAMINATION

I. INTRODUCTION

Discussions of the cult of Mithras in Lusitania have centred upon the rich haul of inscriptions and cult statues from the provincial capital, Augusta Emerita (0). As elsewhere, a connexion can be made between the cult and the presence of Roman soldiers: a *frumentarius* of the Legio VII Gemina can be seen to have dedicated an altar to Mithras in A.D. 155 (2). In addition, attention has also been drawn to evidence from elsewhere in the province — from Olisipo (3), Caparra (4), Tróia (5) and Pax Iulia (6).

Pax Iulia (modern Beja) was a Roman colony and the juridical centre of the *conventus Pacensis* (7). It occupied an important

1) See, for example, P. PARIS, *Les restes du culte de Mithra en Espagne et k Mithraeum de Mérida*, «Revue archéologique», 24, 1914, 1-31; J. LEITE DE VASCONCELOS, *Religiões da Lusitânia*, Lisbon, III, 1913, 334-341; *CIMRM* 772-797.

(2) *CIMRM* 793. For soldiers and Mithras, in general, see G. M. DANIELS, *The role of the Roman army in the spread and practice of Mithraism*, in J. R. HINNELS (ed.), *Mithraic Studies*, Manchester, II, 1975, 249-274.

(3) *CIL* II 258, 259 = *CIMRM* 799, 800. J. DE ALARCÃO, *Portugal romano*, Lisbon, 1974, 172-3 casts doubt on the Mithraic significance of these inscriptions.

(4) *CIMRM* 801.

(5) *CIMRM* 798 and figure 217.

(6) For full bibliography, see p. 3-4. A good example of the general interpretation of the inscription is provided by ALARCÃO, *op. cit.*, (note 3), 173.

(7) Pliny *NH* 4.22.117.

geographical position controlling the extensive plateau of the Lower Alentejo. Little now survives in the way of Roman monuments in the town, but its territory has revealed a relatively high number of romanized villa sites ⁽⁸⁾.

The only evidence, to my knowledge, for a cult of Mithras at Pax Iulia consists of just one inscription. It was first published in 1944 and has been discussed by various scholars, none of whom has satisfactorily solved the various problems of the exact reading of the text. Given its importance for discussions of the cult of Mithras in the Iberian peninsula, a re-examination of the text and its implications is now necessary.

II. TEXT

Plaque of ashen-grey marble (probably from quarries at Trigaches, to the north-west of Beja), with moulding of two parallel grooves. Broken at top-left and, to lesser extent, at bottom-right corners. Surface much abraded in parts. Displayed in Museu Regional de Beja, inventory number B-36. Exact provenance given with no more precision than 'area around Beja'⁵.

Dimensions: 0.29 m high, 0.31m wide, 0.08m thick.

Height of letters: 0.025 m (line 1), 0.025 m — 0.02 m (line 2), 0.015 m (lines 3 — 7).

[.] DEO INVICTO
 SODALICIV BRACA
 RORVM ST[.]DIVM SVA IN
 PENZA FECER[V]NT CVM V
⁵ CRATERA TI[...5-6...] DONA
 VIT MESSIV[S] ARTEJMIDO
 RVS MAGIS[T]ER [..]S F V

⁽⁸⁾ On the town, see A. VIANA, *Origem e evolução histórica de Beja*, Beja, 1943. On general economic conditions of the area, J. DE ALARCÃO, *Sobre a economia rural do Alentejo na época romana*, «Conimbriga», 15, 1976, 5-44. On villas, J.-G. GORGES, *Les villas hispano-romaines: inventaire et problématique archéologiques*, Paris, 1979, 471-77.

Expansion: [S(oli) or «j»] Deo Invicto / sodaliciu(m) Braca/ororum
 st[u]dium sua in/pensa fecer[un]t cum i? / cratera
 ti[tulum] dona/vit Messiu[s M(arci) ? l(ibertus) ? Arte]
 mido/rus magis[t]er [d(e)] s(uo) f(ecit) or s(uo) p(osuit)
 or s(ua) p(ecunia) .

Date: On palaeographical grounds, second half of the second century A. D. The lack of any confirming factors makes this suggestion somewhat tentative.

Apparatus criticus

| | | |
|--------|-------------------------------|---------------------------------|
| line 2 | BRAGA | Viana 1958 |
| line 3 | S(e)DIVM | Viana 1944, 1948 = Bellido 1948 |
| | SEDIVM | <i>ILER</i> |
| | SELDIVM | Lambrino = <i>AE\ CIMRM</i> |
| | SPODIYM | Viana 1955, 1958, 1961-2 |
| | S[PON]DIVM | Bellido 1967 = |
| line 4 | OVM | Viana 1944, 1948 = Bellido 1948 |
| | OVMT (or CVMT) | Lambrino |
| line 5 | CRATE(r?) AT(f?) | Viana 1944, 1948 = Bellido 1948 |
| | T. F. [.....] | Viana 1958 |
| | T. F[<i>l(avius) Aper?</i>] | Lambrino |
| | T. F[<i>lavius</i>] | <i>AE\ CIMRM</i> |
| | T[RIPODEM] | Bellido 1967 = |

Bibliography

1. A. VIANA, *Museu regional de Beja: secção lapidar*, «Arquivo de Beja», 1, 1944, p. 357, no. 8.
2. A. GARCÍA Y BELLIDO, *El culto de Mithras en la península ibérica*, «BRAH», 122, 1948, p. 302, no. 5.
3. A. VIANA, *Inscrição mitraica de Beja*, «Arquivo de Beja», 5, 1948, p. 195.
4. A. R. DA CUNHA, *Novíssimas inscrições romanas de Braga*, «Bracara Augusta», 4, 1952, p. 244-245.

5. S. LAMB RIÑO, *Les divinités orientales en Lusitanie et le sanctuaire de Panóias*, «Bulletin des études portugaises», 17, 1953, p. 98-100.
6. *AE* 1956, no. 254.
7. A. VIANA, *Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo*, «Arquivo de Beja», 12, 1955, p. 20-22.
8. A. VIANA, *Lápide Bejense, consagrada a Juno*, «Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia, Lisboa, 1958», II, Lisbon, 1970, p. 111.
9. M. J. VERMASEREN, *Corpus inscriptionum et monumentorum religionis Mithriacae*, II, The Hague, 1960, p. 35, no. 801bis.
10. A. VIANA, *Notas várias*, «Arquivo de Beja», 18-19, 1961-1962, p. 116-117.
11. A. GARCIA Y BELLIDO, *Les religions orientales dans VEspagne romaine (= Etudes préliminaires aux religions orientales dans Vempire romain, 5)*, Leiden, 1967, p. 34-35, no. 15.
12. *HAEP*, no. 2695.
13. *ILER* no. 281 = no. 282.

Bibliographical note

The discussions of Viana 1944, Bellido 1948 and Viana 1948 are all based on the text established by Viana 1944. *AE* 1956, 254 reproduces the text of Lambrino. *HAEP* 2695 reproduces the text of Bellido 1967. *ILER* 281 and 282 duplicate the inscription, led astray by the inadequate text of da Cunha.

III. COMMENTARY

a) Line I

Some editors have been keen to supply an initial 'M^s before 'Deo Invicto^s to strengthen the case that the inscription is concerned with the cult of Mithras. Garcia y Bellido admits that this is a mere supposition which rests on the supposed presence

of two traces of the lower part of an 'M⁵ (9). This hypothesis seems doubtful: the marks on the stone do not accord with the supposed presence of an 'M\'. Moreover, the normal dedicatory formula for Mithras was not 'Mithrae Deo Invicto⁵, but rather 'Deo Invicto Mithrae⁵ * (10 *). The reading of an 'S⁵ would, in my view, be a more plausible hypothesis, giving the invocation 'Soli Deo Invicto⁵, attested at Brixia and Aquileia (11). Alternatively, the inscription may have begun with a *hedera*, thus leaving the simple invocation 'Deo Invicto⁵, attested, for example, at Augusta Emerita (12). On balance, the generally neat arrangement of the left-hand margin makes the latter view less likely.

The epithet 'invictus⁵ is not only applied to Mithras and Sol; examples can be found of its attribution to Hercules, Mars, Mercury, Serapis, Silvanus and Isis, as well as local deities such as Aulisva from Mauretania (13).

The small 't⁵ of 'invicto⁵ should perhaps be seen as a stylistic device rather than as an insertion of an earlier omitted letter (14*).

b) *Sodaliciu Bracarorum* (lines 2-3)

A *sodaliciu* was another term for a *collegium*, as a text of the Digest makes explicitly clear (15). At Pax Iulia this *sodaliciu* comprised a group of immigrant settlers from Bracara Augusta (modern Braga), the juridical centre of the *conventus Bracaraugustanus* in the province of Hispania Tarraconensis (16). It is

(9) BELLIDO 1967, 34.

(10) CIL VI 734 = CIMRM 517 (Rome): deo invicto Mithrae; CIMRM 781 (Emerita): invicto deo Mithrae.

(U) CIMRM 713 (Brixia); CIMRM 752 (Aquileia).

(12) CIMRM 794, 795, 796.

(13) For example, Hercules: ILS 3407, 3408, 3409, 4536; Mars: ILS 8935; Mercury: ILS 3197, 5187; Serapis: ILS 4380; Silvanus: ILS 3562; Isis: ILS 4375; Aulisva: ILS 4492.

(11) It can be paralleled in an inscription from Emerita: CIL II 470; for photograph, see *Augusta Emerita: actas del bimilenario de Mérida*, Madrid, 1976, plate L.

(15) Dig. 47. 22.1.

(16) Pliny NH 3.3.18; 3.3.28. On Bracara in general, see A. TRANOY, *La Galice romaine*, Paris, 1981, 193-96 (with plan of town).

impossible to prove the reason for their settling in Pax Iulia, but the importance of mining in the areas around both towns may provide some clue ⁽¹⁷⁾. Migration is also attested in the reverse direction ⁽¹⁸⁾. The formation of collegiate groups of immigrant settlers (*peregrini*) is found elsewhere, for example at Forum Hadriani (Germania Inferior) ⁽¹⁹⁾ and Marbach (Germania Superior) ⁽²⁰⁾.

More interestingly, the use of the term 'sodalicium*' can be paralleled from an inscription found in the vicinity of Braga itself. It is also a plaque (and probably, therefore, to be set into the wall of a building), recording a *sodalicium urbanorum* ⁽²¹⁾.

There are also parallels from the Iberian peninsula for the omission of the final 'm*' of an '-urn*' ending. It is commonly found in the designation of local clan names in the north of Lusitania, which may suggest that the feature was a survival from indigenous linguistic practices ⁽²²⁾. It occurs frequently in inscriptions of the Republican period in general and survives into the Empire ⁽²³⁾. In the Iberian peninsula the feature does not seem to be common in any particular period, thus ruling it out as a dating criterion.

The fact that the dedication is made by a *sodalicium* is crucial for the discussion of this inscription as evidence for a cult of Mithras at Pax Iulia. It was the view of Cumont ⁽²⁴⁾, followed

⁽¹⁷⁾ See D. F. DE ALMEIDA, *Mineração romana em Portugal*, «La Minería Hispana e Ibero-americana», 1970, I, 195-220.

⁽¹⁸⁾ *CIL* II 2425.

⁽¹⁹⁾ J.-P. WALTZING, *Étude historique sur les corporations professionnelles chez les romains depuis les origines jusqu'à la chute de l'Empire d'Occident*, Louvain, 1895-1900, III, 582, no. 2139.

⁽²⁰⁾ *Ibid.*, III, 589, no. 2164 = *CIL* XIII 6453.

⁽²¹⁾ *CIL* II 2428.

⁽²²⁾ General examples from the Iberian peninsula: *monumentu* (*CIL* II 6297 & 6298), *praemiū* (*CIL* II 2265), *tumulu* (*CIL* II 5729); for clan names see M. L. ALBERTOS FIRMAT, *Organizaciones suprafamiliares en la Hispania antigua* (= *Studia archaeologica*, 37), Valladolid, 1975, esp. 22-23 and list, p. 19.

⁽²³⁾ Republican examples: *ILLRP* 332, 713, 1073, 1147. Example from reign of Vespasian: *ILS* 986; from reign of Domitian: *ILS* 3546.

⁽²⁴⁾ F. CUMONT, *Textes et monuments figurés relatifs aux mystères de Mithra*, Paris, I, 1896, 326-7.

and elaborated by Wiist, ⁽²⁵⁾, that *sodalicium* was the title adopted by Mithraic communities in general. This hypothesis, however, was based on a small number of untypical inscriptions and so cannot be held with any certainty. I can only trace two other instances (both from Rome) where the term is used in connexion with a formal collegiate organization for the worship of Mithras ⁽²⁶⁾. Moreover, the general rarity of Mithraic album inscriptions — in stark contrast to other religious groups — makes one wonder if Mithraic groups were ever regularly organized as *collegia*. Indeed this inscription would provide the only example of a collegiate structure for the cult of Mithras in the Iberian peninsula ⁽²⁷⁾. Such factors raise important doubts over its Mithraic significance.

c) *Line 3*

A major problem in the restoration of the text occurs over the second word in the line. Definitely visible on the stone are the initial letter 's' and the final four letters 'dium⁵'. The gap in the middle of the line has led to a barrage of suggestions, none satisfactory. Of these, the arguments of Bellido in favour of 'spondium⁵' (tying in with the later mention of a *cratera*) are enticing, but have to be rejected ⁽²⁸⁾. First, there is not sufficient space between the V and the 'd⁵' to fit in the required letters for his reading, unless ligatures (not present elsewhere in the inscription) are to be postulated. It should also be noted that the stone-cutter favoured a wide girth for his 'o': note, for example, the V of *deo* (line 1) or *sodaliciu* (line 2). Secondly, and more importantly, it is questionable whether 'fecerunt⁵' is the most appropriate word to use with 'spondium⁵', a «vessel used in making libations» ⁽²⁹⁾, unless we are to envisage the *sodalicium* hard at work with their tools.

⁽²⁵⁾ *RE* XV, columns 2142-2143.

H *CIL* VI 3728 = *CIMRM* 361; *CIL* VI 717 = *CIMRM* 519 = *ILS* 4217.

⁽²⁷⁾ *BELLIDO* 1967, 34.

H *Ibid.*

⁽²⁹⁾ *LEWIS & SHORT, A Latin Dictionary, s.v. spondeum.*

Vermaseren's *seldium* would fit the available space, but its meaning remains hopelessly obscure, as he himself acknowledges ⁽³⁰⁾.

A closer examination of the stone reveals traces of the second letter: the upper half of an upright, joined at the top by the left part of a horizontal. I would, therefore, propose the reading of a't⁵ here. The width of the horizontal is consistent with the other 't⁵s on the stone: for example, the't⁵ of *fecerunt* (line 4) or *cratera* (line 5).

A consideration of the general purpose of the inscription helps to give an indication of the type of word that needs to be supplied. Since, first, the inscription is a plaque (note the thickness and the moulded surrounds) and, as such, designed to be set into the wall of a building and, secondly, the verb for which an object is required is *fecerunt*, I would suggest that the object has to be a building or part of a building or a fairly substantial artefact.

In the light of this, I would tentatively suggest reading 'studium⁵. It would meet the strict epigraphic requirements of the text and, as I hope to demonstrate, would fit with the general context of the inscription.

Both literary and epigraphic parallels, though scant, can be found for the use of the word 'studium⁵ to designate a «place for study, study or school». Thus in the life of Marcus Aurelius we find ⁽³¹⁾:

philosophum (se egit) in omnibus studiis, templis, locis.

Similarly, an inscription from Rome records the building of a *studium* for Q. Pompeius Sosus and his wife Satriena Salvia ⁽³²⁾:

...morte obita ut monumentum haberemus fecimus vivi studium.....

Note the use of the verb *facere* also in this text with *studium*.

⁽³⁰⁾ *CIMRM* 801 bis.

⁽³¹⁾ *SHA, M. Aurel.* 26.

⁽³²⁾ *CIL* VI 33087 (lines 6-7 quoted).

I would suggest that the *studium* was destined to be used as a central meeting-place for the *sodalitium Bracarorum*. Every *collegium* needed such a centre in which to hold its activities. As Waltzing demonstrated, the normal term for such a place was *schola*, but this did not exclude many other variant designations: for example, *basilica*, *curia*, *domus*, *solarium*, *templum* ⁽³³⁾. *Studium* can be taken as another variant, as yet unparalleled. The range of meaning of both *studium* and *schola* is strikingly similar: first, «the leisure given to learning, a learned conversation» (*schola*), «application to learning or studying, study» (*studium*); secondly, this abstract meaning is developed into a more concrete one: «place for learned conversation or instruction» (*schola*), «place for study, study, school» (*studium*) ⁽³⁴⁾; thirdly, both are used as synonymous terms for collegiate organizations: for example, the *schola tubicinum* from Brigetio (Pannonia Superior) or the *schola fabrum* at Apulum (Dacia) ⁽³⁵⁾, the *studium Palladianum* or the *studium iuvenum cultorum dei Herculis* at Beneventum ⁽³⁶⁾. Given this close semantic connexion, I would argue that *studium* is a plausible, if yet unparalleled, suggestion to denote the meeting-place of a *collegium* or *sodalitium*.

d) *Line 4*

The only problem in this line concerns the gap at the end, above which two letters appear in line 3. Of previous editors, only Lambrino faced this problem, in asking if a 't*' could be read immediately after *cum* ⁽³⁷⁾. This hypothesis cannot be supported after a close examination of the stone nor is the sense of the text then clear. It is my view that a small *hedera* can be made out beneath the first 'n' of *impensa* (line 3).

⁽³³⁾ J.-P. WALTZING, *op. cit.*(note 19), I, 211-231; texts: IV, 437-443.

⁽³⁴⁾ All meaning quoted from LEWIS & SHORT, *op. cit.*, (note 29).

⁽³⁵⁾ *CIL* III 10997 (Brigetio); *CIL* III 1583 (Apulum); WALTZING, *op. cit.* (note 19), IV, 149 for other examples.

⁽³⁶⁾ *ILS* 6501, 7219; note also *ILS* 6502 (Beneventum).

⁽³⁷⁾ LAMBRINO, *Bulletin des études portugaises*, 1953.

e) *Line 5*

The mention of a *cratera* here is not surprising, since such an item was essential for all *collegia* to be used not only in religious ritual, but also for the regular meals held in the meeting-place of such organizations (38). There are many recorded dedications of such objects for collegiate use: for example, the splendid *cratera argyrocoryntha cum basi sua et hypobasi marmorea* donated by L. Curtius Abascantus for the use of the *corpus custodiariorum* at Rome in A.D. 149 (39). The dedication of a *cratera* in conjunction with a *studium* might at first seem a little eccentric; but if my arguments that a *studium* could have fulfilled the same function as a *schola* are convincing, then the need for a *cratera* is clear. Moreover, another inscription from Rome provides a good parallel: it records the dedication of a *cratera* as part of the accoutrements of a *nymphaeum* (40).

A *cratera* was certainly a common element in the ritual of the Mithraic cult and is often depicted in Mithraic iconography. Lusitania provides a clear example: a relief from Tróia shows Mithras in the usual guise of bull-slayer; in the lower part a servant lies on the ground next to a *cratera*, from which a serpent is winding its way up to drink, while a second servant is about to empty the contents of a vessel into the same *cratera* (41). Many similar depictions of *craterae* can be found from both eastern and western parts of the Empire (42).

(38) WALTZING, *op. cit.* (note 19), I, 229-230.

(39) *CIL* VI 327 = *IG* 3446.

H *ILS* 4315b (dated to A.D. 191).

(41) *CIMRM* 798 and figure 217.

(42) For example, from the Mithraeum on the Aventine, Rome: *CIMRM* 481,5 & 482,2 (with figs. 137 & 138); Rome: 530; Ostia: 288,2, 299,2, 314 (with fig. 86) & 291; Volsinii: 659,1; Angera: 719; Interanum (Gaul): 942; Augusta Treverorum: 988; Durnomagus (Germany): 1014; Taunum, Friedberg: 1061 (with fig. 269); Heddernheim: 1083A; Riickingen: 1137A; Dieburg: 1247A (with fig. 323); Mannheim: 1275; Neuenheim: 1283; Karlsruhe: 1292; Fellbach: 1306;? Petronell (Pannonia): 1683; Konjic (Dalmatia): 1896, 4b; Alba Iulia (Dacia): 1935, 1958, 1972, 1974; Sarmizegetusa

Even though it was a common cultic tool in the worship of Mithras, this would be the only *epigraphic* attestation of a *cratera* in a Mithraic context from any part of the Empire, if the inscription is taken to provide evidence for a cult of Mithras. However, a *cratera* was such a common item in so many cults and also in manifold secular contexts that it is doubtful whether it can be profitably used as a criterion for evaluating the Mithraic significance of this inscription.

The surface of the stone has suffered most in the middle of lines 5 and 6, leading to problems of interpretation especially in line 5. A T is certainly visible immediately after *cratera* and an upright as part, or whole, of the second letter. Strangely editors have been unwilling to read an T here, but have preferred to see it as just part of the letter. Bellido read an V and suggested *tripodem*, an interpretation favoured by Alarcão ⁽⁴³⁾, which fits neatly with the *cratera*. However, not only is there no trace of the bowl of an V as it joins the upright, but also in a position for the third, or, more likely, the fourth letter, a left-right diagonal can be seen to join a right-left diagonal, suggesting either an 'm' or, more convincingly, a 'v'. This would seem then to exclude Bellido's reading. The suggested tripod would not necessarily strengthen the case for a Mithraic context, since a tripod is not commonly found in the iconography of the Mithraic cult.

Lambrino, followed by Yermaseren, suggested that a name stood in the gap as the subject of the verb *donavit*. This, however, introduces unnecessary, and unresolvable, problems over the grammatical structure, forcing Lambrino to argue that *cratera* is a Greek accusative. He does not satisfactorily resolve the problem then left with *cumt* or *oumt*. It is more straightforward to see Messius Artemidorus as the subject of the verb, leaving the disputed word in the middle of line 5 as the object.

It is difficult to suggest what this word might have been with any certainty, but my suggested reading of *titulum* has a number

(Dacia): 2034, 2048, 2060, 2066; unknown provenance in Dacia: 2166; Bessapara (Thrace): 2331,1 (with fig. 647); Sanitovo (Thrace): 2334,2; Oxyrhynchus (Egypt): 103 (with fig. 36).

⁽⁴³⁾ See note 6.

of points in its favour. It fits the available space, accords with the traces of letters on the stone and also gives a satisfactory meaning: the *magister* of the *sodalicium* has donated and set up the actual plaque commemorating the action of the group. There are a number of epigraphic parallels for such *tituli*: for example, that of P. Hostilius Philadelphus from Philippi put up after his aedileship⁽⁴⁴⁾.

f) *Lines 6-7*

The final two lines preserve the name of the *magister* of the *sodalicium*. Most editors concur in suggesting Messius Artemidorus except Lambrino, who, correctly in my view, saw the gap as too long for the generally accepted reading. He, therefore, proposed *Messius Iul(ius) Artemidorus*. However, Messius is not commonly found as a *praenomen* and the length of the name is just too long for the gap. The reading *Messius M(arci) l(ibertus) Artemidorus* would seem to fit the available space more satisfactorily⁽⁴⁵⁾.

The name Messius is not particularly common in the Iberian peninsula and a number of attestations concern visiting Roman senatorial *legati*⁽⁴⁶⁾. It occurs on another inscription from Pax lulia and one from Alandroal, eighty kilometres north-east of Beja, and so there is some possibility that it was a local name. If this is true, it would mean that the *magister* of the *sodalicium* had most probably arrived in Pax lulia as a slave and subsequently been manumitted. No Messii are yet attested from the area around Bracara⁽⁴⁷⁾.

⁽⁴⁴⁾ *ILS* 5466; for other examples, see *ILS* 3862, 6811, 7915, 7919.

⁽⁴⁵⁾ I am grateful to Dr. J. cTEncarnação for this suggestion.

⁽⁴⁶⁾ See figure 3 and key to map with full references. The senatorial Messii are nos. 6, 7, 8, 13 a). P. ARIAS VILAS, P. LE ROUX, A. TRANOY, *Inscriptions romaines de la province de Lugo*, Paris, 1979, 120 somewhat dubiously claim that Messia is an indigenous name. Cf. the sane remarks of J. d'Encarnação at «Conimbriga», 19, 1980, 195. The name is originally Osean: see *RE* XV, columns 1242-1244.

⁽⁴⁷⁾ Although C. Messius Q. Decius Valerianus, governor of Tarraconensis in the mid third century, was involved in the reconstruction of roads and bridges around Bracara: see G. ALFÖLDY, *Fasti hispanienses*, Wiesbaden, 1969, 56-59.

The title *magister* was indeed a normal one for the chief officer of a *collegium* and it was common for freedmen to hold this position ⁽⁴⁸⁾. The title is also found in connexion with the cult of Mithras, but the only evidence for this comes from Rome ⁽⁴⁹⁾. Senatorial *magistri* also appear in a Mithraic context from the fourth century ⁽⁵⁰⁾. These inscriptions date from a period when pagan Roman aristocrats were seeking support for the opposition to Christianity and so allowed Mithras to be integrated within the traditional Roman pantheon ⁽⁵¹⁾. This probably means that these inscriptions are untypical of earlier Mithraic practice: it would, therefore, be dangerous to argue that the title *magister* was current in Mithraic communities in the earlier Empire. *Pater* was the more normal title for the senior figure in a Mithraic cell: he decided whom to admit to the group and he supervised much of the cultic ritual ⁽⁵²⁾. *Pater* was certainly the title accorded G. Accius Hedychrus at Emerita in the mid second century in a definitely Mithraic context ⁽⁵³⁾.

Most editors have read D.S.F. after *magister* in line 7. The stone is much abraded here, but some faint traces of letters do survive, most noticeably a downstroke beneath the 'd' of *Artemidorus* and perhaps also the top of the upper curve of an 's' below the 'm' of the same word. The supposition is plausible, but other possibilities should not be overlooked. I would raise some doubts as to whether an T can be read with as much certainty as most editors believe ⁽⁵⁴⁾. A 'p*' could be read here, giving *d(e) s(ua) p(ecunia)* or *d(e) s(uo) p(osuit)*. The former is

⁽⁴⁸⁾ See WALTZING, *op. cit.* (note 19), IV, 341-349 (*magistri* ou *collegia*); I, 398 (for freedmen as *magistri*).

⁽⁴⁹⁾ *CIL* VI 717 = *CIMRM* 519; *CIL* VI 734 = *CIMRM* 517; *CIL* VI 2151 = *CIMRM* 521.

⁽⁵⁰⁾ *CIL* VI 47 = *CIMRM* 369; *CIL* VI 1675 = *CIMRM* 516.

⁽⁵¹⁾ R. L. GORDON, *Mithraism and Roman society: social factors in the explanation of religious change in the Roman Empire*, «Religion», 2, 1972, 92-121, esp. 103 ff.

⁽⁵²⁾ *Ibid.*, 101.

⁽⁵³⁾ *CIMRM* 11k, 779, 781, 793.

⁽⁵⁴⁾ BELLIDO 1967, 35: «seule lettie sure».

somewhat tautological with *donavit*, but such expressions as *d(e) s(ua) p(ecunia) d(ono) d(edit)* do occur⁽⁵⁵⁾.

The abbreviation D.S.P. for *d(e) s(uo) p(osuit)* can be paralleled with *titulum*⁽⁵⁶⁾ and so I would suggest that this would make better sense than *d(e) s(uo) f(ecit)*: Messius Artemidorus donated the plaque and actually ^set it up in position. A *hedera* can be seen after the final letter and given the wide spacing of the first two letters ('d' and V), it may be plausible to suggest additional *hederae* after each of the letters.

IV. CONCLUDING REMARKS

The preceding discussion of the textual problems of the inscription has raised a number of points that cast doubt on the generally held view that the inscription provides evidence for a cult of Mithras at Pax Iulia. First, the rarity of Mithraic inscriptions from the Iberian peninsula as a whole makes it difficult to accept the attribution with any confidence. Secondly, the invocation 'Deo Invicto' does not necessarily have to refer to Mithras, since other deities were accorded the epithet *invictus*. Thirdly, the mention of a *sodalitium* with a *magister* raises further doubts, since collegiate organizations for the worship of Mithras were rare in the Roman world and this would be the only attested example from the Iberian peninsula. Fourthly, the mention of a *cratera*, despite its frequent representation in Mithraic iconography, carries little weight in such a discussion, since *craterae* were such essential items not only for many other cults, but also for secular purposes. Finally, the title of the *sodalitium*, as preserved in the inscription, does not advertise any particularly religious *raison d'etre* for the group. If it was formed for the worship of Mithras, one might have expected some hint in its title, since there are many attested examples of *collegia* whose titles include

⁽⁵⁵⁾ *ILS* 355, 1404, 3786, 5069, 5504, 6910, 6914, 7270, 7868, 7881.

⁽⁵⁶⁾ With *titulum*: *ILS* 1834 = *CIL* VI 8978; other examples of the abbreviation, *ILS* 2278, 2469, 2793, 3856, 4027, 4419, 9309.

some reference to a deity (⁵⁷). On the other hand, it was also common for essentially secular *collegia* to have patron deities, under whose tutelage they operated and to whom they occasionally made dedications (⁵⁸). I would suggest that this is the case here: the *sodalitium* was formed by a group of immigrant settlers in Pax Iulia for general social purposes and to protect their own interests under the patronage of a deity — possibly Mithras, possibly Sol Invictus (⁵⁹). Some new suggestions have been made as to their activities as recorded in this inscription. I also hope to have demonstrated that too many factors conspire to cast doubt on the generally held view that this inscription provides evidence for 'une institution mithriaque' at Pax Iulia (⁶⁰).

(⁵⁷) WALTZING, *op. cit.*, (note 19), IV, 180-202 with references. For a *collegium dei invicti* from Paestum, see M. MELLO & G. VOZA, *Le iscrizioni di Paestum*, Naples, 1968, 8-9, no. 3.

(⁵⁸) WALTZING, *op. cit.* (note 19), I, 485-87.

(⁵⁹) G. FABRE, *Le tissu urbain dans le nord-ouest de la péninsule ibérique*, «*Latomus*», 29, 1970, 314-339, esp. 325; A. TRANOY, *op. cit.*, (note 16), 254.

(⁶⁰) The phrase is that of BELLIDO 1967, 35. Lambrino goes still further and talks about a Mithraeum.

I should like to express my thanks to Dr. J. d'Encarnação, Michael Crawford, Richard Gordon and Joyce Reynolds for discussing this inscription with me and to Christopher Elvin for help with the development of the photographs, taken by myself on visits to the Museu Regional de Beja in April 1980 and December 1981. My greatest debt is to Professor J. A. Crook for all his unfailing encouragement and advice. Any errors of fact or interpretation are my own responsibility.

FIGURE 3 — Messii in the Iberian peninsula

Key to map

- A. LUSITANIA
1. Pax Iulia
 - a) Messiu[s Arte]midorus
 - b) Messius (*Arq. de Beja*, 2, 1945, p. 234, no. 61).
 2. Terena, Alandroal Messius Sympaeron (*AP*, III, 1, 1967, pp. 172-3)
 3. Olisipo Messius L.f. Gal. Rebilus (*AE* 1972, 244)
 4. Augusta Emerita
 - a) Messia T. lib. Maura (unpublished)
 - b) T. Messius Maurus (unpublished)
- B. BAETICA
5. Italica Messius Genialis (*HAEp* 572)
 6. Hispalis M. Messius M.f. Gal. Rusticus Aemilius Verus Aelius Romulus Priscianus Titus Proculus (*CIL* II 1175)
 7. Callenses? (El Coronil) M. Messius Rusticus Aemilius Papus Arrius Proculus Iulius Celsus (*CIL* II 1371)
 8. Salpensa M. Cutius M.f. Priscus Messius Rusticus Aemilius Papus Arrius Proculus Iulius Celsus (*CIL* II 1282 & 1283)
 9. Iliturgicola et Ipolcobilcola C. Messius Rufinus Patriciensis (*CIL* II 1637)
 10. Corduba Birthplace of C. Messius Rufinus (*CIL* II 1637)
 11. Arva Messia Fortunata (*CIL* II 1079)
- C. TARRACONENSIS
12. Lead ingot found off coast at Cabo de Palos C. Messius L.f. (*AEA*, 39, 1966, pp. 48-50, no. 13)
 13. Tarraco
 - a) Messius Maiianus, curator r.p. Tarracoenensis (*CIL* II 4112)
 - b) Ero[s Mes]sii (on *terra sigillata* vase in museum at Tarragona) (*CIL* II 4970, 175)
 14. Legio VII Gemina Aurelia Messia (*CIL* II 2582)
 15. Moral (Astures) T ... Messia (*CIL* II 2624)

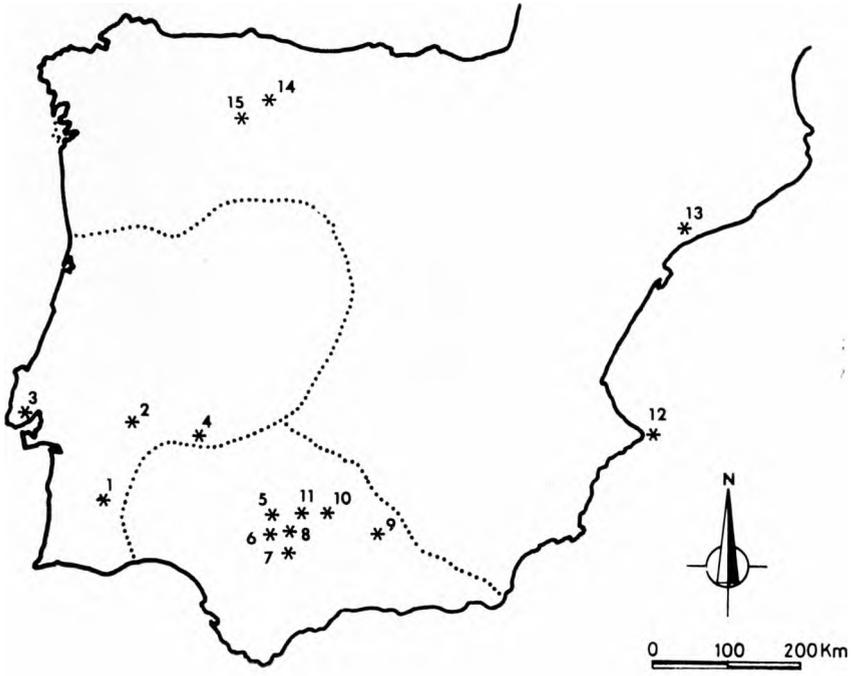
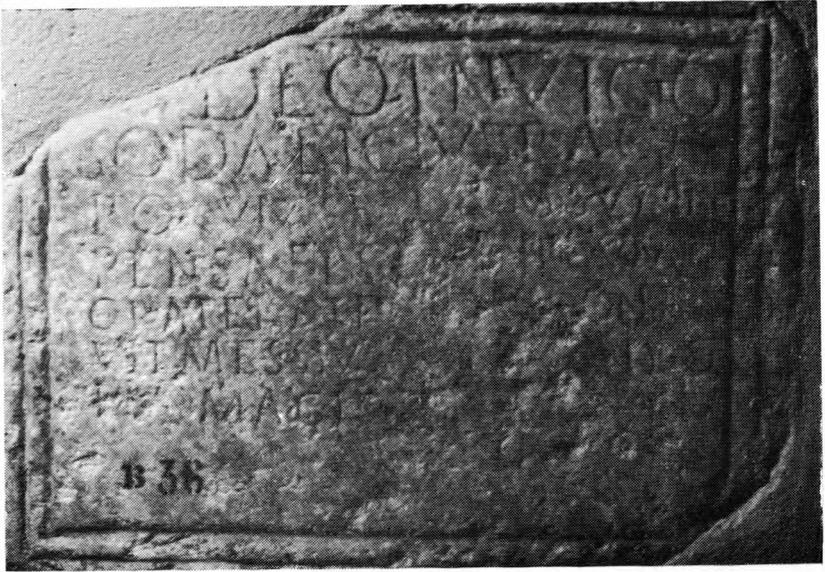


FIG. 3. *Messii* in the Iberian Peninsula



DEO INVIGO
SODALICIVBRACA
RORVMST DIVMSVAIN
PENSA FECIP NTCVM
CRATERATI ✓ DONA
VITMESSIV MIDO
RVSMAGIS IR C 16

SÁLETE DA PONTE

Conservadora do Museu Monográfico de Conimbriga

FÍBULAS DO MUSEU ETNOGRÁFICO E ARQUEOLÓGICO

DR. JOAQUIM MANSO (NAZARÉ)

«Conimbriga», XXIII (1984), p. 87-95

RESUMO: Das seis fíbulas aqui publicadas, duas são de proveniência desconhecida; outras duas, do Casal da Mota (Nazaré), pertencem ao tipo Nauheim; os n.^{os} 1 e 2, encontrados no Castro de Pirreitas (Alcobaça), são fíbulas atribuíveis aos séculos vm-vii a.C. e testemunham relações comerciais da região com o Mediterrâneo Central.

SUMMARY: Six brooches from the Museum Joaquim Manso (Nazaré) are here published. The provenance of nos. 3 and 4 is unknown. Nos. 1 and 2, from Castro de Pirreitas (Alcobaça), suggest trade contacts of the area with Central Mediterranean in the 8-7th. century B.C. Nos. 5 and 6, from Casal da Mota (Nazaré), belong to the Nauheim type.

(Página deixada propositadamente em branco)

FÍBULAS DO MUSEU ETNOGRÁFICO E ARQUEOLÓGICO DR. JOAQUIM MANSO (NAZARÉ)

Agrupamos, neste estudo, 6 fibulas de bronze, inéditas ⁽¹⁾: duas (n.ºs 3 e 4) são de proveniência desconhecida; outras duas provêm do Castro de Pirreitas, concelho de Alcobaça (n.ºs 1-2); as restantes foram recolhidas no Casal da Mota, concelho da Nazaré (n.ºs 5-6). Estas peças foram recentemente submetidas a tratamento adequado ⁽²⁾ no Museu Monográfico de Conimbriga, devido à acção corrosiva de carbonatos de cobre; estes cobriam, parcialmente, o motivo decorativo do descanso do n.º 1.

A fibula n.º 1 pertence ao grupo de «arco pouco engrossado com descanso em disco» ⁽³⁾. O arco e secção são, em regra, semi-circulares; o arco aparece habitualmente decorado, ou por uma conta volumosa de pasta vítrea ou de âmbar, ou por incisões

P) Estas peças foram oferecidas pelo sr. Tito Livio Calixto ao Museu Etnográfico e Arqueológico dr. Joaquim Manso (Nazaré).

⁽²⁾ Após limpeza mecânica sob a lupa binocular, estas peças, à excepção do n.º 1, foram completamente impregnadas no vácuo em Benzotriazol e depois lacadas com verniz Inctalac adicionado de Santocel. Este processo foi, parcialmente, aplicado ao n.º 1, dado esta peça apresentar um arco revestido de uma pasta resinosa — que nos parece ser âmbar — e que, sob a acção directa do Benzotriazol, derreter-se-ia. Procedeu-se também à soldadura do fusilhão, por meio de estanho, dos n.ºs 1 e 6.

⁽³⁾ Cf. ALAIN DUVAL, CHRISTIANE ELUÈRE et JEAN-PIERRE MOHEN, *Les fibules antérieures au VIe siècle avant ère, trouvées en France*, «Gallia», 32, 1974, p. 1-61 (= DUVAL, *Fibules*), p. 13.

anelares transversais ou oblíquas ⁽⁴⁾; a mola é unilateral e, em regra, não tem mais de duas voltas; o descanso é discoidal e quase sempre decorado com motivos geométricos; por sua vez, une-se ao pé por meio de um anel duplo.

Este modelo provém directamente da fibula italiana de «arco simples com disco em espiral», datável dos finais do séc. x a.C.

— inícios do ix a.C. ⁽⁵⁾; este disco, inicialmente pequeno, transforma-se, posteriormente, numa placa maior que, por meio de um simples ou duplo anel, se une ao pé ⁽⁶⁾. Esta última modalidade ocorre com abundância em todo o território italiano, nomeadamente em Cumas e Vetulonia nos finais do séc. ix a.C. — inícios do viii a.C. ⁽⁷⁾; a sua presença manifesta-se ainda na costa meridional francesa nos finais do séc. viii a.C., mormente em Gallarques (Gard), Bavay (Nord) e Saturarques (Hérault⁽⁸⁾), sendo bastante rara na Península Ibérica. Isto faz supor que este fabrico foi largamente prejudicado pela concorrência de um outro modelo contemporâneo — a fibula de «arco multicurvilíneo com mola» ⁽⁹⁾

— que oferecia outra estabilidade e flexibilidade do fusilhão, graças à nova configuração da mola unilateral. O modelo de Pirreitas (Alcobaça) é, até ao momento, o único exemplar que conhecemos no país; a decoração exuberante do disco é muito semelhante à dos exemplares italianos ⁽¹⁰⁾. O seu fabrico é feito a partir de um fio forjado, onde o arco, a mola unilateral, o fusilhão e o disco são

⁽⁴⁾ Cf. DUVAL, *Fibules*, p. 11-15, fig. 6, 3 e fig. 7, 1-3. A conta em forma de «Sanguessuga» do nosso n.º 1 é de resina (âmbar).

⁽⁵⁾ Cf. OSCAR MONTELIUS, *La Civilisation primitive en Italie*, Estocolmo, 1895 (= MONTELIUS, *La civilisation primitive*), p. VI, série I, fig. 1.

⁽⁶⁾ Cf. MONTELIUS, *La civilisation primitive*, p. II.

⁽⁷⁾ Cf. MONTELIUS, *La civilisation primitive*, p. I; cf. DUVAL, *Fibules*, p. 13, fig. 17, n.ºs 1 a 3; cf. ALAIN DUVAL e OLIVIER BUCHSENSCHUTZ, *Les civilisations de l'âge du fer dans le Bassin Parisien et la France du Nord*, «La Préhistoire Française. Les civilisations néolithiques et protohistorique de la France», vol. II, Paris, 1976, p. 789-801 (p. 791, fig. 1).

⁽⁸⁾ Cf. DUVAL, *Fibules*, p. 13 e 43.

⁽⁹⁾ Cf. MONTELIUS, *La civilisation primitive*, p. VI, cf. DUVAL, *Fibules*, p. 30-35.

⁽¹⁰⁾ Cf. DUVAL, *Fibules*, fig. 7, n.º 1; cf. MONTELIUS, *La civilisation primitive*, Est. I, 9 (Itália, localidade desconhecida); Est. II, 13 (Itália meridional, localidade desconhecida).

feitos por estiragem e martelagem; a decoração do disco é aberta por meio de buril ou ciuzel⁽ⁿ⁾.

Este modelo não deve ser anterior aos finais do séc. vm a.C.-inícios do vil a.C.. A sua presença no Castro de Pirreitas, bem como a de outros objectos metálicos — punhais, braceletes e machados de bronze — no concelho de Alcobaça, testemunham a existência de relações comerciais com os vários povos do Mediterrâneo Central na Idade do Bronze e na Idade do Ferro⁽¹²⁾.

O n.º 2 pertence à vasta categoria de fibulas de «arco multicurvilíneo»⁽¹³⁾ ou de «arco serpenteante e mola unilateral»⁽¹⁴⁾. O arco é de feição côncava e de secção rectangular ou circular;

(n) Cf. JEAN BOURHIS, JACQUES BRIARD e JEAN-PIERRE MOHEN, *Le depot de bronze de Villethierry (Yonne)*, IXe suplemento de «Gallia Préhistoire», Paris, 1976, p. 163-169, fig. 143 e p. 199-200.

(12) Cf. AFONSO DO PAÇO, *Grutas de Alcobaça. Aditamento*, «Zephyrus», XVII, Salamanca, 1966, p. 89-99 (figs. 3-5); cf. AFONSO DO PAÇO, *M. Vieira Natividade e as raízes de Alcobaça*, «Arqueologia e História», vol. IX, Lisboa, 1962, p. 75-93 (p. 89, figs. 5, 6); cf. M. VIEIRA NATIVIDADE, *Grutas de Alcobaça. Relatório dos trabalhos de exploração nas diversas estações neolíticas de Alcobaça*, «Portugália», vol. I, fase. 3, Lisboa, 1899-1903, p. 433-464, Est. XXII-XXIII, XXVI, XXVIII; cf. MARIA AMÉLIA HORTA PEREIRA, *O machado do Castelo da Ota e uma lâmina de punhal de S. João de Abrantes ou as culturas do cobre e do bronze na Bada do Tejo*, «Actas das 1 Jornadas Arqueológicas», vol. II, Lisboa, 1970, p. 241-270 (p. 255, fig. 11, p. 269); cf. M. ALMAGRO GORBEA, *Los Tesoros de Sagrajas y Buzocana y los torques de oro macizo del Occidente Peninsular*, «Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia», vol. I, Porto, 1974, p. 259-282 (p. 274 e 276); cf. JULIAN PEDRO GARRIDO ROIZ, *Precisiones en torno a la colonización fenicia en el area atlantica de la Peninsula Ibérica y las excavaciones arqueológicas de Huelva*, «XIII Congreso Nacional de Arqueologia», Saragoça, 1975, p. 773-780 (p. 780). Este autor observa que as relações comerciais da área atlântica da Península Ibérica com o Mediterrâneo Oriental, mormente com colonos e comerciantes fenícios, se deve à exploração intensa da prata, do ouro e do cobre naquela região; cf. J. M.^a BLAZQUEZ, *Tartessos y los orígenes de la colonización fenicia en Occidente*, Salamanca, 1968, p. 53-54. O autor observa que nos finais da Idade do Bronze-inícios do Ferro, os objectos metálicos, mormente as fibulas revelam o intenso comércio marítimo entre o Mediterrâneo Oriental e o Noroeste Peninsular, devido à existência de minas de ouro, prata e estanho.

(13) Cf. DUVAL, *Fibules*, p. 30-31.

(14) Cf. MONTELIUS, *La civilisation primitive*, p. III, VI, Est. XIV.

tem ãas extremidades um simples enrolamento que origina, respectivamente, o fusilhão e o pé; aquele é de feição rectilínea ou curvilínea; no primeiro caso, o fusilhão procede de urna só espira gigante (n.º 2); no segundo, provém de uma ou de duas voltas sobrepostas (15); o pé é alto e termina num descanso discoidal, que se une àquele por um simples ou duplo anel. É neste último caso que se situa o de Pirreitas (n.º 2). Esta modalidade é de origem itálica e situa-se entre o séc. ix a.C.-vn a.C. (16); sofre, logo depois, transformações estruturais, nomeadamente no fusilhão e no descanso; aquele, de rectilíneo, tende, a partir do séc. ix a.C., a encurvar-se; o último apresenta, nos finais do séc. x a.C., um pequeno disco em espiral feito do enrolamento de um fio; posteriormente, ou seja, no séc. ix a.C., adopta um disco plano, obtido por martelagem; enfim, no séc. viu a.C., apresenta um descanso curto (17). É precisamente neste período que estes modelos surgem com abundância no Languedoc; a sua presença na Península Ibérica, conforme nos atestam os exemplares de Cerro del Berrueco (Salamanca) e La Mercadera (Sória), não se situará antes dos finais do séc. viu a.C. — inícios do vn a.C. (18). Assim, atribuiremos ao nosso exemplar um *terminus post quem* nos inícios do séc. vn a.C. (19). O fabrico deste exemplar processa-se do mesmo modo que o n.º 1.

Os n.ºs 3 e 4 pertencem ao grupo de fibulas de «arco losangonal com apêndices laterais» (20); o arco cavado e aberto na parte superior é, nalguns casos, decorado superiormente por olhais cegos dispostos

(15) Cf. MONTELIUS, *La civilisation primitive*, p. IV, Est. Est. XIV, 197-202; cf. DUVAL, *Fibules*, p. 31, fig. 19, 3, 5, 7.

(16) Cf. JOHANNES SUNDWALL, *Die alteren italischen Fibeln*, Berlim, 1943, p. 47-48. Este autor integra-a no grupo das serpentiformes (Sundwall DII Bb); cf. DUVAL, *Fibules*, p. 31; cf. LUCIANO SALZANI, *La necropoli delVetá del Bronzo a Fontarella Mantovana*, «Preistoria Alpina», Trento, 1978, 14, p. 115-162 (p. 140, fig. 14,6).

(17) Cf. DUVAL, *Fibules*, p. 31-33.

(18) Cf. WILHELM SCHULE, *Die Meseta-Kulturen der Iberischen Halbinsel*, Madrid, 1969, p. 32, 144, fig. 40 — tipo lb — (Cerro del Berrueco), Est. 47,1 (La Mercadera).

(19) Atribuiremos a mesma cronologia a um exemplar provável de Alcácer do Sal que apresentámos no Congresso Nacional de Arqueologia, Faro, 1980, «As fibulas de Alcácer do Sal», n.º 1.

(20) Cf. DUVAL, *Fibules*, p. 26-30.

em cruz (n.ºs 3-4), ou por simples traços transversais ou longitudinais; a mola é unilateral, de uma a três voltas; o pé é longo e, ao lateralizar-se, cria um descanso de feição triangular; o pé termina num botão circular.

Este tipo apresenta uma técnica de fabrico diferente das fibulas n.ºs 1 e 2; em primeiro lugar, o metal é vasado em estado de fusão num molde bivalve apropriado (21); em seguida, por estiragem e martelagem, obtêm-se, lateralmente, a mola, o fusilhão e o descanso. Esta modalidade ocorre com abundância na Itália e na Europa Central na 2.ª metade do séc. vi a.C. (22); surge, ainda com relativa frequência, em depósitos franceses que datam, ou dos finais do séc. vii a.C. ou de inícios do séc. vi a.C. (23); é, porém, bastante rara na Península Ibérica. É crível que esta modalidade, importada inicialmente da Itália, tenha sido rapidamente imitada pelos artífices locais do Languedoc (24), que, a partir do séc. vi a.C., passaram a fabricar outros modelos (25) que tiveram desde então larga expansão na Península Ibérica.

Os n.ºs 5 e 6 integram-se na vasta categoria de fibulas de tipo Nauheim (26), que engloba, por sua vez varias modalidades; estas distinguem-se, essencialmente, pelo perfil do arco, do pé e do descanso (27); têm, de comum, a mola bilateral de corda interior ou

(21) Os moldes utilizados eram de argila ou de pedra.

(22) Cf. DUVAL, *Fibules*, p. 28 e 30, fig. 16, n.º 9 (Habère-Lullin-Haute-Savoie), fig. 16, n.º 10 (Oise ou Somme), n.º 11 (Besançon-Doubs), fig. 17, n.º 1 (Agen-Lot-et-Garonne), n.ºs 2 e 4 (Habère-Lullin-Haute-Savoie), n.º 3 (Lyon-Rhone) e n.º 5 (Paris-Seine); cf. MONTELIUS, *La civilisation primitive*, p. VI, Est. IX, n.ºs 102-103 (Itália Meridional), 105 (necrópole Arnoaldi Bolonha) e 106 (Itália).

(23) Cf. DUVAL, *Fibules*, p. 30.

(24) Cf. DUVAL, *Fibules*, p. 46; cf. JEAN-CLAUDE RICHARD, MICHEL FEUGÈRE e PAUL SOYRIS, *Les fibules de Murviel-les-Montpellier (Hérault)*, «Archéologie en Languedoc», Languedoc, 1980, 3, p. 123-134 (p. 125-126).

(25) Cf. DUVAL, *Fibules*, p. 46. Este autor aponta como novos modelos as fibulas serpentiniformes com botão terminal no pé e as de tipo «Golfo de Leão»; cf. A. MOUTINHO ALARCÃO e SÁLETE DA PONTE, *Les objets de parure et de toilette. Les instruments de chirurgie*, «Fouilles de Conimbriga», vol. VII, Paris, 1979 (= *Fouilles de Conimbriga, Vil*), p. 109-126 (p. 112).

(26) Cf. *Fouilles de Conimbriga*, VII, p. 117.

(27) Cf. *id. ibidem.*, p. 117; cf. SÁLETE DA PONTE, *Algumas das fibulas do distrito de Setúbal*, «O Arqueólogo Português», Lisboa, série IV, 1, 1983, p. 317.

exterior ao arco, que consta sempre de 4 voltas. Além disso, este tipo é obtido a partir de um só fio metálico: o arco, a mola e o fusilhão constituem uma só peça.

O n.º 5 corresponde ao tipo 7E de Camulodunum ⁽²⁸⁾ que se define, essencialmente, pelo alteamento do arco junto ao ombral ou a meio daquele, quando de secção semicircular; pelo pé terminado ou num botão ou num travessão e pela feição quadrangular do descanso. Esta modalidade ocorre com frequência em diversos locais romanos ⁽²⁹⁾ entre os meados do séc. i d.C. e os finais do ii d.C.; os numerosos modelos de Vaiamonte⁽³⁰⁾ não nos fornecem, infelizmente, quaisquer dados estratigráficos.

O n.º 6 é uma variante de tipo Nauheim ⁽³¹⁾ que apresenta, essencialmente, o arco de feição quadrangular e o pé longo e estreito; a mola bilateral consta de 4 voltas e é de corda interior ao arco; o descanso é de feição quadrangular.

Este modelo corresponde ao tipo 5 de Ettliger ⁽³²⁾, que a autora considera uma forma evoluída do tipo pseudo — La Tène II (La Tène III) datável entre 20 a.C. e 20 d.C.; os exemplares de Lugdunum Convenarum e de Arentsburg são, porém, datados entre os finais do séc. i d.C. e os inícios do séc. m d.C. ⁽³³⁾.

⁽²⁸⁾ F. C. HAWKES e HULL, *Camulodunum. First report on the excavations at Colchester 1930-1939*, Oxónia, 1947, p. 132.

⁽²⁹⁾ Citemos alguns dos locais romanos que nos fornecem cronologia segura: cf. GUNTER ULBERT, *Die römische Donau-Kastelle Aislingen und Burghöfe*, Berlim, 1959, p. 64, Est. 14, 8; Cf. NORBERT WALKE, *Das römische Donau-Kastelle Straubing-Sorviodurum*, Berlim, 1965, p. 147, Est. 93, 2; cf. ULRICH FISCHER, *Grabungen im römischen Steinkastell von Hedderheim 1957-1959*, Frankfurt, 1973, p. 98, fig. 22, n.º 4; cf. WERNER KRAMER, *Cambodunumforschungen*, 1953-1, Kallmünz, 1957, p. 63 Est. 13, n.ºs 3-5.

⁽³⁰⁾ Cf. FARINHA DOS SANTOS, *Fibulas recolhidas no Cabeço de Vaimonte*, «Anais da Academia Portuguesa da História», 2.ª série, 22, 1973, p. 189-200 (p. 195, n.ºs 127, 130 e 133).

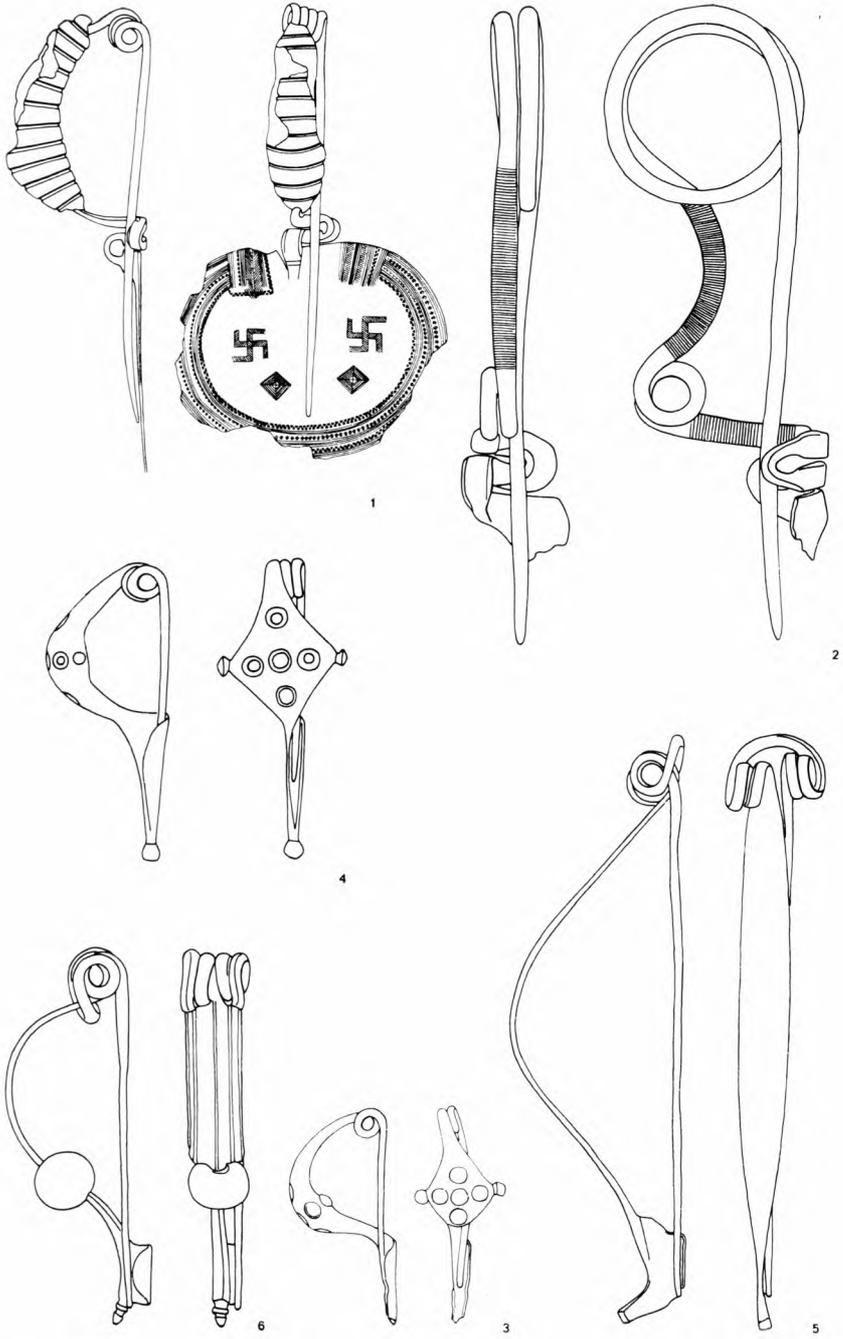
⁽³¹⁾ Cf. *Fouilles de Conimbriga*, VII, p. 118.

⁽³²⁾ Cf. E. ETTLINGER, *Die römischen Fibeln in der Schweiz (Handbuch der Schweiz zur Römer- und Merowingerzeit)*, Berna, 1973, p. 42-43, 187, Est. 2, n.º 14.

⁽³³⁾ R. GAVELLE, *Notes sur les fibules gallo-romaines recueillies à Lugdunum Convenarum (Saint-Bertrand-de-Comminges)*, «Ogam», XIV, 1962, p. 201-236 (p. 205-206, Est. 48, fig. 7, n.º 6 (4393) e 7 (4202), Est. 49, n.º 2 (4341).

CATÁLOGO

1. Fíbula de «arco pouco engrossado com descanso e em espiral». Inv. n.º 186. Bronze. O arco, de secção semicircular é decorado por uma volumosa conta de âmbar em forma de «sanguessuga»; a mola é unilateral e consta de 4 voltas; o pé é curto e une-se ao descanso por um anel duplo; o descanso discoidal é ricamente cinzelado com motivos geométricos: a orla é decorada, alternadamente, por traços contínuos, quer sejam circulares, quer oblíquos, ou em zig-zague; a meio, o disco é decorado por 2 cruces gamadas e 2 losangos preenchidos por traços oblíquos. Proveniência: Castro de Pirreitas (concelho de Alcobaça). Compr.: 96 mm; alt. 30 mm. (Fot. 1).
2. Fíbula de «arco multicurvilinear» ou de «arco serpenteante e mola unilateral». Inv. n.º 185. Bronze. O arco curvilinear e de secção semicircular é cinzelado por uma fiada continua de aneis transversais que se repete no pé; a mola é unilateral e consta de uma espiral gigante; o pé é alto e une-se ao descanso por um anel duplo. Proveniência: Castro de Pirreitas (conc. de Alcobaça). Compr.: 131 mm; alt. máx.: 50 mm..
3. Fíbula de «arco losangonal com apêndices laterais». Inv. n.º 189. Bronze. O arco é decorado por cinco olhais cegos em cruz; a mola é unilateral e consta de duas voltas; o pé e descanso são longos e estreitos; aquele termina num botão circular; o último é de feição triangular. Proveniência: desconhecida. Compr. 62 mm; alt. 26 mm.
4. Id. Inv. n.º 190. Bronze. É idêntico ao anterior mas de proporções mais pequenas. A mola é unilateral e consta de uma só volta. Prov.: desconhecida. Compr.: 45 mm; alt.: 20 mm,
5. Fíbula de tipo Nauheim (Camulodunum 7E). Inv. n.º 187. Bronze. O arco é laminar e de feição triangular; a mola bilateral e de corda exterior ao arco consta de 4 voltas; o pé é curto e termina num pequeno apêndice transversal; o descanso é de feição quadrangular. Prov.: Casal da Mota (freg. de Famalicão, conc. da Nazaré). Compr.: 123 mm; alt.: 35 mm.
6. Fíbula variante do tipo Nauheim (Ettlinger 5). Inv. n.º 188. Bronze e vidro. O arco laminar e de feição quadrangular é decorado longitudinalmente por cinco finas molduras; separa-se do pé por uma pequena esfera de vidro de cor azul com uma faixa a meio, de vidro branco; o pé longo e curvo termina num botão cónico; a mola é bilateral e de corda interior ao arco consta de 4 voltas; o descanso é de feição quadrangular. Prov.: Casal da Mota (conc. da Nazaré). Compr. 80 mm; alt.: 30 mm (Fot. 2).



Esc. 2:3



Foto 1



Foto 2

JOÃO JOSÉ FERNANDES GOMES

Conservador do Museu Municipal Hipólito Cabaço (Alenquer)

SÁLETE DA PONTE

Conservadora do Museu de Conimbriga

TRÊS BRONZES ROMANOS DA REGIÃO DE ALENQUER

«Conimbriga», XXIII (1984), p. 97-101

RESUMO : Publicam-se três bronzes figurativos do Museu de Alenquer. O n.º 1 provém do Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira) e os n.ºs 2 e 3 foram possivelmente encontrados na necrópole de Paredes (Alenquer). Os n.ºs 1 e 2 reproduzem Júpiter Ammon. O n.º 3 é provavelmente uma figura de pigmeu.

RÉSUMÉ: Les bronzes figurés n.ºs 1 et 2 sont des éléments de mobilier qui reproduisent Jupiter Ammon. Le n.º 3 semble représenter un pigmée. Seule la provenance du n.º 1 est connue: Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira). Une provenance est suggérée pour les n.ºs 2 et 3 (nécropole de Paredes, Alenquer).

(Página deixada propositadamente em branco)

TRÊS BRONZES ROMANOS DA REGIÃO DE ALENQUER

As três peças que se estudam neste trabalho possuem reduzido valor arqueológico, porquanto só de uma delas se conhece, com rigor, a proveniência.

Trata-se da peça da Est. I, n.º 1, encontrada isolada durante trabalhos agrícolas numa courela próxima da Ribeira de Cadafais (ou Vala do Carregado) situada no Monte dos Castelinhos (1).

Prospecções recentes, aí levadas a cabo por José Batista Barreto Domingos e por um dos signatários, revelaram diversos panos de muralhas, e elementos cerâmicos lusitano-romanos, tais como pesos de tear, tegulae, tijolos de colunas, etc.. Outros achados cerâmicos feitos na mesma ocasião confirmam a ocupação do lugar no período neolítico, anteriormente sugerida pelos fragmentos recolhidos por Hipólito Cabaço e depositados no Museu de Alenquer com o n.º 1933.

Não são raras as estações arqueológicas nas imediações: Povos, vale da estrada Carregado-Arruda dos Vinhos, Aposentos da Quinta Barreiros, Aposentos da Quinta da Família Barreto Domingos, Aldeia de Cadafais, com dois gigantescos cipos legendados, Alto do Tufo (Carregado) (2), Quinta da Barradinha (Alenquer) (3), Paredes, etc..

Os n.ºs 2 (Est. I, n.º 2) e 3 (Ests. II e III) provêm da região de Alenquer mas desconhecem-se as condições de achado, tendo

P) O Monte Loios ou Monte dos Castelinhos é também designado por Quinta do Goes, situada no extremo Sul do concelho de Vila Franca de Xira, junto à ponte da Couraça, limite sul do concelho de Alenquer.

(2) Em estudo por João Fernandes Gomes e José Batista Barreto Domingos.

(3) O espólio está depositado no Museu Municipal de Alenquer e é produto de recolha de colaboradores do Museu.

o último sido recolhido na sucata de um negociante local. É, no entanto, provável que sejam ambos de Paredes, da necrópole lusoromana descoberta e prospectada por Hipólito Cabaço e, entretanto, destruída pela construção civil.

1. Aplicações de mobiliário em forma de mascarão (Est. I, n.ºs 1 e 2)

Estas duas peças (Est. I, n.ºs 1-2) de bronze são aplicações de mobiliário. Ambas representam Júpiter Ammon, cuja expressão atinge a fronteira do animalesco e do sarcástico.

As faces são em alto relevo e oblongas. Cada uma delas é envolvida por fartos caracóis; os olhos são salientes e oblíquos; as sobrancelhas, muito espessas; o nariz é bastante largo e as maçãs do rosto são proeminentes; os lábios são carnudos e envolvidos por um bigode longo e encaracolado; no lugar das orelhas estão representados pequenos chifres de carneiro. Ambos são munidos, no reverso, de uma cavilha; o n.º 1 tem no campo inferior da face um pequeno orifício; cavilhas e orifício serviam para a fixação.

O estado de conservação do metal é bom, apresentando uma camada regular de carbonatos de cobre, mais brilhante e estável no segundo. O n.º 1 pesa 32,3 gr. e mede 51 X 39 mm; o n.º 2 tem 11,7 gr. de peso e mede 33 X 30 mm. Estas aplicações são habitualmente usadas em móveis, nomeadamente em portas e cofres (4). Este tema é largamente representado no período romano, mormente no séc. n d.C. (5).

2. Estatueta (Ests. II e III)

Esta peça (Est. II e III) de bronze representa uma figura grotesca, provavelmente um pigmeu em posição de combate, do qual ressaltam os volumes exagerados da cabeça, do tronco e do phallus que contrastam com o dos braços e pernas bem mais curtos e menos volumosos.

(4) Cf. CHRISTIANE BOUBE-PICGOT, *Les bronzes antiques du Maroc, II. Le Mobilier*, Rabat, 1975, ps. 225-226 e 309-313.

(5) Cf. *idem*, p. 310.

Parece-nos que esta personagem tem, de ambos os lados da cintura, um punhal que é cingido ao corpo por uma faixa de pano torcido; o tronco largo e fortemente musculado tende para a esquerda em consonância com o movimento de arremesso do braço do mesmo lado; a este movimento de impulso corresponde a posição inflectida da perna esquerda a contrastar com a da direita. A falta da mão esquerda não permite classificar mais concretamente a figura nem interpretar as reentrâncias em meia lua que se observam nos dedos dos pés e no anel da mão direita. Da existência ou não de um testemunho empunhado pela mão esquerda pode, com efeito, resultar uma interpretação diferente.

Aparte esta falha, a estatueta apresenta-se bem conservada com uma «patina» verde escuro, homogénea; tem de altura 110 mm e de peso 222 mm.

O trabalho de concepção e de execução da figura é bastante rude.

Estas figuras aparecem no reportório da arte helenística e prolongam-se durante o período romano, nomeadamente na Itália (Pompeia e Herculano) e na Gália⁽⁶⁾; esta última área desempenhou um papel relevante não só na produção, mas também na proliferação de temas grotescos, dos quais ressaltam as figuras de anões e de pigmeus.

Para o nosso exemplar encontramos um paralelo aproximado em Arles ⁽⁷⁾, se bem que os traços caricaturais naquele sejam menos violentos que neste último. Este tema é largamente representado quer na arte helenística, quer no período romano ⁽⁸⁾. Daí a dificuldade de datar o nosso modelo.

(6) Cf. STEPHANIE BOUCHER. *Recherches sur les bronzes figurés de Gaule Pré-Romaine et Romaine*, Roma, 1976, p. 189-190.

(7) Cf. STEPHANIE BOUCHER, *Rronzes Grecs, Hellénistiques et Etrusques (Sards, Ibériques, Celtiques)*, Lyon, 1970, p. 54, fig. 33.

(8) Cf. HEINZ MENZEL, *Die Römischen Bronzen aus Deutschland, II, Trier, Mainz am Rhein*, 1966, p. 44, Ests. 42-43, n.^{os} 91-92.

EST. I



1



2

EST. II



EST. III



ANTÓNIO JOSÉ FERREIRA QUINTEIRÁ
Professor do Ensino Secundário

DUAS PEÇAS DE VIDRADO VERDE ACHADAS EM CONIMBRIGA
«Conimbriga», XXIII (1984), p. 103-110

RESUMO: Estudam-se um *skyphos* e um tinteiro de cerâmica de vidro verde encontrados em escavações antigas de Conimbriga e praticamente inéditas, visto que haviam apenas sido referidos de maneira breve por H. Comfort. Um resumo de investigação sobre a tecnologia e os centros de produção deste tipo de cerâmica completa o artigo.

RÉSUMÉ: Les deux pièces à glaçure plombifère étudiées dans cet article avaient été notées par Comfort, en 1961. La brièveté de cette référence justifie la publication de ce *skyphos* et de cet encrier, dont les profils n'avaient pas été illustrés par Comfort. Un résumé des recherches sur la technologie et les centres de production de la céramique à glaçure plombifère complète l'article. Les deux pièces proviennent de fouilles anciennes à Conimbriga.

(Página deixada propositadamente em branco)

DUAS PEÇAS DE VIDRADO VERDE ACHADAS EM CONIMBRIGA

Apesar das inúmeras escavações realizadas em Portugal, em estações arqueológicas lusitano-romanas, e do grande espólio ceramológico recolhido e já estudado (desde as cerâmicas de tradição local às importadas), as cerâmicas romanas de vidro verde são, relativamente àquelas, em número bastante reduzido mas nem por isso de menor importância.

De Conimbriga, estação arqueológica onde até agora foram recolhidos mais exemplares deste tipo de cerâmica, encontram-se publicados por Jorge Alarcão (x), cinco *skyphoi* e um pote (fragmentos) e referidos por H. Comfort (2), um *skyphos* e um tinteiro, cujo estudo será complementado neste trabalho.

A peça n.º 1, *skyphos*, com um diâmetro de 80 mm, foi encontrada sob o mosaico do peristilo da «casa dos repuxos». Apesar de estar bastante fragmentada, é possível reconstituir o seu perfil, * III

fi) JORGE ALARCÃO, «Céramique à glaçure plombifère» in *Fouilles de Conimbriga*, vol. VI, cap. III, Paris, 1976, p. 39-42. A leitura deste trabalho é bastante importante porquanto, para além da síntese que faz sobre a problemática deste tipo de cerâmica (origem, difusão, centros de produção, tipologia e cronologia), cita também uma vasta bibliografia sobre o tema.

(2) H. COMFORT, *Roman ceramics in Spain: an exploratory visit*, «Archivo Español de Arqueología», XXXIII, 1961, p. 13. Estas peças foram também citadas por MARIA ADELAIDE GARCIA PEREIRA, *Fragmento de vaso vidrado a verde da estação romana de Tróia [Setúbal]*, «O Arqueólogo Português», III série, V, Lisboa, 1971, p. 146, nota 2; JORGE ALARCÃO, *Une coupe à fond d'or découverte à Farrobo, Portugal*, «Journal of Glass Studies», X, 1968, p. 74-75; MARIA AMÉLIA HORTA PEREIRA, *O dolium cinerário, com skyphos vidrado a verde, da necrópole de Paredes (Alenquer)*, «Conimbriga», IX, Coimbra, 1970, p. 49-54.

podendo ser englobada, tipologicamente, no tipo n.º 2 descrito por Jorge Alarcão (3), forma intermédia com copa quase cilíndrica assente em pé baixo.

Moldada numa pasta rosada e bastante fina, esta peça teria duas asas em forma de argola encimadas por uma superfície plana, muito semelhantes às dos *skyphoi* publicados por Maria Amélia Horta Pereira (4) e M. Ribas Bertrán (5). A decoração, num relevo muito nítido, atesta uma boa moldagem e o cuidado empregue no seu fabrico.

Recoberta por um vidro verde-oliva na face exterior e apresentando algumas irisações metálicas (cor de chumbo) junto ao bordo e reentrâncias dos motivos decorativos, o vidro da face interior contrasta com aquele, apresentando-se melhor conservado e adquirindo uma tonalidade amarelada-torrada.

O vidro teria sido aplicado mergulhando nele a peça de bordo para baixo; o *skyphos* terá sido posto a cozer na mesma posição; a concentração do vidro junto ao bordo e nas reentrâncias inferiores dos motivos decorativos, bem assim como a sua quase ausência no fundo externo (pé), devido à escorrência, são factos que levam a admitir esta hipótese.

Toda a copa é decorada com motivos vegetais — ramos de romãzeira com romãs. De cada asa partem dois ramos de três folhas alternadas com romãs, terminando os mesmos com três destes frutos. A parte superior da copa seria, portanto, ornamentada com quatro ramos, o mesmo devendo suceder com a parte inferior.

A esta peça teria sido aplicado, antes do vidro, um banho de engobe, pois no pé, sob o vidro, notam-se vestígios de uma pequena camada esbranquiçada.

A peça n.º 2 pertence a uma forma fechada, fragmento da parte superior de um tinteiro, de paredes relativamente finas e pasta rosada. O vidro, mal conservado, apresenta uma tonalidade verde-amarelada com brilho metálico. Na face interna, e uma

(3) JORGE ALARCÃO, *op. cit.*, Paris, 1976.

(4) MARIA AMÉLIA HORTA PEREIRA, *op. cit.*, est. II, fig. 3.

(5) M. RIBAS BERTRÁN, *Cerámica vidriada romana en* , «Pyrenae», I, 1965, fig. 3.

vez que se trata de urna forma fechada, não existe vidro, excepto junto à boca do tinteiro, devido à escorrência do mesmo. Diâmetro 80 mm.

Um minucioso estudo comparativo Jeva-nos a admitir a hipótese de estas duas peças terem a mesma origem e o mesmo horizonte cronológico das publicadas por Jorge Alarcão (6).

Estas cerâmicas caracterizam-se pela sua pasta clara, branca ou quase branca e bastante fina(7), apresentando-se, também, por vezes, acinzentada, rosada ou beije. Estas variações ligeiras da coloração das pastas devem-se não só aos diferentes centros de produção, como também à cozedura ou ainda às diferentes percentagens dos componentes das argilas. As paredes são, geralmente, finas e bastante fortes (8), se bem que oficinas houve que produziram cerâmicas de paredes relativamente espessas (9). Estas estão cobertas, numa ou em ambas as faces, por um vidro de base verde, cuja coloração pode passar por várias tonalidades — verde malaquite (10), verde-oliva (n), castanho-esverdeado ou mesmo amarelo-torrado (12). O tom amarelado, ou variantes destes, surge com mais frequência no vidro da face interna das paredes destes vasos. Segundo M. Ribas Bertrán (13), as diferenças de coloração verificadas no vidro podem dever-se a defeitos vários verificados no processo de fabrico: cozedura insuficiente; atmosfera do forno impregnada de fumos; impureza nos ingredientes; desigualdade de temperatura; uma maior percentagem de sulfato de chumbo ou qualquer outro motivo.

(6) JORGE ALARCÃO, *op. cit.*, Paris, 1976.

(7) MARIA AMÉLIA H. PEREIRA, *op. cit.*, p. 49.

(8) M. RIBAS BERTRÁN, *op. cit.*, p. 163.

(9) É o caso, por exemplo, da oficina de Saint-Remy-en-Rollat.

(10) Na Renânia encontraram-se cerâmicas com vidro desta tonalidade.

(n) As fabricadas em Lezoux (Gália Central).

(12) É o caso, por exemplo, das peças fabricadas na oficina de Saint-Remy-en-Rollat ou ainda do vaso de Tróia (Setúbal) estudado por Maria Adelaide G. Pereira.

(13) M. RIBAS BERTRÁN, *op. cit.*, p. 158.

Não apresentam estas cerâmicas formas exclusivamente suas. Imitando frequentemente a «sigülata», a sua principal fonte de inspiração deve, porém, buscar-se nos vasos de prata gregos, com uma maior incidência nos *skyphoi*. Charleston ⁽¹⁴⁾ afirma ser o *skyphos* a forma mais comum, seguindo-se-lhe os jarros com duas asas, taças com pé, tinteiros e pequenas jarras. Ribas Bertrán ⁽¹⁵⁾ cita também as lucernas, elaborando ao mesmo tempo um inventário de formas surgidas na Península Ibérica. Jorge Alarcão ⁽¹⁶⁾, além de afirmar ser o *skyphos* a forma mais comum, apresenta ainda três variantes deste: uma forma alta de copa ovoide; uma intermediária com copa quase cilíndrica e, por último, uma forma baixa com copa hemisférica ⁽¹⁷⁾.

No que respeita à decoração, esta pode ser moldada, aplicada ou em barbotina ⁽¹⁸⁾. Quanto aos motivos decorativos, os mais comuns são a representação de vegetais ⁽¹⁹⁾, seguindo-se a de figuras geométricas e, mais rara, a de figuras humanas ⁽²⁰⁾.

Quanto ao aspecto cronológico, e tendo em consideração os achados recolhidos no que foi o grande Império Romano, pode afirmar-se que já existiam nos finais do séc. I a.C. e que tiveram, pelo menos, uma duração de quatro séculos.

A raridade destas cerâmicas em todo o Império deve-se ao facto, talvez, do seu elevado custo e do moroso processo de fabrico, uma vez que este requeria uma técnica bastante apurada ⁽²¹⁾.

⁽¹⁴⁾ CHARLESTON, *Roman Pottery*, London, 1955, p. 15.

⁽¹⁵⁾ M. RIBAS BERTRÁN, *op. cit.*, p. 168-171.

⁽¹⁶⁾ JORGE ALARCÃO, *op. cit.*, 1976, p. 41.

⁽¹⁷⁾ HELLSTRÖM, *Labraunda*, pi. 36, p. 261-262.

⁽¹⁸⁾ Os vasos com este tipo de decoração surgem geralmente em contextos do séc. I.

⁽¹⁹⁾ JORGE ALARCÃO, *op. cit.*, 1976, p. 40.

⁽²⁰⁾ O *skyphos* de Paredes (Alenquer) representa uma alegoria dionisíaca, com dois efebos nus e de pé.

⁽²¹⁾ Sobre o processo de fabrico consultar:— TOLL, «The green glazed pottery», in *The excavations at Dura-Europos. Final Report*, part I, fase. 1, 1943, p. 1-4; CHARLESTON, *op. cit.*, p. 24; F. F. JONES, *Rhosica vasa*, «American Journal of Archaeology», 1945, p. 47; JORGE ALARCÃO, *op. cit.*, 1976; M. RIBAS BERTRÁN, *op. cit.*, p. 159.

Pela análise dos achados, chegou-se à conclusão de que poderiam ser feitos em molde — segundo o processo de fabrico das «terra sigillata» — ou ao torno. Na sua confecção empregava-se uma argila bastante fina e as peças, depois de secas, eram sujeitas a uma dupla cozedura. A primeira tinha por finalidade torná-las mais consistentes e prepará-las para o «banho de vidro» que é, afinal, a sua principal característica. Porém, e antes da aplicação deste, as peças eram mergulhadas num leite de argila branca cuja finalidade era a de fazer sobressair, mais tarde, o brilho do vidro. Este era preparado com sulfato de chumbo ⁽²²⁾, obtido a partir do tratamento da galena — o que dava uma tonalidade amarelada-torrada às peças — adicionando-se-lhe sais de cobre — para o tom verde — e uma pequena quantidade de areia como fundente. Como estes elementos fundem a uma temperatura relativamente baixa, fácil era mergulhar nele as peças que se pretendia vidrar. Uma vez retiradas do «banho de chumbo», deixavam-se secar e eram então submetidas a uma segunda cozedura. A exposição a esta segunda cozedura não podia ser muito prolongada para não haver o perigo de uma escorrência do «banho de chumbo» e, naturalmente, evitar a concentração do vidro em determinadas partes dos vasos. Finda esta operação, os vasos apresentavam-se vitrificados, com as tonalidades já anteriormente referidas, e prontos a entrar no mercado.

Oferece ainda grandes dúvidas a origem desta técnica ⁽²³⁾. Sabe-se, no entanto, que começou a ser usada em grande escala no Próximo-Oriente a partir do século i a.G. Aqui identificaram-se, até agora, os seguintes centros de produção:—Tarsus (que teria sido um dos centros mais produtivos desta cerâmica e onde foram recolhidos fragmentos de moldes para a confecção de *skyphoi*)\

⁽²²⁾ Um dos perigos do fabrico destas cerâmicas era o envenenamento dos oleiros pelo chumbo.

⁽²³⁾ COURBY, *Les vases grecs à reliefs*, Bibliothèque des Écoles Françaises d'Athènes et de Rome, n.º 125, p. 449 e segs. Atribui a origem desta técnica ao Egipto, remontando aos tempos pré-históricos. Daqui teria irradiado para Susa, Síria e Pérsia. JORGE ALARCÃO, *op. cit.*, 1976, p. 39, afirma, por sua vez, derivar «provavelmente da indústria da Mesopotâmia, onde foram recolhidos fragmentos datados do ano 1000 a.G.».

Notion; Tschandarli, perto de Pérgamo (oferece ainda dúvidas pois os fragmentos não são em número suficiente para demonstrarem uma produção local); Antioquia; Dura Europos (mais antigo que Tarsus e Antioquia) e na Gália (não estão ainda identificadas as localidades).

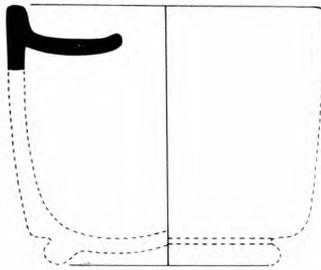
Quanto aos centros de produção no Ocidente ⁽²⁴⁾, embora ainda não haja um estudo aprofundado sobre este tema, sabe-se terem existido na Itália (ignora-se, por enquanto, a localização exacta dos centros de fabrico); Gália, mais concretamente em Saint-Remy-en-Rollat; Vichy (onde se encontrou um número relativamente elevado de fornos); Gannat e Lezoux; Renânia; Germânia⁽²⁵⁾; Camulodunum (Colchester); Richborough (Kent) e Holt (Denbingshire).

⁽²⁴⁾ JORGE ALARCÃO, *op. cit.*, 1976, p. 39.

⁽²⁵⁾ JORGE ALARCÃO, *op. cit.*, 1976, p. 40.



1



2

(Página deixada propositadamente em branco)

A. M. DIAS DIAGO

Assistente-estagiário da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa

O MATERIAL ROMANO DA 1.^a CAMPANHA DE ESCAVAÇÕES NA
ALCÁÇOVA DE SANTARÉM

«Conimbriga», XXIII (1984), p. 111-141

RESUMO: Publica-se o material romano encontrado na 1.^a campanha de escavações da Alcáçova de Santarém (1979). Embora proveniente de camadas de entulho e de a escavação se ter resumido a um quadrado de 4x4 m que não forneceu estruturas, o material cobre o período compreendido entre os finais do séc. n a.C. (ânforas Dressel/Lamboglia 1 A) e o séc. v d.C. (*Late Roman C*) e é probativo no que respeita à localização em Santarém de *Scallabis*, cidade cabeça do convento jurídico scalabitano.

RÉSUMÉ : Dans des sondages réduites (4x4 mètres) effectuées à Santarém, en 1979, dans les lieux de Panden château royal, un riche matériel céramique a été récupéré. Il comprend des matériaux de la fin du n^e siècle av.J.C. (des amphores Dressel/Lamboglia 1 A) jusqu'au v^e siècle ap.J.C. (*Late Roman C*). Dans ce sondage on n'a pas réussi à trouver des murs et toutes les couches correspondent à des remblais, donc, sans intérêt stratigraphique. Le matériel ramassé représente, sans doute, un argument décisif pour la localisation de *Scallabis*, chef-lieu du *conventus iuridicus scallabitanus*, qui correspond, sans doute, à la ville actuelle de Santarém.

(Página deixada propositadamente em branco)

O MATERIAL ROMANO DA 1.^a CAMPANHA DE ESCAVAÇÕES NA ALCÁÇOVA DE SANTARÉM (1979)

Santarém fica situada sobre um planalto plioceno com cerca de 104 m. de altura média, na margem direita do Tejo e a perto de 70 km para o norte de Lisboa. A cidade tem sido, com algumas hesitações, identificada com *Scallabis* — hesitações essencialmente provocadas pela escassez dos vestígios arqueológicos aí registados P).

Foi à procura desses vestígios que, no verão de 1979, a Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém iniciou as escavações nas «Portas do Sol», lugar da Alcáçova e, muito possivelmente, do *oppidum* indígena junto ao qual se estabeleceria o acampamento cesarino e posterior *colonia*, que viria a constituir a Marvila, onde ainda hoje é possível discernir o traçado hipodâmico (2).

A primeira campanha consistiu simplesmente na abertura de um quadrado de 4x4 m. que, apenas aprofundado até cerca de 2 m., nos apresentou três camadas de entulho onde a cerâmica se encontrava muito fragmentada e o material do Bronze se misturava com o medieval. Significativo no que respeita à localização de *Scallabis*, o material romano que aqui se publica vale apenas por si próprio — dadas as dimensões da escavação e o tipo de (*)

(*) J. DE ALARCÃO, *Portugal Romano*, p. 76.

(2) J. GASPAR, *Estudo geográfico*, p. 142, J. M. GARCIA, *Em torno de Scallabis*.

estratigrafia encontrada, está fora de questão qualquer forma de tratamento quantitativo ou a comparação com outras estações (3).

Cerâmica de tipo campaniense

Dos 17 fragmentos encontrados apenas três têm um perfil desenhável. Tal como em Conímbriga, também aqui a cerâmica campaniense parece ter um aspecto muito itálico (4). O tipo A encontra-se por enquanto ausente. O C apenas está representado pelo prato n.º 4, num fabrico que se afasta das características definidas por J.-P. MOREL para a campaniense C de Hipona(5), Este tipo parece ter acompanhado, na generalidade e embora em muito menor quantidade, a área de distribuição do B em território português.

A exemplo do que é normal no Oeste Peninsular (6), domina o tipo de B (16 fragmentos); também em Santarém existe uma grande variedade de pastas e «verniz» em relação à quantidade de B encontrada:

- De «verniz» cinzento-escuro esverdeado, brilhante-metalizado; pasta bege-alaranjada, algumas pequenas partículas negras e micas muito pequenas e abundantes. Taça n.º 1.
- De «verniz» negro, brilhante-metalizado com reflexos azulados; pasta bege-amarelada, muito homogénea. Prato **n.º 2.**
- De «verniz» negro, brilhante-metalizado com manchas castanho-vermelhadas e faixas concêntricas de alisamento mais

(3) Algumas das peças aqui publicadas tiveram um estudo preliminar de A. MOUTINHO DE ALARCÃO que foi a base para a classificação do *Catálogo da Exposição da Alcáçova de Santarém*.

O «relatório da escavação» será publicado por José Manuel GARCIA, que dirigiu o trabalho de campo, o restante material será publicado por outros investigadores.

(4) *A propos des céramiques de Conimbriga*, p. 90.

(5) J.-P. MOREL, *Céramique d'Hippone*, p. 117, citado por M. DELGADO, *Fouilles de Conimbriga*, VI, p. 22.

(6) M. DELGADO, *ibid.*, p. 21.

visíveis na parte inferior dos vasos; pasta bege-alaranjado claro, homogénea e muito depurada. É a variedade mais numerosa, com 7 fragmentos.

- De «verniz» cinzento-escuro, esverdeado e mate, mal conservado, com manchas castanho-avermelhadas no fundo dos vasos que sofreu um alisamento descuidado. Pasta ocre-acinzentado, micácia, com pequeníssimas calcites e quartzos leitosos. 5 fragmentos, variedade representada pelo prato n.º 3.

A campaniense B surgiu nos meados do séc. n a.C. e a sua produção manteve-se até César, parece ter atingido uma grande difusão na Península Ibérica nos inícios do séc. i a.C. (7). A C deverá ter passado a ser regularmente exportada para a Península por volta do ano 100 a.C. (8). O presente material não parece ser anterior ao séc. i a.C.

1. (Est. I). Fragmento de parede de taça. Forma 2. Carena arredondada. «Verniz» cinzento-escuro esverdeado, brilhante-metalizado, pouco homogéneo abaixo da carena, apresentando manchas castanho-avermelhadas. Vestígios de alisamento no exterior, com pequenas estrias. Pasta bege-alaranjada com pequeníssimas micas e algumas pequenas partículas negras. Aspecto micro-granuloso. Diâmetro na carena cerca de 79 mm.
2. (Est. I). Fragmento de bordo e parede de prato. Forma 5-7. Bordo oblíquo de perfil quase rectilíneo. «Verniz» negro, brilhante-metalizado com reflexos azulados, homogéneo e bem conservado. Bandas de alisamento muito regulares no interior e no exterior abaixo da carena. Pasta bege-amarelada, muito homogénea e de aspecto micro-granuloso. Diâmetro da boca cerca de 282 mm.
3. (Est. I). Fragmento de fundo de prato. Forma 5. Pé massiço de larga base de sustentação e forte desnível entre as paredes exterior e interior do pé. Bordo formado por 5 carenas e coroado por um ressalto no exterior. Perfil do pé em S. Fundo interior decorado com sulcos concêntricos, largos e pouco profundos.

(7) J. de ALARCÃO, *ibid.*, p. 144.

(8) J.-P. MOREL, *A propos des céramiques campaniennes*, p. 163.

«Verniz» muito degradado, cirizento-escuro esverdeado e mate, manchas castanho-avermelhadas no fundo exterior. Alisamento deficiente. Pasta ocre-acinzentado, micácia, com pequeníssimas calcites e quartzos leitosos. Aspecto micro-granuloso.
Diâmetro do pé 81 mm.

4. (Não ilustrado). Pequeno fragmento de fundo de vaso, possivelmente prato.
«Verniz» apenas existente na face interior, muito riscado, sobre superfície bem alisada; de tonalidades cinzento-avermelhadas, pouco espesso e brilhante. A face inferior apresenta manchas cinzentas de diversas tonalidades.
Pasta cinzento-amarelado, mais escura junto às superfícies; aspecto granuloso, com micas e quartzos muito pequenos.

Lucerna tardo-republicana

O fragmento n.º 5 pertence a uma lucerna delfiforme, datável de entre 70 a.C. a 15 d.C.

Recobertas, umas vezes, com «verniz» negro, outras com «verniz» de tonalidades avermelhadas, estas lucernas mostram com grande clareza a passagem da técnica do «verniz» da campaniense para o da sigillata.

Dada a tonalidade avermelhada deste exemplar, ele não será anterior a 50 a.C.

5. (Est. I). Fragmento de fundo e depósito de lucerna, com vestígios do arranque de asa. Forma Dressel-Lamboglia 2. Fundo ligeiramente côncavo, pé em forma de anel largo. Parede exterior do depósito decorada com meias-pérolas. Pasta com muito pequenas fendas e alvéolos, pequeníssimas micas e calcites. Largo cerne acinzentado, castanho-rosado junto às superfícies.
«Verniz» sobre a parede exterior, de espessura variável e de diversas tonalidades castanho-avermelhadas, brilho acetinado.

Terra sigillata

Logo a seguir à cerâmica comum foi naturalmente a sigillata que contribuiu com maior número de vasos. No entanto, dos 74

fragmentos encontrados, alguns possivelmente pertencentes às mesmas peças, apenas 17 têm perfis passíveis de serem estudados.

É a seguinte a distribuição dos fragmentos pelos diversos fabricos: itálica 27, sudgálica 21, hispânica 23 e hispânica tardia, 2, clara 24.

Itálica

A taça 6 é uma forma 2 de campaniense mas já com o «verniz» avermelhado, trata-se de um exemplar classificável na fase «pré-aretina» de Goudineau ⁽⁹⁾, tem uma datação que vai de cerca de 50 a.C. a cerca de 30 a.C.

O fragmento 7 está marcado com um simples *A* central. Oxé-Comfort registam com o n.º 1 um oleiro provavelmente não-aretino de tipo de marca semelhante, geralmente radial e impressa sobre vasos em «verniz» negro; ao mesmo oleiro atribuem ainda um vaso em «verniz» vermelho proveniente de Chiusi, com uma marca que se afasta da de Santarém por estar marcada radialmente, inscrita em carteia circular e pelo traço central ser oblíquo e não em V.

Com o n.º 2 O.-C. registam três marcas, duas de Roma, não descritas e uma de Atenas que se afasta da presente marca. Finalmente, com o n.º 3, O.-C. publicam quatro marcas que atribuem a um oleiro provavelmente do Vale do Pó, descrevem três delas que são inscritas em coroa de louros e sobre taças Ha 11. A marca de Santarém pertence a uma pequena taça, talvez de forma G. 32 (= Haltern 11) com datação de Augusto-Tibério, e tem uma pasta seguramente não aretina. Poderá ser atribuída ao n.º 2 ou ao 3 de O.-C., se é que na realidade não são ambos o mesmo oleiro.

O fragmento n.º 8 pertence a uma pequena taça com marca em «planta pedis» de *XANTHVS*, das oficinas do aretino *CNAEVS ATEIVS* que, só ou através dos seus oleiros tem 35 marcas registadas em território português, das quais 6 pertencentes a

(8) GOUDINEAU, *La céramique arétine lisse*, p. 57 e segs.

XANTHVS ⁽¹⁰⁾. Encontra-se ainda bem atestado na Alemanha, Espanha, Holanda, Inglaterra e Itália. Para além de Arezzo, *XANTHVS* deve ainda ter trabalhado numa oficina provincial; tendo começado a produzir antes do início da nossa Era ^(u) ainda se encontrava em forte actividade por volta de 20 d.C., como se comprova pela grande quantidade de marcas em «planta pedis» que utilizou.

6. (Est. I). Pequeno fragmento de parede de taça, carena arredondada. «Verniz» muito fino, pouco homogéneo, de tonalidades castanho-avermelhadas; mate e inúmeras pequenas estrias no exterior, mais brilhante e alisado no interior. Pasta de aspecto micro-granuloso, laranja-claro, com pequeníssimas micas e partículas negras. Diâmetro na carena 58 mm.
7. (Est. II). Fragmento de fundo de taça com marca central: *A* sem carteira e com o «verniz» perdido. Parede do pé espessa, fundo exterior muito pequeno, de 8 mm de diâmetro. «Verniz» alaranjado e de brilho acetinado, rompido pelos elementos não plásticos da pasta. Pasta muito dura, ocre-alaranjada, com calcites, pequenos alvéolos e fendas. Altura da marca: 4 mm.
8. (Est. II). Fragmento de fundo de taça com marca central: *[XA]NTHI*. retrógrada, em «planta pedis» para a esquerda, mal impressa no topo e partida à direita e à esquerda. Altura da marca: 4 mm. Fundo exterior com pequeno mamilo central. «Verniz» laranja-avermelhado, brilhante, manchado no fundo exterior. Pasta muito fina e dura, homogénea, de tonalidade rosa-alaranjado.
9. (Est. I). Fragmento de asa com a superfície exterior decorada em trança, deverá pertencer ao anel de uma asa de um *skyphos*. «Verniz» alaranjado, fino e homogéneo; parede interior não alisada. Pasta muito fina e dura, de tonalidade laranja-amarelada. Largura da asa 12 mm. Altura média 5 mm.
10. (Est. III). Fragmento de fundo de prato. Pé de perfil triangular, mais alto na face interna. «Verniz» fino e bem aderente, laranja-acastanhado e brilhante. Pasta finíssima e dura, bege ligeiramente rosado. Diâmetro do pé 94 mm.

⁽¹⁰⁾ D. DIAGO, *Algumas notas*.

⁽ⁿ⁾ C. BÉMONT, *Recherches méthodologiques*, p. 136.

Sudgálica

Dos 21 fragmentos de T. S. sudgálica encontrados, apenas três podem ser estudados. Pertencem a formas das mais comuns em território português.

O n.º 11 poderá pertencer a uma forma Dragendorff 37, datável dos finais do séc. i (12). O 12 de excelente fabrico, pertence a uma forma Drag. 24/25, taça que aparece geralmente associada ao prato Drag. 15/17. Por fim, o terceiro fragmento pertence a uma taça Drag. 24/25 ou 27 e é também datável da segunda metade do séc. i.

11. (Est. I). Fragmento de parede de taça decorado com uma linha de óvulos, dupla, mal impressos e separados por uma lingueta terminando num motivo trifoliado. O friso de óvulos está separado da decoração da pança do vaso por uma barra de onde saem linhas onduladas oblíquas que enquadram motivos prismáticos.
«Verniz» laranja-avermelhado, brilhante e homogéneo. Pasta laranja-rosada, muito fina e dura, com pequeníssimos grãos de calcite regularmente disseminados.

12. (Est. I). Fragmento de bordo e parede de taça, forma Drag. 24/25. Lábio arredondado, limitado por uma moldura baixa em ambas as paredes. O bordo é espesso e decorado na parede exterior com duas bandas de guilhocé fundo e irregular. O anel é relativamente largo e decorado com uma banda de guilhocé.
«Verniz» laranja-acastanhado, de brilho acetinado. Pasta dura, de tonalidade rosada, com pequenos grãos de calcite regularmente distribuídos; fendas e alvéolos abundantes.
Diâmetro do bordo 101 mm.

13. (Est. III). Fragmento de parede e fundo de taça. Base do pé partida. Pé alto e oblíquo, com canelura exterior arredondando seguidamente para formar a base.
«Verniz» vermelho-alaranjado e brilhante, de espessura variável sobre paredes mal alisadas.
Pasta de tonalidade rosa-amarelada, fina e dura, com pequeníssimos grãos de calcite regularmente distribuídos e raras fendas e alvéolos.

(12) *Y_{er}J_rou_{ni}es d_e Conimbriga*, IV, p. 73 e 75.

Hispânica

O fundo de taça n.º 14 tem uma marca de *LAPILLIVS*, oleiro talvez proveniente de *Tritium*, no nordeste da Península Ibérica ⁽¹³⁾ e datável de cerca do último terço do séc. i até meados do séc. ii ⁽¹⁴⁾. Ainda não foram encontradas marcas deste oleiro fora da Península mas as quarenta e seis marcas já registadas, cobrem-na numa dispersão que vai de *Tarraco* (com 1 marca), a *Italica* (1) e a Navatejera, no norte de Espanha (1). *Emérita*, com vinte marcas e *Conimbriga* com dez, são os locais aonde se encontra melhor atestado ⁽¹⁵⁾.

O prato 15 pertence a uma forma Drag. 15/17 e tem uma marca de um oleiro que creio ser inédito *SEV(ERVS?)*, talvez a marca n.º 63 das Represas ⁽¹⁶⁾ se deva incluir na produção deste oleiro e não na do homónimo de La Graufesenque.

As características formais e tecnológicas do presente prato fazem-no incluir no Grupo III de Conimbriga ⁽¹⁷⁾ que F. Mayet data dos finais do séc. m e do iv, o que é demasiado tardio para a datação tradicional das marcas hispânicas, como o reconhece a própria autora ao referir-se à marca *S.N* que também aparece sobre este tipo de vasos ⁽¹⁸⁾ e poderá ter relação com a marca de Santarém.

O n.º 16 deve ser um fragmento de pança de um vaso Drag. 29 ou, menos provavelmente, de uma forma 37; as mais comuns na T. S. hispânica decorada. A decoração é metopada, datável de 50-70.

O fragmento 17 deverá pertencer à pança de um vaso Drag. 37, está decorado com séries de círculos quase concêntricos e será uma peça dos finais do séc. i.

O fragmento 19 pertence a um bordo de taça Drag. 33, datável da 2.^a metade do séc. i.

⁽¹³⁾ T. GARABITO e M. SOLOVERA, *Terra Sigillata Hispánica*, p. 16.

⁽¹⁴⁾ F. MAYET, *Marques de potiers*, p. 29.

⁽¹⁵⁾ T. GARABITO e M. SOLOVERA, *ibid.*

⁽¹⁶⁾ NUNES RIBEIRO, «*Terra Sigillata*» encontrada nas Represas, p. 85.

est. VI.

⁽¹⁷⁾ F. MAYET, *Fouilles de Conimbriga*, IV, p. 183-184.

⁽¹⁸⁾ ID., *ibid.*, p. 204.

14. (Est. II). Fundo de taça de forma indeterminável, de larga base de apoio e pé espesso e arredondado. Marca central *LAPILLI* em rectângulo de ângulos arredondados (20 x 4 mm). Letras em relevo e da altura da cartela, L de forma arcaica, a 2.^a perna do A ultrapassa a cartela. «Verniz» vermelho-alaranjado, de brilho acetinado e textura em pele de galinha.
Pasta de aparência esponjosa, rosada, com muita calcite. Diâmetro do pé 34 mm.
Tem um grafito em cruz no fundo exterior gravado após a cozedura.
15. (Est. II). Fundo de prato de forma Drag. 15/17. Pé largo e muito baixo no exterior, por engrossamento do fundo do prato, fundo interior muito alto e com grande ressalto.
Marca central *OF.SEV[ERI?]* em rectângulo alto, de ângulos fortemente arredondados; partida à direita (6 mm de altura). O com o lado esquerdo coincidente com a curvatura da cartela, F de traços afastados e oblíquos, S com uma pequena perna.
«Verniz» fino, alaranjado com algumas manchas acastanhadas, brilho acetinado.
Pasta rosada, com calcites bem disseminadas e fendas que atingem 2 mm. Diâmetro do pé 75 mm.
16. (Est. I). Fragmento de pança de taça. Decoração metopada com motivo circular e separadas por um ramo bifoliado de ângulo para cima, enquadrado por três linhas onduladas verticais.
«Verniz» muito fino, alaranjado e brilhante, perdido sobre o relevo das decorações.
Pasta dura, com pequenas fendas e calcites de diversos tamanhos bem disseminadas pela pasta, tonalidade rosada.
17. (Est. I). Fragmento de pança de vaso decorado com círculos dentados quase concêntricos.
«Verniz» vermelho-alaranjado, homogéneo e brilhante. Pasta dura, rosada, com muita calcite de vários tamanhos.
18. (Est. III). Fragmento de carena de um prato forma Drag. 15/17. Meia cana no interior na junção da parede com o fundo, a que corresponde no exterior um chanfro largo.
«Verniz» vermelho-alaranjado brilhante, de textura em pele de galinha. Pasta dura, castanho-alaranjado claro, com escassos grãos de calcite visíveis a olho nú.¹⁹
19. (Est. III). Fragmento de bordo e parede de taça forma Drag. 33. Bordo simplesmente boleado, separado das paredes por ranhuras. Parede exterior decorada com ranhuras finas.

«Verniz» pouco aderente, alaranjado e brilhante. Pasta branda, de um rosa muito claro graças à grande quantidade de pequenos grãos de calcite regularmente disseminados.

Diâmetro do bordo 145 mm.

Clara

Dos 24 fragmentos de T. S. Clara, um integra-se no tipo A, dez no C e os restantes treze no tipo D. A aparente raridade da Clara A em Santarém parece indicar a linha do Tejo como limite para a relativa maior frequência deste fabrico observada por M. Delgado para o sul do país ⁽¹⁹⁾.

De todos estes fragmentos originários do Norte de África, apenas dois são suficientemente grandes para serem estudados; ambos pertencentes ao tipo D: O n.º 20 pertence a uma forma Hayes 59 A (Lamboglia 51 A), forma muito comum entre os inícios do séc. iv e do séc. v ⁽²⁰⁾. O fragmento n.º 21 corresponde a uma das «variantes grandes» da forma Hayes 91 (Lamboglia 38). Hayes data estes almofarizes de meados do séc. v ao vi e considera as «variantes grandes» como precoces ⁽²¹⁾.

20. (Est. III). Fragmento de bordo e parede de vaso, forma Hayes 59 (Lamboglia 51 A). Bordo em aba, levemente oblíquo e decorado com caneluras; pança baixa e encurvada, com vestígios de caneluras verticais na parede exterior.

Engobe alaranjado, semi-lustroso, aderente e bem conservado no interior e sobre o bordo; baixo na parede exterior.

Pasta rosada, dura e fina, com pequeníssimas fendas. Diâmetro do bordo 382 mm.

21. (Não ilustrado). Fragmento de anel e parede de almofariz, forma Hayes 91 (Lamboglia 38). Anel largo, em forma de gancho e decorado com duas caneluras junto ao bordo. Superfície inferior do anel com estrias provocadas pelo alisamento.

Engobe laranja-avermelhado, mais lustroso na parede interior e sobre o anel exterior. Pa. ta alaranjada, fina, de textura folheada e com algumas calcites. Diâmetro provável do bordo cerca de 280 mm.

⁽¹⁹⁾ *Fouilles de Conimbriga*, IV, p. 251.

⁽²⁰⁾ HAYES, *Late Roman Pottery*, p. 100.

⁽²¹⁾ ID., *ibid.*, p. 144.

«Late Roman C»

A taça n.º 22 pertence ao tipo de fabrico que Waagé denominou «Late Roman C». Originário da Ásia Menor, terá sido difundido no ocidente peninsular entre meados do séc. v e meados do vi (22).

O presente fragmento é demasiado pequeno para ser integrado com segurança em qualquer forma, mas o seu tipo de decoração pertence ao Grupo II B de Hayes que aparece normalmente sobre as variantes A, B e C da forma 3, taças características do período entre a segunda metade do séc. vea segunda metade do vi (23).

O motivo estampado, um botão de lótus, tem paralelo na Ágora de Atenas e em Corinto (24).

22. (Est. III). Fragmento de fundo e parede de taça. Parede direita e oblíqua, ligada ao pé por um leve ressalto. Pé pequeno e espesso, fundo exterior ligeiramente côncavo. Decorada no fundo interior com quatro caneluras circulares, de diversas larguras e profundidades, coincidentes com o pé. Paricalmente sobre as caneluras e dispostos à volta do centro, foram estampados os motivos figurativos, dos quais se conserva parte de um botão de lótus. Engobe muito fino e adeiente com alvéolos provocados pelo saltar das calcites, alaranjado-claro. Parece exterior muito bem alisada, com alvéolos e ranhuras provocados pelo arrastar das calcites, de tonalidades castanho-claro com largas manchas avermelhadas. Pasta fina, alaranjada, com calcites e minúsculas micas. Diâmetro do pé 134 mm.

Paredes finas

Apenas nos apareceram dois fragmentos de «paredes finas», ambas de produção ibérica. O n.º 23 pertence a uma taça Mayet

(22) M. DELGADO, *Fouilles de Conimbriga*, IV, p. 286.

j²³) HAYES, *ibid.*, p. 336-337. A data sugerida para o Grupo II é de c. 440-490, *ibid.*, p. 349. Sobre o problema de revisão de datações ver Paul-Albert FÉVRIER, *De Sétif à Conimbriga, en passant par VOrient*, «Conimbriga», XV, 1976, p. 72-73.

(24) HAYES, *ibid.*, p. 353.

XXXVII, proveniente da Bética e datável de Cláudio-Nero ⁽²⁵⁾. A taça n.º 24 é urna forma Mayet LUI, originária da região de Mérida e datável do período Cláudio-Flávios ⁽²⁶⁾.

23. (Est. III). Fragmento de bordo e bojo de taça, forma Mayet XXXVII. Bojo vertical. Bordo perolado, repuxado para o exterior com uma ranhura larga a separá-lo do bojo. Decoração de areia na parede externa, iniciando-se numa linha irregular, a cerca de 13 mm. do bordo. Engobe fino, alaranjado sobre a parede exterior e dorso do bordo; rosado e mais brilhante sobre a parede interior que apresenta inúmeras pequenas estrias provocadas pelo alisamento ao torno. Pasta de tonalidade ocre, muito fina e dura. Diâmetro do bordo 108 mm.
24. (Est. III). Fragmento de bordo e bojo de taça, forma Mayet LIII. Bojo de paredes muito evasadas. Pequeno bordo em aba, de dorso direito, quase horizontal e diferenciado da parede interna por um ressalto. Ambas as paredes estão decoradas com pequenas ranhuras. Engobe alaranjado, manchado, com ligeiros reflexos dourados, em ambas as paredes. Pasta fina e dura, esbranquiçada, com pequeníssimos alvéolos. Diâmetro do bordo 116 mm.

Ânforas

Na sua qualidade de recipientes para o tráfego de produtos de origem agrícola ou piscícola, as ânforas, quando integráveis em formas de cronologia, produto transportado e proveniência conhecidos, são um importantíssimo indício para o estudo da economia romana. Infelizmente, o presente material para além de não constituir uma amostra significativa (dada a pequenez e as características da área escavada) encontra-se num estado demasiado fragmentado para poder ser perfeitamente identificado, dependente como isso geralmente está do controle global das proporções destes vasos.

A boca 25 pertence a uma ânfora Dressel 1 e possivelmente, graças à pequena altura do lábio ⁽²⁷⁾, à divisão A que Lamboglia

⁽²⁵⁾ F. MAYET, *Les céramiques à parois fines*, p. 74. S. NOLEN, *Alguns fragmentos de «paredes finas»*, p. 428-429.

⁽²⁶⁾ F. MAYET, *ibid.*, p. 114. S. NOLEN, *ibid.*, p. 432-433.

⁽²⁷⁾ F. BENOIT, *Typologie et épigraphie amphoriques*, p. 263.

fez desta forma. Embora ainda produzidas durante o séc. i a.C., as Dressel 1 A são as ânforas vinárias itálicas típicas do séc. n a.C. Pertencentes a esta forma deverão ser ainda os fundos 39 e 40.

As ânforas 26 e 27 pertencem à forma Mañá C 2 e ainda, pela pasta, à subdivisão b de J. Ramón ⁽²⁸⁾. As Maná C 2b aparecem num momento impreciso do séc. n a.C. e têm o seu apogeu no séc. i a.C. Provenientes da costa norte-africana ocidental e talvez da Andaluzia ⁽²⁹⁾, estas ânforas transportavam *halex* ⁽³⁰⁾ e ainda, talvez de forma mais ou menos ocasional, azeitonas ⁽³¹⁾. O fundo 42 deverá pertencer a este tipo.

As ânforas 28 a 32 são, muito provavelmente, provenientes do sul de Espanha e poderão ser genericamente incluídas na forma Beltrán I, em que este autor agrupou as Dressel 7-11 ⁽³²⁾. A 28 deverá pertencer a uma ânfora vinária Haltern 70, forma suficientemente diferenciada das 7-11 e com datação de cerca do último quarto do séc. i a.C. até meados do séc. i ⁽³³⁾.

O bordo 31 tem paralelos em *Thamusida*, onde caracteriza o nível III ⁽³⁴⁾ datado dos dois últimos terços do séc. i a.C. ⁽³⁵⁾. Aparece-nos ainda em *Albintimilium*, embora com fraca representação, em camadas da segunda metade do séc. i a.C. ⁽³⁶⁾. O presente fragmento tem o tipo de pasta que, segundo F. Zevi, caracteriza as ânforas 7-9 e 11 ⁽³⁷⁾. Datáveis de a partir da segunda metade do séc. i a.C., estas ânforas deverão ter sido utilizadas durante todo o séc. i d.C.

O bordo 32, curto, de secção circular e com um ressalto no colo direito, tem paralelo em Bolonia e é incluído por Domergue

⁽²⁸⁾ *Ibiza y la circulación de ánforas*, p. 11 e 20.

⁽²⁹⁾ *Id.*, *ibid.*, p. 11.

⁽³⁰⁾ J. de ALARCÃO, *Fouilles de Conimbriga*, YI, p. 86-87.

⁽³¹⁾ LUSUARDI SIENA, *Appunti su alcuni tipi di anfore lunensi*, p. 213.

⁽³²⁾ BELTRÁN LLORIS, *Las ánforas romanas en España*, p. 388.

⁽³³⁾ J. de ALARCÃO, *ibid.*, p. 83-84.

⁽³⁴⁾ J.-P. CALLU *et alii*, *Thamusida* I, p. 100.

⁽³⁵⁾ *Id.*, *ibid.*, p. 64 e 65.

⁽³⁶⁾ LAMBOGLIA, *Sulla cronologia delle anfore*, fig. 15 e 16.

⁽³⁷⁾ *Appunti sulle anfore romane*. I, «Arch. Glass.», XVIII, p. 231, citado por J. de ALARCÃO, *ibid.*, p. 84-85.

dentro das Dr. 11. Beltrán data-o de Augusto e dos primeiros tempos do Império (37a).

O n.º 33 tem paralelos em território português, no Pedrão e em Vidais (37b). Será datável da segunda metade do séc. i a.G.

A boca 34 pertence a urna ânfora de forma Beltrán II B, datada por Beltrán, de um modo pouco seguro, de cerca de 25 a.C. até meados do séc. II (38). Aparecem em *T hamus ida* a caracterizar o nível II (camadas III/2, III/A/1 e III/A/2) (39), datado do séc. i (40). Originárias da Bética(41), transportavam produtos piscículas e devem corresponder à evolução das ânforas Mañá G e D.

O fragmento 35 pertence a uma ânfora Dressel 14/Beltrán IV, forma datável dos sécs. i e n e também recipiente de produtos de origem piscícula.

São actualmente conhecidas duas importantes zonas produtoras deste tipo de ânfora: Na margem direita do Sado, numa dispersão que vai da Barrozinha até à costa atlântica (42). A segunda zona já conhecida situa-se na Bética, em Granada (Calahonda) e Motril (43).

O presente exemplar afasta-se das ânforas do Sado pela forma do lábio, pela pasta e pelo engobe.

A boca 36 pertence a uma forma Dressel 20/Beltrán V. São as ânforas oleárias típicas da Península. Principalmente originárias do Vale do Guadalquivir, têm uma datação que vai de Augusto a meados do séc. m (44). O presente exemplar deve ser antigo, dado o lábio, de perfil quadrangular.

(37a) *Las ánforas romanas*, p. 400.

(37b) J. SOARES e C. TAVARES DA SILVA, *Ocupação do período proto-romano*, n.º 42. Ana ARRUDA e Helena CATARINO, *Nota acerca de alguns materiais da II Idade do Ferro do complexo arqueológico dos Vidais (Marvão)*, «Clio», 3, Lisboa, 1981, p. 183-188, n.º 16.

(38) *Las ánforas romanas*, p. 433 e segs.

(39) J.-P. CALLU *et alii*, *ibid.*, p. 101.

(40) *Id.*, *ibid.*, p. 64.

(41) BELTRAN LLORIS, *Aportaciones a la tipología de las ánforas béticas*.

(42) O. CABDOSO, *Ánforas romanas do Museu do Mar*. D. DIAGO, *Fornos de ânforas*.

(43) BELTRAN LLORIS, *Cerámica romana*, p. 170.

(44) *Id.*, *ibid.*, p. 170.

O n.º 37 pertence a uma ânfora de forma Almagro 51 C. Este tipo de ânfora substituiu a Beltrán IV como recipiente para *garum*, provavelmente ainda no séc. n, vindo a atingir o seu apogeu nos sécs. m-iv e subsistindo ainda no séc. v. Os fornos já conhecidos que produziram estas ânforas situam-se principalmente na margem direita do Sado, numa distribuição quase coincidente com os fornos da Beltrán IV. Não nos aparece para montante de Alcácer, como era de esperar, dado que *Caetobriga* (Setúbal) substituiu esta cidade como centro polarizador do comércio da zona ⁽⁴⁵⁾.

25. (Est. IV). Fragmento de bordo, de lábio triangular. Engobe espesso e pulverento, de tonalidade creme-esbranquiçado. Pasta muito dura, de grão pequeno, laranja-acastanhado. Pequenos quartzos hialinos e leitosos, grande abundância de pequenas inclusões negras.
Altura do bordo 42 mm. Diâmetro da boca 140 mm.
26. (Est. IV). Fragmento de bordo e colo. Boca em trompete, de lábio bilobado e pendente. Engobe fino, amarelo-esverdeado. Pasta porosa, muito fina e dura, de tonalidade amarela ligeiramente rosada, com partículas ocreas.
Diâmetro máximo do bordo 245 mm.
27. (Est. IV). Fragmento de bordo. Boca em trompete, de lábio bilobado e pendente. Engobe fino, amarelo-esverdeado. Pasta porosa, muito fina e dura, com ocreas e pequenas calcites, tonalidade laranja-rosado, amarelado junto às superfícies por infiltração do engobe.
Diâmetro máximo do bordo 238 mm.
28. (Est. IV). Fragmento de bordo. Lábio vertical, em fita, de bordo biselado. Engobe branco-sujo esverdeado, pouco espesso. Pasta muito fina e dura, com muitas pequenas fendas e calcites abundantes, tonalidade rosa-acinzentado.
Diâmetro do bordo 131 mm.
29. (Est. IV). Fragmento de bordo. Lábio oblíquo, em fita, de bordo em aresta. Pasta granulosa, de textura folheada, com muitos quartzos leitosos rolados e pequenas micas; tonalidade pouco homogénea, em faixas longitudinais que vão do alaranjado junto às superfícies, ao * 51

⁽⁴⁵⁾ Tenho em preparação um trabalho sobre ânforas do Sado onde este assunto será desenvolvido. Sobre a substituição da Dressel 14 pela Almagro 51 G ver COELHO-SOARES e TAVARES DA SILVA, *Ânforas romanas da área urbana de Setúbal*, p. 182.

- avermelhado, com cerne acinzentado. Conserva vestígios de engobe esbranquiçado.
Diâmetro do bordo 170 mm.
30. (Est. IV). Fragmento de bordo. Lábio oblíquo, em fita. Engobe sobre superfície rugosa, de tonalidade amarelo-esverdeado. Pasta dura, vermelho-acastanhado, com pequenas fendas e alvéolos, quartzos hialinos leitosos, algumas calcites e partículas negras.
Diâmetro do bordo 148 mm.
31. (Est. IV). Fragmento de bordo. Lábio ligeiramente oblíquo, de perfil em S. Pasta dura e compacta, com muitos quartzos leitosos e calcites, alguns quartzos hialinos, ocres e inclusões negras, muito pequenos. Tonalidade amarelo-alaranjado, acinzentado no cerne.
A parede interior levou uma aguada, da tonalidade da pasta. A parede exterior foi engobada com uma fina película ocre-amarelada.
Diâmetro do bordo 128 mm.
32. (Est. IV). Fragmento de bordo. Lábio quase vertical, ovolado e com ressalto a separá-lo do colo. Paredes cobertas com uma aguada da mesma tonalidade da pasta. Pasta dura e compacta, com quartzos leitosos e calcites, alguns quartzos hialinos, inclusões negras e raros ocres, muito pequenos. Tonalidade homogénea, amarelo-alaranjado.
Diâmetro do bordo 129 mm.
33. (Est. IV). Fragmento de bordo. Lábio oblíquo, em fita, de sobeira reentrante, com um largo ressalto a separá-lo do colo. Engobe homogéneo de tonalidade amarelo-esverdeado. Pasta muito fina e dura, com muito pequenos quartzos róseos e leitosos, algumas calcites, inclusões negras e ocres, pequeníssimas micas e algumas pequenas fendas.
Diâmetro do bordo 166 mm.
34. (Est. IV). Fragmento de bordo. Boca em trompete, de lábio pendente. Vestígios de engobe amarelado. Pasta muito depurada, branda e muito porosa, de tonalidade esbranquiçada, com nódulos ferruginosos longitudinais.
Diâmetro máximo do bordo 198 mm.³⁵
35. (Est. IV). Fragmento de bordo e colo. Boca em trompete, de lábio simplesmente espessado e boleado. Engobe espesso, cinzento-avermelhado, sobre a parede exterior e no dorso do bordo.
Pasta compacta, com quartzos translúcidos e esbranquiçados, algumas calcites, pequenas partículas negras, algumas inclusões castanho-avermelhadas de aspecto terroso. Tonalidade amarelo-alaranjado.
Diâmetro do bordo 166 mm.

36. (Est. IV). Fragmento de bordo e colo. Lábio quadrangular, com larga concavidade interna para encaixe do opérculo. Pasta branda, de textura folheada, com muitas pequenas calcites e quartzos leitosos, algumas inclusões ocre, pequeníssimas micas. As superfícies, da tonalidade da pasta, foram alisadas a pincel.
Diâmetro do bordo 159 mm.
37. (Est. IV). Fragmento de bordo e colo, com vestígios de asa. Colo vertical, lábio arredondado, asa de fita arrancando do lábio. Engobe espesso, escuro, de tonalidade cinzento-avermelhado, menos espesso e mais avermelhado na superfície interior.
Pasta de textura folheada com alvéolos e fendas; pequenas micas, quartzos translúcidos e hialinos, calcites atingindo ocasionalmente os 5 mm. Tonalidade pouco homogénea, variando entre o rosa-acinzentado e o cinza.
Diâmetro do bordo 136 mm.
38. (Est. IV). Fragmento de fundo cónico, muito curto. Engobe amarelado e fino, parede interior não engobada e muito estriada.
Pasta muito dura, de textura micro-granulosa, com pequenas fendas; minúsculas micas. Rosa-claro, com cerne acinzentado.
39. (Est. IV). Fragmento de fundo cónico. Engobe de tonalidade amarelada, parede interior não engobada e muito estriada.
Pasta dura, bem cozida; granulosa, de grão pequeno, com pequenas calcites, quartzos hialinos e inclusões negras.
Tonalidade rosa-acastanhada.
40. (Est. IV). Fragmento de fundo, de características semelhantes ao anterior.
41. (Est. IV). Fragmento de bico fundeiro, troncocónico e massiço. Paredes bem alisadas, vestígios de engobe amarelo-esverdeado.
Pasta compacta e fina, grande abundância de quartzos esbranquiçados e hialinos, calcites, partículas negras e ocre. Tonalidade rosa-clara.
42. (Est. IV). Fragmento de bico fundeiro, cilíndrico e oco. Paredes alisadas, sem vestígio de engobe. Pasta muito depurada e porosa, de tonalidade amarelada.⁴³
43. (Est. IV). Fragmento de bico fundeiro, cilíndrico e oco. Parede exterior alisada, sem vestígio de engobe. Pasta muito fina e compacta, algumas calcites visíveis a olho nú. Alaranjada.

44. (Est. IV). Fragmento de bico fundeiro, cilíndrico e oco. Parede exterior com vestígios de engobe laranja-acastanhado. Pasta branda e compacta, com muitos quartzos translúcidos e leitosos, algumas pequenas partículas negras, algumas calcites que atingem os 2 mm. Tonalidade laranja-amarelado.

Marcas de ânfora

Nenhuma das três marcas de ânfora encontradas nesta fase das escavações se encontra em fragmentos de forma reconhecível. A n.º 45 está sobre o dorso de uma asa cilíndrica; trata-se de um quadrado estampado, de ângulos arredondados, com uma cruz central em relevo. Poderia estar associada a uma epígrafe, sobre a outra asa. Esta marca é classificada como visigótica no «Catálogo da Exposição da Alcáçova de Santarém» (46).

A marca 46 *MENA*, em cartela rectangular e sobre uma asa cilíndrica, tem paralelo em *Valetium*, na Calábria (47). Talvez a marca rectangular *MEN*, encontrada em Belo (Cádiz) sobre uma pança de ânfora não identificada (48), se possa aproximar desta marca.

A marca 47, *PROT[EMVS]*, em carteia rectangular sobre um fragmento de pança, tem paralelo em Azada (Teruel), sobre uma asa de ânfora oleária, itálica e tardo-republicana, de tipo semelhante ao Lamboglia 2 (49).

45. (Est. IV). Fragmento de asa, cilíndrica e curva. Tem sobre o dorso uma marca anepígrafa quadrada, de ângulos arredondados, com cruz central em relevo partindo dos lados do quadrado. Dimensões 12/14 mm. Pasta de textura folheada com algumas fendas, minúsculas micas, quartzos leitosos e calcites que raramente atingem os 2 mm. Largo cerne acinzentado, castanho-claro junto às superfícies, que foram alisadas a trapo e ficaram com a tonalidade da pasta. Diâmetro médio 30 mm.

(46) N.º 388.

(47) CALLENDER, 1067, que cita o *CIL*, IX, 6079.37.

(48) P. SILLIÈRES *et alii*, *Undecima campaña de excavaciones en Belo*, p. 402 e 404, n.º 20.

(49) BELTRÁN LLORIS, *Las ánforas romanas en España*, fig. 55, n.º 207. ID, *El comercio del aceite*, p. 196 e 197.

46. (Est. V). Fragmento de asa, cilíndrica e curva. Tem sobre o dorso a marca *MENA* em cartela rectangular, de pequeno relevo e mal impressa. Dimensões 12/40 mm.
Pasta dura e compacta, muito fina, com pequenas calcites. Tonalidade rosada, com pequeno cerne acinzentado. Superfície bem alisada, com vestígios de engobe esbranquiçado.
Diâmetro médio 31 mm.
47. (Est. V). Fragmento de pança com marca rectangular de forte relevo, partida à direita *PROT...* Altura 19 mm.
Pasta muito fina, dura e de aspecto esponjoso, com pequenas calcites e minúsculas micas visíveis a olho nú. Tonalidade rosada. Engobe fino, amarelado e com vestígios de aplicação a pincel, sobre a superfície exterior. Espessura média 13 mm.

Testos de ânfora

Os fragmentos 48 e 49 (Est. V) pertencem a dois testos discoides com pegadeira central. A pasta do primeiro aproxima-o da ânfora 34, a base tem cerca de 91 mm de diâmetro.

O n.º 49, com a pegadeira perfurada, tem a pasta e o engobe semelhantes à ânfora 47. Diâmetro da base cerca de 89 mm.

Cerâmica comum

Embora a este tipo pertença a grande maioria da cerâmica encontrada, apenas são estudados dezassete fragmentos, ou seja, todos os que conservam vestígios suficientemente amplos do bordo para permitir o cálculo do seu diâmetro. Fica assim de lado um importante grupo com origem na II Idade do Ferro, caracterizado pela pasta de tonalidades cinzentas e um engobe negro, espesso e micácio⁽⁵⁰⁾, a que a romanização aparenta ter diversificado as formas e tornado o engobe mais fino e homogéneo.

Os fragmentos 52 e 54 pertencem, pela forma e pela tecnologia, a vasos do Ferro. Os fragmentos 50 e 56 pertencem a vasos impor-

⁽⁵⁰⁾ D. DIOGO, *A propósito de «Moron»*.

tados. Os restantes serão, naturalmente, de fabrico local ou regional. Dentro destes últimos é de destacar o testo 51, com um grafito grego gravado após a cozedura e infelizmente partido à direita: XAX (...), talvez nome de possuidor e que é mais um indício da migração grega nos fins da República e primeiro século do Império.

50. (Est. III). Fragmento de bordo e bojo de pequena taça. Paredes arqueadas, bordo simplesmente boleado e engrossado no interior. Pasta «leve» muito depurada e polvorenta, com alguns ocres, de tonalidade branco-amarelado. Diâmetro do bordo 105 mm.
51. (Est. V). Fragmento de dorç?o e bordo de grande testo. Paredes muito esvasadas, bordo boleado e engrossado no interior. Tem sobre o dorso um grafito em grego, fragmentado à direita XAX..., gravado após a cozedura. De notar o alfa em maiúscula. Pasta de textura porosa, com pequenos alvéolos, quartzos leitosos, hialinos e róseos, pequenas calcites, nodulos ferruginosos e algumas partículas negras. Paredes alisadas, com largas bandas e pequenas arestas paralelas. Engobe sobre ambas as faces, de tonalidades cinzentas, com muito pequenas micas. Diâmetro do bordo 277.
52. (Est. V). Fragmento de bordo e parede de taça. Copa quase direita, com grande esvasamento; bordo simples de face plana. Pasta granulosa, com pequenos quartzos translúcidos e calcites; tonalidade alaranjada, mais amarelada junto às superfícies. As paredes foram bem alisadas e engobadas com um engobe micácio, de tonalidade castanho-alaranjado, a parede exterior e o dorso do bordo tem uma tonalidade mais escura e manchada, provavelmente devido a um polimento posterior ao engobe. Diâmetro do bordo 158 mm.^{53 54 **}
53. (Est. V). Fragmento de bordo e colo de pote. Colo curto e quase vertical, bordo rectangular. Pasta muito granulosa, com quartzos hialinos, leitosos e amarelados, algumas calcites; tonalidade laranja-acinzentado com cerne cinzento. Alisado ao torno, que deixou estrias, e coberto com um engobe que não esconde a textura granulosa da pasta, de tonalidade rosada, mais escuro e com zonas cinzentas na parede exterior. Diâmetro do bordo 144 mm.
54. (Est. V). Fragmento de bordo e colo de pote. Colo curto e quase vertical, bordo revirado para fora a formar uma aba curta, rectangular, de dorso arqueado.

Pasta muito granulosa, com areias que atingem os 3 mm.; quartzos translúcidos e calcites, pequena quantidade de partículas negras. Tonalidade laranja-escuro, mais acinzentado no cerne pequeno.

As paredes foram bem alisadas e receberam um fino engobe de tonalidade castanho-alaranjado escuro, de aspecto manchado.

Diâmetro do bordo 166 mm.

55. (Est. Y). Fragmento de bordo e ombro de pote. Ombros arredondados, colo curto e oblíquo, bordo repuxado para fora, soerguido e de sobeira oblíqua.

Pasta muito fina, com fendas que atingem os 3 mm. A pasta tem claramente duas tonalidades: rosa da parede interior para o centro e laranja-escuro do centro para o exterior da peça.

Paredes mal alisadas a espátula que provocou bandas de alisamento muito irregulares. Engobe rosa-alaranjado na parede exterior e sobre o dorso do bordo.

Diâmetro do bordo 144 mm.

56. (Est. V). Fragmento de bordo e ombro de pote. Ombros convergentes, bordo revirado para fora e arqueado. Pasta muito fina e dura com pequenos alvéolos e fendas que atingem os 4 mm. Tonalidade alaranjada com uma faixa mais amarelada junto à parede interna.

Paredes bem alisadas, com pequenas estrias paralelas provocadas pelo alisamento ao torno. A parede exterior recebeu uma fina pintura branco-amarelada, que não deixou vestígios sobre o bordo.

Diâmetro do bordo 246 mm.

57. (Est. V). Fragmento de bordo e ombro de pote. Ombros convergentes, bordo revirado para fora e arqueado.

Pasta dura e depurada, com fendas que atingem os 5 mm., pequenas calcites e quartzos. Tonalidade alaranjada, com cerne cinzento.

Parede exterior e dorso do bordo engobados a cinzento; o dorso do bordo apresenta pequenas bandas de alisamento.

Diâmetro do bordo 224 mm.⁵⁸

58. (Est. V). Fragmento de bordo e copa de bacia. Copa arqueada com pequeno esvasamento. Bordo revirado para fora a formar uma aba em gancho de sobeira muito reentrante.

Pasta de textura folheada com pequenas fendas, quartzos hialinos e leitosos, algumas calcites. Tonalidade laranja-amarelada.

Paredes com engobe rosa-alaranjado, sobre o bordo e no exterior da copa existem bandas de polimento irregulares, de brilho untuoso.

Diâmetro do bordo 350 mm.

59. (Est. V). Fragmento de bordo e parede de panela? Parede quase vertical. Bordo de aba larga de superfície superior plana e sobeira reentrante em forma de pingo.
Pasta muito dura, de aspecto granuloso de grão pequeno, com calcites e nódulos ferruginosos. Tonalidade castanho-acinzentado, com largo cerne cinzento-amarelado.
Paredes bem alisadas ao torno, com pequenas estrias paralelas, engobe bege-rosado.
Diâmetro do bordo 336 mm.
60. (Est. V). Fragmento de bordo e colo de pote? Colo vertical. Bordo em amêndoa de dorso repuxado para o interior.
Pasta de textura esponjosa, com alvéolos e fendas que atingem os 10 mm., grandes nódulos ferruginosos, pequenas calcites, quartzos hialinos e leitosos, algumas pequenas partículas negras. Tonalidade bege-acinzentado. Paredes com micas à superfície e engobe ocre-alaranjado, mais escuro no exterior, provavelmente devido à utilização.
Diâmetro do bordo 244 mm.
61. (Est. V). Fragmento de bordo e parede de panela? Parede quase vertical. Bordo de fita horizontal, ligeiramente canelado a meio da face superior.
Pasta de aspecto folheado, com pequenos quartzos e calcites que por vezes atingem os 4 mm. Tonalidade castanho-alaranjado escuro com cerne cinzento-esverdeado. Paredes alisadas ao torno, com engobe ocre-rosado.
62. (Est. V). Fragmento de bocal de bilha. Bocal carneado, com bordo em aba de face superior levemente oblíqua.
Pasta de aspecto granuloso, de grão fino, com quartzos e calcites, pequeníssimas micas, fendas relativamente grandes. Tonalidade laranja-avermelhado, com pequeno cerne amarelo-acinzentado.
Paredes bem alisadas, com engobe cinzento-avermelhado, manchado.
Diâmetro do bordo 90 mm. ^{63****}
63. (Est. Y). Fragmento de bordo e parede de copo. Corpo cilíndrico. Bordo boleado, separado da parede exterior por uma ranhura larga e profunda.
Pasta de aspecto folheado, com minúsculas fendas, pequenos quartzos hialinos e leitosos, calcites e nódulos ferruginosos. Tonalidade acastanhada, com cerne laranja-amarelado.
Paredes alisadas, mais cuidadosamente no exterior, parece ter levado uma aguada ocre-acastanhado.
Diâmetro do bordo 149 mm.

64. (Est. Y). Fragmento de bordo e copa de tijela. Copa em calote esférica. Bordo boleado, diferenciado da parede interior por um vinco. Pasta fina e porosa, com pequenas fendas, quartzos e calcites, pequeníssimas micas. Tonalidade castanho-alaranjado. As paredes foram cuidadosamente alisadas e revestidas de um engobe rosa-acastanhado. Diâmetro do bordo 224 mm.
65. (Est. Y). Fragmento de bordo de talha. Bordo resultante de um engrossamento da parede no remate, sublinhado por uma ranhura externa. Pasta muito dura e excepcionalmente fina para este tipo de vaso, de textura folheada, com pequenas calcites, quartzos hialinos, leitosos e amarelados. Tonalidade castanho-acinzentado. Parede exterior alisada, assim como o dorso do bordo e coberta com um engobe cinzento e micácio. Diâmetro do bordo 161 mm.
66. (Est. V). Fragmento de bordo e ombro de talha. Bordo largo, horizontal e dobrado sobre o ombro. Conserva no ombro vestígios de decoração riscada, em forma de linha ondeada. Pasta granulosa, com nódulos ferruginosos, pequenas micas, quartzos e calcites que atingem os 2 mm. Tonalidade alaranjada-escura com largo cerne cinzento. Paredes rudemente alisadas a trapo e cobertas com um engobe castanho-alaranjado escuro, de aspecto manchado. Diâmetro do bordo 284 mm.

Fusaiolas e pesos de tear

As peças 67 e 68 são duas fusaiolas; a primeira é muito provavelmente da Idade do Ferro. Também indício de indústria de fiação e tecelagem são os pesos de tear 69 e 70.

67. (Est. III). Fragmento de fusaiola bitroncocónica, com o tronco de cone inferior muito baixo. Base plana, orifício central cónico. Pasta com pequenas micas, calcites, quartzos esbranquiçados e róseos. Tonalidades variando entre o cinzento-calcinado e o laranja-amarelado. Diâmetro da base 39 mm.⁶⁸
68. (Est. III). Fusaiola de secção cilíndrica e bases planas e convergentes. Orifício cilíndrico e central. Pasta relativamente fina, com pequenas calcites, quartzos e pequeníssimas micas. Paredes alisadas e revestidas de engobe alaranjado, que apenas se conserva nas bases. Diâmetro médio 27 mm.

69. (Não ilustrado). Fragmento de topo de peso de tear, prismático e secção horizontal quadrada. Conserva parte de um orifício central cilíndrico, feito pelas duas faces com um instrumento com cabo que imprimiu um círculo estriado à volta das bocas do furo.
Pasta muito grosseira, de diversas tonalidades de laranja.
Diâmetro do furo 12 mm. Largura do topo 51 mm.
70. (Não ilustrado). Fragmento de peso de tear, prismático e secção horizontal rectangular. Conserva vestígios de orifício central cilíndrico e levemente oblíquo.
Pasta relativamente depurada e tonalidade castanho-rosado. Diâmetro do furo 9 mm. Largura do fundo 37 mm. Comprimento do fundo 73 mm.

Conta de vidro

O n.º 71 (Est. II) é um fragmento de uma conta de colar em vidro, de forma anelar e tonalidade azul-ultramarino. Tem um orifício central oval e a superfície muito estriada e irisada.

Diâmetro 15 mm. Altura máxima 7 mm.

ADDITAMENTUM

Em Abril de 1983 tive oportunidade de encontrar na Associação de Estudo e Defesa do Património de Santarém mais material proveniente da campanha de 79 das «Portas do Sol». Entre este material assim reencontrado contam-se os 12 fragmentos que originaram este «additamentum».

As ânforas n.º 72 a 76 são vinárias, itálicas e tardo-republicanas, de forma Dressel 1. LAMBOGLIA ⁽⁵¹⁾ e BENOIT ⁽⁵²⁾ subdividiram a forma e precisaram a cronologia. A pequenez dos fragmentos não nos permite integrá-los com segurança nos diversos sub-tipos; pode-se no entanto dizer que, estas ânforas provenientes

⁽⁵¹⁾ *Sulla cronologia.*

⁽⁵²⁾ *Typologie et épigraphie.*

das greco-italicas, de lábio muito curto e fortemente oblíquo, vão na generalidade evoluindo de modo a que o lábio se torna cada vez mais comprido e vertical. É deste pressuposto muito geral que classifico os presentes fragmentos.

Os n.º 72 a 74 integram-se dentro do tipo Dressel/Lamboglia 1A, típicas do séc. n a.C. O n.º 75, de lábio ligeiramente inclinado e com a altura de 50 mm., pode incluir-se na Republicana IIIA" de BENOÎT, datável do séc. i a.C. parecendo ter um *terminus ante quem* de c. 30 a.C. (53). O bordo 76 pertence a uma Dressel/Lamboglia 1C, típica do séc. i a.C.

A ânfora n.º 77 pertence a uma forma Mañá C2b.

Com estas ânforas a somar às publicadas no corpo principal deste artigo, começa a ganhar forma a hipótese, ainda muito probabilística dadas as dimensões da escavação, de que a importação do vinho itálico terá sido substituída, na mudança de era, pela produção local a que aliás Estrabão se refere (54).

De entre a cerâmica comum, os fragmentos 78 e 80 pertencem a peças importadas. Finalmente, o n.º 83 é uma taça de vidro datável do séc. i.

72. (Est. VI). Fragmento de lábio e colo de ânfora. Bordo partido. Lábio triangular, saliente. Golo vertical com vestígios de arranque de asa de fita. Pasta sonora e friável, de grão pequeno, com calcites, quartzos e inclusões negras. Alaranjada, de largo cerne rosado no lábio. Não conserva vestígios de engobe.
Altura provável do bordo: cerca de 40 mm. Diâmetro provável da boca: cerca de 139 mm.
73. (Est. VI). Fragmento de bordo e colo de ânfora. Lábio triangular, de bordo largo e sobeira horizontal. Colo oblíquo.
Pasta sonora, de textura folheada e grão pequeno, com calcites ,inclusões negras, grande abundância de pequenos quartzos hialinos e leitosos; tonalidade laranja-rosado. Ténues vestígios de engobe amarelado.
Altura do bordo 36 mm. Diâmetro de boca 139 mm.

(53) Id., *ibid.*, p. 267.

(54) *Geografía*, III, 3, 1. Segundo A. GARCÍA Y BELLIDO, *España y los españoles hace dos mil años*, Madrid, 1945.

74. (Est. VI). Fragmento de lábio e colo de ânfora. Bordo partido. Lábio triangular de sobeira oblíqua e ligeira reentrância. Colo oblíquo com vestígios de arranque de asa e pequeno ressalto junto ao lábio. Pasta semelhante à n.º 72, de tonalidade laranja-acastanhado. Sem vestígios de engobe. Altura provável do bordo: cerca de 35/40 mm. Diâmetro provável da boca: cerca de 145 mm.
75. (Est. VI). Fragmento de bordo e colo de ânfora. Lábio alto, triangular, saliente, de bordo boleado. Colo oblíquo, com vestígios de arranque de asa. Pasta muito dura, micro-granulosa, com muitas pequenas calcites e algumas fendas: tonalidade laranja-avermelhado. Engobe fino, amarelado. Altura do bordo 50 mm. Diâmetro da boca 153 mm.
76. (Est. VI). Fragmento de bordo e colo de ânfora. Lábio alto, de fita e sobeira reentrante; face do lábio com três pequenas ranhuras. Colo estreito e oblíquo. Pasta e engobe semelhante ao fundo n.º 39. Altura do bordo 68 mm. Diâmetro da boca 146 mm.
77. (Est. VI). Fragmento de bordo e colo de ânfora. Boca em trompete, de lábio bilobado e pendente, com pequena reentrância na sobeira. Pasta muito fina e esponjosa, com pequeníssimas micas; amarelada, com largo cerne alaranjado. Engobe fino, de tonalidades variando entre o amarelo-alaranjado e o amarelo-esverdeado. Diâmetro da boca 265 mm.
78. (Est. VI). Fragmento de testó, discoide com o bordo engrossado. Dorso muito estriado. Pasta branda e muito fina, com grande abundância de calcites; alaranjada. Engobe fino, amarelado. Diâmetro 78 mm.⁷⁹
79. (Est. VI). Fragmento de jarro. Pé de bolacha, bojo ovoide, colo largo e cilíndrico diferenciado do bojo por uma ranhura. Conserva a asa, rectangular, a nascer no bordo do lábio. Pasta fina e compacta, com algumas calcites e grande abundância de micas; tonalidade variando entre o alaranjado, no pé e no bojo, e o acinzentado, no colo. Vestígios de engobe espesso, cinzento-avermelhado. Diâmetro do pé 60 mm.

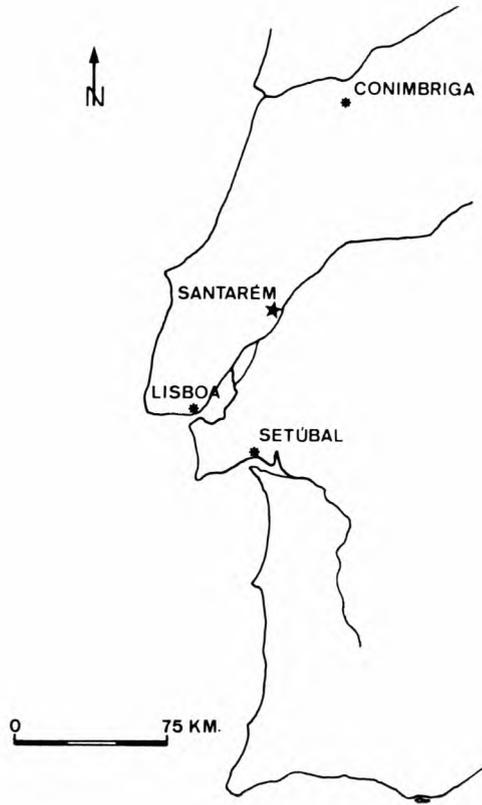
80. (Est. VI). Fragmento de bordo e colo de pote. Colo largo e curvo, bordo amendoado.
Pasta e engobe semelhantes ao n.º 78.
Diâmetro de boca 154 mm.
81. (Frag. VI). Fragmento de bordo e ombro de pote. Ombros convergentes, bordo revirado para fora e arqueado.
Pasta branda, com pequenos quartzos e calcites, grande quantidade de minúsculas micas nas superfícies; laranja-acastanhada com cerne einzento-esverdeado no bordo.
Engobe com aparência de película fina, laranja-acastanhado, com bandas de polimento.
Diâmetro da boca 180 mm.
82. (Est. VI). Fragmento de bordo e ombro de talha. Golo curto e oblíquo; bordo em bico, revirado para fora.
Pasta granulosa, com micas, calcites e ocre de grande tamanho, quartos translúcidos e leitosos; bege-acastanhado. Paredes com muitas estrias paralelas provocadas pelo alisamento ao torno e cobertas por uma mesma cor da pasta.
Diâmetro da boca 354 mm.
83. (Est. VI). Fragmento de fundo de taça em vidro. Pé oblíquo, com a base em forma de anel; fundo ligeiramente côncavo. Vidro de tonalidade azul-esverdeado, irisão multicolor e de paredes muito riscadas.
Diâmetro do pé 68 mm.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, A. Moutinho de — *A «Terra Sigillata» itálica em Portugal*, «Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia», II, Coimbra, 1971, p. 421-432.
- ALARCÃO, Jorge de — *Portugal Romano*, Lisboa, 1974.
— *Cerâmica comum local e regional de Conimbriga*, Coimbra, 1974.
- ALARCÃO, J. e A. — *O espólio da necrópole luso-romana de Valdoca (Aljustrel)* «Conimbriga», V, Coimbra, 1966, p. 7-104.
- ALARCÃO, J. de, M. DELGADO, F. MAYET, A. MOUTINHO DE ALARCÃO, S. DA PONTE — *Fouilles de Conimbriga VI. Céramiques Diverses et Verres*, Paris, 1976.
- A propos des céramiques de Conimbriga. Table ronde tenue à Conimbriga les 25-27 mars 1975*, «Conimbriga» XIV, Coimbra, 1975, p. 5-165.

- ASSOCIAÇÃO DE ESTUDO E DEFESA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO-CULTURAL DE SANTARÉM — *A Alcáçova de Santarém na Arqueologia e na História. Catálogo da Exposição*, Santarém, 1979.
- BELTRÁN LLORIS — *Las ánforas romanas en España*, Saragoça, 1970.
— *Problemas de la morfología y del concepto histórico-geográfico que recubre la noción tipo. Aportaciones a la tipología de las ánforas boticas*, «Méthodes Classiques et Méthodes Formelles dans l'Étude des Amphores», Roma, 1977, p. 97-131.
— *Cerámica romana: Tipología y clasificación*, I-11, Saragoça, 1978.
— *El comercio del aceite en el valle del Ebro a finales de la República y comienzos del Imperio romano*, «Producción y Comercio del Aceite en la Antigüedad. Primer Congreso Internacional», Madrid, 1980, p. 187-224.
- BÉMONT, Colette — *Recherches méthodologiques sur la céramique sigillée de Glanum*, Roma, 1976.
- BENOIT, Fernand — *Typologie et épigraphie amphoriques. Les marques de Sestius*, «Rivista di Studi Liguri», XXIII, Bordighera, 1957, p. 247-285.
- CALLENDER, M. H. — *Roman amphorae with an index of stamps*, Oxford, 1965.
- ÇALLU, J.-P., J.-P. MOREL, R. REBUFFAT, G. HALLIER — *Thamusida I*, Paris, 1965.
- CARDOSO, Guilherme — *Anforas romanas do Museu do Mar (Cascais)*, «Conimbriga», XVII, Coimbra, 1978, p. 63-78.
- DELGADO, M., F. MAYET, A. MOUTINHO DE ALARCÃO — *Fouilles de Conimbriga IV. Les Sigillées*, Paris, 1975.
- DIAGO, A. M. DIAS — *Marcas de «Terra Sigillata» itálica em Portugal*, Lisboa, 1980.
— *Fornos de ânforas do Monte da E achurrasque ir a e do Vale da Cepa Notícia preliminar*, «Conimbriga», XXII, 1983, p. 209-215.
— *Algumas notas sobre a «terra sigillata» em território português*, «Actas de la IIª Reunió d'Economia Antiga de la Peninsula Ibérica», Barcelona, 1982 (em publicação).
— *A propósito de «Moron». Estudo de alguns documentos provenientes dos Chões de Alpompe (Santarém)*, «Clio», IV, Lisboa (em publicação).
- FIORENTINI Graziella — *Prime osservazioni sulla cerámica campana della Valle del Po*, «Rivista di Studi Liguri», XXIX, Bordighera, 1963, p. 7-52.
- GARABITO, Tomas e M. Esther SOLOVERA — *Terra Sigillata Hispánica de Trido. II Marcas de Alfarero*, Valladolid, 1976.
- GARCIA, José Manuel — *Em torno de «Scallabis»*, «Santarém. A Cidade e os Homens», Santarém, 1977, p. 65-77.
- GASPAR, Jorge — *Estudo geográfico das aglomerações urbanas em Portugal Continental*, «Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia», X, n.º 19, Lisboa, 1975, p. 107-152.
- GOUDINEAU, Chr. — *La céramique arétine lisse*, Paris, 1968.
- HAYES, J. W. — *Late Roman Pottery*, Londres, 1972.

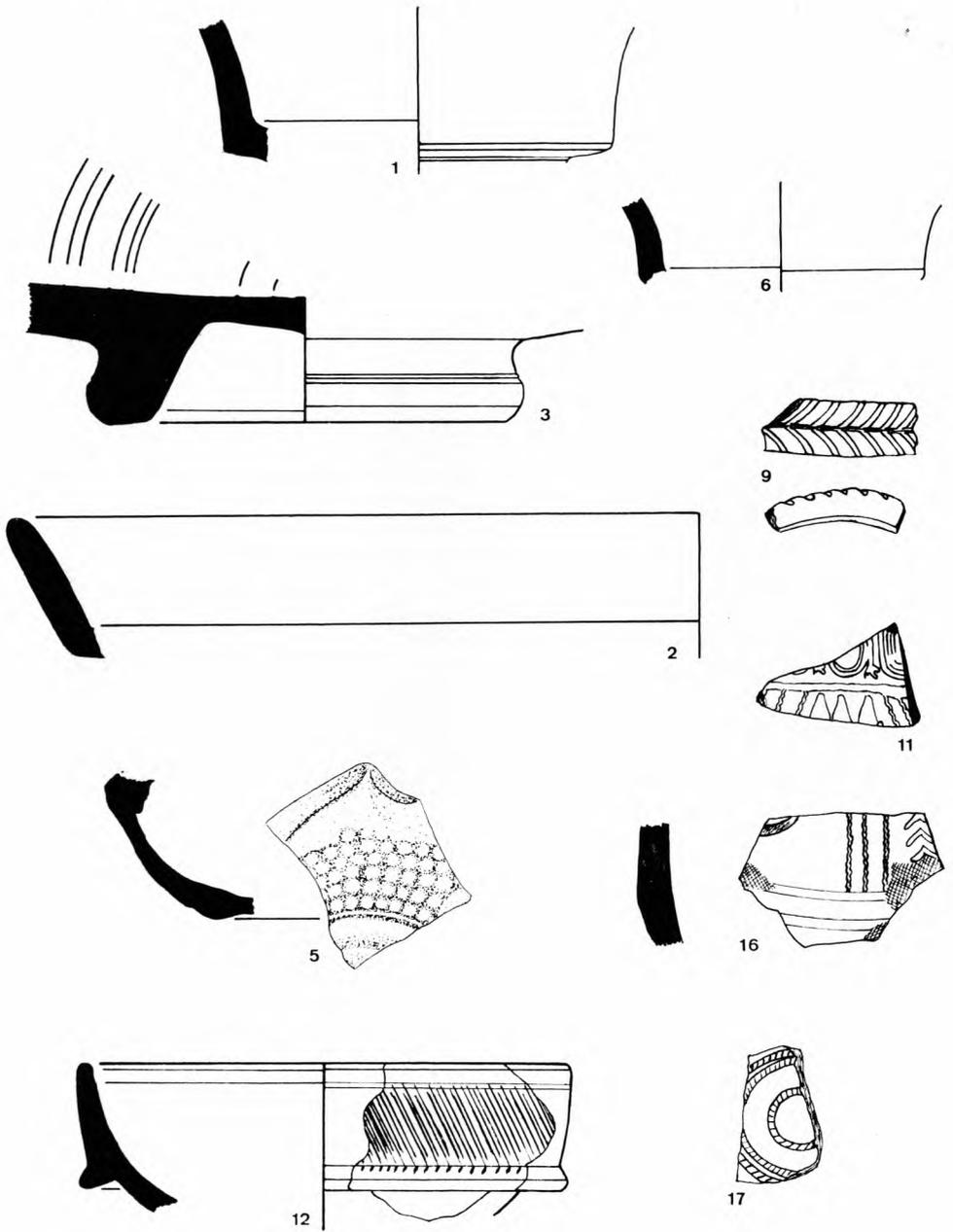
- LAMBOGLIA, Nino — *Sulla cronologia delle anfore romane di età repubblicana (II- I secolo a.C.)*, «Rivista di Studi Liguri», XXI, n.º 3-4, Bordighera, 1955, p. 241-270.
— *Nuove osservazioni sulla «tura sigillata chiara» [11]*, «Rivista di Studi Liguri», XXIX, Bordighera, 1963, p. 145-212.
- MAYET, Françoise — *Marques de potiers sur sigillée hispanique à Conimbriga*, «Gonimbriga», XII, Coimbra, 1973, p. 5-65.
— *Les céramiques d parois fines dans la Péninsule Ibérique*, Paris, 1975.
- MEZQUIRIZ DE CATALAN, M. A. — *Terra Sigillata Hispánica, I-II*, Valencia, 1961.
- MOREL, Jean-Paul — *A propos des céramiques campanitnnes de France et d'Espagne*, «Archéologie en Languedoc», 1, Sete, 1978, p. 149-168.
- NOLEN, J. Smit — *Alguns fragmentos de «paredes finas» de Miróbriga*, «Setúbal Arqueológica», II-III, Setúbal, 1976-77, p. 423-454.
- PASCUAL GUASCH, Ricardo — *Las ánforas de la Layetania*, «Méthodes Classiques et Méthodes Formelles dans l'Étude des Amphores», Roma, 1977, p. 47-96.
- PAVOLINI, Cario — *Le lucerne nell'Italia romana*, «Società Romana e Produzione Schiavistica», II, Roma-Bari, 1981, p. 139-184.
- RAMÓN, Juan — *Ibiza y la circulación de ánforas fenicias y púnicas en el Mediterráneo Occidental*, Ibiza, 1981.
- SIENA, Silvia Lusuardi — *Appunti su alcuni tipo de anfore lunensi*, «Méthodes Classiques et Méthodes Formelles dans l'Étude des Amphores», Roma, 1977, p. 207-230.
- SILLIÉRES, P., P. ROUILLARD, J. REMESAL — *Undecima campaña de excavaciones en Belo [Bolonía, Cadiz]*. «Noticiário Arqueológico Hispánico», 6, Madrid, 1979, p. 377-422.
- SOARES, Coelho e Carlos TAVARES DA SILVA — *Ánforas romanas da área urbana de Setúbal*, «Setúbal, Arqueológica», IV, Setúbal, 1978, p. 171-201.
- SOARES, Joaquina — *Nótula sobre cerâmica campaniense do castelo de Alcácer do Sal*, «Setúbal Arqueológica», V, Setúbal, 1978, p. 133-143.
- SOARES, Joaquina e Carlos TAVARES DA SILVA — *Ocupação do período pré-romano do povoado do Pedrão [Setúbal]*, «Actas das II Jornadas Arqueológicas», I, Lisboa, 1973, p. 245-305.
- VEGAS, Mercedes — *Cerámica común romana del Mediterráneo occidental*, Barcelona, 1973.



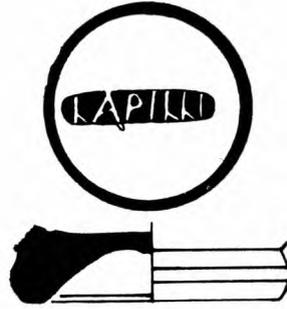
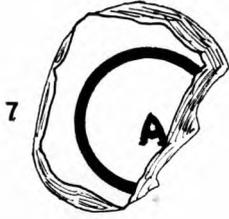


Vista aérea das Portas do Sol

Est. I



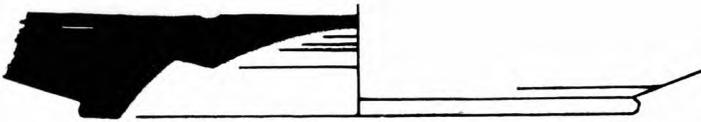
Esc. 2:3



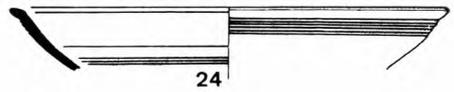
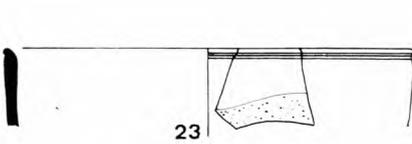
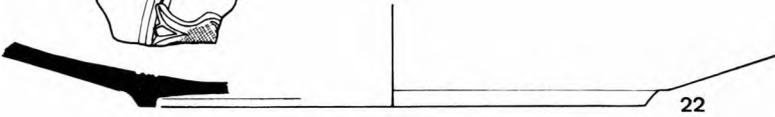
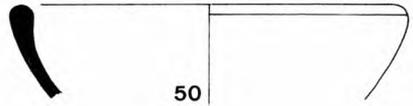
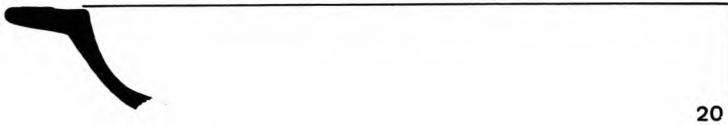
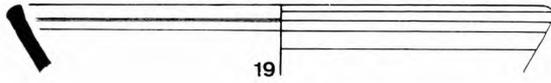
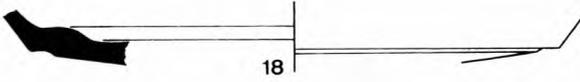
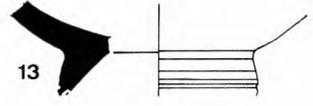
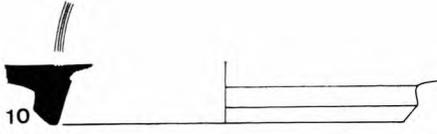
14



15

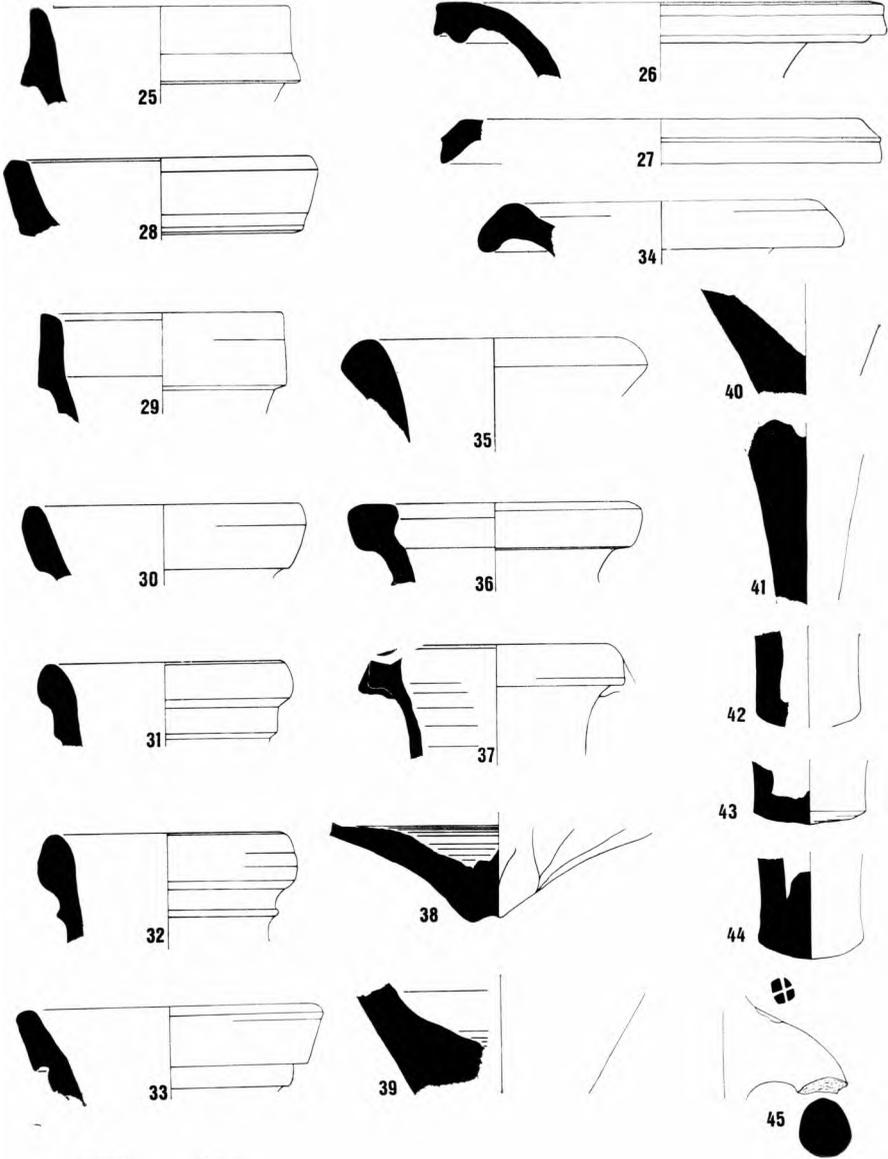


EST. III



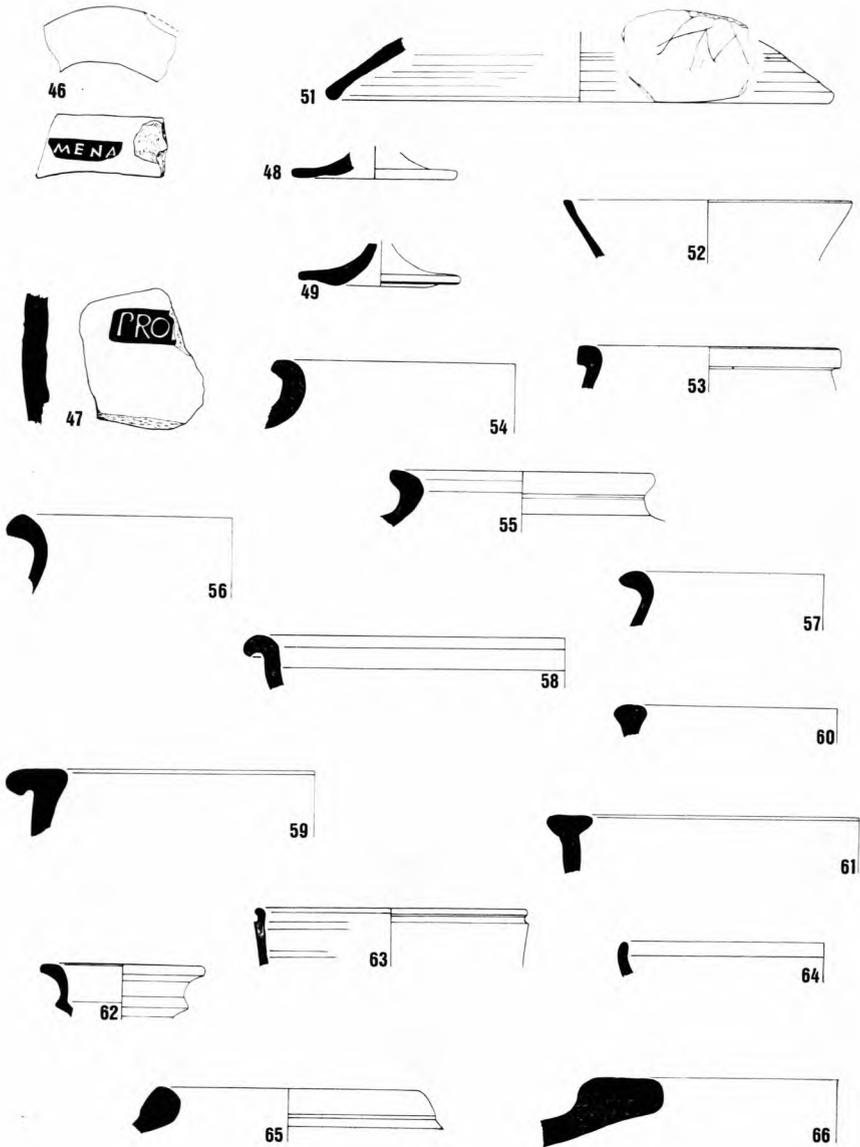
Esc. 1:2

EST. IV



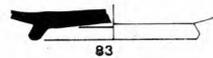
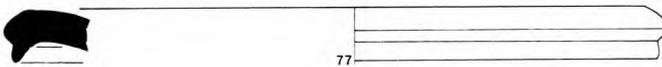
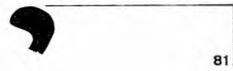
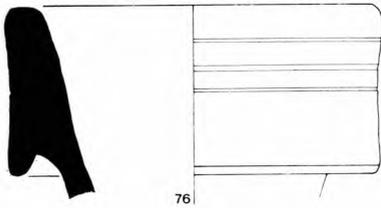
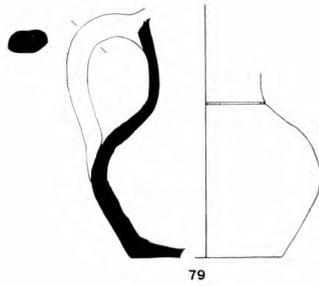
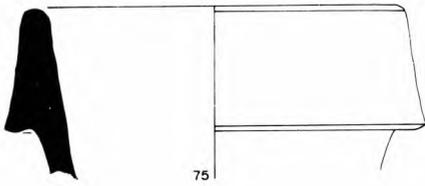
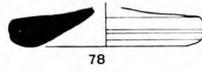
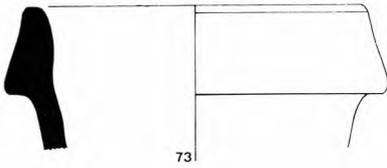
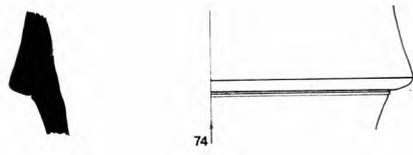
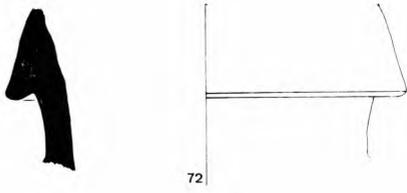
Esc. 1:4

EST. V



Esc. 1:4

EST. VI



Esc. 1:3

(Página deixada propositadamente em branco)

NELSON CORREIA BORGES

Assistente da Faculdade de Letras de Coimbra

LUCÊNCIO, BISPO DE CONIMBRIGA, E AS ORIGENS DO MOSTEIRO DE LORVÃO

Conimbriga, XXIII (1984), p. 143-158

RESUMO: Uma pedra lavrada com ornato visigótico, do século vi, recentemente encontrada no Mosteiro de Lorvão, vem permitir fazer a revisão do problema das origens deste cenóbio. Este achado confirma a existência em Lorvão de um ermitério de certa importância naquela época e a verosimilhança da literatura monástica a tal respeito, tida até agora por fantasiosa, dada a falta de documentos escritos fidedignos. Permite igualmente que surja com maior nitidez a figura de Lucêncio, fundador da instituição e único bispo de Conimbriga conhecido.

RÉSUMÉ : L'étude d'une pierre ornée de décors wisigothiques du vi^{ème} siècle, récemment trouvée au Monastère de Lorvão, nous permet de réexaminer le problème des origines de ce couvent. Cette découverte vient prouver l'existence, à Lorvão, d'un ermitage important à l'époque et, en même temps, la vraisemblance de ce que la littérature monastique nous disait à ce propos. En effet, on l'a toujours considérée fantaisiste car on n'avait pas des documents écrits dignes de foi. Cette découverte fait également ressortir plus nettement l'image de Lucentius, le fondateur de l'institution et le seul évêque connu de Conimbriga.

(Página deixada propositadamente em branco)

LUCÊNCIO, BISPO DE CONÍMBRIGA, E AS ORIGENS DO MOSTEIRO DE LORVÃO

Nunca foi posta em dúvida a existência histórica de Lucêncio, o primeiro bispo de Conímbriga de que há notícia certa. O que surgiu como objecto de suspeita ou rejeição é o papel que normalmente lhe tem sido atribuído de fundador do Mosteiro de Lorvão.

Com efeito, sabe-se de Lucêncio que assistiu aos dois primeiros concílios de Braga, em 561 e 572, tendo firmado as respectivas actas na qualidade de bispo de Conímbriga, cidade certamente detentora de uma das mais antigas sés episcopais de Portugal, sobre cujas origens e primeiros bispos correm escritas algumas lendas ^(x), não havendo todavia dados fidedignos mais antigos que os já referidos. Aliás, é escassíssima a quantidade de factos conhecidos e documentos escritos merecedores de crédito respeitantes não só aos bispados portugueses desta época mas a todo o período em geral, pelo que caberá à arqueologia dar um importante contributo para o melhor conhecimento de tão recuadas e obscuras eras.

Do venerável Lucêncio falam quase todos os cronistas monásticos espanhóis e portugueses ⁽²⁾, referindo que S. Bento teria enviado doze monges para a Península Ibérica, dos quais alguns,

^(x) Das origens da diocese, em sequência às pregações de Sant'Iago e de Santo Anastácio, mártir, seu primeiro bispo, fala, por exemplo, GEORGE CARDOSO, no seu *Agiologio Lusitano dos Sanctos e Varoens illus*res em virtudes*, I, Lisboa, 1652, p. 18.

⁽²⁾ Ver a bibliografia em FRANCISCO LEITÃO FERREIRA, *Catalogo Chronologico-Critico dos Bispos de Coimbra*, incluído na *Collecçam dos Documentos e Memorias da Academia Real da Historia Portuguzca*, IV, Lisboa, 1724, p. 7-9.

chefiados por Lucêncio, passaram à Lusitânia e, chegados ao território conimbricense, então senhoreado pelos suevos, foram fixar sede em Lorvão. Lucêncio, pelas suas qualidades e cultura, foi o primeiro abade da jovem comunidade, acabando mais tarde por ser eleito para presidir à catedral de Conímbriga. Faleceu em 10 de Abril de 580 ⁽³⁾. O famigerado Fr. Bernardo de Brito ⁽⁴⁾ deu a conhecer o seu assento de óbito, exarado em «hum livro de obitos muy antigo da propria casa» (Lorvão), onde se afirmava: *Eadem die obiit venerabilis Lucentius primus quondam Abbas Laurbani, postea vero ad episcopatu Colimbrigensis civitatis assumptus, qui literis, et virtutibus clarus multis inter fuit Concilijs, plurimunque jovit conversionem haereticorum, et praedicationem veri dogmatis* ⁽⁵⁾.

O pequeno texto é uma importante sùmula de elementos a respeito de Lucêncio, onde se realça o seu papel de evangelizador, razão por que os cronistas de seiscentos o colocam a par de S. Martinho de Dume, dando a ambos o título de «Apóstolos dos Suevos». Contudo, o facto de ele nos ser apresentado por um historiador apologético como Fr. Bernardo de Brito, extraído de um (hoje) ignorado obituário é motivo para que tenha sido encarado com alguma reserva. O seu conteúdo, porém, nada tem de extraordinário. A acção apostólica de Lucêncio, entendida mais como evangelização dos povos do que combate ao arianismo, como queriam os cronistas monásticos, numa época em que o conhecimento do cristianismo devia ser ainda muito fraco, sobretudo a nível do homem do campo, seria uma das actividades mais lógicas para um monge missionário. Igualmente o seu conhecimento das letras não pode ter deixado de pesar na ascensão à mitra episcopal. Quanto à presença do bispo de Conímbriga

⁽³⁾ De Lucêncio tratam com algum pormenor GEORGE CARDOSO, *Agiologio Lusitano*, II, Lisboa, 1657, p. 496 e 504-505, e FR. LEÃO de S. TOMÁS, *Benedictina Lusitana*, I, Coimbra, 1644, p. 306-307.

⁽⁴⁾ *Segunda Parte da Monarchia Lusytana*, Livro Sexto, Capítulo XII, Lisboa, 1690, p. 263 (1.ª edição em 1609).

⁽⁵⁾ No mesmo dia (10 de Abril) morreu o venerável Lucêncio, que foi um tempo primeiro abade de Lorvão e depois sublimado no bispado da cidade de Coimbra, o qual resplandeceu com letras e virtudes, se achou presente a muitos concílios e ajudou muito à conversão dos herejes e à pregação da verdadeia fé. — Tradução de FR. BERNARDO DE BRITO, *ibidem*.

nos concílios bracarense, o primeiro reunido sob Teodomiro e presidido pelo metropolitano Lucrécio, seria de estranhar que ela não se tivesse verificado.

Lucêncio surge assim indissoluvelmente ligado às origens do Mosteiro de Lorvão, problema que tem sido objecto de viva controvérsia desde há séculos e que importa rever.

Alguns autores remontam a sua fundação a meados do século v, nomeadamente por Paulo Orósio, tese facilmente rebatível⁽⁶⁾ e em que não nos deteremos.

Foi igualmente Fr. Bernardo de Brito⁽⁷⁾ quem deu à estampa uma nota manuscrita num dos códices que ele afirma ter visto na livraria de Lorvão, «memoria antiga, escrita no fim de hum liuro de mão da propria casa, que conthem as palauras seguintes, trasladadas fielmente»:

Domus nostra Lurbani constructa fuit viuète patre nostro Benedicto, et dedicata sanctis Martyribus Mamei et Pelagio, illi enim qui venerunt deferebant reliquias istori, propter quod assumpserunt illos in patronos, et fuit dedicata et ecclesia, illis quarto Kal. lunij ⁽⁸⁾.

A ser verdade o que se contém nesta nota, facilmente se constata que o inicio da vida monástica em Lorvão ocorreria entre as datas de 537 em que os cronistas situam a vinda dos primeiros beneditinos para a Hispânia, e 547, ano provável da morte de S. Bento. Fr. Bernardo de Brito e Fr. Leão de S. Tomás partiam do pressuposto que os primeiros monges laurbanenses eram beneditinos, o que é muito difícil de aceitar. De facto, sabe-se hoje que a Regra que S. Bento escreveu para Monte Cassino só se começou a divulgar depois que os Lombardos destruíram o mosteiro e a comunidade se refugiou em Roma, em 580. A missio- * S.

⁽⁶⁾ A propósito veja-se o que escreve Fr. LEÃO DE S. TOMÁS, *ob. cit.*, p. 308-314.

⁽⁷⁾ *Primeyra Parte da Chronica de Cister*, Livro Sexto, Cap. XXIX, Lisboa, 1602, p. 447.

⁽⁸⁾ «A nossa casa de Lorvão foi fundada em vida de nosso padre S. Bento e dedicada aos santos Mártires Mamede e Pelágio, porque aqueles que a vieram fundar traziam reliquias destes santos, e por isto os tomaram por padroeiros, e foi dedicada a igreja em louvor deles aos 20 de Maio». — Tradução de Fr. BERNARDO DE BRITO, *ibidem*. Houve porém lapso na data, uma vez que *quarto kal. lunij* corresponde a 29 de Maio.

nação dos beneditinos na Europa só se inicia com o pontificado de Gregório Magno (590-604) e a íntegra adoção da Regra na Península Ibérica não se verificou antes do séc. x, ou, melhor, antes do concílio de Coiança, de 1050 ⁽⁹⁾. Até aí os mosteiros do Ocidente seguiam um sistema eclético designado por *Regula mixta* ⁽¹⁰⁾, geralmente estabelecido pelos próprios abades, baseado embora nas virtudes da obediência, pobreza e castidade, consagradas pela Regra de S. Bento ⁽ⁿ⁾.

Tal foi certamente o caso de Lorvão, onde a Regra de S. Bento só deveria ter sido adoptada em definitivo por 1064, aquando da reconquista de Coimbra por Fernando Magno, ou pouco antes, e para onde se tem igualmente aventado a hipótese de ter sido no início um mosteiro dobrado ⁽¹²⁾, isto é, uma dúplice comunidade masculina e feminina, com edifícios separados mas com igreja e prelado comuns.

Que os primeiros monges de Lorvão não eram beneditinos, é um dado implícito nas próprias memórias do mosteiro. Assim, durante as obras de reforma dos edifícios que se operaram nos séculos xvi e xvii foram postas a descoberto algumas sepulturas de monges e abades ⁽¹³⁾, entre as quais a de um corpo inteiro com hábito negro cingido por uma correia ⁽¹⁴⁾. Ora tal adorno é característico dos agostinianos, pelo que é de presumir que em

⁽⁹⁾ Cf. JOSÉ MATTOSO, art. *Benedictinos*, em *Verbo-Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultu?a*, III, Lisboa, 1965, col. 1051.

⁽¹⁰⁾ GABRIEL DE SOUSA, art. *Benedictinos*, em *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, II, Lisboa, 1981, p. 340-407.

⁽ⁿ⁾ E igualmente pelas regras de Santo Isidoro e de S. Frutuoso. A este respeito e sobre as comunidades religiosas do período suévico-visigótico veja-se FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*. I, Porto, 1967, p. 51-56, e também FR. JUSTO PÉREZ DE URBEL, *El Monasterio en la oida española de la Edad Media*, Barcelona, 1942.

⁽¹²⁾ T. LINO D'ASSUMPCÃO, *As Fniras de Lorvão*, Coimbra, 1899, p. 35-49.

⁽¹³⁾ Arquivo Nacional da Toire do Tombo, *Mosteiro de Lorvão, Livi o das Preladas* (Código N.º 309), foi. 5v.. FR. LEÃO DE S. TOMÁS, *ob. cii.*, p. 315-316.

⁽¹⁴⁾ MIGUEL JOACHINO DE FREYTA, *Novas Notas da Analysis Benedictina Descubertas pelo Be verendissimo P. M. Fr. Francisco de Santa Maria...*, Madrid, 1734, p. 99.

certo momento da vida monástica em Lorvão ali houvesse eremitas de Santo Agostinho⁽¹⁵⁾.

Outra pista a seguir, no que toca à nota sobre a fundação da casa laurbanense, é a que diz respeito aos seus patronos, os mártires Mamede e Pelágio, abundantemente citados na documentação dos séculos x a xn.

S. Mamede teria sido martirizado em Cesareia da Capadócia, em 275. O seu culto em breve se difundiu pelo Oriente, alcançando mais tarde o Ocidente: as relíquias teriam sido trasladadas para Jerusalém, depois para Constantinopla e finalmente (em várias fases) para Langres, na França, cuja catedral é dedicada ao santo. Em Portugal o seu culto generalizou-se de forma notável, provavelmente a partir de Lorvão, sendo ainda hoje o santo patrono de 65 paróquias⁽¹⁶⁾.

Quanto a S. Pelágio, Pelaio ou Paio, põe-se o problema de saber qual dos santos com este nome seria o patrono de Lorvão. Um Pelágio do século iv, bispo de Laodiceia, na Síria, incluído no martirologio romano a 25 de Março, está fora de causa, por não ser mártir e por o seu culto ter sido demasiado restrito. Restam o S. Pelágio, padroeiro de Constança (Alemanha), de que há carencia de dados históricos — teria sido martirizado em Aemona, na ístria, cerca de 283, mas as suas relíquias só em 904 seguiram para Constança⁽¹⁷⁾; tem a festa a 28 de Agosto —, e o homónimo mártir de Córdova, supliciado em 925 com 13 anos de idade, que parece ter nascido na região de Coimbra, e cujas relíquias foram enviadas

(15) Vários argumentos neste sentido são aduzidos na obra citada na nota precedente (p. 87-99) que já é um segundo comentário polémico ao livro de Fr. MANOEL DOS SANTOS, *Analysis Benedictina*, em que este pretende provar que a ordem de S. Bento é a mais antiga em Portugal, na sequência da famosa questão havida entre Jerónimos e Beneditinos sobre a precedência de lugar em actos públicos.

(16) J. C. FREITAS BARROS, *Vida de São-Mamede Mártir*, Lisboa, 1942, p. 35-39. A distribuição geográfica das freguesias sob a invocação de São Mamede parecer apontar para a difusão do seu culto durante a alta Idade Média, a partir de Lorvão. Com efeito, elas situam-se, na quase totalidade, a norte da diocese de Leiria, apenas ficando para sul, Ventosa (Torres Vedras) e Lisboa. A sul do Tejo há apenas uma paróquia, em Évora.

(17) *Enciclopèdia de la Religión Católica*, V, Barcelona, 1953, col. 1447.

para Leão em 967, sendo, em 985, trasladadas para Oviedo; tem a festa a 26 de Junho.

O Prof. Pierre David, num estudo sagaz e oportuno ⁽¹⁸⁾, procurou demonstrar que o S. Pelágio venerado em Lorvão era o mártir de Córdoba, pelo que a sua adopção como patrono não se poderia ter dado antes de meados do século x e todos os documentos anteriores que o referissem não poderiam deixar de ser falsos, mal datados, ou com palavras intercaladas. A primeira dificuldade que se levanta a esta asserção resulta da existêndia de vários documentos do *Livro Preto* da Sé de Coimbra e do *Livro dos Testamentos* de Lorvão, anteriores a 950, que o citam. Um desses documentos é a insuspeita doação da condessa D. Oneca, mãe de Ximeno Dias e de Mumadona, datada de 928. Ora não é crível que três anos após o martírio do jovem Pelágio em Córdoba, este já fosse venerado em Lorvão. O facto de o seu nome não aparecer em alguns documentos anteriores também não é de ter em conta, uma vez que S. Pelágio era um patrono secundário, verificando-se que, mesmo em épocas tão posteriores quanto o século xn, a maior parte da documentação refere apenas S. Mamede ⁽¹⁹⁾.

Outro argumento que nos parece de considerar é o conhecimento que havia no mosteiro, por tradição, de que o seu patrono era o de Constança e não o de Córdoba. Bernardo de Brito ⁽²⁰⁾, querendo provar que o mártir cordoves era natural de Coimbra transcreve de um cerimonial antigo de Lorvão o seguinte: *V. kal. Septembr. celebramus festum Sancti Pelagij Martyris cu luminibus triplicatis, majestatibus, et coronis; non illius, qui ex hac patria natus Cordubae pugnavit pro fide Christi. XV. kal. Iulij. ponitur enim tunc simplex lumen, et non coronatur altare* ⁽²¹⁾. Abstraindo do

⁽¹⁸⁾ *Les Saints Patrons d'églises entre Minho et Mondego jusqu'à la fin du XI^e siècle*, «Revista Portuguesa de História», II, Coimbra, 1943, p. 221-254.

⁽¹⁹⁾ Examinando a documentação do século xii transcrita por FERNANDO GARCIA PIRES, *O Mosteiro de Lorvão. Subsídios para a sua História — 1126 a 1181*, Coimbra, 1971 (policopiado), verifica-se que dos 31 diplomas que invocam os patronos de Lorvão, apenas 11 referem S. Pelágio.

⁽²⁰⁾ *Segunda Parte da Monarchia Lusytana*, Livro Sétimo, Cap. XIX, Lisboa, 1690, p. 473.

⁽²¹⁾ Brito faz a seguinte tradução: «Acs vinte e oito de Agosto se celebra nesta casa a festa de São Pelayo Martyr com seis velas no altar, & cõ as reliquias, ou imagens, & coroas que se deviãõ tirar em publico

problema da autenticidade deste texto, o que não se pode negar é que ainda nos finais do século xvi Lorvão não confundia o seu patrono com o santo peninsular. Aliás, o S. Pelágio de Lorvão tem uma iconografia muito semelhante à de S. Sebastião, bastante diferente das características e atributos do santo de Córdoba, e é curioso notar que, em 1623, quando o pintor Miguel de Paiva, que a abadessa D. Margarida da Silveira mandara vir de Lisboa, executou para o mosteiro, entre outras, uma grande tábuia com S. Pelágio e S. Mamede, teve de seguir as instruções da abadessa, no que tocava ao tema dessa pintura (22).

O Dr. Rui de Azevedo publicou em 1933 um notabilíssimo estudo baseado nos mais antigos documentos escritos fidedignos de Lorvão (23), contidos no *Livro dos Testamentos*, em que, após profunda análise e reflexão conclui «que o mosteiro de Lorvão, em vez de esmorecida reminiscência cristã, a que as hostes do conde Ermenegildo (24) vieram insuflar nova vida, se manifesta como instituição moça e activa, fundada pelo elemento neo-cristão que desceu às margens do Mondego na vanguarda da reconquista. Reputo-o, por conseguinte, fundação do último quartel do século ix, um pouco posterior à tomada de Coimbra no ano de 878.» (25).

Esta fundamentada opinião não podia deixar de fazer considerar falsas as notas transcritas por Fr. Bernardo de Brito, quando não mesmo uma invenção do cronista alcobacense. De um momento para o outro passaram a ser tidos como pura fantasia todos os relatos, listas de abades, relações com mouros, etc., respeitantes à vida do mosteiro em datas anteriores a 878.

nas festas solenes; & não he este o Santo natural desta terra, que morreo na Cidade de Cordova pela fê de Jesu Christo, aos 26. de Junho; porque então não se poem, mais que o lume ordinario, nem se orna o altar com coroas.»

(22) GEORGE CARDOSO, no seu *Agiologio Lusitano*, III, Lisboa, 1666, p. 443, 449, 829-831 e 837-839 distingue igualmente o patrono do Monteiro de Lorvão do S. Pelágio martirizado em 925.

(23) *O mosteiro de Lorvão na reconquista cristã*, «Arquivo Histórico de Portugal», I, Lisboa, 1933, p. 183-239.

(24) Chefe militar da reconquista de Coimbra de 878, ao sei viço de Afonso III de Leão — a nota é nossa.

(25) *Art. cit.*, p. 201.

Pela nossa parte, presentemente, pensamos que Brito transcreveu fielmente algumas notas cheias de interesse que encontrou em códices de Lorvão. A que respeita à fundação da casa laurbanense é, evidentemente, um registo tardio, anterior ao século xm, que reflecte a tradição corrente. Não é difícil, aliás, encontrar noutros livros de Lorvão anteriores a Brito afirmações semelhantes. É o caso do *Livro de Reportório*, feito em 1543 por ordem da abadessa D. Ana Coutinho, e que não é mais que um índice de documentos, onde se afirma, a foi. 45: ... «parece que no / ano do senhor quatrocentos e tantos antes de mil / jaa Loruuão era de religiosos e casa de ora / çam e peramaneceo sempre asy ainda que depões / os mouros tomarasem a Espanha [...]» (26). Também no *Livro das Preladas* (27), feito em 1605, a foi. 4, há uma *Lembrança dos Abb.es de São Bento q neste Most.ro de / Lorvão ouve sendo de frades e se achavão escritos por letra / da m.e D. Izabel de Mello q. serviu de Carturaria quarenta / Annos*, que principia: «O p.ro Padre e fundador foi Lucêncio e dipois Bispo de Coimbra» (28).

Porém, no que toca à antiguidade do mosteiro, outras fontes que não os documentos escritos devem ser trazidas à colação.

Já em 1977 tivemos o ensejo de salientar a importância de que se revestiam certos elementos fornecidos pela arqueologia, testemunhando a existência de populações em Lorvão em épocas anteriores ao século vi (29), sobretudo no período romano. Justamente deste período são um fuste de coluna de mármore branco,

(26) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Mosteiro de Lorvão*, Códice N.º 326. Rui DE AZEVEDO, *art. cit.*, p. 211, transcreve igualmente esta referência que vem inserta no sumário e comentário a uma doação de Serpins.

(27) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Mosteiro de Ltrvão*, códice N.º 309.

(28) Escolhemos este exemplo por se referir a Lucêncio. A madre escrivã anota no fim da lista, que aliás tem bastantes lacunas, que *poderia aver mais abb.es mas dis a dita m.e / D.a Izabd de Mello q. destes da fe p.los aver Udos no Cartorio*, o que vem em abono das notas que Fr. Bernardo de Brito recolheu e publicou.

(29) *O Mosteiro de Lorvão*, Coimbra, 1977, p. 5-6. CORREIA BORGES, *Um machado de pedra polida em Lorvão*, «Notícias de Penacova», 1989, Penacova, 29.09.1973, p. 2.

observado pelo Doutor A. Nogueira Gonçalves, e uma ara ⁽³⁰⁾. Dado de excepcional importância, porém, é a inscrição romana, encontrada por volta de 1914, numa das paredes do mosteiro, durante umas obras ⁽³¹⁾. Seguiu para o Museu Nacional de Arqueologia, onde tem permanecido ignorada de quantos se têm debruçada sobre a história de Lorvão. É um excelente exemplar que recorda a memória de Gaio Valério Juliano Seiliense, mandado lavar por seu irmão Marco António Juliano, que sem hesitação se pode datar de princípios ou meados do século i.

O que seria Lorvão na época luso-romana? Certamente uma *villa* onde se instalou a família referida na inscrição e que mais tarde veio a acolher igualmente os primeiros monges.

A origem latina do fito-topónimo Lorvão aponta igualmente para isso. Segundo a tradição, «se tomou de hum Loureiro antigo que no dito lugar estava plantado» ⁽³²⁾, loureiro que de tão antigo

⁽³⁰⁾ VERGILIO CORREIA e A. NOGUEIRA GONÇALVES, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Coimbra*, Lisboa, 1952, p. 194.

⁽³¹⁾ LEITE DE VASCONCELOS, *Inscrição romana de Lorvão*, «O Archeologo Português», 19, Lisboa, 1914, p. 365-366. CORREIA BORGES *A Inscrição Romana de Lorvão*, «Notícias de Penacova», 2126, Penacova, 02.09.1977.

⁽³²⁾ FR. LEÃO DE S. TOMÁS, *Benedictina Lusitana*, I, Coimbra, 1644, p. 306. Ao mesmo se referem igualmente outros autores seiscentistas. Sem esquecer a artificiosa divisão da palavra *Lorvão* por dois versos, feita pelo poeta da écloga *Crisfal*, lembraremos um curioso poema do século xviii intitulado: *Laureolas cristalinas. Poema htroico-sacro. Formado das prodigiosas vidas das mdhores Sereyas do Mondego as Serenissimas e Augustissimas Raynhas S. Thereza e S. Sancha [...]. Por Quiteria Rosa Ferreira Themudo de Laserra e Salema*, onde se diz, a certo passo do Canto VI:

«Aqui ha tradição, fama constante
de que um bello loureiro se elevava
e entre as agoas nascido, era brilhante»...

e mais adiante:

«De estructura soberba, em solidão,
fabricaram os monjes seu convento,
e aqui, entre aurea aclamação,
viveram venerados, com augmento;
'té que chegando o da relaxação
Thereza o reformou, e foi portento;
mas estes, por o louro que a agoa apura
aqui dão a Lorvão nomenclatura.»

Veja-se T. LINO D'ASSUMPÇÃO, *As Freirás de Lorvão*, Coimbra, 1899, p. 173-177.

era já carcomido e oco (vão), donde a origem do nome. Trata-se, como é evidente, de uma etimologia popular, ainda não há muitos anos contada em Lorvão nos serões de Inverno, à lareira, ou, durante o Verão, nas rodas das paliteiras. Porém, apesar dos argumentos recentemente aduzidos por Joseph M. Piel ⁽³³⁾, para demonstrar que o topónimo deve ser originário de «(Villa) Norbani», do senhorio da época latina, continuamos a preferir a raiz *lorv-*, dada a abundância de loureiros que ainda hoje, e apesar de tudo, crescem em grande número e quase espontaneamente por todo o vale de Lorvão, e que no passado, juntamente com os castanheiros, povoavam todas as vertentes da serra, havendo mesmo na microtoponímia outros exemplos a apontar.

Outro dado importante, que atesta a existência de uma comunidade cristã em Lorvão, é proporcionado pelo *Parochiale* suevo, datável de entre 572 e 582 ⁽³⁴⁾. Nesta lista de paróquias, entre as sete que compõem a diocese conimbricense, figura em quarto lugar a de *Lurbine* que, bem ou mal grafado, não pode deixar de corresponder ao moderno Lorvão ⁽³⁶⁾, onde havia alguns anos se teriam instalado os primeiros monges e erguido a basilica dos santos mártires cujas relíquias os haviam acompanhado na jornada. O santuário em breve alcançaria a importância suficiente para se transformar em sede de paróquia. Não se deve esquecer que em Lorvão a igreja do mosteiro funcionou como paroquial até 1640 ano em que, devido às contendas surgidas com o bispo D. João Mendes de Távora, por este querer ter jurisdição no

⁽³³⁾ *Sobre a origem do nome do mosteiro de LORVÃO*, «Biblos», 57, Coimbra. 1981, p. 167-170.

⁽³⁴⁾ A este respeito veja-se o já clássico estudo de PIERRE DAVID, incluído em *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*, Paris-Lisboa, 1947, p. 1-82.

⁽³⁵⁾ «Sur *Lurbine* je n'ai pas d'hypothèse à présenter», escreveu PIERRE DAVID (*ob. cit.*, p. 78). Na verdade a identificação de *Lurbine* com Lorvão punha alguns problemas, face ao que este autor já havia anteriormente exposto acerca dos santos patronos. Mais recentemente, o Prof. Avelino de Jesus da Costa, num artigo para a *Enciclopédia Verbo* (Vol. 15, Lisboa, 1973, col. 739-748), incluiu um mapa de Portugal paleocristão, em que situa *Lurbine* no local do mosteiro de que vimos tratando.

mosteiro, sob o pretexto de que a igreja era paroquial, as freirás de Lorvão obtiveram, a 7 de Novembro, dois breves do papa Urbano VIII para poderem extinguir a paróquia e fundá-la de novo com sede na ermida de Nossa Senhora da Esperança, fora do recinto monástico.

Não há muito tempo tivemos a alegria de descobrir em Lorvão um testemunho da maior importância para o esclarecimento do problema das origens do seu mosteiro.

Trata-se de uma pedra lavrada, de mármore cinzento escuro com veios esverdeados, proveniente, com toda a probabilidade, das pedreiras das proximidades de Sazes de Lorvão, nas faldas do Buçaco ⁽³⁶⁾. Encontra-se incrustada na face sul da torre sineira do mosteiro, servindo como friso a uma das cornijas — a mais baixa — da torre. Esta circunstância, conjugada com a altura a que se encontra e o revestimento da argamassa que parcialmente a encobria, fizeram com que até hoje passasse completamente despercebida.

Esta torre campanário apresenta duas épocas distintas de construção: uma primeira iniciada em 1597, a partir da qual se fez o acrescento da segunda metade do século xviii. A pedra encontra-se colocada no cimo do envasamento onde assentava o corpo da torre quinhentista com as ventanas e seu remate hemisférico.

A época de 1597 foi de grandes remodelações: «se abrirão no Cemiterio os alicerçes da torre dos sinos, & se lançou por terra hũ campanario velho» ⁽³⁷⁾, além do achamento das sepulturas já referido. A pedra foi indubitavelmente aqui colocada nesta época, proveniente, talvez, do campanário velho, do claustro, da igreja, ou de qualquer outro local ignorado, que já não era o de origem.

⁽³⁶⁾ Ver a estampa incluída neste trabalho. O desenho é da autoria da artista Clara Portas, a quem manifestamos a nossa maior gratidão pela colaboração prestada.

⁽³⁷⁾ Conforme testemunho da madre D. Margarida de Vasconcelos, transcrito por Fr. Leão de S. Tomás, na *Benedictina Lusitana*, I, Lisboa, 1644, p. 315-316.

É um espécime notável, com 0,94 m de comprimento por 0,14 m de largura, encontrando-se fragmentado nas duas extremidades, pelo que se ignora quais seriam as dimensões originais. Apenas está visível uma face, não sendo possível verificar se teria mais alguma trabalhada e assim detectar qual a sua função arquitectónica primitiva.

Apresenta um dos motivos típicos da arte visigótica: a silva ou haste ondulante com cachos de uvas e gavinhas dentro da curva, já conhecida desde a mais remota antiguidade ⁽³⁸⁾, mas utilizada pela arte paleocristã como símbolo de Cristo, do Seu sangue, feito vinho eucarístico, e da própria Igreja ⁽³⁹⁾. No exemplar de Lervão há apenas cachos de uvas que, ao contrário do que é habitual, não têm contorno exterior, são simples agrupamentos cordiformes de bagos. Os cachos são separados por gavinhas, em grupos de três, isto é, de três em três cachos não existe a gavinha. A haste ondulante é contida entre duas cordas laterais molduradas por filetes. Não se conhecia até agora exemplar semelhante a não ser o fragmento de Eira Pedrinha (no Museu Machado de Castro, de Coimbra), aliás de diminutas dimensões.

A pedra encontra-se muito patinada e com algum desgaste. Ainda assim, o relevo chega a ultrapassar um centímetro em alguns pontos. O nível de execução deste monumento, com composição muito cuidada e a escultura a evidenciar perícia e apuramento, permitem-nos, sem hesitação, datá-lo do século vi.

Outros testemunhos poderão ainda surgir em Lervão, em ordem a clarificar este problema, bastando que para tanto se façam sondagens e escavações, embora nesta época as construções fossem muito modestas; por vezes não passavam de choças onde os monges viviam isolados, ou de pequenas salas em que os cinco ou seis cenobitas iniciais dormiam ou tomavam as suas refeições. A igreja, porém, a avaliar pela pedra que lhe pertenceria, devia ser um edifício de bom nível de que poderão ser encontrados

⁽³⁸⁾ J. PUIG I CADAFALCH, *VArt Wisigothique et ses survivances*, Paris, 1961, p. 60.

⁽³⁹⁾ FERNANDO ANTÓNIO DE ALMEIDA e SILVA SALDANHA, *Arte Visigótica em Portugal*, Lisboa, 1962, p. 88.

outros vestígios. Para já e face ao exposto, parece-nos que os dados referidos por Fr. Bernardo de Brito acerca da antiguidade da vida monástica em Lorvão não são de recusar, mas antes de admitir como urna tese válida.

Lucêncio é um nome latino. Esta personalidade bem poderia ter vindo da Itália com os seus companheiros — não veio de lá também, na mesma época, S. Martinho de Dume? Bem poderiam ser portadores das relíquias de Mamede e Pelágio, chegadas à Itália do Oriente e da Istria, e vir assentar arraiais na *villa* romana, decadente e quiçá abandonada de Lorvão, onde estabeleceram a sua base contemplativa, de trabalho, e sobretudo de missionação.

Que razões os poderiam ter levado a escolher este local ? A primeira é constituída pela amenidade do sítio, abundante de boas águas fertilizadoras, com campos de cultivo marginais à ribeira e bons terrenos pelos inúmeros vales que sulcam a serra. A instabilidade dos tempos exigia que perto houvesse refúgio para quando fosse necessário e esse tinham-no com facilidade os primeiros monges nas encostas da serra, nos montes, nos meandros dos vales e valeiros, cobertos de denso arvoredado e matagais, cujos segredos eles foram pouco a pouco desvendando. Lorvão tinha a vantagem do seu isolamento, de ser um local oculto a que se chegava não sem alguma dificuldade, mas ao mesmo tempo suficientemente perto da florescente Emínio, apenas a escassas duas léguas e meia, e do castelo roqueiro de Penacova, que não chegava a distar uma légua; perto igualmente da grande via de penetração no interior que era o rio Mondego.

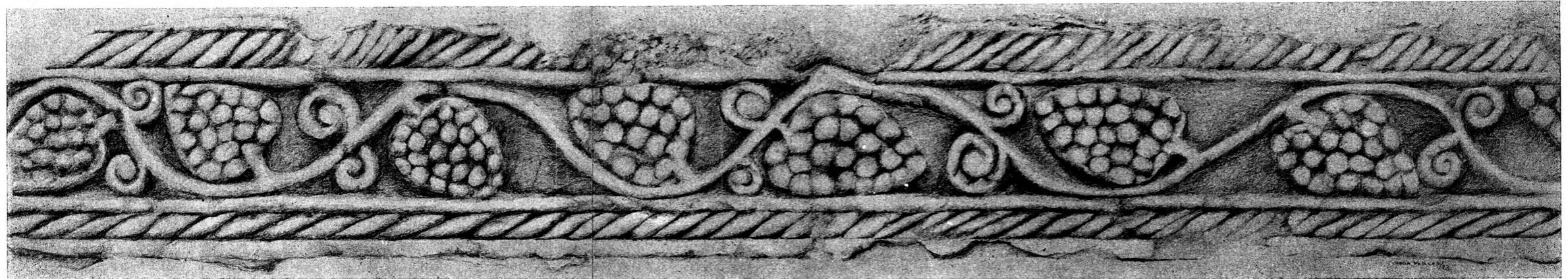
O que se passou depois em Lorvão até à invasão dos muçulmanos e à reconquista de 878 é outra parte da historia que só se poderá igualmente rever com o contributo da arqueologia.

Lucêncio já não seria propriamente um jovem quando foi ocupar a cátedra episcopal de Conímbriga e sendo ele o primeiro bispo de Conímbriga conhecido, será também simultaneamente o último. Terá sido Lucêncio quem mudou a sede do bispado para Emínio, trazendo consigo o nome que acabaria por prevalecer sobre o da velha cidade das margens do Munda? É hipótese que julgamos de considerar. De concreto apenas sabemos que o seu sucessor assinou as actas do concílio de Toledo de 589 como

Possidónio eminiense, o que nos leva a supor que nesta data a residência dos bispos já era Emínio ⁽⁴⁰⁾.

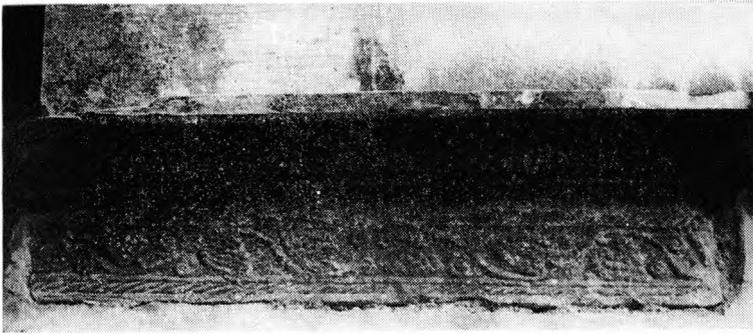
A acreditar no assento de óbito referido, Lucêncio faleceu a 10 de Abril de 580, já de avançada idade, tendo provavelmente resignado ao cargo que ocupava e regressado a Lorvão, onde terminaria os seus dias.

⁽⁴⁰⁾ Opinião, aliás, já expressa por JORGE DE ALARCÃO, *Portugal Romano*, Lisboa, 1973, p. 182. O facto de Possidónio assinar como eminiense fez equivocar António de Vasconcelos que julgou tratar-se de um outro bispado «encravado na diocese de Coimbra» (*Lista Cronológica dos Bispos de Coimbra*, Coimbra, 1924, p. 10).



Esc. 1:3

(Página deixada propositadamente em branco)



Pedra visigótica colocada sob uma das cornijas da torre sineira do Mosteiro de Lorvão



Pormenor da decoração

(Página deixada propositadamente em branco)

João M. PEIXOTO CABRAL

M. FÁTIMA D. ARAÚJO

Investigadores do LNETI, Instituto de Energia, Departamento de Química (Sacavém).

ADÍLIA M. ALARCÃO

Directora do Museu Monográfico de Conímbriga.

ANÁLISE QUÍMICA NÃO-DESTRUTIVA DE DOIS CADINHOS

ACHADOS EM CONÍMBRIGA

Conímbriga, XXII (1984), p. 159-168

RESUMO: Análises não-destrutivas das superfícies exteriores e interiores de dois cadinhos achados em Conímbriga, efectuadas num espectrómetro de fluorescência de raios X dispersivo de energias, usando fontes radioactivas de excitação, provaram que teriam sido utilizados para preparar ligas de cobre. Num deles encontraram-se indícios claros de que a liga seria de cobre-estanho-chumbo-zinco, contendo como principais impurezas prata e antimónio. No outro, os únicos vestígios encontrados foram de cobre e zinco.

ABSTRACT: The inward and outward surfaces of two crucibles found in Conímbriga were analysed by non-destructive energy dispersive X-ray fluorescence spectrometry using radioisotope excitation sources. The results show that they were used to prepare copper alloys. Clear evidence of a copper-tin-lead-zinc alloy with traces of silver and antimony were found in one of the. The only metals detected in the other crucible were shown to be copper and zinc.

(Página deixada propositadamente em branco)

ANÁLISE QUÍMICA NÃO-DESTRUTIVA DE DOIS CADINHOS ACHADOS EM CONÍMBRIGA

1. Introdução

Os achados de cadinhos metalúrgicos em escavações arqueológicas põem, do ponto de vista da arqueometalurgia, essencialmente duas questões: por um lado, a questão de se conhecer a composição química das escórias ou dos resíduos de metais e ligas metálicas que, em geral, contêm; e, por outro lado, a questão de se saberem as composições química e mineralógica dos materiais de que são feitos esses cadinhos, normalmente materiais cerâmicos derivados de argilas [1].

Em ambos os casos visa-se, em última análise, o mesmo objectivo que é o estudo das técnicas de metalurgia extractiva, de fundição de metais, e de preparação de ligas metálicas, utilizadas na Antiguidade. Mas, enquanto a resolução da primeira questão conduz, por via de regra, à obtenção de um maior número de informações sobre essas técnicas, e é da competência do metalurgista, a resolução da segunda limita-se a permitir obter eventualmente indicações sobre a proveniência daqueles materiais e sobre as temperaturas alcançadas na prática das referidas técnicas, sendo da atribuição do investigador de materiais cerâmicos. Daí que se tenha vindo a prestar mais atenção à primeira questão.

Este trabalho constitui a primeira parte do estudo de dois cadinhos pertencentes ao Museu Monográfico de Conímbriga, a qual visa a identificação dos metais que neles teriam sido fundidos.

Ambas as peças foram descobertas na área artesanal, junto do *forum*, infelizmente fora do contexto [2]; as suas características tipológicas encontram-se já publicadas [3] mas julga-se vantajoso recordá-las aqui.

O cadinho número 53 (Fig. 1a) tem uma forma aproximadamente cônica, boca elíptica (dimensões internas — eixo maior: 48 mm; eixo menor: 40 mm) e bordo arredondado, identificando-se com os cadinhos do tipo B.3 da tipologia adoptada por Tylecote [4]. O bordo possui uma pequena depressão, situada na região correspondente a uma das extremidades do eixo maior da elipse, a qual tinha certamente a função de vertedoiro, pois ainda se nota na superfície exterior do cadinho, subjacente a essa depressão, uma faixa de tons mais claros a toda a altura do cadinho (de cerca de 50 mm), indicativa do escorrimento de material fundido. Este cadinho encontra-se rachado, estendendo-se a racha desde o bordo até cerca de metade da altura. A superfície exterior é irregular e apresenta-se com um aspecto vítreo, multicolor, com predominância do vermelho e do verde azeitonado escuro. A superfície interior, mais regular, mostra-se também com um aspecto vítreo junto ao bordo mas baça na região do fundo. Nesta superfície vêm-se vários pequenos pingos de fundição de cor verde, sobretudo na parte superior.

O cadinho número 54 (Fig. 1b) tem uma forma aproximadamente hemisférica, uma altura de cerca de 43 mm, boca circular (diâmetro interno à volta de 24 mm) e bordo arredondado, assemelhando-se aos cadinhos do tipo B.1 da tipologia atrás referida. A superfície exterior apresenta-se na sua maior parte com um aspecto vítreo, de cor cinzenta escura, e é igualmente irregular. A superfície interior, mais regular, é baça, com tons acastanhados no fundo, e não mostra vestígios de pingos de fundição.

2. Parte experimental

As análises foram efectuadas num espectrómetro de raios X dispersivo de energias cujas características se descreveram já em publicações anteriores [5,6]. O dispositivo adaptado ao detector de Si(Li), constituído pela fonte de excitação e os filtros de raios X, foi o mesmo que o indicado nas citadas publicações. Como porta-amostras utilizou-se uma folha de mylar, inserida entre dois anéis de perspex situados na parte superior desse dispositivo. A exci-

tação foi feita recorrendo a fontes radioactivas anulares, nomeadamente de ^{109}Cd e ^{241}Am .

Do cadinho número 53 efectuaram-se várias análises, em particular das seguintes áreas: numa área da faixa de tons mais claros subjacente ao vertedoiro, colocando o cadinho tombado sobre a folha de mylar; doutra área da superfície exterior, diametralmente oposta à primeira; numa terceira área da mesma superfície, situada numa zona intermédia; da área da superfície interior, com o cadinho em posição invertida sobre a referida folha; e de uma pequena lasca que se extraiu da face interna do cadinho, na qual se notavam vestígios de um pequeno pingo de fundição. Neste último caso, analisou-se não só a superfície da lasca onde se encontravam esses vestígios mas também a superfície contrária.

Do cadinho número 54, que estava quebrado em dois fragmentos e não apresentava sinais especiais, fizeram-se do mesmo modo várias análises, designadamente: da superfície exterior em duas regiões diferentes, uma com aspecto vítreo e outra baça; da superfície interior com o cadinho em posição invertida; e das superfícies exterior e interior dos fragmentos.

3. Resultados e discussão

Na Fig. 2 e na Fig. 3 apresentam-se os espectros de raios X obtidos nas análises da superfície exterior da parede do cadinho número 53, nas regiões anteriormente indicadas, usando as fontes de excitação de ^{109}Cd e ^{241}Am respectivamente. Na Fig. 4 e na Fig. 5 estão representados os espectros de raios X respeitantes às análises da superfície interior desse cadinho. Na Fig. 6 e na Fig. 7 apresentam-se os espectros de raios X concernentes à lasca com vestígios do pingo de fundição, extraída do mesmo cadinho.

Por fim, na Fig. 8 e na Fig. 9 mostram-se os espectros de raios X resultantes das análises das superfícies exterior e interior dum fragmento do cadinho número 54. Os espectros obtidos nas restantes análises deste cadinho não são apresentados, por não conterem informações complementares nem contrárias às incluídas nas Figs. 8 e 9.

Comparando os espectros da superfície exterior do cadinho número 53, representados na Fig. 2, verifica-se que eles diferem essencialmente no que diz respeito às intensidades dos picos do cobre (CuKa e CuKp) e do chumbo (PbLa e PbL(3)), as quais são máximas no espectro da região subjacente ao vertedoiro e mínimas no espectro da região oposta. Este facto está igualmente evidenciado na Fig. 3, relativa do mesmo modo à superfície exterior, onde se nota ainda uma diferença no que se refere às intensidade dos picos da prata (AgKa), do estanho (SnKa e SnK(3)) e do antimónio (SbKa) as quais também são máximas no espectro da região subjacente ao vertedoiro. Desses picos, os mais intensos são os do cobre e do estanho (CuKa e SnKa). Assim, como na excitação com ^{241}Am o rendimento de fluorescência do cobre é muito inferior ao do estanho, e uma vez que os valores da eficiência do detector de Si(Li) para os raios X CuKa e SnKa não divergem grandemente, os resultados das figuras 2 e 3 indicam de forma clara que o material que foi fundido no cadinho número 53 era essencialmente constituído por cobre, contendo algum estanho, isto é, era um bronze. Indicam, além disso, dado que os picos PbLa e PbLp embora pequenos são perfeitamente visíveis, que esse bronze conteria ainda uma pequena percentagem de chumbo. Mostram, por último, que ele possuiria como principais impurezas prata e antimónio.

Se compararmos agora os espectros da superfície interior deste cadinho, representados na Fig. 4 e na Fig. 5, com os espectros da superfície exterior na região oposta à subjacente ao vertedoiro (espectros *c* das figuras 2 e 3), reconhece-se que eles divergem sobretudo nas intensidades relativas dos picos do cobre (CuKa e CuKp), do zinco (ZnKa e ZnKp) e do chumbo (PbLa e PbL(3)), as quais são maiores nos espectros da superfície interior. Não se observam diferenças muito significativas nas intensidades relativas dos picos do estanho (SnKa e SnKfi). Verifica-se, contudo, que as intensidades destes picos no espectro da superfície interior (Fig. 5) são razoavelmente grandes, confirmando que o material que foi fundido no cadinho era um bronze. É de notar que na superfície interior se reconhece a presença não só de cobre, chumbo e estanho, mas também de zinco. Isto sugere que o zinco tenha sido igualmente utilizado como elemento de liga e que a sua presença

nessa superfície, bem como a sua ausência na superfície exterior, se devam à circunstância de a temperatura de ebulição do zinco ser relativamente baixa (906 °C) e ao facto de a técnica usada na preparação de ligas de cobre-zinco no Período Romano, de que nos ocuparemos adiante, conduzir muito provavelmente à adsorção do zinco nas paredes internas dos cadinhos.

Idênticas ilações se tiram quando se examinam os espectros da Fig. 6 e da Fig. 7, referentes à lasca extraída da face interior do cadinho número 53, numa área onde se notavam vestígios dum pingo de fundição. Com efeito, comparando os espectros *a*, respeitantes à superfície onde se encontram os vestígios desse pingo, com os espectros *á*, concernentes à superfície contrária, observam-se diferenças nas intensidades dos picos do cobre (CuKa), do chumbo (PbLa e PbL(3)) e do estanho (SnKoc e SnK(3)), particularmente acentuada para o pico CuKa. Essas intensidades são maiores no espectro da superfície onde se encontram os referidos vestígios. Além disso, nos espectros *á*, que de todos os espectros obtidos são os que melhor representam a composição da parte interna da parede do cadinho, verifica-se que o pico mais importante é o do zinco (ZnKa).

Por outro lado, comparando os espectros da superfície exterior do fragmento do cadinho número 54, representados na parte superior das figuras 8 e 9, com os espectros da sua superfície interior, incluídos na parte central das mesmas figuras reconhece-se que diferem unicamente no que respeita às intensidades dos picos do cobre (CuKa) e do zinco (ZnKa e ZnK(3)). É de notar (Fig. 8) que enquanto no espectro da superfície exterior o pico do cobre nem sequer existe e o do zinco é muitíssimo pequeno, no espectro da superfície interior já se detecta cobre e o pico do zinco é relativamente acentuado. Note-se, além disso, a fraca intensidade dos picos do chumbo (PbLa e PbLp) e a sua invariância quando se passa da superfície exterior para a interior. É de notar, por último (Fig. 9), a inexistência de diferenças no que se refere aos picos de estanho (SnKa e SnKp) e o facto de as suas intensidades serem pequenas quando comparadas com as dos picos do bário (BaKa) ou do zircónio (ZrKa), elementos constituintes do material de que é feito o cadinho. Estes resultados mostram, portanto, que o cadinho número 54 terá sido utilizado muito provavelmente

para fundir uma liga de cobre que não conteria estanho, nem chumbo, mas apenas zinco.

Repare-se, ainda, que consoante se referiu já atrás não se encontraram diferenças entre os espectros das áreas da superfície exterior do cadinho número 54 correspondentes à região com aspecto vítreo e à região baça, o que leva a crer que a vitrificação que se observa externamente, e que se julga resultar do contacto do cadinho com a cinza do combustível utilizado no aquecimento [1], não é acompanhada por uma variação significativa da composição do material constituinte do cadinho mas somente por uma variação de estrutura.

Importa salientar que foi precisamente durante a época romana, por volta dos meados do primeiro século a.C., que se iniciou a produção em larga escala de ligas de cobre-zinco (latões), as quais se destinavam principalmente à cunhagem de moedas [7], embora sejam frequentes os objectos de adorno e uso doméstico e os instrumentos cirúrgicos feitos desse metal, durante o Alto Império. Supõe-se que o processo utilizado nessa produção era o processo da calamina (nome que se dava quer ao carbonato de zinco, quer ao óxido de zinco), o qual consistia em misturar, num cadinho, fragmentos de cobre com carbonato (ou óxido) de zinco e carvão de madeira, e em aquecer a mistura no cadinho fechado a uma temperatura compreendida entre 900°C e 1000°C. Esta temperatura é suficientemente elevada para que o zinco, depois de reduzido ao estado metálico, se evapore (a sua temperatura de ebulição é, como se disse, de 906°C), mas insuficiente para que o cobre funda (a sua temperatura de fusão é de 1083°C). Nestas condições, o vapor de zinco é facilmente absorvido nos fragmentos de cobre. Por último, a mistura seria aquecida a uma temperatura um pouco mais alta, de modo a fundir a liga de cobre-zinco cuja temperatura de fusão é inferior à do cobre puro, e o banho fundido seria agitado a fim de se obter uma liga uniforme [7].

É importante destacar, ainda, que a produção de latões em larga escala não foi acompanhada por uma diminuição da produção de bronzes, os quais continuaram a ser, durante a época romana, as ligas mais importantes de metais não-ferrosos. Contudo, nesse período, passou a ser prática corrente preparar estas ligas adicionando ao cobre não só estanho mas também chumbo (que já se

começara a juntar anteriormente) e zinco, em percentagens que variavam consoante o fim a que as ligas se destinavam. Com efeito, enquanto muitos dos bronzes forjados romanos apresentam normalmente mais zinco do que estanho, a maior parte dos bronzes vasados possuem mais estanho do que zinco; outra característica destas últimas ligas é conterem uma percentagem considerável de chumbo [8].

Supõe-se que a introdução de zinco nos bronzes se terá feito de maneira semelhante à do processo da calamina, aplicado na produção de latões. É natural, por conseguinte, que os cadinhos utilizados, seja na preparação das ligas de cobre-estanho-zinco, seja na das ligas de cobre-estanho-chumbo-zinco, apresentem entre outros vestígios um teor apreciável de zinco na sua superfície interior, resultante da adsorção de vapor de zinco nessa superfície.

4. Conclusões

Os resultados obtidos nas análises químicas da superfície exterior e interior do cadinho número 53, bem como da pequena lasca extraída da face interior, onde se notavam vestígios dum pingo de fundição, provam sem sombra de dúvida que este cadinho teria sido utilizado para preparar uma liga de cobre-estanho-chumbo-zinco. Os indícios dos três primeiros metais estão sobretudo evidenciados na face exterior do cadinho, em particular na faixa vertical de tons mais claros subjacente ao vertedoiro, e no pingo de fundição. Os vestígios de zinco encontram-se na face interior. Há indícios de que essa liga teria como principais impurezas prata e antimónio.

Os resultados obtidos nas análises químicas da superfície exterior e interior do cadinho número 54 mostram que ele teria sido utilizado para fundir uma liga de cobre-zinco (um latão).

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem reconhecidamente ao Eng. A. Monge Soares a execução do desenho dos cadinhos que ilustra este trabalho, bem como a leitura crítica do manuscrito.

Desejam exprimir também o seu reconhecimento à Eng. M. A. Gouveia pela corrida do programa DESPAR, no computador PDP 15, usado no traçado dos gráficos representativos dos espectros de raios X.

REFERÊNCIAS

- [1] TYLECOTE, R. F., *Metallurgical crucibles and crucible slags*, in «J. S. Olin e A. D. Franklin, ed., *Archaeological Ceramics*», Washington, D.C., Smithsonian Institution Press, 1982, p. 231-243.
- [2] As condições de achado destes cadinhos, em camadas remexidas e isoladas, não fazem prova da localização de uma oficina. Todavia, as colecções do Museu integram uma série de objectos e ferramentas descobertas anteriormente por Virgílio Correia, incluindo moldes e algaravizes, que atestam a produção local de artefactos em cobre e ligas deste metal. (Cf. *Colecções do Museu Monográfico de Conimbriga. Catálogo*, Coimbra, 1984, p. 33).
- [3] ALARCÃO, J.; ETIENNE, R.; ALARCÃO, A. M., PONTE, S. DA, *Trouvailles diverses. Fouilles de Conimbriga*, vol. VII, Paris, E. de Boccard, 1978, p. 28-29. Est. IV, 53, 54 (números de Inventário 64.429 e 65.538, respectivamente).
- [4] TYLECOTE, R. F., *Metallurgy in Archeology. A Prehistory of Metallurgy in the British Isles*, London, Edward Arnold (Publishers) Ltd., 1962, p. 132.
- [5] CABRAL, J. M. P.; POSSOLO, A.; MARQUES, M. G., *Non-destructive analysis of reais and fortes of Dom Fernando of Portugal by X-ray spectrometry*. «*Archaeometry*», 21, 1979, p. 219-231.
- [6] CABRAL, J. M. P.; ARAÚJO, M. F. D.; GOUVEIA, M. A., *Aplicação da espectrometria de fluorescência de raios X na verificação da autenticidade duma taça de prata*. «*Rev. Port. Quím.*», 22, 1980, p. 71-75.
- [7] CRADDOCK, P. T., *The composition of the copper alloys used by the Greek, Etruscan and Roman civilizations. 3 — The origins and early use of brass*. «*Journal of Archaeological Science*», 5, 1978, p. 1-16.
- [8] TYLECOTE, R. F., *A History of Metallurgy*, London, the Metals Society, 1976, p. 59.

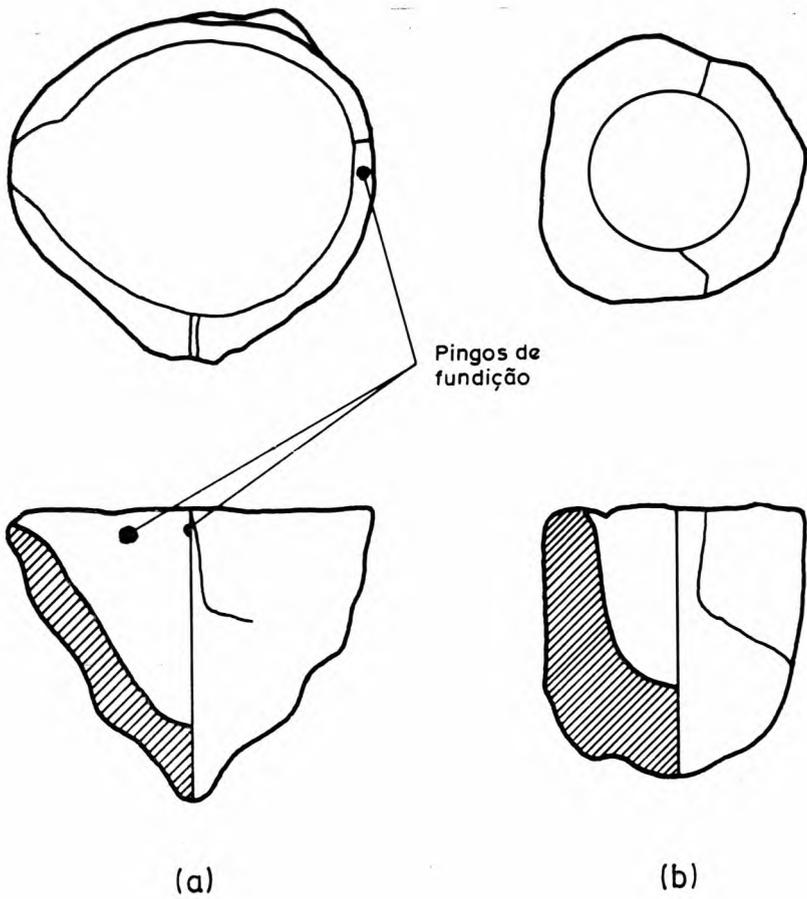


FIG. 1 — Cadinhos: (a) número 53; (b) número 54.

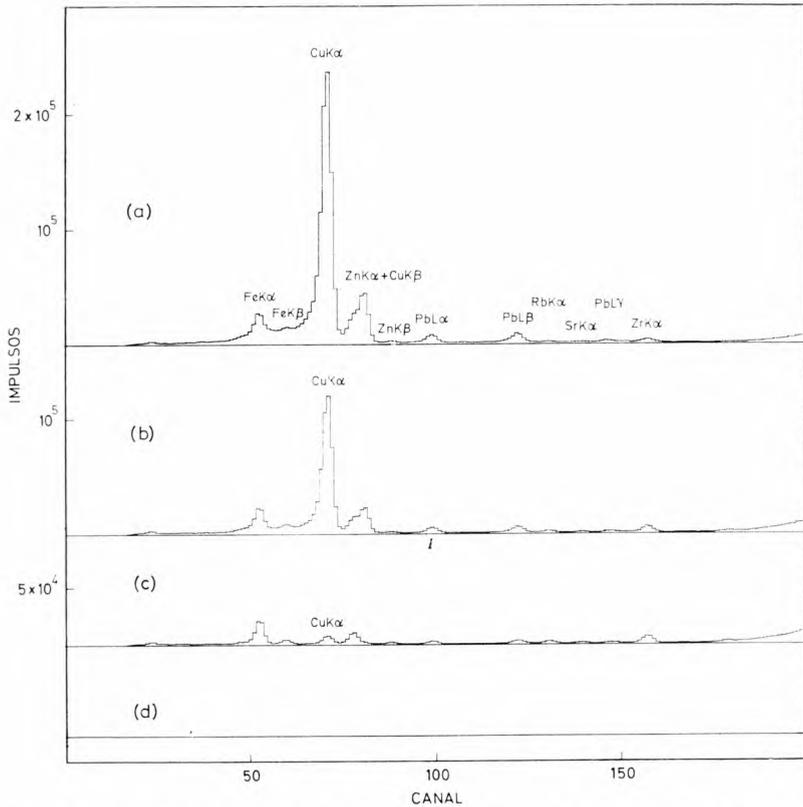


FIG. 2 — Espectros de raios X de diferentes regiões da superfície exterior do cadinho número 53, obtidos fazendo a excitação com a fonte de ^{109}Cd : (a) região subjacente ao vertedouro, onde se distingue uma faixa de tons claros; (b) região adjacente à anterior, que se observa quando se roda o cadinho cerca de 90° , em torno do seu eixo, a partir daquela posição no sentido contrário ao do movimento dos ponteiros do relógio; (c) região oposta à subjacente ao vertedouro; (d) espectro da radiação de fundo, para o mesmo tempo de contagem (800 s).

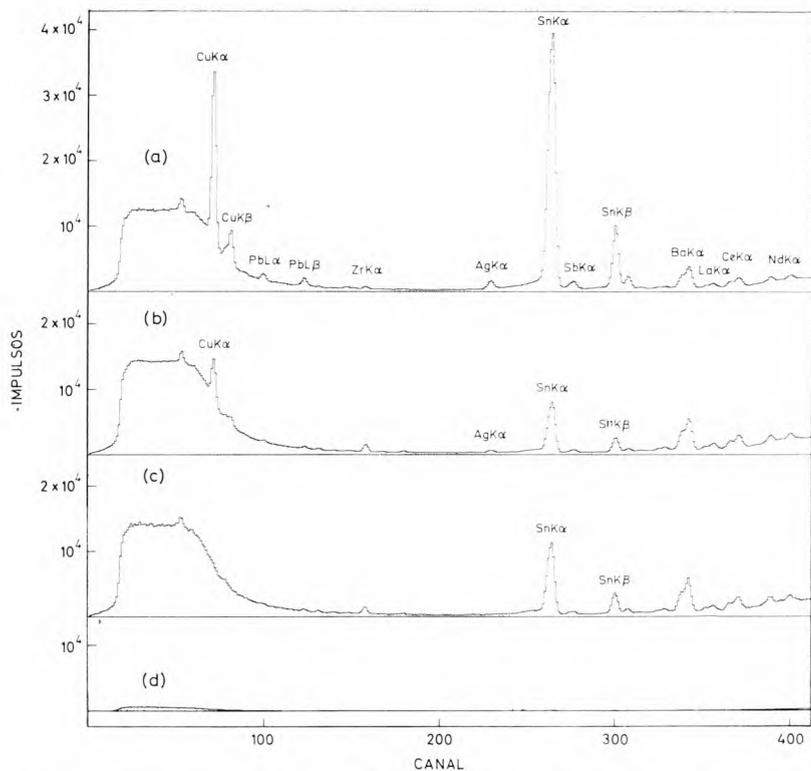


FIG. 3 — Espectros de raios X de diferentes regiões da superfície exterior do cadinho número 53, obtidos fazendo a excitação com a fonte de ^{241}Am : (a) região subjacente ao vertedoiro, onde se distingue uma faixa de tons claros; (b) região adjacente à anterior, que se observa quando se roda o cadinho cerca de 90° , em torno do seu eixo, a partir daquela posição no sentido contrário ao do movimento dos ponteiros do relógio; (c) região oposta à subjacente ao vertedoiro; (d) espectro da radiação de fundo, para o mesmo tempo de contagem (4000 s).

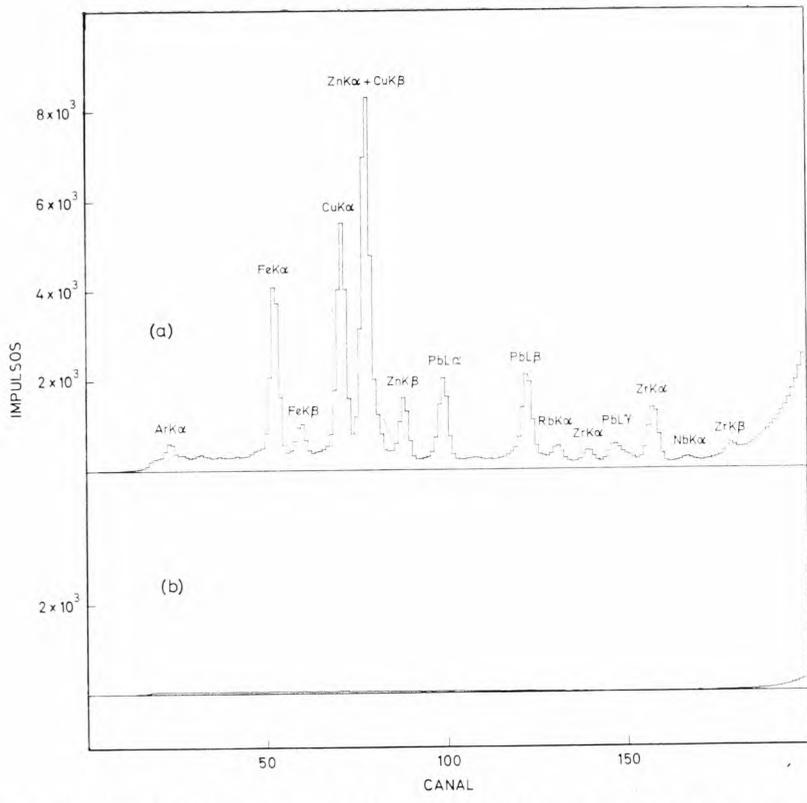


FIG. 4 — (a) Espectro de raios X da superfície interior do cadinho número 53, obtido fazendo a excitação com a fonte de ^{109}Cd . (b) Espectro da radiação de fundo, para o mesmo tempo de contagem (4000 s).

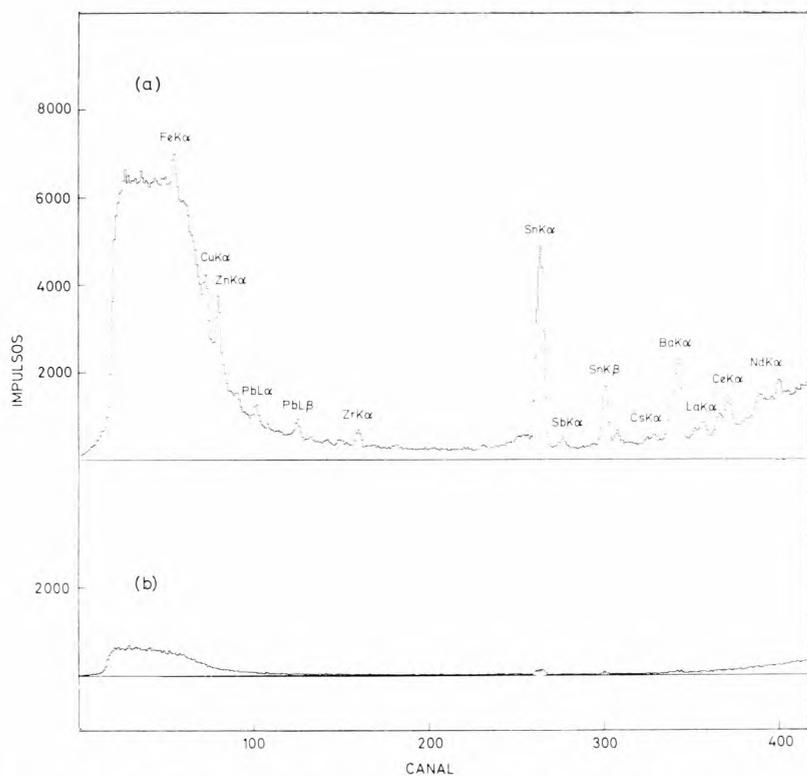


FIG. 5 — (a) Espectro de raios X da superfície interior do cadinho número 53, obtido fazendo a excitação com a fonte de ^{241}Am . (b) Espectro da radiação de fundo, para o mesmo tempo de contagem (4000 s).

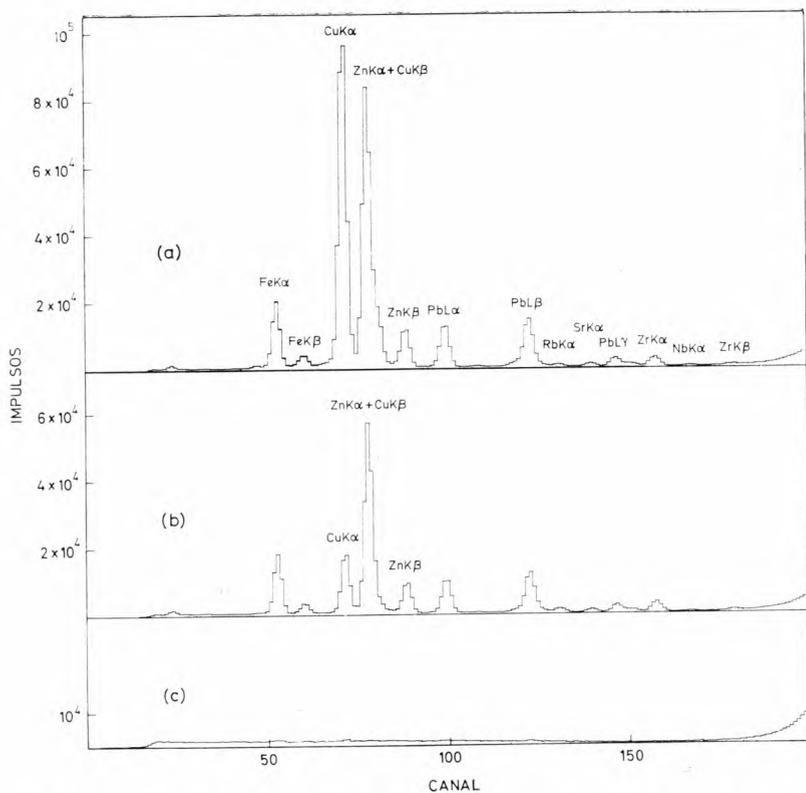


FIG. 6 — Espectros de raios X da pequena lasca retirada da face interna do cadinho número 53, obtidos fazendo a excitação com a fonte de ^{109}Cd : (a) da superfície exterior, onde se observavam vestígios de um pequeno pingo de fundição; (b) da superfície interior; (c) espectro da radiação de fundo, para o mesmo tempo de contagem (4 000 s).

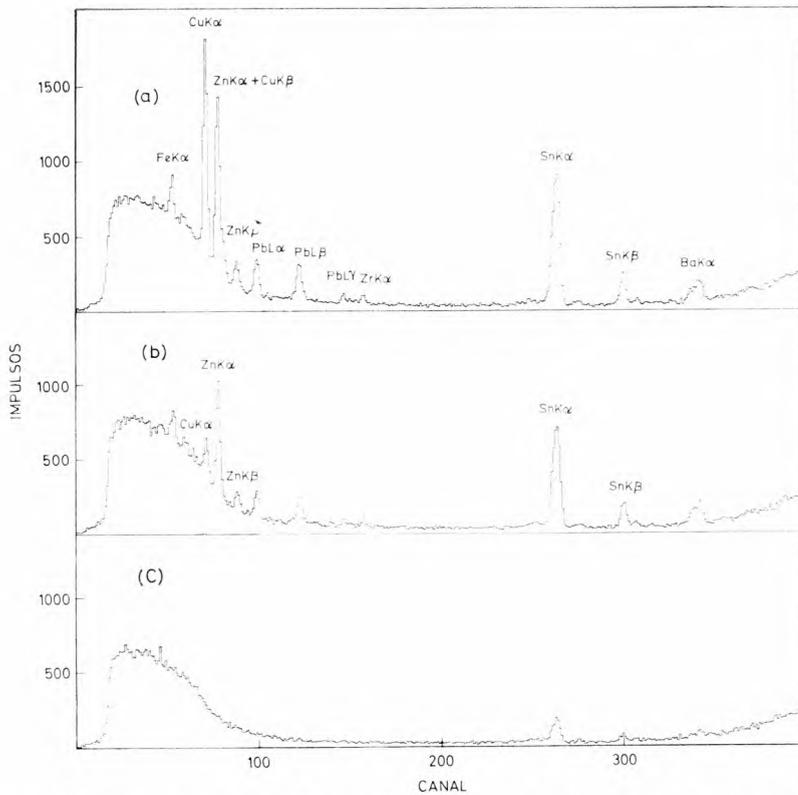


FIG. 7 — Espectros de raios X da pequena lasca retirada da face interna do cadinho número 53, obtidos fazendo a excitação com a fonte de ^{241}Am : (a) da superfície exterior, onde se observavam vestígios de um pequeno pingo de fundição; (b) da superfície interior; (c) espectro da radiação de fundo, para o mesmo tempo de contagem (4 000 s).

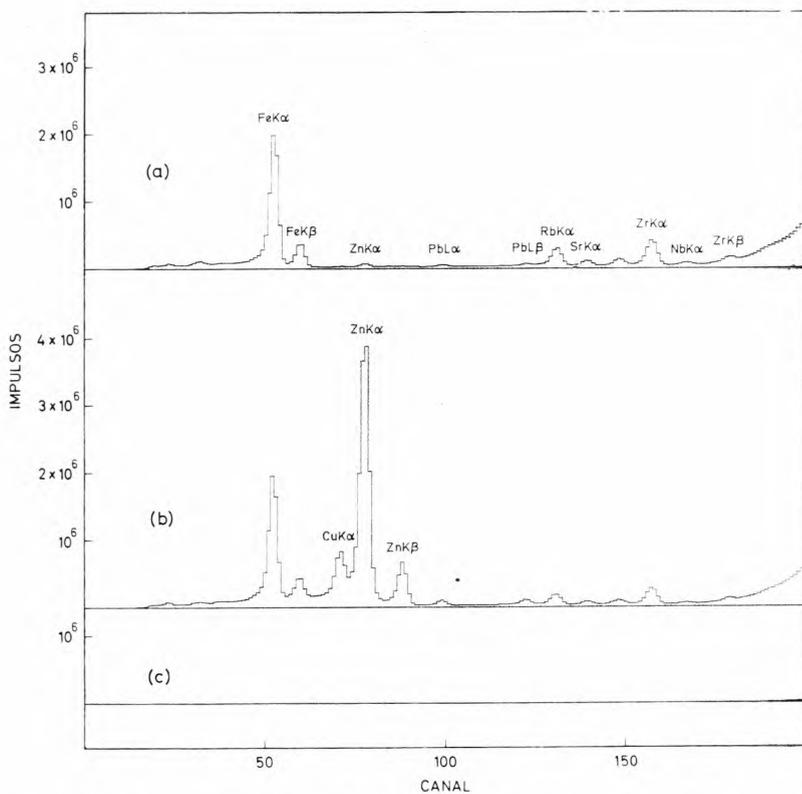


FIG. 8 — Espectros de raios X do fragmento mais pequeno do cadinho número 54, obtidos fazendo a excitação com a fonte de ^{109}Cd : (a) da superfície exterior; (b) da superfície interior; (c) espectro da radiação de fundo, para o mesmo tempo de contagem (4 000 s).

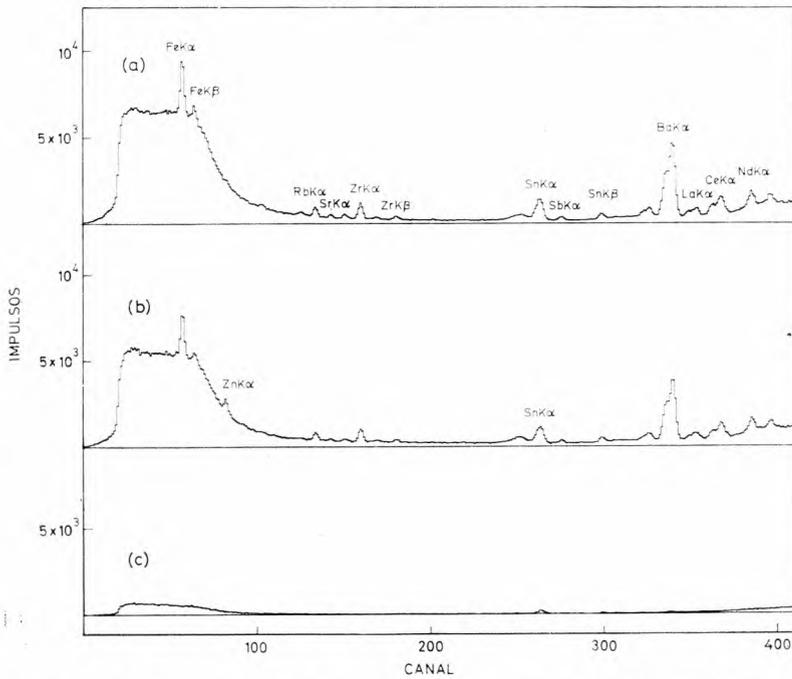


FIG. 9 — Espectros de raios X dum fragmento do cadinho número 54, obtidos fazendo a excitação com a fonte de ^{241}Am : (a) da superfície exterior; (b) da superfície interior; (c) espectro da radiação de fundo, para o mesmo tempo de contagem (4 000 s).

(Página deixada propositadamente em branco)

NOTICIÁRIO ARQUEOLÓGICO

1982

(Página deixada propositadamente em branco)

NOTICIÁRIO ARQUEOLÓGICO

1982

JANEIRO

Pombal — carta arqueológica

O Grupo de Arqueologia e Espeleologia de Pombal possui já importantes subsídios para a carta arqueológica deste concelho. Assim foram identificadas grutas pré-históricas; antas (Alto da Feteira e Alto do Carrasqueiro); vestígios romanos em Ponte de Assamassa, Louriçal, Vermoil, Redinha, Santiago de Litém, Várzea de Vila Cã e terrenos anexos à Escola Secundária de Pombal; a «cidade romana de Roda, ora chamada de Galiana, um lugar a cerca de 1 km de Redinha».

Região de Leiria, 1-1-82

Sines — vestígios pré-históricos

Os arqueólogos do Grupo de Trabalhos de Arqueologia do Gabinete da Área de Sines identificaram ou reconheceram as seguintes jazidas pré-históricas: Palhota (monumento megalítico), Salema (povoado do Neolítico), Arcai (povoado neolítico?), Praia do Norte (Epipaleolítico?), Vale Pincel I (povoado do Neolítico Antigo) e II (Neolítico final ou Calcolítico inicial), Quitéria (*)

(*) A notícia, titulada geralmente por concelhos, é apresentada por ordem cronológica e em síntese, corrigindo-se aqui e além eventuais falhas detectadas. Damos particular atenção à reportagem, porque geralmente mais completa e acompanhada de fotografias, e aos dados vindos a lume na imprensa regional, mais difícil de encontrar nas bibliotecas. Do noticiário distribuído a toda a imprensa, publicado mais ou menos simultaneamente, referimos apenas uma fonte de informação, se possível a mais completa; só em casos de notícias que se complementam é que vai mencionado mais do que um órgão de comunicação. Pretendemos não só veicular a informação de novos achados e de trabalhos em curso como também facultar aos investigadores elementos para a história de como a Arqueologia — pré-histórica, clássica e medieval — é vista pela imprensa portuguesa.

Conimbriga, 23 (1984), 169-206

(povoado e necrópole do «Bronze do Sudoeste»), Vale Marim (Mesolítico), Provença (necrópole do «Bronze do Sudoeste»), Praia da Oliveirinha (povoado do Neolítico?), Samouqueira (povoado do Mesolítico e do Neolítico Antigo), Pessegueiro (povoado e necrópole do «Bronze do SW») e Vale Vistoso (povoado do Neolítico e do Calcolítico final).

Dentre as descobertas importantes salientamos:

— A presença de jazidas do Mesolítico de *fácies* geométrico, o que pela 1.^a vez acontece.

— As primeiras estruturas de carácter habitacional em povoados de ar livre do Neolítico Antigo.

— A existência de, pelo menos, duas fases no desenvolvimento do megalitismo do litoral alentejano: uma, com monumentos funerários de câmara de planta sub-rectangular, que parece acusar marcadas influências da cultura de Almería; e outra mais recente, com dólmenes de câmara poligonal, que evidencia o predomínio de elementos da cultura megalítica do Alto Alentejo».

— A «identificação, no Calcolítico do Baixo Alentejo, de uma fase inicial (...) com povoados de planície e de uma fase plena com povoados de altura».

— A definição, no «Bronze do Sudoeste», de um grupo cultural com sepulturas de tipo «cista» integradas em recintos tumulares de planta rectangular (limitados por ortostatos) que, confinando entre si, formam um monumento com a configuração de um favo.

O Diário, 17-1-82

Moinhos romanos do Guadiana

Os moinhos romanos do Vau de Cima, do Vau de Baixo e o dos Machados, bem como outras obras de engenharia hidráulica romana ainda hoje existentes no leito do rio Guadiana carecem de preservação e aproveitamento condigno.

Portugal Hoje, 19-1-82

Cascais — Cabeceiras de sepulturas

Guardam-se numa dependência da igreja matriz de Alcabideche, duas cabeceiras de sepultura discoides. Uma, em grés amarelo, tem, em ambas as faces, a cruz de Malta em relevo. A outra tem gravada, numa face, uma cruz de braços rematando em flor-de-lis, em cujo centro há um círculo preenchido por uma cruz curvilínea, e, no lado direito superior, uma estrela de David; na outra face, uma cruz de Malta como motivo central, com decoração lateral de suástica e vertical de linhas quebradas.

Jornal da Costa do Sol, 20-1-82

Conimbriga, 23 (1984), 169-206

Braga — Actio idade arqueológica

A Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho vai promover a cobertura das termas de Braga para as tornar acessíveis ao público, editando simultaneamente um folheto explicativo. Propõe-se igualmente apresentar um projecto de valorização provisória da Fonte do Idolo, a integrar num circuito para divulgação dos monumentos romanos da cidade.

Jornal de Notícias, 25-1-82

Fafe — castro de S. Ovídio

Encontra-se patente ao público numa sala da Câmara de Fafe uma exposição sobre o castro de S. Ovídio: os painéis aludem às escavações, ao urbanismo, à vida económica, à produção artesanal daquele povoado fortificado, cujo apogeu parece ter-se situado no séc. I a.C.

O Diário, 26-1-82

Grândola — A valorização urgente de Tróia

Depois de se historiar o passado recente de Tróia e de se salientar a importância das ruínas romanas ali postas a descoberto, afirma-se: «Deve ser feito um esforço no sentido de aliar o estudo rigoroso da arqueologia com a sua divulgação cultural, pois se não se deve cair no extremo de «construir cenários» mais ou menos fantasiosos para «turista ver», também não se deve cair no oposto de tornar a tapar os vestígios assim que o seu estudo foi concluído pelos arqueólogos».

Portugal Hoje, 31-1-82

FEVEREIRO

Redondo — necrópole de incineração

Escavações recentes na Herdade dos Casos trouxeram a lume uma necrópole de incineração da 2.^a Idade do Ferro; entre o espólio contam-se espadas, punhais e lanças de ferro, fíbulas em bronze, contas de pasta vítrea e urnas pintadas.

Regista-se também a identificação de duas necrópoles e dum pequeno núcleo habitacional romanos. Uma das necrópoles, do séc. I, parece conservar um conjunto ritual funerário, tanque de lavagem dos ossos incinerados e sepulturas.

A Defesa, 3-2-82

Conimbriga, 23 (1984), 169-206

Barreiro — fornos cerâmicos

Dá-se conta sumária do resultado das escavações realizadas em 1980 na Mata da Machada (frente à Escola de Fuzileiros do Vale de Zebro). Puseram-se a descoberto fornos cerâmicos que datam dos fins do séc. xv ou dos princípios do séc. xvi.

A descoberta desses fornos levanta a questão da sua eventual ligação com o topónimo *Barreiro*.

Jornal do Barreiro, 5-2-82

Lisboa — vestígios romanos

António Gadavez escreve extensa reportagem sobre as vicissitudes por que tem passado o teatro romano de Lisboa, cuja beleza «falta revelar ao público». Na mesma página, João de Castro Nunes inventaria os vestígios de Olisipo romana.

Diário de Notícias, 6-2-82

Fafe — povoado fortificado

Aquando da abertura duma estrada, na base do Monte de S. Ovídio, detectou-se um conjunto de estruturas características dos povoados fortificados do Noroeste Peninsular. Encarregou-se dos trabalhos de reconhecimento a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

A Tarde, 8-2-82

Marco de Canavezes — monumento nacional

Acaba de ser classificada como monumento nacional a área arqueológica do Freixo. As escavações de 1980 haviam posto a descoberto um edifício termal bem conservado e proporcionaram a recolha de numeroso espólio cerâmico.

O Diário, 9-2-82

Lisboa — teatro romano

Reportagem fotográfica sobre o teatro romano de Lisboa.

Turismo, 9-2-82

Valpaços — ara a Júpiter

Descoberta em Lebução (Valpaços) uma ara votiva, que já foi adquirida pelo Museu Flaviense, de Chaves.

A leitura (sem indicação de translineação) parece ser a seguinte: IOVI OPTIMO M(aximo) VICANI VAGORINICIINSIIS SAC(rum). A notícia diz que os dedicantes são «os habitantes da aldeia dos Vagorinices» (sic).

O Comércio do Porto, 11-2-82

Panóias — terreno adquirido

O Município local adquiriu por 1500 contos o terreno onde se encontra este santuário, dispondo-se a proceder à sua vedação e, mais tarde, a implantação dum museu.

Prevê-se para o Verão uma campanha de limpeza sob orientação de técnicos do Museu de Conimbriga.

Mensageiro de Bragança, 12-2-82

Marco de Canavezes — planeamento

Para a área arqueológica do Freixo, que se estende por 306 250 m², encontra-se em estudo um programa de cinco anos, tendo em vista sobretudo três pontos: a escavação, o tratamento laboratorial dos materiais exumados e a reformulação do museu municipal tendo em conta as necessidades de extensão cultural das ruínas (apoio a visitas de estudo, por exemplo).

Notícias da Tarde, 16-2-82

Cascais — Carta arqueológica

Guilherme Cardoso apresenta uma síntese, ilustrada, dos vestígios arqueológicos (paleolítico, neolítico-calcolítico, época romana, Idade Média...) existentes na freguesia de Alcabideche.

Jornal da Costa do Sol, 17-2-82

Silves — recuperação para turismo

O Município de Silves aprovou um plano em que se prevê «a recuperação da cisterna árabe de Silves e realização de escavações, com vista ao seu posterior aproveitamento turístico, na estação arqueológica de Vila Fria».

Jornal do Sul, 17-2-82

Escrita do SW peninsular

O Eng. Carlos Pinto Bastos revelou — em palestra proferida na Sociedade Histórica da Independência de Portugal — que «após persistentes estudos, tinha conseguido finalmente decifrar as chamadas lápides do Algarve».

Correio da Manhã, 17-2-82

Mealhada — a estação romana de Areias

Reportagem dando uma panorâmica do que têm sido os trabalhos na estação romana de Areias (Yimieira), com referência às estruturas e espólio encontrado (tesselas, moedas, a marca MAKR em *tegulae*...).

Jornal de Notícias, 18-2-82

Mértola — arqueologia romana e medieval

Ampla reportagem ilustrada sobre os trabalhos arqueológicos em curso na Alcáçova de Mértola, referindo-se o achado de muitos objectos e estruturas da época muçulmana e também do tempo dos Romanos.

O Diário, 22-2-82

Lisboa — vestígios romanos na Casa dos Bicos

As obras de restauro na Casa dos Bicos revelaram que o edifício foi construído sobre estruturas romanas, pois se tem encontrado espólio da «época dos Césares». Ilustram a notícia quatro fotografias dos trabalhos em curso.

Diário Popular, 27-2-82

MARÇO

Braga — sondagens

«A fim de determinar o interesse e os valores arqueológicos que eventualmente possam estar no subsolo da área dos Granginhos», vão ser efectuadas sondagens naquele sector da cidade de Braga.

Diário do Minho, 3-3-82

Cuba — represa romana

Existe uma represa romana próximo da ermida de N.^a S.^a das Represas, no entroncamento das estradas Cuba-Vila Alva-Vila Ruiva. O Município propõe-se limpar a zona envolvente, elaborar planta e alçados do que ainda existe e colocar no local uma placa identificativa.

Jornal de Beja, 5-3-82

Jorge Pinho Monteiro

Devido a prolongada doença, faleceu em Fevereiro, com 32 anos, o arqueólogo Jorge Pinho Monteiro, docente na Universidade de Évora.

Especialista em arte pré-histórica, Pinho Monteiro estudara a arte rupestre do vale do Tejo, menhires do Sul do País, tampas e esteias insculturadas da Idade do Bronze e as estelas epigrafadas do SW alentejano.

O Expresso, 6-3-82

Montargil — carta arqueológica

Referindo-se o vol. XX (1981) da «Conimbriga» dedicado à Necrópole de S. André (Montargil), salienta-se a necessidade de organizar, nesta localidade, um museu arqueológico e etnográfico, onde se exponham nomeadamente os materiais provenientes daquela necrópole, hoje guardados no Museu de Conimbriga, onde foram tratados e estudados.

O «Grupo de Promoção» e a Casa do Povo estão interessados num levantamento do património arqueológico e etnográfico da região.

O Comércio do Porto, 8-3-82

Viseu — recuperação do Monte de S. Luzia

Nos termos dum contrato assinado entre o Município viseense e a Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos (que explora no local uma pedreira de quartzo), o Monte de S. Luzia — onde se situa importante castro do Bronze Final — poder-se-á transformar, a breve prazo, a par de estância arqueológica, num interessante centro turístico. Pelo contrato, a empresa fica obrigada a contribuir para a recuperação paisagística do monte, assegurando «a defesa, a protecção e recolha do espólio arqueológico, tendo-se comprometido a conceder um subsídio de 360 contos ao Centro Juvenil de Arqueologia e Etnografia de Viseu».

O Primeiro de Janeiro, 9-3-82

Conimbriga, 23 (1984), 169-206

Viana do Castelo — vestígios romanos

No lugar da Fonte de Godos (Carvoeiro), foram recuperados vasos e fragmentos de *tegulae*, quando se abriam alicerces para uma casa.

Já ali se haviam encontrado, dezenas de anos atrás, mós e pesos de pedra. Ao local anda ligada uma lenda de mouras encantadas.

Diário Popular, 10-3-82

S. Pedro do Sul — o castro da Cárcoda

Em entrevista ao P.e Celso Tavares, conduzida por Soares Rebelo, dá-se conta dos trabalhos efectuados no Castro da Cárcoda, que ocupa «um vasto contraforte de cerca de 10 ha. e difícil acesso, de forma mais ou menos triangular, cujo traçado de muralhas, de aparato grandioso, se pode facilmente seguir em toda a sua extensão». Referem-se, ainda, as numerosas inscrições «características da Idade do Bronze e da Idade do Ferro» existentes no local.

Diário de Notícias, 10-3-82

Alijó — castro não preservado

Não está preservado o castro de Vale do Cunho (Alijó), cujas grossas muralhas estão a demoronar-se lentamente.

«Saindo de Alijó a caminho do Alto do Pópulo, à esquerda, num desvio, fica a Anta da Chã». Está bem conservada, essa.

Diário de Notícias, 17-3-82

Miliário da Serra da Pastoria (Chaves)

Encontra-se o miliário «junto à linha de água do Fundo do Pinhal, numa carvalheira, na enconsta poente da Serra da Pastoria, a sul do recinto castrejo de N.^a S.^a das Neves de Ardãos, e muito perto do Poço das Freitas e do Muro de Nogueira de Boticas».

Em granito mole da região foi transformado em sepulcro e depois partido. Cinco dos pedaços acabam de dar entrada no «Museu da Região Flaviense». O comprimento actual oscila pelo 1,70 m e o diâmetro é de 0,54/0,44 m.

Apresenta-se como interpretação possível do texto: IMP. CAESA. / / AVGVSTP?) / BRAC...(?) / LXV. 65 milhas (= 97,5 km) seria a distância de Braga a Chaves; Augusto, o imperador mencionado.

Também a «tampa» do «sarcófago» tinha inscrição em ambas as faces: numa distingue-se O / NE, na outra [...] II / [...] VI / 01.

Notícias de Chaves, 19-3-82

Grândola — reportagem sobre Tróia

Reportagem ilustrada visando dar a conhecer os aspectos mais salientes desta estação arqueológica, estudada desde os tempos de D. Maria I, e que foi, no séc. I a.C., um importante empreendimento industrial romano.

Jornal de Notícias, 21-3-82

Freixo de Numão — «villa» romana

O Grupo de Defesa e Divulgação do Património Cultural de Freixo de Numão assinalou a existência duma *villa* romana no local chamado Prazo, a cerca de 2 km desta localidade, como o atesta o achamento de «estruturas alinhadas, objectos de cerâmica, bases de colunas, moedas, vidros e objectos líticos diversos».

Diário de Notícias, 23-3-82

Miliários entre Porto e Vila Nova de Famalicão

Ribeiro dos Santos dá a localização dos miliários conhecidos do troço da via romana Olisipo-Bracara compreendido entre Porto e Vila Nova de Famalicão :

- 1 — miliário da freguesia de S. Mamede de Infesta (Matosinhos): destruído;
- 2 — miliário da freguesia de S. Pedro do Avioso (Maia): está no lugar de Espinhosa, à margem da EN 14, ao Km. 11,15, junto ao nicho-capela de S. António;
- 3 — miliário da freguesia de Muro (S. Tirso): paradeiro desconhecido;
- 4 — miliário da freguesia de Alvarelhos (S. Tirso): está na Quinta do Paiço, a que se tem acesso a partir do km 13,1 da EN 14, em via que se dirige para NW (serão 1.800 m até à entrada da quinta);
- 5 — miliário da freguesia de Alvarelhos (S. Tirso): teria aparecido no lugar de Peça Má (o autor não refere o paradeiro);
- 6 — miliário da freguesia de S. Tiago de Bougado, S. Tirso (n.º 73 do P.e Capella): encontrado nas proximidades do lugar de Antemil, está colocado ao Km 17,2 da EN 14, no topo do muro da guarda do

lado norte do pontão sobre a ribeira de Sedões, para quem de Y. N. de Famalicão se dirige para o Porto;

7 — miliário da mesma freguesia (n.º 98 do P.e Capella): proveniente do lugar da Trofa Velha, está montado sobre o anterior.

8 — miliário da mesma freguesia (n.º 74 do P.e Capella): achado juntamente com o n.º 6, está no lado sul do mesmo pontão.

Estrela da Manhã (V. N. Famalicão), 24-3-82

Viana do Castelo — Citânia de S. Luzia

Estão previstas medidas concretas de valorização da citânia de S. Luzia: contratação dum guarda permanente, vedação da área arqueológica, criação dum depósito para recolha dos materiais, limpeza total da vegetação por meio de processos químicos.

O Comércio do Porto, 31-3-82

Faro — vestígios arqueológicos

S. Lopes Belchior, no 4.º artigo duma série acerca de Ossónoba, refere os dados arqueológicos passíveis de localizar Ossónoba «nas imediações de Faro», nomeadamente em Milreu e arredores. Começa, porém, por citar os achados arqueológicos feitos na própria cidade: lápides e colunas encontradas nas muralhas; o mosaico do Oceano, proveniente da R. Infante D. Henrique; as sepulturas (romanas?) encontradas na R. D. João de Castro, em 1954; a coluna de mármore romana que servia de ombreira na Rua 1.º de Dezembro; o tanque de salga descoberto na Av. da República.

O Algarve, 31-3-82

ABRIL

Tábua — tesouro monetário

Um tesouro de cerca de 7000 moedas — mais de 7 kg de prata, cobre e bronze — datáveis de entre 274 e 313 d.C., foi encontrado por António Gomes Loureiro, numa sua propriedade em Fundo de Vila (Tábua).

Na zona têm sido detectados ultimamente vários objectos de barro. Passava perto uma via romana, de que restam vestígios, que ligava o concelho de Tábua ao de Santa Comba Dão.

Notícias da Tarde, 2-4-82

Convenção sobre Património Arqueológico

«Por decreto ontem publicado, o Governo português aprovou para ratificação a Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico, desde 6 de Maio de 1969 aberta à assinatura dos Estados membros do Conselho da Europa».

As partes contratantes obrigam-se a «proibir e reprimir as escavações clandestinas» e «tomar as medidas necessárias para que a execução de escavações arqueológicas seja confiada apenas a pessoas qualificadas e mediante autorização especial».

O acordo visa também assegurar «a publicação rápida e integral dos resultados das escavações e descobertas», prevendo-se medidas contra a exportação e comércio ilícitos de bens arqueológicos.

Diário de Notícias, 3-4-82

Caminha — imóvel de interesse público

Foi classificada imóvel de interesse público a estação arqueológica do Alto do Coto da Pena, em Vilarelho (Caminha). As escavações aí efectuadas revelaram materiais de três épocas, da Idade do Ferro à romanização e à Idade Média.

O estrato proto-histórico forneceu cerâmica feita sem a utilização da roda de oleiro; da época romana, encontraram-se várias dezenas de moedas.

Diário do Minho, 3-4-82

Lourinhã — vestígios arqueológicos

Os trabalhos em curso na gruta da Feiteira (Lourinhã), dirigidos por João Teiga Zilhão, revelaram a existência de ossadas humanas e diverso material pré-histórico.

Correio da Manhã, 4-4-82

Félix Alves Pereira

Organizado pelo Grupo de Estudos do Património Arcoense (GEPA), realizou-se em Arcos de Valdevez um colóquio sobre a obra de Félix Alves Pereira, arqueólogo e etnógrafo nascido naquela vila em 1865.

Diário do Minho, 7-4-82

Conimbriga, 23 (1984), 169-206

Covilhã — mini-museu arqueológico

O Grupo para a Defesa do Património Arqueológico e Cultural do Ferro dispõe dum mini-museu arqueológico, que possui peças provenientes das zonas arqueológicas das Rasas e da Quinta da Madeira.

Jornal do Fundão, 9-4-1982

Braga — lápide romana

Foi encontrada uma lápide funerária romana com inscrição, no lugar de Carcamije (Dume). Aí se localizou uma necrópole da mesma época.

Notícias de Famalicão, 9-4-82

Chaves — castro classificado

O Castro de Loivos foi classificado como imóvel de interesse público.

O Diário, 12-4-82

Almansil — associação

O apoio e promoção do estudo da arqueologia, a conservação das estações arqueológicas, a descoberta de novas estações, a troca de informações, a criação de uma biblioteca especializada e a organização de visitas guiadas — são alguns dos objectivos da Associação Arqueológica do Algarve, recentemente constituída e que tem a sede no Centro Cultural S. Lourenço (Almansil).

O Primeiro de Janeiro, 12-4-82

Alcácer do Sal — povoado calcolítico

Está a ser escavado no sítio do Monte da Tumba (Torrão), um povoado calcolítico com cerca de 4 500 anos. Foi já identificada uma espessa muralha guarnecida por bastiões e defendida por uma robusta torre interior. Adossada à face interna da muralha, começou já a ser descoberta uma habitação de planta rectangular e paredes de pedra e adobes.

Nova Vida, 14-4-82

Braga — vestígios romanos

Terraplanagens efectuadas num quintal do Largo de S. Paulo, em Braga, puseram a descoberto ossadas e parte de muros romanos.

O Diário, 17-4-82

Lisboa — teatro romano

É intuito da edilidade lisboeta pôr a funcionar o teatro romano, cujas ruínas se situam entre a R. de S. Mamede ao Caldas e a R. da Saudade. Aí se poderia criar também um pequeno museu com os materiais exumados nas escavações e com a «maquete» do que teria sido o edifício primitivo.

Diário de Notícias, 25-4-82 e *O Diário*, 16-8-82

Grândola — relançamento de Tróia

«As escavações arqueológicas na península de Tróia estão paradas há cerca de quatro anos, prevendo-se para breve o relançamento do estudo das ruínas romanas, com a coordenação de um especialista contratado pela Câmara Municipal».

O Diário, 30-4-82

MAIO

Valpaços — castro classificado

Foi classificado como «imóvel de interesse público» o castro de Ribas (Algeriz). O castro apresenta uma única linha de fortificação, com mais de 2 m de largura em alguns troços. «Conserva imponentes troços da muralha e mantém intacta a zona interior, relativamente vasta e coberta por mato espesso, que poderá esconder as habitações».

O Diário, 5-5-82

Sintra — necrópole medieval

Reportagem ilustrada dá conta da importância que detém a estação arqueológica de S. Miguel de Odrinhas, onde aos vestígios romanos, nomeadamente inscrições guardadas no museu anexo, se juntam os bem conservados restos duma necrópole medieval.

Revista Mais, 7-5-82

Conimbriga, 23 (1984), 169-206

Lisboa — actividade da Unidade de Arqueologia

No decorrer de 1981, a Unidade de Arqueologia do Centro de História (Universidade de Lisboa) desenvolveu actividade na anta dos Penedos de S. Miguel (Crato), no Cerro do Castelo de S. Justa (Alcoutim) e no povoado árabe de Vale do Boto (Castro Marim).

A anta é atribuída ao neolítico final, calcolítico inicial, e constitui «um dos raríssimos monumentos deste tipo em que surgem menires associados à anta propriamente dita, definindo um importante espaço sagrado».

S. Justa «é um povoado fortificado da Idade do Cobre datado de 2500 antes da nossa era». Forneceu extensa informação sobre as técnicas do início da metalurgia.

Em Vale do Boto identificou-se «uma área habitacional com casas de compartimentos rectangulares, uma necrópole com restos de seis crianças e um adulto (na parte já escavada) e um conjunto de silos. Destes é proveniente uma peça de osso particularmente curiosa, a torre de um jogo de xadrez provavelmente do séc. X».

Diário de Lisboa, 19-5-82

Viana do Castelo — ara votiva

Foi encontrada uma ara romana durante os trabalhos de recuperação da capela de S. Lourenço, em Darque, situada na margem esquerda do rio Lima, frente à cidade de Viana do Castelo.

A epígrafe, considerada ilegível, mede 50 cm de altura e 24 de lado; fôculo de 12 cm de diâmetro e campo epigráfico de 20 x 17 cm; base, bastante gasta, com 18 cm de alto.

Na margem oposta do rio encontraram-se, em tempos, várias ânforas.

Jornal de Notícias, 19-5-82

Braga — arqueologia em florestas

Visando a salvaguarda dos valores arqueológicos dos perímetros florestais, a Direcção-Geral de Gestão e Fomento Florestal e a Universidade do Minho, com o apoio do I.P.P.C., estão a executar um conjunto de acções, nomeadamente palestras e visitas guiadas, destinadas a esclarecer o pessoal dos Serviços Florestais. Aos administradores é distribuída «uma relação dos monumentos conhecidos em cada perímetro a fim de serem tomadas medidas cautelares e de classificação».

O Primeiro de Janeiro, 24-5-82

Vila Verde — levantamento arqueológico

No âmbito dum acordo estabelecido entre o município local e a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, vai ser realizado o inventário dos valores arqueológicos do concelho de Vila Verde.

O Povo do Lima, 24-5-82

Cascais — a região NW

Guilherme Cardoso apresenta uma panorâmica da carta arqueológica da região do noroeste do concelho. Refere, do Paleolítico, o achado de calhaus rolados truncados e lascas remontando ao acheulense, mustierense e paleolítico superior. Um machado neolítico, oferecido ao Museu Nacional de Arqueologia, por Paula e Melo, no século passado, proveio de Malveira da Serra. Dos Romanos, cita a *villa* do Alto do Barril, a norte do campo da bola de Malveira da Serra; e o achado ocasional de *terra sigillata* «a uns 200 m a sul do Forte do Guincho».

Jornal da Costa do Sol, 27-5-82

Vinhais — vestígios neolíticos

Numeroso espólio arqueológico proveniente da Lorga de Dine deu entrada, há dias, no Museu do Abade de Baçal (Bragança), fruto duma recolha casual feita por pessoas interessadas na arqueologia. Desde 1964 que este museu mantém o objectivo de explorar, através de escavações metódicas, a referida estação que remonta ao Neolítico. Este ano, os trabalhos vão finalmente ser realidade, sob a orientação de João Pedro Ribeiro. Entre o espólio, contam-se duas mandíbulas humanas, machados de pedra lascada e polida, cerca de 200 fragmentos de cerâmica de tipo «ibérico» — vasos de boca larga com decoração incisa em espinha, ou ponteada, em bandas.

Mensageiro de Bragança, 28-5-82

Sintra — «tholos» a degradarse

A «tholos» do Outeiro das Mós, junto à Praia das Mações, encontra-se em estado de degradação. Achada em 1927, foi estudada recentemente (1979) por João Ludgero Marques Gonçalves, que a pôs totalmente a descoberto, tendo publicado em opúsculo («O Monumento Pré-Histórico da Praia das

Conimbriga, 23 (1984), 169-206

Maças — Arquitectura e cerâmica pré-campaniforme») o resultado das suas investigações. Desse opúsculo se fazem largas transcrições que dão uma ideia das características do monumento.

O Diário, 28-5-82

JUNHO

Marvão — menhir

Encontrase em Água da Cuba (S. António das Areias) junto ao Km 112,4 da estrada nacional 359, um menhir em granito, de cuja escavação, em Agosto de 1981, aqui se dá conta. Com um 1,37 m de altura, rudemente polido, o monumento apresenta atributos fálicos e tem uma gravação antropomórfica; do espólio encontrado apenas se regista um artefacto de pedra polida.

A Cidade (Portalegre), 6-82

Cinfães — necrópole romana

Foi identificada na aldeia de Cancelo (Souzelo) uma necrópole de incineração. Entre os objectos encontrados sob lajes de granito, figuram 3 vasilhas fechadas (uma oinocóe trilobada, uma cantarinha e um pote) e 2 pratos pintados de vermelho pompeiano (todos de cerâmica comum romana), 3 moedas romanas com a efigie do imperador Galieno (263-268).

Jornal de Noticias, 9-6-82

Cascais — cupa e sarcófago

Encontrou-se em Caparide (S. Domingos de Rana) o fragmento de mais uma cupa funerária romana. Na povoação do Arneiro (Carcavelos), o bebedouro junto ao chafariz é um sarcófago presumivelmente visigótico.

Jornal da Costa do Sol, 10-6-82

Lamego — ponte romana

A cerca de 15 km da cidade de Lamego, já na freguesia de Lalim, uma ponte romana (de que se apresenta fotografia) liga as duas margens da ribeira do mesmo nome.

Diário Popular, 16-6-82

Conimbriga, 23 (1984), 169-206

Santiago do Cacém — reexame de Miròbriga

A estação romana de Miròbriga (Santiago do Cacém) está a ser de novo alvo de atenção dos arqueólogos, que pretendem fazer um levantamento topográfico rigoroso das ruínas anteriormente postas a descoberto, de modo a ajuizar da validade das reconstruções efectuadas. Sublinha-se que o hipódromo, ainda por explorar, foi «cortado a meio por estrada nacional». Aponta-se também o séc. i da nossa era como data mais provável da fundação de Miròbriga.

Primeiro de Janeiro, 22-6-82 e Tal e Qual, 10-7-82

Guarda — ruínas a preservar

Exploradas em 1951, as ruínas romanas do Mileu não mais voltaram a ser estudadas; nada se fez também para consolidar as estruturas postas a descoberto, nomeadamente um hipocausto. Do espólio então encontrado, referem-se ossadas humanas, fragmentos de *terra sigillata* e de lucernas, uma lápide funerária, fíbulas (uma hispânica «tipo folha de loureiro»)...

Viseu Informação, 23-6-82

JULHO

Alijó — exposição

Uma exposição fotográfica, patente na biblioteca desta vila, dá conta dos mais importantes vestígios arqueológicos do concelho. Relevo particular para a Anta da Fonte, coberta e sita a 200 m da estrada, em Chã; a Pala Pinta, pintura eneolítica na margem esquerda do rio Tua, descoberto há 61 anos, os dólmenes do Pópulo e do Meão.

Voz de Trás-os-Montes, 1-7-82

Aljustrel — nova campanha

Vai realizar-se nova campanha para identificar o que ainda resta do povoado mineiro de Vipasca (Aljustrel), numa zona (Val d'Oca) que será ocupada pela ampliação das instalações industriais. Os trabalhos estão a cargo de técnicos do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia.

Jornal de Beja, 2-7-82

Chaves — gravuras rupestres

No lugar chamado Meias, termo de Casas de Monforte, em propriedade de Justino Gonçalves, há uma pedra de granito com gravuras, eventualmente pré-históricas.

Notícias de Chaves, 2-7-82

Guimarães — III Seminário de Arqueologia do NW Peninsular

Terminou a 27 de Junho, o III Seminário de Arqueologia do NW Peninsular que reuniu, sob a égide da Sociedade Martins Sarmento, cerca de 120 participantes nacionais e estrangeiros. Os temas abordados distribuíram-se em cinco grandes grupos: Quaternário, Megalitismo, Cultura Castreja, Época Romana e Arqueologia Medieval. Nas conclusões, sublinhou-se a necessidade de se obterem verbas para publicação de trabalhos de índole arqueológica e de se prosseguir com a realização anual destes seminários, alternadamente em Portugal e na Galiza.

Correio do Minho, 4-7-82

Lisboa romana

Ampla reportagem chama a atenção para a importância dos monumentos romanos de Lisboa: o templo de Cibele (atestado por lápides existentes no Largo da Madalena), as termas de Esculápio e o teatro mandado reconstruir pelo augustal C. Heio Primo, no ano 57, em honra de Nero. «Vamos, em nome da cultura e dotando o turismo de um elemento mais de atracção, pôr Lisboa romana a descoberto».

O Primeiro de Janeiro, 4-7-82

Loulé — carta arqueológica

A referência ao trabalho «Arqueologia do Concelho de Loulé», de Isilda Periquito, editado em 1968, é pretexto para se traçar uma panorâmica dos vestígios arqueológicos da região, onde assume particular importância a estação romana de Cerro da Vila (Quarteira). Citam-se, do Neolítico, as grutas de Vale de Telha (S. Clemente) e o menhir da Alagoa (Salir). Da Idade do Bronze as necrópoles argáricas da Corga e do Porto de Areia (S. Sebastião) e vestígios

Conimbriga, 23 (1984), 169-206

de explorações cupríferas em Alagoas (Salir). Da Idade do Ferro o fragmento duma inscrição achada em Alagoa (Salir) e vestígios de explorações minerais também em Alagoas e Freixo (Alte). Do período romano, há jazidas na Quinta do Freixo e em Vila Verde do Vale (Alte), em Alagoas, Alfarrobeira e Cotovia (S. Clemente).

Diário de Lisboa, 8-7-82

Vedação de estações

No seguimento da 1.^a fase de implantação de vedações em sítios arqueológicos, já foram vedadas as estações classificadas de Boca do Rio (Vila do Bispo) e Milreu (Faro).

Diário Popular, 10-7-82

Grândola — uma marina em Tróia

A autorizada construção em Tróia duma marina com capacidade para mil barcos pode trazer graves consequências para a estação arqueológica que lhe fica ao pé. Estranha-se a «discrção» com que o diploma governamental considera essa construção como uma das obrigações contraídas pela concessionária do jogo.

O Diário, 12-7-82

Gouveia — dotação de anta

Cientistas norte-americanos propuseram datação de 9000 anos para a anta de Rio Torto através de processos paracientíficos.

Notícias da Covilhã, 16-7-82

Torres Novas — gruta neolítica

Conhecida pela designação de «Buraca da Moura», a gruta situada perto da Rexaldia, num local conhecido por Pena de Água, nos contrafortes da Serra d'Aire, teve ocupação humana durante o Neolítico.

O Almonda, 16-7-82 e 13-8-92

Grândola — valorização de Tróia

Gomo que respondendo à reportagem atrás citada, do dia 12, extenso artigo de M. V., intitulado «Salvar as ruínas de Tróia sem paralizar o progresso», sustenta que «o projecto da marina prevê a salvaguarda dos vestígios romanos e da sua irradiação cultural». Depois de historiar o que (não) se tem feito em Tróia, o articulista sublinha que a zona arqueológica ficará valorizada e protegida. A empresa concessionária propõe-se: criar um museu arqueológico; executar «trabalhos preparatórios, com levantamento topográfico integral, cobertura fotográfica, limpeza das ruínas e sua consolidação, e estudo dos circuitos»; fazer «promoção do património por meio de filmes, monografias, diapositivos, cartazes, etc.»; levar a efeito «formas de animação que promovam, pelo conhecimento, o interesse pelas ruínas, etc.».

Diário de Notícias, 20-7-82

Vila Nova de Gaia — um forno romano

No lugar de Paranho (Canelas) foi descoberto, quase intacto, um forno cerâmico datável do séc. iv da nossa era. O que ficou à mostra, aquando do achamento casual, foi «uma fornalha, uma câmara de aquecimento de planta rectangular, composta de quatro arcos de fiadas simétricas de aduelas de tijolo sobrepostas por uma grelha», onde ainda havia *in situ* algumas telhas a cozer no momento em que o forno foi abandonado.

Jornal de Notícias, 27-7-82

Lamego — esteia funerária

Foi mandada inventariar a esteia funerária romana de frontão triangular decorado com um símbolo astral, achada em Figueiras de Meijinhos. Decorrem diligências para que o achado dê entrada no museu de Lamego.

O Dia, 27-7-82

Serra do Alvão — escrita indecifrada

Placas contendo inscrições indecifradas, que um sacerdote teria encontrado, nos começos do século, «nas imediações de alguns monumentos megalíticos da serra do Alvão, no nordeste transmontano», poderão estar relacionadas com as placas de argila achadas na estação neolítica de Glouzel (Ferrières, França).

Jornal Notícia (Queluz), 30-7-82

AGOSTO

Albergar ia-a-Velha — povoado romano

As escavações arqueológicas levadas a efeito em Cristelo forneceram indícios seguros da existência dum povoado romano. Dentre o espólio recuperado, assinalem-se: dois pesos (um dos quais com grafitos), cerâmica comum e *terra sigillata* bem como «uma grande extensão de ruínas de construções». Mantém-se em aberto a possível identificação do povoado com a *Talábriga* citada por Plínio.

O Primeiro de Janeiro, 1-8-82

Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos

Foi publicamente apresentado pelo Secretário de Estado da Cultura o Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos para o ano em curso, que inclui 120 projectos distribuídos por todo o país: 47 na região norte, 32 no centro e 41 no sul. Procede-se também à recolha sistemática de informações e documentação com vista à elaboração da Carta Arqueológica de Portugal. Vai promover-se a edição dum «guia arqueológico» e, para além dos projectos de iniciativa directa do Departamento de Arqueologia, foram destinados 5000 contos para a vedação de estações arqueológicas importantes. Procede-se, ainda, à listagem de bens arqueológicos nacionais a integrar no património mundial. Para essas acções, a Secretaria de Estado da Cultura inscreveu no seu orçamento uma verba de 30 mil contos, mobilizando todos os recursos humanos disponíveis, nomeadamente através dos Serviços Regionais de Arqueologia, dos quais porém, só o da Zona Sul se encontra a «funcionar em pleno».

Jornal de Notícias, 8-8-82

O Comércio do Porto, 28-8-82

Diário do Alentejo, 13-10-82

Vila Nova de Poiares — dólmen

Os trabalhos em curso no dólmen de S. Pedro Dias visam «definir a área a proteger e suas formas de integração na urbanização que se projecta fazer» no local.

O Primeiro de Janeiro, 10-8-82

Conimbriga, 23 (1984), 169-206

Idanha-a-Nova — Levantamento epigráfico

Uma equipa do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras (Universidade de Coimbra) efectuou, de 19 a 23 de Julho, a 1.ª campanha de revisão da colecção epigráfica de Idanha-a-Nova, constituída por cerca de 200 inscrições, datáveis na sua maior parte do séc. i.

Reconquista, 13-8-82

Chaves — arte rupestre

Estão a ser estudados os complexos de arte rupestre existentes em Tripe, Fraga do Moeda e Outeiro do Salto, lugares da freguesia de Mairos. No complexo de Tripe, «foram inventariadas 22 rochas historiadas com cerca de três centenas de gravuras, abarcando quase todo o reportório da mancha transmontana de dispersão do grupo de arte rupestre galaico-português». Sublinha-se a qualidade dalgumas das gravuras, nomeadamente «a de um cavalo e respectiva montada, ao lado da habitual temática geométrica e antropomórfica, típica do horizonte final deste grupo artístico».

Alto Tâmega, 19-8-82

Barcelos — castelo de Faria

O povoado sito no monte do castelo de Faria foi ocupado em três épocas distintas: na parte superior, a zona medieval, o castelo; entre a 1.ª e a 2.ª muralhas, há construções medievais mas também habitações da época castreja e romana; a zona castreja propriamente dita situa-se entre a 2.ª e a 3.ª muralha, ao redor do monte; finalmente, fora da 3.ª muralha, encontraram-se materiais da Idade do Bronze.

Dentre o espólio exumado, contam-se «fragmentos de cerâmica de diversos tipos, pontas de seta em xisto, um núcleo de sílex, um machado de pedra, fragmentos de cerâmica grega, alfinetes de bronze e mesmo uma ferradura».

Noticias da Tarde, 19-8-82

Guarda — inscrição lusitana

No Cabeço das Fráguas, sobranceiro às povoações de Benespera, Vila do Touro, Pega e Pousafoles, próximo da cidade da Guarda, existe um castro e a denominada Laje da Moira que contém a inscrição em língua lusitana estudada por A. Tovar.

Diário de Notícias, 20-8-82

Marco de Canavezes — estação romana

Uma visita às escavações da estação romana de Freixo mostra a imponência do conjunto, ainda bem conservado nomeadamente no sector termal. O município tem prestado todo o apoio ao projecto, dirigido por Lino Tavares Dias.

O Comércio do Porto, 22-8-82

O Primeiro de Janeiro, 25-8-82

Esposende — castro classificado

Foi classificado imóvel de interesse público o castro de S. Lourenço, situado nas freguesias de Vila Chã e Marinhas. Povoado de médias proporções, dotado de três ordens de muralhas com fosso a NW; ainda são visíveis inúmeras construções circulares e rectangulares, sobretudo na encosta poente. O espólio dele proveniente guarda-se no Museu D. Diogo de Sousa, em Braga.

Domingo, 22-8-82

Póvoa de Lanhoso — castro

A 1.^a campanha de escavações no Castro da Póvoa de Lanhoso proporcionou resultados satisfatórios devendo ficar completa uma planta do castro, com a implantação de todas as construções escavadas, bem como as que foram postas a descoberto em escavações mais antigas. Do mesmo modo tem vindo a ser catalogado regularmente a maior parte do espólio lítico, proveniente dessas antigas escavações, actualmente guardado no armazém da confraria de Nossa Senhora do Pilar.

As escavações agora em curso têm fornecido centenas de fragmentos de cerâmica característica deste tipo de povoados, sendo a maior parte de fabrico indígena bem como elementos de mós e outros achados de pedra com diferentes funcionalidades. Entre a cerâmica detectada, destaca-se a importante percentagem de fragmentos de cerâmica «tipo Penha» sugerindo que o castro teria começado a ser ocupado na Idade do Bronze.

Recolheram-se também amostras de pólen, para análise, e foram encontrados restos de bolotas carbonizadas em contexto com as mós manuais.

O castro de Lanhoso, onde mais acima se ergue um dos mais proeminentes maciços geológicos do Norte de Portugal e onde assenta o castelo medieval, tornou-se conhecido na bibliografia da especialidade devido aos dois excelentes torques de ouro aí encontrados bem como ao capacete de bronze, actualmente no Museu dos Biscainhos, em Braga.

A arquitectura do castro é bem característica da região da «cultura castreja». Casas e muros foram construídos com pedra aparelhada, estando

as faces interna e externa bem delineadas. A maior parte das casas actualmente visíveis são redondas com cerca de 3 a 4 metros de diâmetro, tendo alguns pequenos anexos rectangulares. A citânia de Briteiros tem estruturas idênticas.

O Comércio do Porto, 27-8-82

Diário Popular, 30-8-82

SETEMBRO

Cascais — vestígios do Paleolítico

Na sondagem efectuada a sul do Casal do Clérigo (Tires, S. Domingos de Rana) recolheram-se utensílios em pedra lascada datáveis do Paleolítico.

Jornal da Costa do Sol, 2-9-82

Figueira da Foz — achado numismático

Refere-se o achado, em 1930, na praia de Buarcos, duma moeda em ouro do tempo de Vespasiano, ofertada ao então chefe do governo, Oliveira Salazar, e cujo destino se desconhece.

A Voz da Figueira, 2-9-82

Torres Vedras — escavações num castro

Realizou-se, em 1981, uma campanha de escavações no Castro da Fórnea, situado a SW de Matacães. Foram postos a descoberto muros defensivos construídos com blocos de calcário e «o espólio recolhido até agora é quase todo integrável na Idade do Cobre médio, no período da cerâmica chamada «folha de acácia» (2500-2000 a.C.)».

Baladas, 3-9-82

Vila Pouca de Aguiar — vestígios romanos

Estão a realizar-se pesquisas na área envolvente do castelo de Aguiar. Há quem aponte as áreas de Pontido e Cidadelhe como presumível localização da cidade de Cauca, do tempo de Tibério. Encontraram-se moedas dessa época; em Cidadelhe há uma ponte romana.

O Comércio do Porto, 7-9-82

Diário Popular, 13-9-82

Espinho — castro de O oil

Os trabalhos em curso no Castro de Ovil (Paramos) permitiram encontrar «estruturas de casas, uma das quais com lareira, outra lareira isolada, machados polidos, lascas de sílex, pesos, mós...». O espólio sugere «grosso modo» uma cronologia entre os séculos n ou i a.C. e o séc. i d.C..

Diário de Notícias, 9-9-82

Maré Viva, 14-10-82

Arganil — acampamento romano

Dentre o espólio exumado durante a presente campanha de escavações na Lomba do Canho merecem especial menção três moedas hispânicas, uma das quais cunhada em Nucubaria (perto de Sevilha) em meados do séc. i a.C.; uma lucerna de tipo helenístico, em bom estado de conservação; uma conta de colar com decoração oculada peculiar das culturas da Idade do Ferro.

A Comarca de Arganil, 11-9-82

Montalegre — castro de Pedrário

Foram realizados trabalhos de limpeza e levantamento topográfico no castro de Pedrário.

Notícias de Viana, 16-9-82

O Povo do Lima, 11-10-82

Viseu — castro de S. Luzia

Escavações de emergência levadas a cabo no castro de S. Luzia, sito no monte do mesmo nome sobranceiro à cidade de Viseu, permitiram datá-lo de entre o séc. ve o viu a.C.. O elemento mais significativo encontrado é um fragmento de fibula de dupla mola típica do Bronze Final.

Jornal da Beira, 16-9-82

Vila Nova de Foz Coa — arte rupestre

Detectaram-se nas margens do rio Douro, a montante do Pocinho, rochas com gravuras pré-históricas: animais (nomeadamente cavalos), figuras humanas

Conimbriga, 23 (1984), 169-206

estilizadas, numerosos motivos abstractos e esquemáticos. O conjunto vai ficar submerso pela albufeira da barragem do Pocinho, pelo que se efectuará uma campanha de emergência.

O Comércio de Guimarães, 17-9-82

O Povo do Lima, 11-10-82

Boticas — levantamento arqueológico

A Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho fez um primeiro balanço do estado de conservação das estações arqueológicas do concelho; procedeu também à limpeza e levantamento topográfico do Castro do Cabeço, onde são abundantes os vestígios de romanização.

Correio do Minho, 17-9-82

Correio da Manhã, 24-9-82

Vidigueira — «villa» de S. Cucufate

Proseguiram, pelo 4.º ano consecutivo, as escavações sistemáticas na *villa* romana de S. Cucufate (Vila de Frades). A campanha deste ano tinha como objectivos: estudar o tipo de ligação arquitectónica entre a casa senhorial e o templo adjacente; delimitar melhor a área circundante do lagar, procurando estabelecer uma cronologia do seu funcionamento. Outra preocupação foi o restauro: sob a supervisão do G.A.T. de Beja, restauraram-se algumas abóbadas, de acordo com o processo de construção romana, com materiais fabricados nos telheiros locais.

Fizeram-se também sondagens nos terrenos à volta do monumento para se ajuizar da sua extensão.

As escavações não só confirmaram a existência duma construção do séc. i, como também revelaram um balneário do séc. iv que devia ser verdadeiramente monumental, mas que não chegou a concluir-se: o projecto não ultrapassou os alicerces.

A descoberta dum túmulo paleocristão, revestido de finas lâminas de mármore, junto ao templo, confirma a sua cristianização.

Os trabalhos foram orientados por uma equipa luso-francesa, sendo apoiados financeiramente pelo Instituto Português do Património Cultural, Fundação Calouste Gulbenkian, Governo Francês e Câmara Municipal da Vidigueira.

O Diário, 19-9-82

(Cfr. também *A Capital*, 4-10-82)

Cascais — «villa» romana

As campanhas de sondagem e escavação desenvolvidas no Alto do Cidreira (Carrascal de Alvide, Alcabideche) visam chamar a atenção para a importância daquela *villa* romana e para a necessidade de preservar da construção clandestina toda a área arqueológica. Puseram-se a descoberto parte da zona das termas e várias salas da casa senhorial.

A Capital, 28-9-82

Jornal da Costa do Sol, 30-9-82

Cuba — carta arqueológica

O levantamento arqueológico do concelho permitiu detectar cerca de 40 sítios arqueológicos. De particular importância a *villa* romana sita no Monte da Panasqueira a cerca de 8 km para NW da vila, à esquerda da estrada para Vila Ruiva. Segundo a tradição, aí teria existido uma povoação antiga chamada Aiólos. As estruturas à vista apresentam-se relativamente bem conservadas (há muros de 1-1,5 m acima do solo), parecendo possível desde já a definição duma zona balnear e duma zona senhorial, «ambas do séc. iv»; identificou-se um provável pisão e pensa-se que a represa situada junto à ermida da Sr.^a da Represa poderá estar ligada a esta «villa» também.

Diário do Alentejo, 29-9-82

OUTUBRO

Vila Nova de Cerveira — mina de ouro

«O Couço do Monte Furado, em Cabaninhas, na freguesia de Covas, contém os restos de uma exploração de ouro romana ou medieval, constituído por uma barragem (no rio Coura), um túnel aberto na rocha com cerca de 130 m de comprimento e poços de decantação aurífera».

Diário Popular, 1-10-82

O Caminhense, 25-10-82

Alter do Chão — vestígios romanos

Realizou-se mais uma campanha de escavações na *villa* romana de Ferragial d'El-rei.

Conimbriga, 23 (1984), 169-206

Pelo Sr. António Carreira Marques foi oferecida à Câmara uma coluna romana que estava incorporada numa habitação em Outeiro da Vila.

Distrito de Portalegre, 1-10-82
Voz do Alentejo, 7-10-82

Vila do Bispo — vestígios romanos

Os trabalhos efectuados na estação arqueológica de Boca do Rio (Budens) puseram a descoberto mosaicos, cerâmica, moedas, objectos em osso, pinturas — e determinaram a existência aí, entre os sécs. viii e v a.C., dum aglomerado romano fundamentalmente ligado à indústria da salga de peixe.

Primeiro de Janeiro, 3-10-82
Diário do Minho, 16-10-82
Expresso, 23-10-82

Ferreira do Alentejo—preservação do património

Vão ser tomadas medidas de protecção à *villa* romana do Monte da Chamíné, parcialmente posta a descoberto durante as escavações deste ano.

A Capital, 6-10-82 e 19-10-82

Tomar — escavações

As escavações efectuadas na Cerrada de João do Couto, atrás do quartel dos bombeiros desta cidade, puseram a descoberto estruturas medievais, romanas e pré-romanas (possivelmente da 2.^a Idade do Ferro). Da ocupação pré-romana foram recolhidos numerosos fragmentos de vasos usados para os enterramentos por incineração e fíbula hispânica de mola em espiral. No nível romano inserem-se largos e sólidos alicerces e o espólio encontrado (uma moeda do séc. i d.C. e fragmentos de *terra sigillata* clara de produção indígena) aponta para uma presença romana desde o séc. i ao v d.C.. À época medieval pertencerão decerto dois tanques, a que se associam cerâmica vidrada, fragmentos de cadinhos e apreciável quantidade de escória — sugerindo a existência duma indústria metalúrgica.

No adro da igreja de S. Maria do Olival, descobriram-se três sepulturas: duas sepulturas em caixa de pedra com tampa e a outra apenas de lajes laterais sem tampa. Do espólio, assinalem-se: moedas medievais e uma romana, 2 brincos, 1 colar de contas de vidro, alfinetes de cabelo...

Cidade de Tomar, 8-10-82, 15-10-82 e 29-10-82

Lisboa — termas romanas

O município lisboeta abriu mais uma vez ao público as chamadas «termas romanas da Rua da Prata», habitualmente inundadas. São constituídas por uma série de galerias abobadadas, em cantaria, havendo aqui e ali «tanques de banho».

Diário Popular, 8-10-82

A Capital, 8-10-82

Gazeta das Caldas, 20-10-82

Ribeira de Pena — epígrafe romana

Vai ser inventariada uma lápide romana com inscrição, de 95 cm de altura e 32 cm de largura, achada na igreja matriz da freguesia de S. Marinha. A peça ficará provisoriamente depositada nos paços do concelho.

Diário de Notícias, 9-10-82

Correio da Manhã, 14-10-82

Alijó — castro classificado

O castro do Pópulo foi classificado como imóvel de interesse público. É dotado de duas linhas de muralhas, bem definidas, de forma aproximadamente oval, que se distinguem «pela sua excepcional espessura e pela altura que conservam em quase todo o perímetro, quase sempre superior a 1 m e chegando a atingir os 3 m em diversos pontos». A vegetação esconde as estruturas habitacionais do interior.

O Primeiro de Janeiro, 10-10-82

Mangualde — sepulturas medievais

Escavações realizadas no adro da igreja matriz levaram à descoberta duma necrópole com sepulturas antropomórficas cavadas na rocha.

Notícias da Beira, 10-10-82

Vila Verde — citânia de S. Julião

Decorre a 2.^a campanha de escavações na citânia de S. Julião. Os trabalhos de 1981 permitiram concluir que o povo sobreviveu à ocupação romana, «sendo manifestas as influências da romanização sobretudo ao nível da cerâmica», também se procuraram recuperar as estruturas «postas a descoberto no princípio do século», foi colocada uma vedação e contratado um guarda.

Diário do Minho, 12-10-82

Amadora — exposição

Foi inaugurada no Centro Cultural Roque Gameiro uma exposição-museu que, fornecendo uma panorâmica da evolução do Homem, visa essencialmente finalidades didácticas. Refere-se a existência, no concelho, da *villa* romana da Quinta da Bolacha, que foi abastecida por um aqueduto romano, «de que há pronunciados vestígios».

Jornal da Amadora, 14-10-82

Oliveira do Hospital — escavações em Bobadela

As estruturas encontradas em Bobadela, no decorrer das escavações arqueológicas ali efectuadas, sugerem a existência antiga de edificações imponentes.

Diário de Notícias, 14-10-82

Vila Nova de Famalicão — castros

Realizou-se a 1.^a campanha de escavações no lugar do Castelo, freguesia de Vermoim. Aí se situa um castro com muralhas e fosso, donde provieram pedras decoradas recolhidas no Museu da Sociedade Martins Sarmento (Guimarães).

Está em curso a classificação, como imóvel de interesse público, do castro do Monte das Ermidas, em Jesufrei.

Vila Nova, 14-10-82

Lisboa — cursos de arqueologia

A «Associação de Estudos Arqueológicos e Etnológicos», sediada no Palácio da Rosa, promove os seguintes cursos anuais de Arqueologia: Pré-História e Geologia do Quaternário, Paleoantropologia, Antropologia Física, Antropologia Cultural e Arqueologia Clássica.

O Diário, 19-10-82

Castelo de Vide — vestígios arqueológicos

Procede-se ao levantamento arqueológico deste concelho: abundam os dólmenes, as sepulturas cavadas na rocha (notável o conjunto de S. Ama-

rinho); foi recentemente encontrado um forno romano de grandes dimensões, praticamente intacto, perto da vila, com seis arcos e, segundo parece, pavimento em mosaico miúdo. Ilustram a notícia as fotografias de duas antas, dum «chafurdão» (atribuído à época calcolítica) e dum peso de lagar romano «posto a descoberto junto da barragem».

Diário de Notícias, 21-10-82

Ourique — depósito votivo

No Cerro do Castelo, freguesia de Garvão, foi encontrado um depósito votivo dos séculos iv e m a.C., com 9 m de comprimento, 4 de largura de 1 de profundidade. São milhares de peças de cerâmica, algumas delas intactas, bem como placas em ouro e prata com olhos representados, dedicados certamente a uma divindade feminina. Pela importância e quantidade dos achados é seguramente uma das mais relevantes estações arqueológicas do sul de Portugal.

Notícias de Beja, 21-10-82

Diário de Notícias, 15-11-82

Trofa — miliários

Referem-se e apresenta-se fotografia dos miliários «recolhidos ao ser demolida a pequena ponte de arco sobre o ribeiro de Covelas, na aldeia da Trofa Velha, em S. Tiago de Bougado».

Jornal de Trofa, 22-10-82

Chaves — vestígios castrejos

As escavações em Soutilha (Mairos) levaram à descoberta de mais de seis lareiras, vestígios dos buracos para os postes de apoio à cobertura das cabanas; do espólio salienta-se: objectos em ferro e bronze, pontas de seta em sílex e xisto, machados de pedra, um pequeno vaso tulipiforme...

Notícias de Chaves, 22-10-82

Vila Nova de Foz Coa — gravuras rupestres

21 rochas gravadas com motivos de feição pré-histórica — eis o saldo do levantamento arqueológico realizado em Vale da Casa (ou Vale Carri-vãs), próximo da barragem do Pocinho.

Conimbriga, 23 (1984), 169-206

Foi possível distinguir quatro grandes temas: representações humanas, de animais (predominando cavalos), de armas características da Idade do Ferro (falcatas, espadas, lanças e dardos, arcos e flechas), figuras de tipo geométrico (pequenos círculos reticulados, estrelas de cinco pontas...).

Quanto à técnica de gravação, há as gravuras picotadas (processo típico da Idade do Bronze) e as filiformes (predominante na Idade do Ferro).

Primeiro foram gravadas as figuras antropomórficas, depois os cavalos e, finalmente, as armas.

A poucos metros do local das gravuras, descobriram-se vestígios da existência dum conjunto de seis túmulos, um dos quais uma cista megalítica: o esqueleto, em posição fetal, fazia-se acompanhar por dois machados de pedra polida, uma lâmina de sílex e vários pedaços de cristais de quartzo.

Expresso, 23-10-82

(Cfr. também *Jornal de Notícias*, 6-11-82)

Campo Maior—«villa» romana

As obras de construção dum bairro no lugar de Defesa de S. Pedro revelaram a existência, no local, de uma *villa* romana.

Diário Popular, 25-10-82

Gondomar — arqueologia e toponímia

A «Cidade da Físga» teria sido uma citânia situada na encosta ocidental do Monte do Castelo; também seria povoado castrejo o «Castelo das Medas», localizado na encosta da serra dos Açores, entre os lugares de Broalhos e de Sobrido. «Craustos», ao cimo da Agra de Canas, é igualmente topónimo a ter em conta. Todos estes topónimos se situam na freguesia de Medas.

O Comércio de Gondomar, 27-10-82

NOVEMBRO

Castelo de Neiva — escavações

Os trabalhos efectuados no castro do Monte do Castelo (Moldes) permitiram a recolha de cerâmica «castreja» e romana (por exemplo um fragmento de *terra sigillata* com marca de oleiro) e a descoberta de estruturas (nomeadamente os restos de uma casa circular com lajeado e lareira).

Monte do Castelo, Nov. 82

O Primeiro de Janeiro, 11-10-82

Conimbriga, 23 (1984), 169-206

Cascais — grutas de Alapraia

É, desde há muito, intenção do município adquirir os imóveis situados na área de protecção das grutas eneolíticas de Alapraia (S. João do Estoril, Estoril), para devidamente as preservar.

(Reportagem amplamente ilustrada, incluindo fotografias do espólio guardado no Museu dos Condes de Castro Guimarães, de Cascais).

Correio da Manhã, 4-11-82

A escrita do Sudoeste

Da I Idade do Ferro do SW peninsular resta-nos uma documentação escrita indecifrada, constituída até ao momento por um conjunto de 70 esteias (12 das quais desaparecidas e apenas 20 com os textos completos) apresentando «mais de 1300 sinais reconhecíveis, catalogados em 51 formas diferentes». Parece tratar-se de uma escrita de tipo alfabético.

Notícias da Tarde, 8-11-82

Primeiro de Janeiro, 10-11-82

Amarante — carta arqueológica

Está em curso a realização da carta arqueológica deste concelho. Localizaram-se 18 castros, 10 mamoadas, conjuntos de sepulturas antropomórficas, 8 lagares abertos na rocha, restos de vias romanas, restos de uma estátua, um conjunto de eremitérios rupestres...

Procede-se a escavações nas mamoadas 1 e 2 da Abogalheira (Serra da Aboboreira, S. Simão) e a sondagens no lugar do Castelo (Carvalho de Rei). Editou-se uma colecção de 9 postais ilustrados, para divulgação do património artístico do concelho.

Riba Tâmega, 10-11-82

Tomar — vestígios romanos

Sondagens de emergência efectuadas entre a Ribeira da Carrasqueira e a Alameda Um de Março, nesta cidade, deram como espólio, além de várias estruturas arquitectónicas, fragmentos de *terra sigillata* e de lucernas, cavilhas em ferro, pedaços de escória, pesos de tear e algumas moedas.

Cidade de Tomar, 12-11-82

Almeirim — exposição

A Associação de Defesa do Património Artístico e Cultural do Concelho de Almeirim levou a efeito, de 1 a 10 do corrente, a 1.^a exposição arqueológica do concelho.

O Almeirinese, 15-11-82

Barragem do Alqueva — estações a submergir

A albufeira da barragem do Alqueva submergirá cerca de 38 estações arqueológicas referenciadas e pelo menos o triplo deste número ainda por identificar. Diligencia-se no sentido de as estudar antes do enchimento.

A Tarde, 15-11-82

Beja — «villa» danificada

A *villa* romana situada na Quinta da Suratesta, classificada como monumento nacional (decreto-lei 129/77, de 29 de Setembro), foi mandada charruar pelo proprietário da herdade em que se encontra inserida.

Diário do Alentejo, 17-11-82 e 24-12-82

A Sul do Tejo — panorâmica

O *dossier* «A Capital» intitula-se «20 mil anos de História renascem ao Sul do Tejo». Extensa reportagem de Afonso Cautela dá uma panorâmica dos projectos arqueológicos em curso no Alentejo: Garvão, Alqueva, Anta Grande do Zambujeiro, Miróbriga, Boca do Rio... Sublinha-se a criação (prevista) do chamado Parque Arqueológico de Ourique, cujo centro seria o Castro da Cola.

A Capital, 20-11-82

Lisboa — Casa dos Bicos

Nova reportagem ilustrada sobre a Casa dos Bicos, agora no âmbito da preparação da XVII Exposição de Arte Ciência e Cultura. As obras revelaram estruturas e objectos arqueológicos, nomeadamente (da época romana) cetárias, um alfinete de cabelo em osso, o fundo dum frasco em vidro decorado com um javali.

Correio da Manhã, 21-11-82

Cultura castreja — panorâmica

Filomeno Silva apresenta uma reportagem-síntese «Visita às casas dos povos castrejos».

Jornal de Notícias, 21-11-82

Olhão — «villa» abandonada

Persistem na Quinta do Marim, um pouco por toda a parte mas sobretudo perto do caminho que, partindo da estrada nacional 125, conduz à zona habitacional da quinta, inúmeras pedras de interesse arqueológico nomeadamente fragmentos de fustes de colunas em mármore.

Lestagarve, 22-11-82

Mação — anta

Realizaram-se prospecções arqueológicas na Anta da Foz do Rio Frio, em Ortiga (Mação).

O Primeiro de Janeiro, 23-11-82

Arqueologia subaquática

É experiência-piloto a que se pretende realizar na costa algarvia para recuperação de achados arqueológicos subaquáticos, por iniciativa do Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural.

O Primeiro de Janeiro, 28-11-82

DEZEMBRO

Freixo de Numão—prospecções

Prospecções arqueológicas levadas a efeito no recinto anexo da Casa Grande —onde já haviam aparecido uma moeda romana do séc. m, uma mó e resto duma inscrição latina em placa de xisto — possibilitaram a recolha de mais duas moedas romanas, fragmentos de *terra sigillata* hispânica, um pedaço de coluna, duas mós, um machado de pedra polida, moedas da monarquia...

Noticias de Freixo de Numão, Dez. 82

Conimbriga, 23 (1984), 169-206

Grândola — Tróia

Nova reportagem ilustrada, chamando a atenção para a necessidade de preservar Tróia.

Correio da Manhã, 6-12-82

Aljustrel — escavações

A campanha de escavações deste ano permitiu a descoberta duma igreja dos princípios do séc. xvi, envolvida por um cemitério com um total de 30 sepulturas.

Diário do Alentejo, 9-12-82

Portimão — ânforas

Ânforas de vários tipos foram retiradas do leito do rio Arade, por ocasião das dragagens ali em curso.

Diário Popular, 20-12-82

Barlavento, 23-12-82

O eiras — castro

Junto do Moinho da Moura, em Leceia (Barcarena), existe um castro em degradação permanente. Chegou-se, inclusive, a nele construir recentemente uma arena para touradas...

Jornal da Costa do Sol, 23-12-82

Vila Velha de Ródão — Paleolítico

Dá-se conta da importância dos achados arqueológicos deste concelho, nomeadamente no domínio do Paleolítico (Vilas Ruivas, Foz do Enxarrique) e no que se refere ao chamado «Complexo da Arte Rupestre do Tejo» (Fratel).

Jornal do Fundão, 24-12-82

Seleção e síntese de JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

(Página deixada propositadamente em branco)

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

IIRO KAJANTO, *The Latii Cognomina*, Helsínquia, 1965, 418 pág. Reimpressão: Giorgio Bretschneider Editore, Roma, 1982.

Apesar do constante aumento do número de inscrições romanas conhecidas, atestando bastas vezes novos antropónimos — o certo é que esta reimpressão do livro clássico de I. Kajanto sobre os cognomes latinos, em boa hora levada a efeito pela dinâmica iniciativa de G. Bretschneider, se apresenta não só (ainda) útil como fundamental.

Na verdade, se de 1965 para cá novidades não faltaram a complementar os dados antroponímicos fornecidos pelo GIL e seus suplementes (em que Kajanto se baseou), também se pode afirmar que eles serviram (quase) sempre para confirmar as tendências gerais apontadas por aquele investigador sueco, às quais, por conseguinte, ainda hoje nos podemos ater com segurança.

Por outro lado, a obra era demasiadamente rara, sendo pouquíssimas as boas bibliotecas que a possuíam, servindo-se os epigrafistas de exemplares fotocopiados a muito favor.

É não seria preferível uma 2.^a edição, actualizada? Talvez não neste momento, em que um pouco por toda a parte se procede a uma revisão sistemática do CIL, tarefa a completar dentro de 5 a 6 anos. E a utilização da informática na elaboração dos índices permitirá, nessa altura, rigorosa actualização do *The Latin Cognomina*. Não sabemos se terá sido esta a intenção do editor e do autor, mas a opção é manifestamente boa, o livro da maior utilidade.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

José GUILLEN, *URBS ROMA — Vida y costumbres de los Romanos. III — Religión y ejército*, Ediciones Sígueme, Salamanca, 1980. 628 pág., 8 estampas.

Terceiro volume duma obra que pretende traçar sintética panorâmica do que foram a vida e os costumes dos Romanos, este trabalho do Prof. José

Guillén impõe-se pela cuidada descrição de tudo quanto à religião e ao exército diz respeito. Situa-la-íamos na linha da história institucional alemã, de que é paradigma a colecção «Manuel des Antiquités Romaines», nomeadamente os volumes devidos a Marquardt, «Le cuite chez les Romains» (Paris, 1890) e «De l'organisation militaire chez les Romains» (Paris, 1891).

A sua fonte primordial são os textos clássicos, mas J. Guillén compulsou também bibliografia especializada actual que os esclarece e complementa, não se poupando a citações, feitas em inúmeras notas de rodapé, para apoiar as suas afirmações. Talvez aqui e além lhe pudéssemos apontar uma que outra falha: gostaríamos, por exemplo, de ver a bibliografia reunida no final ou no começo do volume, para nos darmos conta mais claramente do que foi consultado, embora o índice de autores modernos supra de certo modo essa lacuna. Assim, só para darmos um exemplo, cremos que seria de citar a investigação de R. E. Smith, *Service in post-Marian Roman army* (Manchester, 1958) importante para a compreensão das medidas adoptadas por Augusto, bem como os trabalhos de Ramsay Macmullen acerca da actuação do exército face ao mundo civil (*Soldier and civilian in the later Roman Empire*, Cambridge 1963, *Roman Imperial Ruilding in the Provinces*, «Harvard St. Class. Phil.» LXIV 1959 p. 207-235). Mas decerto isso afastaria J. Guillén do que se propusera: apresentar a religião e o exército do ponto de vista institucional, utilizando predominantemente a descrição dessas realidades em sucessivos momentos. Exemplifiquemos esta nossa observação:

— É focada a medida tomada por Galieno (e não por Caracala, como por lapso se escreve na pág. 508) de substituir os comandos militares senatoriais por profissionais oriundos da carreira equestre (p. 521); esse édito de 261 representa, quanto a nós, o termo duma evolução que se faz sentir durante todo o séc. n e a que Septimio Severo dera forte impulso abrindo aos militares de carreira um maior leque de opções administrativas e pondo já à frente das legiões Párticas, por si criadas, comandantes da classe equestre, à maneira do exército do Egipto. Essa perspectiva, parece-nos, não é abordada.

— Também no âmbito da religião, J. Guillén prefere quedar-se pelos aspectos oficiais, clássicos, mitológicos da religião romana, tal como ela nos é transmitida pelas fontes literárias. Não se fala expressamente daquela «outra» religião das zonas periféricas do Império, transmitida por milhares de inscrições votivas, documentando inclusive todo um pujante fenómeno de *interpretatio*. E mesmo no capítulo da relação entre a política e a religião, o culto imperial poderia ter merecido mais relevo do que as cinco páginas (p. 384-388) que lhe são particularmente dedicadas.

Por conseguinte, para o leitor peninsular, este trabalho de J. Guillén interessará como síntese bem lograda das instituições religiosas e militares romanas.

Depois de, no prefácio, ter chamado a atenção para o importante papel desempenhado pela religião e pelo exército na vida dos Romanos—«causas da grandeza e do sustentáculo do poder da *Urbs Roma*» (p. 11) — o Autor

caracteriza a religião romana como impregnada de conservadorismo, de arcaísmo até, avessa a mitos que não radiquem na realidade. Aqui assume particular relevo a investigação de mitologia comparada levada a cabo por Georges Dumézil, a que J. Guillén amiúde se refere. O culto privado, súplicas e sacrifícios, o culto público às tríadas pré-capitolina e capitolina, as características das outras divindades, os diferentes colégios sacerdotais, os deuses «importados» quer da Península Itálica quer da zona oriental do Império — são os temas abordados a seguir. O derradeiro capítulo, o IX (p. 381-406), dá uma sucinta panorâmica de aspectos religiosos durante o Império: a restauração religiosa empreendida por Augusto, o culto imperial, a introdução das religiões orientais (egípcias, sírias, o Cristianismo).

O tema *Exército* distribui-se por três primeiros capítulos de índole cronológica (Monarquia, República, Império) completados por outros três versando os comandos, as «forças complementares» (marinha, intendência e sanidade), meios e táticas. J. Guillén interessa-se de modo particular pelos aspectos de organização militar, não dando relevo, por exemplo, a aspectos da engenharia ou da proveniência étnica e social dos soldados.

Um bem elaborado índice analítico (p. 605-621) acaba por transformar este volume num bom elemento de consulta para quem deseje aprofundar noutras perspectivas a informação explanada. Índice que é judiciosamente acompanhado por um outro de nomes próprios (deuses, pessoas e lugares antigos, autores modernos). As estampas, que fecham o volume, incluem gravuras e fotografias ilustrando alguns dos aspectos focados.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Alain TRANOY, *La Galice Romaine (Recherches sur le nord-ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité)*, Diffusion de Boccard, Paris, 1981. 602 pág., XXXVI mapas, XVI estampas.

Torna-se muito difícil sintetizar, ñas poucas linhas duma recensão bibliográfica por mais dilatada que seja, o conteúdo denso desta tese de doutoramento de Alain Tranoy, fruto maduro de longos e perseverantes anos de investigação. É que não há ponto nenhum da história do noroeste peninsular na Antiguidade que aí não seja abordado, bibliografia que não tenha sido criticamente consultada, inscrição que não haja sido revista — Alain Tranoy não se limitou a trabalho de gabinete, foi aos locais, incluindo por isso muitos dados ainda inéditos. Uma obra que perdurará sem dúvida como manancial inesgotável, acervo de bem estruturada erudição, onde a nota de rodapé é sempre oportuna, lança pistas, esclarece dados, põe a questão no seu devido enquadramento.

Esse um dos aspectos que seduzirão o leitor de A. Tranoy: o casamento perfeito entre a erudição e o saber numa linha claramente definida de raciocínio intencional, servido por uma prosa que se lê com muito agrado.

Conimbriga, 23 (1984), 207-227

La Galice Romaine está dividida em quatro livros: o Noroeste nas vésperas da conquista, a conquista e a organização das regiões conquistadas, romanização e tradições indígenas (séc. i-m), mutações e crises (séc. m-v).

Estuda-se no I livro o enquadramento geográfico e o povoamento (fases e povos de que há notícia); aborda-se o mundo dos castros: sua caracterização física como «sítios fortificados», actividade económica, sociedade e mentalidades... A aparente unidade do Noroeste oculta de facto, sublinha A. Tranoy, uma efectiva diversidade: não é, simplesmente, esse mundo de «rudes costumes selvagens» de que falava Estrabão mas um complexo geográfico aparentemente uno que dispõe ao mesmo tempo de «zones-refuges d'accès difficile, des régions marginales qui évoluent en milieu relativement fermé et enfin des secteurs plus ouverts où d'ailleurs la pénétration romaine a déjà pu s'amorcer dès le He siècle a.G.» (p. 122).

Faz-se, no II livro (p. 125-257), o ponto da situação acerca da cronologia e ocorrências da conquista pelos Romanos, detendo-nos o Autor sobre a integração administrativa, militar e económica (infraestruturas urbanas e eixos de comunicação, exploração mineira e desenvolvimento das trocas). No final do séc. II, conclui A. Tranoy, o Noroeste está definitivamente integrado no mundo romano, graças sobretudo à intervenção dos Flávios que, através da *via nova*, o transformaram em acessível fonte de riqueza para o Império (p. 257).

O livro III é, fora de dúvida, aquele que mais desperta a atenção, pela acuidade com que se analisa a complexa problemática das crenças religiosas e das estruturas sociais. Aqui demonstra A. Tranoy todo o seu talento de sagaz (e humilde) epigrafista — sabendo regressar à pedra todas as vezes que a dúvida o assalta — e, simultaneamente, de historiador perspicaz, sabendo retirar da pedra todas as informações que ela pode dar. Tema bastante só por si para uma tese, logrou o Autor condensá-lo em pouco mais de cem suculentas páginas (p. 261-384). Um primeiro capítulo estuda as divindades indígenas (divindades com um só nome indígena, divindades clássicas com epíteto indígena); o segundo, as divindades romanas e orientais, o culto imperial, o culto dos mortos (perto de 400 epitáfios, dos quais cerca de 50 inéditos) e os monumentos funerários (bem equacionado o problema da relação entre a tipologia dos monumentos e o grupo socio-cultural que os utiliza — p. 357-360). Conclui A. Tranoy pela coexistência de ambos os panteões (romano e indígena), contestando a tão repetida ideia dum «renascimento» no decurso dos séculos n e m. Ou, explicitando melhor: o sincretismo não foi, aqui, o fruto duma acção brutal mas o resultado duma lenta penetração — impossível de fixar no tempo — dos elementos religiosos exteriores através da integração política e económica (p. 361).

Para o estudo das estruturas sociais, A. Tranoy serviu-se fundamentalmente da epigrafia: um conjunto de 850 inscrições, 2/3 das quais provenientes das regiões rurais (p. 363). Verificando estatisticamente a inegável penetração da onomástica latina entre os habitantes do Noroeste, o Autor estuda os diferentes tipos de filiação detectados nas epígrafes, traçando uma evolução do seu

uso (p. 368): filiação indígena céltica (nome + patronímico em genitivo), introdução da marca da filiação (F, FIL), integração da onomástica latina na antropónimoia local (*Flavus Festi F.*), e finalmente, o sistema romano (o patronímico é o *praenomen* paterno em sigla seguido de F.).

Depois da antropónimoia, as estruturas suprafamiliares: gentilidades, centúrias, divindades e grupos sociais. Quanto às segundas, A. Tranoy mostra-se adepto da interpretação *centuria* para o G invertido em vez da interpretação *castellum* recentemente sugerida por M. Lourdes Albertos e acérrimamente defendida por exemplo por Gerardo Pereira (cfr. um dos seus últimos trabalhos, *Caeleo Cadroiolonis f. Cilenus 3 Berisamo et al.: centuria or castellum. A discussion*, HA VIII 1978, p. 271-280). Não vamos entrar em tão acalorada questão que, em nosso entender, outros achados epigráficos acabarão por clarificar. Citamos, a título de exemplo, o epitáfio (ora publicado) do *bracarus Ladronas Dovai f.*, que se identifica *Castell(o?) Durbede*; os marcos com as palavras PRAEN e COROQ (p. 375) de que existe um quarto no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia... No que respeita à relação entre os epítetos das divindades indígenas e a etnonímia — tema diversas vezes abordado por M. Lourdes Albertos e por nós próprios — A. Tranoy confirma as conclusões a que temos chegado, precisando-as porém: «L'effacement du signe de la *centuria* est le résultat de la progression juridique, mais les cuites conservent le trace de ce système et restant l'expression d'une communauté sociale dont la *centuria* avait, pendant un temps, assuré la cohésion officielle» (p. 378). Este capítulo termina pela análise dos pactos de hospitalidade de Astorga (p. 378-380), Carbedo (p. 381-2) e Castromao (p. 382-3).

Concluindo, A. Tranoy salienta a regular evolução sofrida pelo Noroeste durante os primeiros séculos do Império: a cultura indígena pôde desenvolver-se, inclusive no domínio religioso, enquanto que as estruturas sociais conservaram a sua importância local; só pouco a pouco vai surgindo um meio romanizado que, embora preservando as tradições locais, adopta os hábitos onomásticos e religiosos de Roma—é um novo tipo de sociedade mista que se esboça (p. 384).

O IV livro abarca sob o título «Mutações e crises» o período que vai do séc. III ao V (p. 387-447): a província da *Callaecia*, criada por Diocleciano como postulada da evolução administrativa dos três *conventus* de Braga, Lugo e Astorga; as transformações internas (muralhas urbanas, desenvolvimento das *villae* e ocupação dos castros, penetração do Cristianismo); a crise do séc. V (da Galicia romana à Galicia dos Suevos).

Na conclusão geral, após referir que «isolamento, resistência e renascimento indígena» são os três pontos-chaves em que assenta uma tradicional visão historiográfica do Noroeste peninsular, A. Tranoy afirma que a geografia não funcionou como factor real de isolamento, dado que, apesar da sua posição excêntrica, a Galicia sempre se manteve em contacto quer com o Norte europeu através da sua fachada atlântica quer com o Mediterrâneo pelas suas vias terrestres. Face a uma região cujas peculiaridades faziam reacear o risco duma forte oposição, Roma procurou de imediato ligá-la à província da His-

pânia Citerior, a fim de inclusive melhor a gerir política e economicamente (recursos mineiros, por exemplo); a fundação das três cidades augustas [*Lucus, Bracara e Asturica*] foi outro meio de domínio, desgarrado da evolução demográfica indígena; essas medidas político-administrativas foram completadas pelo estabelecimento do campo da *Legio VII* (Léon). Atenção particular foi dedicada ao estabelecimento da rede viária: a extraordinária abundância de miliários existente no Noroeste significa, por um lado, o interesse que os sucessivos imperadores tiveram pela sua conservação e, por outro, a necessidade duma afirmação do poder político. Assim, mais do que região marginal, a Galícia ocupou lugar cimeiro dentro da Hispânia Citerior — e a criação da *Callaecia* nada mais é do que o reconhecimento oficial dessa realidade (p. 451). A língua latina foi adoptada, a arte também, o panteão latino integrou-se no indígena e vice-versa; não houve resistência, não houve «renascimento» porque não houvera eclipse (p. 453).

La Galice Romaine apresenta-se, pois, como um livro de consulta obrigatória. Daí o grande espaço dedicado aos elementos auxiliares dessa consulta (p. 455-596): bibliografia (p. 455-502); tábuas das abreviaturas, dos quadros e figuras, dos mapas, das estampas; índices das fontes (literárias e epigráficas), dos nomes, geográfico e etnográfico, analítico, geral. Os mapas e as estampas documentam passos significativos do trabalho.

A *bibliografia* está organizada em: fontes (literárias, epigráficas, arqueológicas, numismáticas), obras (gerais e outras) sobre a Península Ibérica, obras (gerais e outras) sobre o Noroeste, bibliografia geral. Não deixando de reconhecer alguma vantagem nesta apresentação, talvez que, do ponto de vista de complemento à leitura, nem sempre a consulta seja cómoda, pois poderá haver dúvidas quanto à classificação atribuída, nomeadamente porque, nas notas de rodapé, só a primeira vez a referência bibliográfica é completa. Quanto à maneira como são referidos os nomes dos autores portugueses, devemos advertir que por vezes é utilizado o critério espanhol, ou seja, o autor vai citado pelo penúltimo apelido; desta sorte, Leite de Vasconcelos deve ser procurado não em Vasconcelos (como seria correcto) mas em Leite de Vasconcelos, D. Domingos de Pinho Brandão em Pinho Brandão, Adília Moutinho de Alarcão em Moutinho de Alarcão...

O índice das *fontes* (por capítulos) é um trabalho louvável, útil para o investigador.

No índice dos antropónimos, a identificação seria feita em princípio pelos *nomina* e também pelos *cognomina*, o que nem sempre acontece (citemos a falta de Calvinus, Dionysus, Eustomus, Gallicanus, Nerva, Priscianus, Serenus...).

Particular atenção nos mereceu o capítulo sobre cultos indígenas, pelo importante trabalho de revisão das epígrafes levado a efeito pelo Autor; aliás, é capítulo a reler com todo o cuidado para que se não continuem a citar nomes (de pessoas e de deuses) mal lidos ou até inexistentes (caso dos teónimos *Abricus* — p. 280 — e *Antiscireus* — p. 320 — que, em nosso entender, também deviam figurar no índice). Está bem colocado o problema das inscrições votivas: uma dedicatória a Júpiter assume significado diferente consoante

o dedicante é o legado duma legião ou o camponês indígena (cfr. também p. 321); há que distinguir o que é sentimento religioso daquilo que não passa de moda ou simples elemento decorativo (p. 308). Um ou outro ponto poderá sofrer correcção, mas trata-se quase sempre de pormenores sem importância de maior. Assim, a ara ao *Genius Civitatis Baniensis* (p. 319) foi encontrada num sítio denominado Mesquita, a 5 km de Torre do Moncorvo, numa capela dedicada a S. Mamede e não «na região de S. Mamede» (cfr. Encarnação, *Divindades...* 1975 p. 186-8). O etnónimo Lapiteas dum texto de Panóias (p. 338) não vem citado no índice etnográfico nem é referido entre os povos do Noroeste; admitíramos, em 1975 (*Divindades...* p. 252-3), a sua relação com os *Lapithae* da Tessália; o Autor parece não partilhar desta opinião — mas não explica porque é que o não incluiu na sua lista de povos. A. Tranoy lê como *Ambieicer* um teónimo até agora referido (dubitativamente) como *Ameipicer* (cfr. Encarnação, *Divindades...* 1975, p. 87-99): desconhecia-se o paradeiro do monumento, cuja leitura o Autor reviu (onde?); estamos, porém, de acordo quanto à inexistência de argumentos susceptíveis de atribuir a esta divindade características aquáticas. O mesmo se diga quanto à autenticidade do «teónimo» *Alboceus* (p. 269), que considerámos (*Divindades...*, 1975, p. 85-86) meramente hipotético.

OSÉ D'ENCARNAÇÃO

Francisco BELTRAN LLORIS, *Epigrafia Latina de Saguntum y su Territorium* (Cronologia. Territorium. Notas Prosopograficas. Cuestiones Municipales). Diputación Provincial de Valencia, Valencia, 1980. 183 pág., XCVI estampas.

Ora aqui está um *corpus* claro, metodologicamente correcto: explica-se na «apresentação» o que se pretende fazer, como se vai fazer e porquê; as citações são referidas à bibliografia colocada no final por ordem alfabética de autores, identificando-se a obra pelo apelido do autor e ano de publicação; índices epigráficos completos; tábuas de correspondência duplas (pela numeração do *corpus* e pela numeração dos outros *corpora*); fotografias abundantes e, dum modo geral, de boa qualidade.

F. Beltrán Lloris logrou apresentar com êxito um *corpus* epigráfico municipal, a que acrescentou quatro apêndices versando problemas de cronologia das epígrafes, a discussão dos limites do *territorium* saguntino na Antiguidade, esboços prosopográficos dos personagens senatoriais e equestres bem como dos que surgem ligados à organização municipal.

Deixando para um trabalho posterior, já em execução, mais dilatados estudos (onomásticos, sociais...) apoiados também noutras fontes (literárias, numismáticas, arqueológicas), o Autor dividiu a obra segundo um critério geográfico: vão em primeiro lugar as inscrições procedentes da área urbana da cidade; seguem-se os textos achados num raio de 10 km, os que pertencem ao *territorium* e, por último, os textos alheios a Sagunto, os

falsos e os duvidosos. Dentro de cada grupo, as inscrições seguem a ordem clássica do CIL. De cada texto se refere: descrição, leitura (segundo o método de Leiden, precedida de desenho), datação, local de achado (identificado em mapas) e paradeiro, bibliografia e pequeno comentário. Assim são tratados perto de 400 textos.

As observações relativas à falibilidade dos critérios de datação (p. 324-327) são muito pertinentes, tendo F. Beltrán Lloris preferido utilizar em conjunto diversos factores passíveis de fornecer índices cronológicos, como sejam a tipologia dos monumentos e sua decoração, as características epigráficas propriamente ditas (paginação, paleografia), o texto em si (existência ou ausência de fórmulas e de superlativos, modo de identificação dos personagens). Tudo analisado, foi possível estabelecer critérios cronológicos para Sagunto (p. 342) que coincidem, aliás, na sua generalidade, com os que se têm verificado noutras partes da Península.

Cautelosa foi também a forma como o Autor procedeu para delimitar o *territorium* de Sagunto. Afirmando que não há um critério aplicável a todos os casos, F. Beltrán Lloris sustenta que o critério básico há-de ser a configuração geográfica da zona em questão: a partir daí se procurará confirmação mediante a análise dos dados de índole arqueológica, epigráfica ou outros (caso de entidades políticas ou tribais preexistentes). Assim procedeu para o caso concreto de Sagunto: a base foi a geografia conjugada com a presença próxima de *Valentia* e *Edeta* (a Sul), a existência a ocidente dum núcleo epigráfico diferente do saguntino e (a norte) com a geopolítica, a onomástica e as epígrafes de magistrados presumivelmente saguntinos.

De maior interesse ainda a análise prosopográfica, coligindo o Autor todos os dados disponíveis acerca da biografia dos personagens em questão.

Enfim, quanto a nós, um trabalho epigráfico modelar. Em pequeno serão apenas, do ponto de vista gráfico: a utilização do corpo 12 tornou o volume demasiado espesso e, conseqüentemente, não muito cómodo de manusear e obrigou, por outro lado, a uma paginação com muitos brancos onde eles não seriam precisos (p. 276-278, por exemplo), com alguns cortes incorrectos e pouco espaço onde ele seria conveniente para melhor separação entre os textos (vide p. 266 e 267, por exemplo). Mas isso não é decerto da lavra do Autor, que se confirmou dotado dum espírito científico e metódico que muito nos agrada salientar. Daí que fiquemos aguardando com o maior interesse os estudos complementares que anuncia.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

G. C. SUSINI, *Epigrafia Romana*, N.º X, 1 da colecção «Guide alio studio della Civiltà Romana», dirigida por S. Calderone e S. D'Elia. Società Editoriale Jouvence, Roma, 1982. 228 pág., LXIV estampas.

Quis o Prof. Giancarlo Susini elaborar não um manual mas um guia para o estudo das inscrições romanas: «expor alguns problemas e traçar uma pano-

râmica dos valores que a epigrafia fornece como história da comunicação humana ao tempo dos Romanos» (p. 7), no intuito de «melhor se conhecer a história do trabalho humano e debruçarmo-nos um pouco mais sobre aquelas inscrições que constituem a historiografia da gente comum ou daqueles homens que se julgavam alguém, mas só tinham uma pedra para perpetuar a sua memória» (*ibidem*).

A primeira parte do livro trata das inscrições em si: o que é e o que significa o texto epigráfico do ponto de vista social, económico, cultural; os diferentes tipos de inscrições — funerárias (a «historiografia das pessoas»), votivas, dedicatórias («a mensagem política, a memória histórica»), as «comunicações prescritivas e indicativas» (p. 124-130), o *instrumentum* («inscrições móveis e instrumentais» — p. 131-140).

A segunda parte — *Epigrafia, comunicação e História* — aborda essencialmente a vasta problemática da inscrição, da escrita como elemento importante da história cultural: «escrita, magia e símbolo» (p. 143-9), «alfabetização e aculturação, leitura e consenso» (p. 150-6), «epigrafia e representação da realidade social» (p. 157-161). «Epigrafia, história e literatura» (p. 162-4), «as crises da mensagem epigráfica» (p. 165-9), «sobrevivência e sorte do modelo epigráfico romano» (p. 170-4), «integrar e datar as inscrições» (p. 175-7).

A terceira parte — *Eurística e Investigação* — é eminentemente prática, abordando temas como a pesquisa bibliográfica e sua organização, os dados a incluir no estudo da inscrição, as possibilidades de aplicação da informática à epigrafia, normas para a constituição de secções lapidares nos museus, lista de siglas e abreviaturas.

O volume termina por uma ampla série de fotografias exemplificativas, da melhor qualidade, cada qual com oportuna legenda explicativa.

Estão já os epigrafistas e mesmo os historiadores da época romana sobejamente familiarizados com a clareza e perspicaz espírito de análise que caracterizam os trabalhos do director da revista «*Epigraphica*», desde o seu clássico *II lapicida romano* (Bolonha 1966) que aborda já um tema que lhe é particularmente caro: o nascimento da epígrafe, aspectos práticos da sua confecção na oficina epigráfica e aspectos teóricos de mentalidade, a epígrafe como elemento primordial duma cultura. E se, dentre as três partes em que *Epigrafia Romana* se divide, nos pedissem para realçar uma, não hesitaríamos: a segunda. Porque é aí que G. G. Susini se embrenha, pela sagaz comparação com a realidade, numa análise original, simultaneamente simples e profunda, do que o monumento epigráfico representa na história da cultura — o estudo das inscrições funerárias traz ao de cima as culturas da miséria (Óscar Lewis), dá lugar na historiografia «ao homem, ao pobre de todos os dias» (Mazzarino) (p. 99)—inclusive como transmissor de ideologia: «Se pensarmos na importância que os sistemas políticos hoje atribuem à toponímia dos arruamentos (...) havemos de compreender o efeito que nomes lidos e relidos diversas vezes ao dia, à entrada e à saída da cidade, podia suscitar numa comunidade em que a classe curial ocupava largo espaço mesmo entre os sepulcros.

E não era por acaso que o proletariado autêntico (...) era sepultado (...) em valas comuns» (p. 100).

Um outro aspecto extremamente positivo deste trabalho é o profundo conhecimento que o Autor tem de (ousamos dizê-lo) *toda* a bibliografia epigráfica publicada. Daí que seja da maior utilidade a parte final de cada um dos capítulos, onde G. C. Susini apresenta, devidamente comentada, a bibliografia correspondente à temática nele abordada. Nem que fosse só por isso, *Epigrafia Romana* revelava-se já da maior utilidade: a sua modesta aparência de livrinho de bolso esconde, de facto, um marco importante na investigação epigráfica mundial.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Georges FABRE, *Libertus — Recherches sur les rapports patron-affranchi à la fin de le République Romaine*, n.º 50 da Collection de l'École Française de Rome, Palais Farnèse, Roma, 1981. XVI + 427 pág., 50 fotografias, 3 mapas.

Depois do volume II das «Fouilles de Conimbriga» (Paris 1976), dedicado à epigrafia daquela cidade lusitana, precedido e seguido por excelentes artigos de síntese acerca da realidade sócio-política da Hispânia Romana (citemos, a título de exemplo, o trabalho sobre a demografia do noroeste peninsular publicado na «Latomus», XXIX, 1970, p. 314-340, as observações acerca dos libertos e a vida municipal na Península Ibérica durante o Alto Império («Actes du Colloque sur PÉsclavage», Besançon 1973, Paris 1976 p. 419-457) — habituámo-nos a ver no Prof. Georges Fabre o historiador metuculoso e arguto que, dotado de sólida formação de epigrafista, sabe tirar do monumento epigráfico total as conclusões mais ajustadas.

A sua actividade docente na Universidade de Pau parecia tê-lo impedido — também — de prosseguir numa investigação deveras promissora, mas aqui está o volume *Libertus*, provando que, afinal, o «silêncio» apenas significava a preparação duma obra verdadeiramente original e meritória.

Pode afirmar-se que até Georges Fabre os libertos eram observados um pouco pela rama, com base em fontes literárias (redigidas por quem tinha em relação a eles naturais preconceitos de classe) ou em textos jurídicos que, baseados muito embora numa realidade, apontam sobretudo os ideais a atingir dentro das normas de convivência social. Nada, porém, que penetrasse um pouco na vida real do liberto, no seu modo de pensar e de agir, no seu relacionamento quotidiano com a família do *patronus*.

Essa, a originalidade desta obra: Georges Fabre lançou mão de todas as fontes historiográficas disponíveis e, nomeadamente, da riqueza inexplorada dos monumentos epigráficos esculturados, a que atribui lugar privilegiado, dando importância a todos os pormenores: ao gesto, à direcção do olhar, às proporções, à paginação do texto. As conclusões da análise são, pois, do

maior interesse, apoiando e/ou modificando conceitos há muito repetidos sem documentação suficientemente comprovativa. Isso lhe permitiu esclarecer as relações individuais e familiares dos libertos, as relações entre co-libertos, as ocupações (mormente artesanais), divindades associadas à libertação, as regras da nomenclatura, o próprio gosto estético; inclusive uma observação cuidada dos *elogia* exarados nos epitáfios deu azo a que se conhecessem as aspirações dos libertos, o universo afectivo e moral da sua vida.

Escolheu G. Fabre como âmbito cronológico da sua pesquisa o período que medeia entre a 2.^a Guerra Púnica (que tamanhas modificações introduziu na vida romana) e o dealbar do Império, um período com efectiva originalidade e uma certa coerência apesar das transformações nele ocorridas. Dessas transformações tomaria o imperador Augusto plena consciência, adoptando medidas que determinaram nova problemática neste domínio, como por exemplo a criação de novo *corpus* legislativo, o aparecimento da *Familia Caesaris*, outras condições de trabalho dadas aos especialistas em Direito e, finalmente, a limitação da participação dos libertos na vida cívica (p. IX-X).

Foram objectivos da sua investigação: tentar chegar à própria origem do acto liberatório, reencontrar as formas e o significado social da nomenclatura do liberto, analisar os aspectos propriamente pessoais da relação senhor/liberto (tendo em consideração o estatuto ou a posição social deste último), medir a extensão das obrigações económicas e, nomeadamente, dos serviços devidos pelos libertos.

Estuda o Livro I os fundamentos e a expressão do laço existente entre o senhor (*patronus*) e o liberto. Em primeiro lugar, os aspectos jurídicos e humanos da criação desse laço: a libertação formal [*voluntas domini*, *manumissio censu*, *manumissio vindicta*, libertação por disposição testamentária], os limites da vontade do senhor (casos especiais de libertação, intervenção do Estado), escravatura e liberdade («favor libertatis», «spes libertatis»). Depois, a importância do estudo da onomástica como forma de mais facilmente se detectar a afirmação real desse laço (realce dado ao elemento individualizante, a expressão da dependência em relação ao senhor). Se a primeira parte deste Livro I se baseia predominantemente nos textos jurídicos, a segunda (p. 93-124) assume relevo especial porque fundada em exaustiva análise das epígrafas republicanas, não só das que constam do CIL I² (G. Fabre teve acesso ao manuscrito de Solin) como também de inúmeras outras, algumas ainda inéditas, dispersas pelos museus que demoradamente visitou. Chamamos a atenção para a particular importância do estudo feito acerca da introdução do *cognomen* como elemento individualizante (que distingue o liberto do resto da *plebs ingenua*) quando o *praenomen* deixou de o ser (nomeadamente face ao *patronus*) e o problema que essa introdução acarreta permitindo, na prática, uma «confusão» entre escravo e liberto. Daí que para a maioria dos libertos escrever o nome na pedra fosse «o meio social de fixar (para a eternidade, esperavam eles) a sua existência enquanto pessoas de condição livre. Expulsos da História pelos escritores de origem aristocrática,

apenas lhes restava escrever sobre os epitáfios a sua história individual ou familiar» (p. 124).

O Livro II versa os aspectos jurídicos e humanos da relação entre o senhor e o liberto, primeiro no seu quadro material e humano (p. 129-215) e depois no âmbito propriamente pessoal (p. 217-265). Refere-se, com base nos dados literários, jurídicos e arqueológicos, a co-habitação do liberto e seu senhor durante a vida e mesmo na «residência dos mortos» (quadro material), passando-se depois ao estudo dos aspectos jurídicos e sociológicos da vida familiar dos libertos (tipos e valor jurídico das uniões, a expressão da vida familiar — aqui com muito relevo para o* dados escultóricos e epigráficos). Em relação a este último aspecto, o Autor conclui que os libertos se unem geralmente com outros libertos, uniões predominantemente informais, sendo bastante o círculo da *gens* do senhor para englobar o essencial dessas relações (p. 214).

Para completar o quadro, aborda Georges Fabre, no Livro III, os aspectos económicos que envolvem o relacionamento entre o senhor e o liberto e sobre os quais muito se tem especulado dada a sua importância. Também aqui a análise do Autor é arguta, pondo em confronto as diversas fontes de que dispõe para determinar: A) a intervenção do senhor na aquisição e na devolução dos bens do liberto (p. 269-315); B) a fiscalização exercida pelo senhor sobre as actividades do liberto (p. 317-357): os seus fundamentos, o liberto ao serviço do senhor, a actividade profissional do liberto — autonomia ou dependência? (o Autor conclui pela dependência, que pode inclusive subsistir para lá da morte do senhor — p. 361).

A bibliografia é apresentada por fontes e por obras e artigos de referência. Há índices: de fontes (aqui, nem todas as referências vêm anotadas), de antropónimos (por gentilícios), de topónimos, de teónimos e por assuntos. As fotografias são da melhor qualidade. Os dois primeiros mapas patenteiam a distribuição dos libertos de cidadãos romanos, um na Península Itálica e outro no mundo romano; o terceiro mapa refere-se aos patronatos múltiplos.

JOSE D'ENCARNAÇÃO

Memorias de Historia Antigua, II — 1978. Actas del Coloquio 1978 «Colonato y otras formas de dependencia no esclavistas». Instituto de Historia Antigua, Universidade de Oviedo, 1980.

Com uma periodicidade exemplar, organiza o Instituto de História Antiga da Universidade de Oviedo, colóquios anuais que congregam, em redor dum tema comum, especialistas espanhóis. É feliz a ideia daquele Instituto jovem, pelo dinamismo que representa, pela troca de impressões que proporciona e, sobretudo, pelas Actas que daí resultam.

Neste caso, de 1978, tal como já sucedera em 1977, as comunicações têm cariz científico variável e alargam-se a zonas exteriores à Península Ibérica. Talvez seja esse um dos pontos a melhorar em futuros colóquios:

o tema proposto é abordado dos mais diversos pontos de vista, aqui e além fugindo à directriz inicial, apontando-se por vezes aspectos específicos que pouca relação parecem ter com a temática principal. Ou quiçá tal impressão seja provocada por as comunicações não estarem, nas Actas, arrumadas segundo um critério cronológico e/ou geográfico.

Compreende-se, pois, que E. Matilla estude a população semilivre do Norte de África (p. 51-58); G. Bravo, o estatuto sociopolítico do colono dentro da sociedade romana dos começos do Baixo Império (p. 59-70); que A. González, para além de fazer o ponto da bibliografia sobre a temática em análise (p. 229-237), procure definir, a partir de dados colhidos na obra de S. João Crisóstomo e na «História Augusta», a condição dos colonos no conjunto da estrutura social do Baixo Império (p. 81-93) — de resto, os dois trabalhos completam-se. Diríamos, até, que o Baixo Império é, ele próprio, um elemento catalizador de estudos vários: Ramón Teja busca uma interpretação para a lenda dos *tergemini* (p. 93-102); E. Gonzalbes relaciona a propriedade territorial e as lutas sociais na Tingitânia (p. 125-130); M. Pastor considera o carácter social do movimento bagáudico (p. 205-216).

Ainda dentro do tema do Colóquio — as relações sociais de teor não escravagista — se situam as comunicações de Alberto Prieto, analisando a *devotio*, que em seu entender se não deverá adjectivar de «ibérica» (p. 131-5); de J. Santos, relacionando as formas de dependência céltica que perduraram sob o domínio romano (p. 137-145); de J. F. Rodríguez Neila, sobre os *incolae* (p. 147-169); de J. Fernández Ubiña, focando a transição ocorrida no séc. vi na Bética do escravagismo ao regime de colonato (p. 171-179); de A. Díaz, abordando a posição assumida no Concílio de Elvira acerca das relações de dependência (p. 199-203); e, finalmente, de J. Mangas enumerando os testemunhos de clientela privada na Hispânia romana (p. 217-226). Já o trabalho de Bermejo Barrera sobre a sociedade micénica nos parece menos enquadrado (p. 9-18), assim como o de Roldán Hervas, sobre as origens da plebe (p. 19-39) ou o de García Moreno sobre a exploração agrária cartaginesa (p. 71-80) ou, ainda, o do Prof. Blázquez (p. 103-123) quando analisa a problemática económico-social patente nas obras de Geróncio («Vida de Melânio») e de Paládio («Historia Lausiaca»).

Ai está, pois, um conjunto de dados para reflexão — e não será este o menor mérito desta obra.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Guillermo FATÁS, *CONTREBIA BELAISCA* (Botorrita, Zaragoza) — II — *Tabula Contrebiensis*. Departamento de Historia Antigua, Universidad de Zaragoza, 1980. 128 p., ilustr., 1300 pts.

Ocupa-se esta obra numa tábuca de bronze de 20,8 x 43,8 cm, epigrafada, encontrada na jazida celtibérica de Botorrita, na província espanhola de Zaragoza.

Conimbriga, 23 (1984), 207-227

Entregue ao autor em finais de Dezembro de 1979, o importante documento histórico foi minuciosa e persistentemente estudado, de forma que o presente volume pôde ser redigido durante o 1.º semestre de 1980, na intenção — que aplaudimos — de «facilitar prontamente aos colegas de todas as partes um estudo mínimo suficiente acerca do seu conteúdo».

Após a introdução, apontando uma panorâmica do trabalho e seus objectivos, G. Fatás dá a sua leitura do texto, que se distribui por 20 linhas; apresenta a tradução castelhana e descreve muito pormenorizadamente os *aspectos materiais* do documento (p. 15-21), detendo-se inclusive em dados técnicos referentes ao tipo de tratamento utilizado.

Detém-se seguidamente (p. 23-29) na apresentação duma panorâmica das jazidas arqueológicas da área de *Contrebia Belaisca, civitas* que teria sido destruída por volta de 49 a.C..

Os *aspectos epigráficos* (p. 31-41) mereceram do autor a maior atenção, dado tratar-se, de facto, duma peça «francamente excepcional» (p. 32). Interessaram-lhe os usos latinos arcaizantes, de que aduz outros exemplos; o traçado das letras possibilita-lhe o esboçar do alfabeto utilizado.

Entrando propriamente no domínio da Historia, G. Fatás analisa a problemática das localidades mencionadas, começando por frisar a necessidade de se relacionarem esses dados com os lugares conhecidos através das legendas monetárias como centros de cunhagem; daí preconizar a estreita cooperação entre numismatas, linguistas e arqueólogos neste domínio da investigação. Assim, as moedas confirmam o topónimo, *Contrebia Belaisca* ou *Balaisca*; os *Salvienses* habitariam *Salduie*, importante localidade junto ao Ebro e ao Huerva, que dominava a chegada do caminho das Gálias (p. 62); *Allavona* deverá identificar-se com Alagón na confluência do *Salo flumen* com o Ebro (p. 64); desconhece-se até ao momento a localização da *civitas Sosinestana*, eventualmente numa zona a poente do Rio Gállego, na altura ocupada quiçá pelos Vascões (p. 67).

O texto da *tabula*, datado de 15 de Maio de 87 a.C., é de teor jurídico e poderá sintetizar-se assim: os *Sosinestani* venderam aos *Saluienses* um campo através do qual estes desejavam fazer passar um *rivus* e uma conduta de água. Descontentes, porém, com a transacção, feita sem o seu consentimento, os *Allauonenses* apresentaram queixa, recorrendo ambas as partes em conflito aos bons serviços duma comissão de arbitragem, constituída neste caso por representantes da povoação de *Contrebia*. A comissão considerou que os *Salluienses* tinham de pagar uma indemnização aos queixosos e o governador romano, G. Valério Flaco, aprovou a decisão (*sententia*) e fê-la executar.

Justificava-se, pois, em face disso, a análise dos *aspectos jurídicos* contido na *tabula* (p. 69-85).

O estudo *onomástico* também não é esquecido. G. Fatás realiza-o (p. 87-99) de colaboração com F. Marco, distribuindo os nomes por três áreas linguísticas: celtibérica, ibérica e vasca; cada antropónimo tem comentário à parte.

Não foram descurados, ainda, os *aspectos sócio-políticos* (p. 101-109), detendo-se o autor na organização de *Contrebia*, comentando: «Trata-se de realidades pré-romanas, que só parecerão estranhas por não terem sido documentadas até hoje; não são, no entanto, incoerentes com o panorama cultural já conhecido e não repugnam ao sentido lógico e histórico» (p. 109).

Por último, G. Fatás resume a biografia de Gaio Valério Flaco (p. 111-123), abordando os limites cronológicos da sua actividade.

Alude-se às principais fontes epigráficas e literárias. De aplaudir a boa documentação fotográfica: da placa aquando da entrega, após a primeira limpeza, no estado actual, de perfil, culminando com uma excelente fotografia a cores.

Um estudo muito completo, feito com muita humildade — digno, pois, de todo o encómio.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Supplementa Italica (nuova serie, vol. 1). Unione Accademica Nazionale. Edizioni di Storia e Letteratura, Roma 1981. 205 pág.

Vem sendo preocupação de todos os epigrafistas europeus contribuírem para a actualização do CIL, de forma a colocarem ao dispor do mundo científico os importantes dados quotidianamente trazidos a lume pelo achado de novas inscrições.

Afirma Margherita Guarducci, directora da Comissão para as Inscriptiones Italiae, na apresentação deste *Supplementa Italica*, que, na Itália, das mil novas inscrições descobertas cada ano são menos de cem as publicadas, o que redundava em «prejuízo incalculável» para a ciência. Daí o aparecimento de projectos que visam reduzir o tempo que medeia entre a descoberta e a publicação dos textos epigráficos.

Neste domínio, a actividade do Instituto de Epigrafia e de Antiguidades Gregas e Romanas da Universidade dos Estudos de Roma, dirigido pelo Prof. Silvio Panciera, revela-se a todos os títulos notável. E o presente volume é mais uma prova disso.

Destinado a ser efectivo complemento do CIL — embora não redigido em Latim mas em Italiano, por uma questão de rapidez —, cada «suplemento» abrange um capítulo do CIL e é da responsabilidade de um autor.

Assim, depois da apresentação da colecção, a cargo de M. Guarducci, e dum esclarecimento de Silvio Panciera acerca da «estrutura dos suplementos», este volume abrange os seguintes capítulos:

Regio I (Latium et Campania): *Ferentinum* (Heikki Solin);

Regio VI (Umbria): *Pisaurum* (Giovanni Mennella e Giovannella Cresci Marrone);

Regio VII (Etrúria): *Falerii Novi* (Ivan di Stefano Manzella);

Regio IX (Liguria, Alpes Maritimae): suplemento aos índices onomásticos de GIL Y (Giovanni Mennella).

Parece-nos bem adequada a estrutura seguida em cada um dos suplementos: *corpora* que se actualizam; bibliografia epigráfica e outra bibliografia essencial; adendas e correcções às notícias históricas e, depois, aos monumentos epigráficos contidos nos *corpora* que se actualizam; textos novos.

Essas adendas não constituem uma revisão «absolutamente sistemática» mas tão-somente uma recolha de notas e observações complementares feita no decorrer dos trabalhos de revisão. A apresentação tipográfica dessa parte acaba por ser cómoda e pouco onerosa: não se fazem parágrafos, apenas os números das inscrições revistas se destacam bem, a negro.

De cada novo texto, dá-se a fotografia com escala (as fotografias são, dum modo geral, boas); a descrição sumária; local de achado e paradeiro actual; bibliografia; leitura e pequeno comentário. A leitura é apresentada em minúsculas, linha por linha. Utilizam-se os sinais diacríticos já preconizados por Silvio Panciera em *Tituli* 2. 1980 p. 205-215 (cfr. «Gonimbriga» XXI 1982 p. 208-209), e a pontuação só é referida no comentário. Este é, em geral, muito sintético, sem notas de rodapé.

Cada suplemento dispõe de índice próprio, gizado nos moldes do *AE*. Os poliónimos são sempre apresentados na totalidade e repetidos tantas vezes quantos os seus elementos constituintes; o capítulo dos *notabilia varia* foi oportunamente cindido em *res* e *verba*.

A simples enumeração do conteúdo da obra dá, sem dúvida, a exacta ideia do seu enorme interesse, não só como recolha epigráfica mas inclusive do ponto de vista metodológico. Os nossos votos — que outros volumes se lhe sucedam e que outras instituições europeias lancem ombros a iniciativas congêneres.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

CABYLE. Tomo I. Éditions de l'Académie Bulgare des Sciences. Sófia, 1982, 167 págs., ilustr.

O primeiro duma série de estudos monográficos sobre a cidade antiga de Gabylé, na actual Bulgária.

Habitado desde finais da Idade do Bronze, em zona de boas aptidões agrícolas e de excelentes condições estratégicas, o sítio de Cabylé transformou-se em cidade que perdurou até à invasão dos Ávaros, no fim do séc. vi. Conhecido arqueologicamente a partir do séc. xix, foi o seu estudo relançado, com escavações sistemáticas, depois de 1972. São os primeiros resultados dessa investigação que este I tomo apresenta.

Conimbriga, 23 (1984), 207-227

Escrito em Búlgaro, o volume tem resumos em Francês, o que — juntamente com a profusão das ilustrações — o torna acessível aos investigadores da Europa ocidental.

Yelizar Velkov assina o 1.º artigo acerca da situação, estudos e fontes para o estudo de Cabylé. Os demais artigos — devidos à pena de diversos investigadores búlgaros — versam aspectos arqueológicos (escavações na basílica n.º 1 e nas necrópoles trácias em torno da cidade) e alguns conjuntos do espólio encontrado: a cunhagem de moedas de bronze na época helenística, as moedas achadas, 138 marcas de ânforas, o conteúdo dum vaso em bronze, avançando-se inclusive um estudo antropológico.

O vaso, em jeito de busto de sátiro, deve ter contido azeite aromatizado para ungir o corpo antes das competições desportivas.

A análise dos 53 esqueletos, eventualmente sepultados em tempo de paz porque há a mesma proporção entre os dois sexos, revelou que se trata muito provavelmente de gente de raça mediterrânica, com uma média de vida de 41,5 anos.

As marcas de ânfora documentam as relações comerciais com as ilhas do Mediterrâneo oriental, relações cujo apogeu se situa em meados e na 2.ª metade do séc. m a.C., como aliás o comprova também o estudo numismático. Em 80-70 a.C., os Romanos tomaram a cidade, alterando as relações sócio-económicas.

Bastantes desenhos e fotografias — algumas de muito boa qualidade — ilustram os temas tratados.

É, em suma, o tipo de trabalho monográfico, concebido e realizado em equipa, cujo elevado interesse histórico nos parece desnecessário sublinhar.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Enrique FLÓREZ, *La Cantabria*. Ediciones de Librería Estudio, Santander, 1981. Introdução e comentários de Ramón Teja e J. M. Iglésias-Gil. 322 pág.

Ainda não estará completamente feita uma historia crítica da historiografia da Antiguidade Clássica. E valeria a pena debruçarmo-nos de novo sobre os nossos autores desde a era de Quinhentos até quase aos nossos dias, de forma a detectarem-se, num âmbito de historia cultural e das mentalidades, as opiniões vigentes ñas diversas épocas acerca dos Romanos e seus costumes e façanhas em relação com a Historia Pátria.

Entre nós, desde um André de Resende há toda uma série de escritores (Frei Bernardo de Brito, Manuel Faria e Sousa...) cujas páginas sobre a antiguidade de Portugal nos deveriam merecer mais do que um ingénuo sorriso condescendente. Haveria que estudá-las e divulgá-las até, na medida em que tais volumes, pela sua antiguidade, se tornam cada vez mais inacessíveis mesmo ao estudioso.

Por isso não podemos deixar de aplaudir a iniciativa levada a cabo em Santander (Espanha) de publicar, em edição facsimilada, *La Cantabria* do P.^o Henrique Flórez, dada à estampa pela primeira vez em 1768.

Ramón Teja e J. M. Iglésias-Gil, dois jovens professores do Departamento de História Antiga da jovem Universidade de Santander, encarregaram-se, em boa hora, da introdução e dos comentários. Na introdução, procuram integrar a obra no seu tempo: historiam as vicissitudes da tese do vasco-cantabrismo (que defendia a identificação dos Cántabros com os actuais Bascos) e mostram como o P.e Flórez, ao delimitar com precisão os contornos da Cantábria romana (distinguindo-a do País Basco), deu o golpe de misericórdia à ideia — o que não deixou de ter importantes implicações político-administrativas. Compreende-se, aliás, que seja possível reeditar agora *La Cantabria*, no momento em que se caminha, em Espanha, para a progressiva autonomia das suas várias províncias com unidade histórico-cultural.

E a obra do P.e Flórez visa exactamente delinear um quadro o mais completo possível — em todos os aspectos, geográfico, étnico, cultural — do que foi a Cantábria antiga: «Disertación sobre la situación de la Cantabria, con noticia de otras regiones confinantes y varias poblaciones antiguas». Aliás, ele próprio deixa perceber o seu intuito logo nas primeiras linhas:

«La principal controversia acerca de la *Cantabria* es sobre la situación y extensión. En varios tiempos hubo variedades en los límites. Algunos escritos no distinguieron tiempos y confundieron sitios. Para hablar con distinción, reducimos ahora la investigación a la Cantábria *antigua* (...)» (p. 49).

Tinha razão E. Florez na sua investigação ? Foi a resposta a esta pergunta que norteou os comentários de Ramón Teja e Iglésias-Gil, oferecendo-nos em oportunas notas de rodapé o estado actual dos conhecimentos, remetendo para a correspondente bibliografia especializada.

Tem, pois, o maior interesse documental o livrinho ora editado e apresentado em público no decorrer do congresso comemorativo do I Bimilénario da Conquista da Cantábria pelos Romanos (Santander, Julho 1981). Uma que outra falha se encontrará aqui e além, devido a compreensíveis lapsos, que numa reedição se poderão corrigir. Assinalemos alguns que topámos:

Dum modo geral, no que concerne às inscrições, é dada a correspondência com o CIL. No entanto, no § 98 (p. 120-2), é CIL II 242* e não CIL II 242 (o texto é falso); nos §§ 102-104 (p. 123-5), não se diz que esses *termini augustales* entre os campos da IV legião e o território de Iuliobriga vêm referidos em CIL II 2916; também a nota ao § 113 não cita CIL II 4192, que transcreve o texto em causa. A respeito de *Vadina*, mal ou bem, um dos livros que mais exaustivamente aborda a questão é certamente o de Carmen García Merino, *Población y Poblamiento en Hispania romana. El conventus Cluniensis* (Valladolid, 1975), que não vem indicado nem na nota nem na bibliografia. Aliás, também em relação ao bispo Idácio (§ 321, p. 280-1) nos parece dever citar-se a investigação levada a efeito por Alain Tranoy, nomeadamente a sua edição da *Crónica* (Paris, 1974).

Mantiveram os editores: o apêndice da obra original, que traz a «ordem com que Ptolomeu menciona as regiões pertencentes a este livro» e que seria completado por um mapa (aqui não incluído); e um índice «das coisas mais notáveis desta dissertação» também da lavra do P.e Flórez. A bibliografia geral, que fecha o volume, refere-se exclusivamente às obras citadas pelos comentadores.

Trabalho muito válido, pois, esta reedição dum livro do séc. xvm, que assim se torna acessível a todos os investigadores.

Oxalá se tornem realidade iniciativas semelhantes, permitindo dessa forma que se veja a outra luz a historiografia dos séculos passados.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

(Página deixada propositadamente em branco)

INDEX NOMINUM

A

- Abascantus*, L. Curtius, 80.
Abogalheira — Amarante, 203.
Accius Hedychrus, G., 83.
Acilius Rufus, Cnaeus, 15-16.
Açores, Serra — Gondomar, 202.
Adriano, 58, 59.
Adronus, 50.
Aelius Superstes, L., 15-16.
Aemona — ístria, 149.
Aemilius B alae sus, 33.
 ---- *Themison*, L., 15-16.
Afonso III, 151.
África, 121, 221.
Agen-Lot-et-Garonne — França, 93.
Agostinho (S.), 149.
Agra de Canas (Medas) — Gondomar, 202.
Água da Cuba (S. António das Areias) — Marvão, 186.
Aguiar — Évora, 55, 59, 64, 65.
Aiólós, 197.
Aire, Serra — Torres Novas, 189.
Alagoa (Salir) — Loulé, 188, 189.
Alagón, antes Allavona — Espanha, 222.
Alameda Um de Março — Tomar, 203.
Alandroal, 82, 86.
Alapraia — Cascais, 203.
Alarcão, Adília Moutinho de, 12, 16, 214.
Alba Iulia — Dácia, 80.
Albertos, M. Lourdes, 213.
Albintimilium — Itália, 125.
Alcabideche — Cascais, 172, 175, 197.
Alcácer do Sal, antes Kevion e Salacia, 49, 57, 92, 127, 182.
Alcobaça, 87, 89-91, 95.
Alcoutim, 184.
Aldeia de Cadafais — Alen quer, 99.
 ---- *Nova*, Miranda do Douro, 38.
Alemanha, 118, 149.
Alenquer, 97, 99, 108.
Alentejo, 72, 204 — Vide também: Alto Alentejo; Baixo Alentejo.
Alfarrobeira — Loulé, 189.
Algarve, 176, 182.
Algeriz — Valpaços, 183.
Alijó, 40, 178, 187, 199.
Aljustrel, 51, 187, 206.
Allavona, hoje Alagón — Espanha, 222.
Almansil — Loulé, 182.
Almeida, C. A. Ferreira de, 21.
 ---- , Fernando de, 9.
 ---- , Maria Manuel de, 13.
Almeirim, 204.
Almeria — Espanha, 172.
Almodôvar, 51.
Alqueva — Portei, 204.
Alte — Loulé, 189.
Alter do Chão, 197.
Alto Alentejo, 172.

- *do Barril* — Cascais, 185.
 ----- *Carrasqueiro* — Pombal, 171.
 ----- *Cidreira* (Carrascal de Alvide, Alcabideche) — Cascais, 197.
 ----- *Coto da Pena* (Vilarelho) — Caminha, 181.
 ---- *Douro*, 30.
 ---- *da Feteira* — Pombal, 171.
 ---- *do Pópulo* — Alijó, 178.
 ----- *Tufo* — Carregado, 99.
Alavão, Serra — Trás-os-Montes, 22, 30, 190.
Alvarelos — Maia, 25.
 ----- Santo Tirso, 49, 179.
Alvito, 64.
Amadora, 200.
Amarante, 203.
Amimetus, 8.
Anastácio (S.), 145.
Andaluzia — Espanha, 125.
Angera — Espanha, 80.
Anjo, Monte — Ronfe, 52.
Annius Lapillianus, Lucius, 15-16.
 ---- *Novatus, Lucius*, 8, 16.
Anta da Chã — Alijó, 178.
 ----- *Fonte* (Chã)—Alijó, 187.
 ---- *Grande do Zambujeiro* — Évora, 204.
Antemil (Santiago de Bougado) — Santo Tiso, 179.
Antioquia — Síria, 110.
Antonino, 24, 55, 57, 64.
Antonius, Ladronus, 49.
Apulum — Dácia, 79.
Aquileia, 75.
Arade, Rio, 206.
Arcal — Sines, 171.
Arcos de Valdevez, 181.
Ardaos, Nossa Senhora das Neves — Chaves, 178.
Areias — Mealhada, 176.
Arentsbourg — França, 94.
Ares — Évora, 62-64.
Arezzo — Itália, 118.
Ar gañil, 195.
Argozelo — Bragança, 35.
Arles — França, 101.
Arneiro (Carcavelos) — Cascais, 186.
Arnoaldi (Bolonha) — Itália, 93.
Aroche, antes Arucci — Espanha, 57.
Arruda dos Vinhos, 99.
Artemidorus, Messius, 81-84.
 ---- , *Messius Iulius*, 82.
Arucci, hoje Aroche — Espanha, 57.
Arva — Bética, 86.
Ásia Menor, 123.
Astorga (Asturica) — Espanha, 24, 32, 213, 214.
Atenas — Grécia, 117, 123.
Atenor — Miranda do Douro, 35.
Attianus Rufus, 33.
Attius, Lucius, 12, 16.
Augusta Emerita — Lusitânia, 71, 75, 86 — Vide também: *Emerita; Mérida*.
 ---- *Treverorum* — Itália, 80.
Augusto, 23, 117, 126, 178, 210, 211, 219.
Aureliano, 9, 14.
Aurelius Ursinus, 8, 14, 15.
Ave, Rio, 22, 43, 44, 51, 52.
Avelanoso — Vimioso, 28.
Avenida da República — Faro, 180.
Aventino, Monte — Roma, 80.
Avioso, S. Pedro — Maia, 179.
Avittianus, Marcus Iulius, 15-16.
 ---- , *Quintus Iunius*, 15-16.
Avitus, 49.
Azaila (Teruel) — Espanha, 130.

B

- Baixo Alentejo*, 172.
Balaesus, Aemilius, 33.
Balil, A., 15.
Balsa — Tavira, 8, 12.

Barcarena — Oeiras, 206.
Barcelos, 192.
Barreiro, 174.
Barroso, Serra, 22.
Barrozinha — Sado, 126.
Bastos, Carlos Pinto, 176.
Bavay — França, 90.
Beira Alta, 28.
Beirão, Caetano, 45.
 ■ffe/a, 8, 45, 63, 64, 71, 72, 82, 85, 196, 204.
Belchior, S. Lopes, 180.
Belém — Lisboa, 27.
Belo — Cádiz, 130.
Beltran Lloris, Francisco, 215, 216.
Benespera — Guarda, 192.
Beneventum — Itália, 79.
Bento (S.), 145, 147-149, 152.
Besçon — França, 93.
Bessapara — Trácia, 81.
Bética, 43, 44, 52, 86, 124, 126, 221.
Bobadela — Oliveira do Hospital, 200.
Boca do Bio (Budens) — Vila do Bispo, 189, 198, 204.
Bolacha, Quinta — Amadora, 200.
Bolonha (antiga Bolonia) — Itália, 93, 125.
Bordeaux — França, 21.
Bornes, Serra, 30, 31.
Boticas, 196.
Botorrita — Saragoça, 221.
Bougado, Santiago — Santo Tirso, 179, 201.
Bracara Augusta, 75, 82, 179, 214 — Vide também: Braga.
Bracarus, Ladronus, 43, 47, 49, 50, 52.
Braga, 24, 27-29, 40, 50, 75, 145, 173, 176, 178, 182-184, 193, 213 — Vide também: *Bracara Augusta*.
Bragança, 27-32, 35-37, 41, 185.
Brandão, Domingos de Pinho, 214.
Brigetio — Panónia Superior, 79.

Briteiros, Citânia — Guimarães, 23, 194.
Brito, Bernardo de, 225.
Brixia — Itália, 75.
Broalhos (Medas) — Gondomar, 202.
Brutus, Decimus Iunius, 23.
Buarcos — Figueira da Foz, 194.
Buçaco, Serra, 155.
Budens — Vila do Bispo, 198.
Bulgária, 224.
Buraca da Moura — Torres Novas, 189.

C

Cabaço, Hipólito, 99, 100.
Cabaninhas (Covas) — Vila Nova de Cerveira, 197.
Cabeço das Fráguas — Guarda, 192.
Cabo de Paços — Tarracense, 86.
Cabreira, Serra, 22.
Cabylé — Bulgária, 224, 225.
Cáceres — Espanha, 50, 52.
Cadafais, Ribeira, 99.
Cadavez, António, 174.
Cádiz — Espanha, 130.
Caecilia Marina Ossonobensis, 13.
Caecilius Liberalis, *Lucius*, 15-16.
 ---- *Plocamus*, L., 15-16.
 ---- *Symphorus*, L., 15-16.
Caeiro, José Olivio, 45.
Caetobriga, hoje Setúbal, 127.
Calábria — Itália, 130.
Calahonda — Granada, 126.
Calañas — Huelva, 50, 52.
Caldas das Taipas — Guimarães, 29.
 ---- *de Vizela* — Vizela, 28.
Caldeias — Vila Verde, 28.
Calixto, Tito Lívio, 89.
Callaecia, 213, 214.
Callenses (El Coronil) — Bética, 86.
Callistus, Geminius, 15-16.
Calpurnius, Caius, 12, 16.
 ---- *Teodoras*, L., 13.

- Calvus*, Lucius Licinius, 15-16.
Cantalea, Iulia, 33.
Camalus, 49.
Caminha, 181.
Camoeira — Aguiar, Évora, 58, 64, 65, 67.
Campo Maior, 202.
Camulodunum — Colchester, 110.
Cancelo (Souzelo) — Cinfães, 186.
Canelas — Vila Nova de Gaia, 190.
Cantábria — Espanha, 225, 226.
Capadócia — Ásia Menor, 149.
Caparide (S. Domingos de Rana) — Cascais, 186.
Caparra — Espanha, 71.
Capela, Padre, 179, 180.
Caracala, 59, 66, 210.
Carbedo — Espanha, 213.
Carcamije (Dume) — Braga, 182.
Carcavelos — Cascais, 186.
Cardoso, Guilherme, 175, 185.
Cárquere — Resende, 28, 49.
Carrascal de Alvide (Alcabideche) — Cascais, 197.
Carrasqueira, Ribeira, 203.
Carregado — Alenquer, 99.
Carvalho de Rei — Amarante, 203.
Carvoeiro — Viana do Castelo, 178.
Casa dos Bicos — Lisboa, 176, 204.
Casal do Clérigo (Tires) — Cascais, 194.
 ---- *da Mota* — Nazaré, 87, 89, 95.
Casas de Monforte — Chaves, 188.
Cascais, 172, 175, 185, 186, 194, 197, 203.
Castelinhos, Monte — Vila Franca de Xira, 97, 99.
Castello Berensi — Huelva, 50.
 ---- *Durbede*, povoado talvez perto de Ronfe, 43, 44, 47, 50-52, 213.
 ---- *Talabrica*, 50.
Castelo (Carvalho de Rei) — Amarante, 203.
 ---- (Vermoim) — Vila Nova de Famalicão, 200.
 ---- *da Maia* — Porto, 49.
 ---- *das Medas* (Medas) — Gondomar, 202.
 ---- *de Neiva* — Viana do Castelo, 202.
 ----- *Vide*, 200.
Castro de Avelãs — Bragança, 28, 30.
 ---- *do Cabeço* — Boticas, 196.
 ---- *da Cola* — Ourique, 204.
 ----- *Fórnea* — Torres Vedras, 194.
 ---- *Marim*, antes Esuri, 57, 184.
 ---- *de Pirreitas* — Alcobaça, 87, 89-91, 95.
 ----- *Rubiães* — Orense, 50.
Castromao — Espanha, 213.
Cástulo — Espanha, 10.
Cauca, cidade romana na área de Vila Pouca de Aguiar, 194.
Cautela, Afonso, 204.
Cávado, Rio, 22.
Centre Pierre Paris — Bordeaux, 21.
Cercio — Espanha, 38.
Cerrada de João do Couto — Tomar, 198.
Cerro del Berrueco — Salamanca, 92.
 ---- *do Castelo* (Garvão) — Ourique, 201.
 ---- *da Vila* — Quarteira, 188.
César, Júlio, 115.
Cesareia — Capadócia, 149.
Césares, 176.
 CM — Alijó, 187.
Chastagnol, André, 15.
Chaves, 25, 27-29, 31, 32, 36, 40, 51, 62, 175, 178, 182, 188, 192, 201.
Chius i — Itália, 117.
Chrysanthus, Quintus Iunius, 15-16.
Chrysanthus, 8.
Cidade da Figa (Meadas) — Gondomar, 202.
Cidadelhe — Vila Pouca de Aguiar, 194.
Cinfães, 186.

Citerior, Hispania — Vide: *Hispania Citerior*.
Cláudio, 124.
Coiança — Espanha, 148.
Coimbra, 148-152, 156, 192.
Colchester — Inglaterra, 110.
Cómodo, 59.
Conimbriga, 12, 89, 103, 105, 114, 120, 143, 145, 146, 157, 161, 175, 177.
Constans, Flavius Iulius, 61, 62.
Constança — Alemanha, 149, 150.
Constantino o Grande, 61, 62.
Constantinopla, 149.
Constantius, Flavius Iulius, 61, 62.
Contrebia Belaisca ou *Contrebia Balaisca* (Botorrita) — Saragoça, 221-223.
Córdoba, antes Corduba — Espanha, 86, 149-151.
Corga — Loulé, 188.
Corinto — Grécia, 123.
Cornelius Eridanus, M., 11, 12, 17.
 ---- *Persa*, Marcus, 10-12, 15.
Cosconius, Lucius Herennius, 15-16.
Cotovia (S. Clemente) — Loulé, 189.
Couço do Monte Furado (Cabanihas, Covas)—Vila Nova de Cerveira, 197.
Coura, Rio, 197.
Couraça — Alenquer, 99.
Coutinho, Ana (D.), 152.
Covas — Vila Nova de Cerveira, 197.
Covelas, Ribeiro, 201.
Covilhã, 182.
Crasto — Ronfe, 52.
Crastos (Medas) — Gondomar, 202.
Crato, 184.
Crawford, Michael, 85.
Crispus, Flavius Iulius, 55, 61, 62.
Cristelo — Albergaria-a-Velha, 191.
Cristo, Jesus, 151, 156.
Crook, J. A., 85.
Cuba, 177, 197.

Cumas — Itália, 90.
Curral de Vacas — Chaves, 36.
Curtius (L.), Abascantus, 80.

D

Dácia, 79-81.
Dalmácia, 80.
Darque — Viana do Castelo, 184.
David, 172.
Delmatius, Flavius Iulius, 61, 62.
Defesa de São Pedro — Campo Maior, 202.
Denbingshire — Inglaterra, 110.
Deveza de Vila Nova — Bragança, 35.
Diadúmeno, 66.
Dias, Lino Tavares, 193.
 ----, Ximeno, 150.
Diebuig — Alemanha, 80.
Diocleciano, 213.
Diodor a, 8.
Domiciano, 76.
Domingos, José Baptista Barreto, 99.
Donai — Bragança, 35.
Doubs — França, 93.
Douro, Rio, 22, 23, 28, 30, 51, 195.
Dovaius, 43, 47, 49, 50, 52, 213.
Dume — Braga, 182.
Dumézil, Georges, 211.
Dura Europos — Síria, 110.
Durnomagus — Germânia, 80.

E

Ebora — Vide: Évora.
Ebro, Rio, 222.
Edeta — Espanha, 216.
Eira Pedrinha — Condeixa, 156.
Egipto, 81, 109, 210.
El Coronil — Bética, 86.
 ---- *Bepilado* — Huelva, 50, 52.
Elvin, Christopher, 85.
Elvira — Espanha, 221.

Emerita — Lusitânia, 75, 83, 120
 — Vide também: *Augusta Emerita*; *Mèrida*.
Eminio, hoje Coimbra, 157, 158.
Encarnação, José d', 65, 82, 85.
Eridanus, Marcus Cornelius, 11, 12, 17.
Ermenegildo, 151.
Eros, 8.
Espanha, 37, 118, 120, 125, 152, 226.
Espinho, 195.
Espinhosa — Maia, 179.
Esposende, 193.
Estói, antes Milreu — Faro, 8.
Estrabão, 23, 137, 212.
Esuri, hoje Castro Marim, 57.
Étienne, Robert, 10, 11, 14, 17.
Europa, 148.
Europa Central, 93.
 ----- *Ocidental*, 225.
Euzennat, M., 9.
Évora, antes Eborá, 55, 57-59, 62-65, 67, 149, 177.

F

Fabius Myrtilus, Marcus, 15-16.
Fabre, Georges, 218-220.
Fafe, 173, 174.
Famalicão — Nazaré, 95.
Faria, Castelo — Barcelos, 192.
Faro, antes Ossónoba, 5, 7-13, 21, 22, 92, 180, 189.
Fatás, Guillermo, 221-223.
*Favaio*s — Alijó, 40.
Feteira — Lourinhã, 181.
Felgueiras, 50.
Fellbach — Alemanha, 80.
Fernandes, Maria Manuela Borges, 65.
Fernando Magno, 148.
Ferragial d'IEI-Rei — Alter do Chão, 197.
Ferreira do Alentejo, 198.
Ferrières — França, 190.

Figueira da Foz, 194.
Figueiras de Meijinhos — Lamego, 190.
Figueiredo, B. de, 15.
Flaco, G. Valério, 222, 223.
Flávios, 23, 25, 124, 212.
Flavius, Iulius, 60, 61, 62.
 ----- *Iulius Maiorianus*, 61.
Flórez, Enrique, 225-227.
Fonte de Godos (Carvoeiro) — Viana do Castelo, 178.
 ----- *do ídolo* — Braga, 173.
 ----- *Seixo* — Évora, 58.
Forte do Guincho — Cascais, 185.
Forum Hadriani — Germania Inferior, 76.
Foz do Enxarrique — Vila Velha de Ródão, 206.
 ----- *Rio Frio* (Ortiga) — Mação, 205.
Fraga do Moeda (Mairos) — Chaves, 192.
França, 149, 190.
Franco, Mário Lyster, 15, 16.
Fratel — Vila Velha de Ródão, 206.
Freixo — Marco de Canavezes, 174, 175, 193.
 ----- (Alte) — Loulé, 189.
 ----- *de Numão* — Vila Nova de Foz Coa, 179, 205.
Friães — Chaves, 36.
Friedberg — Alemanha, 80.
Fronto, T. Montanius, 39.
Fructus, Lucius Licinius, 15-16.
Fundo do Pinhal — Chaves, 178.
 ----- *de Vila* — Tábua, 180.
Fuzeta — Olhão, 9.

G

Gades, Hoje Cádiz — Espanha, 10.
Gdliá, 80, 101, 110.
 ----- *Central*, 107.
Galiana — Pombal, 171.
Gálias, 222.

Galicia, 22, 221-214.
Galieno, 186, 210.
Galiza — Espanha, 188.
Gallarques — Gard, 90.
Gállego, Rio, 222.
Gannat — França, 110.
Garda Merino, Cármen, 226.
Gard — França, 90.
Garvão — Ourique, 43, 45, 50, 201, 204.
Geminus Callistus, 15-16.
Geminus, Marcus Verrius, 12, 16.
Gerês, Serra, 22, 24.
Germania, 80, 110.
 ---- *Inferior*, 76.
 ---- *Superior*, 76.
Gerôncio, 221.
Geta, 66.
Glazel — Ferrières, 190.
Gomes, João Fernandes, 99.
Gonçalves, João Ludgero Marques, 185.
 ---- , Justino, 188.
Gondomar, 202.
Gordon, Richard, 85.
Gostei — Bragança, 29.
Gouveia, M. A., 168.
Gouveia, 189.
Granada — Espanha, 126.
Grândola, 173, 179, 183, 189, 190, 206.
Granginhos — Braga, 176.
Gregário Magno, 148.
Guadalquivir, Rio, 12, 126.
Guadiana, Rio, 172.
Guarda, 187, 192.
Guarducci, Margherita, 223.
Guillèn, José, 209-211.
Guimarães, 21, 27, 50, 188, 200.
Guincho — Cascais, 185.

H

Habère (Lullin) — Haute-Savoie, 93.
Haute-Savoie — França, 93.

Heddernheim — Alemanha, 80.
Hedychrus, G. Accius, 83.
Hérault — França, 90.
Herculano — Itália, 101.
Herdade dos Casos — Redondo, 173.
 -----*Franciscos* — Garvão, 43, 45, 50, 51.
Herennius Cosconius, Lucius, 15-16.
Hipona, 114.
Hispalis — Bética, 10, 86.
Hispânia, 147.
 ---- *Citerior*, 23, 213, 214.
 ---- *Romana*, 218, 221.
 ---- *Tarraconense*, 75, 82, 86.
Holanda, 118.
Holt — Denbingshire, 110.
Homo, L., 14.
Hostilius Philadelphus, P., 82.
Hübner, Emilio, 7, 8, 28, 30, 58.
Huelva — Espanha, 50, 52.
Huerva, Rio, 222.

I

Iddcio, 24, 226.
Idanha-a-Nova, 192.
Iglésias-Gil, J. M., 226.
Iiturgicola — Bética, 86.
Inglaterra, 118.
Interanum — Gália, 80.
Ipolcobilcola — Bética, 86.
I stria — Itália, 157.
Íá/ía, 90, 93, 101, 110, 118, 157, 223.
Italica — Bética, 86, 120.
Iuliobriga — Espanha, 226.
Iulius Artemidorus, Messius, 82.
 ---- *Avitianus*, 15-16.
 ---- *Constans*, Flavius, 61, 62.
 ---- *Crispus*, Flavius, 55, 61, 62.
 ---- *Delmatius*, Flavius, 61, 62.
 ---- *Maiorianus*, Flavius, 61.
Iunius Avitianus, Quintus, 15-16.
 ---- *Brutus* (Decimus), 23.
 ---- *Chrysanthus*, Quintus, 15-16.
 ---- *Receptus*, G., 11, 17.

J

- Jerusalém* — Palestina, 149.
Jesufrei — Vila Nova de Famalicão, 200.
João Crisóstomo (S.), 221.
Juliano, Marco Antonio, 153.

K

- Kajanto*, Iiro, 209.
Karlsruhe — Alemanha, 80.
Kent — Inglaterra, 110.
Kevion, hoje Alcácer do Sal, 49.
Kiepert, H., 28, 30.
Konjic — Dalmácia, 80.

L

- La Graufesenque* — França, 120.
 ---- *Mercader a* — Sória, 92.
Lacon, T. Manlius, 12.
Ladromus, 49, 51, 213.
Laje da Moira — Guarda, 192.
Lalim — Lamego, 186.
Lamego, 49, 186, 190.
Lampaça — Bragança, 35.
Langres — França, 149.
Languedoc — França, 92, 93.
Laodiceia — Síria, 149.
Lapillianus, Lucius Annius, 15-16.
Largo da Madalena — Lisboa, 188.
 ---- *de S. Paulo* — Braga, 183.
Larouco, Serra, 22.
Laucius Rufinus, 33.
Leão, 150, 151.
Lehução — Valpaços, 175.
Leceia (Barcarena) — Oeiras, 206.
Leiden — Holanda, 216.
Leiria, 149.
Léon — Espanha, 38, 39, 214.
Lewis, Oscar, 217.
Lézoux — Gália Central, 107, 110.

- Liberalis*, Lucius Caecilius, 15-16.
Licinius, 62.
 ---- L., 12.
 ---- *Fructus*, Lucius, 15-16.
 ---- *Opilio*, Lucius, 16.
Lima, Rio, 22, 43, 44, 51, 184.
Limicus, 50, 52.
Lindim — Aguiar, 55, 59.
Lisboa, 113, 149, 151, 174, 176, 183, 184, 188, 199, 200, 204.
Litém, Santiago — Pombal, 171.
Livius Martialis, Lucius, 15-16.
Loivos — Chaves, 182.
Lomba do Canho — Arganil, 195.
Lorga de Dine — Vinhais, 185.
Lorvão, Mosteiro, 143, 145-158.
Loulé, 188.
Loureiro, António Gomes, 180.
Louriçal — Pombal, 171.
Lourinhã, 181.
Lucêncio, 143, 145-147, 152, 157, 158.
Lucrécio, 147.
Lucretius Proculus, 39.
Lucus — Vide: *Lugo*.
Lugdunum Convenarum — França, 94.
Lugo, antes *Lucus*, 24, 213, 214.
Lurbine, 154.
Lyon — Rhone, 93.

M

- Mação*, 205.
Macedo do Mato — Bragança, 35.
Macmullen, Ramsay, 210.
Macrino, 66.
Maelus, 50.
Magalhão — Évora, 58.
Maia, 25, 179.
Maiorianus, Flavius Iulius, 61.
Mairos — Chaves, 192, 201.
Malveira da Serra — Cascais, 185.
Mamede (S.), 147, 149-151, 157.

- Mangualde*, 199.
Mannheim — Alemanha, 80.
Marão, Serra, 22, 30.
Marbach — Germânia Superior, 76.
Marco Aurélio, 78.
Marco de Canavezes, 174, 175, 193.
Marcus, 82.
Maria I (D.), 179.
Marina, Caecilia, 13.
Marinhas — Esposende, 193.
Marius Maxumus, 15-16.
Marquardt, 210.
Marques, António Carreira, 198.
Martialis, Lucius Livius, 15-16.
Martinho de Dume (S.), 146, 157.
Marvão, 186.
Mar vila — Santarém, 113.
 ik/aía da *Machada* — Barreiro, 174.
Matacães — Torres Vedras, 194.
Matosinhos, 179.
Mauritania, 75.
Maximino Trácio, 55, 66.
Máximo, 55, 66.
Maxumus, Marius, 15-16.
Mazzarino, 217.
Mealhada, 176.
Afeão — Alijó, 187.
Medas — Gondomar, 202.
Mediterrâneo, Mar, 213.
 ---- *Central*, 87, 91.
 ---- *Oriental*, 91, 225.
Meias (Casas de Monforte) — Chaves, 188.
Mido, Isabel de (D.), 152.
 ----, Paula e, 185.
Mérida — Espanha, 24, 124 —
 Vide também: *Augusta Emerita*;
Emerita.
Mèrtola, 176.
Mesopotâmia, 109.
Mesquita — Torre de Moncorvo, 215
Messii, 82, 86.
Messius Artemidorus, 81-84.
 ---- *Iulius Artemidorus*, 82.
Mileu — Guarda, 187.
Milreu, hoje Estói — Faro, 8, 180,
 189.
Minho, Província, 22, 23, 30, 173,
 174, 184, 185, 196.
 ----, Rio, 22, 51.
Miranda do Douro, 27, 29-32, 35-37.
Mirandela, 30.
Miróbriga, hoje Santiago do Cacém,
 9, 187, 204.
Mogadouro, Concelho, 27.
 ----, Serra, 30.
Moldes — Castelo de Neiva, 168,
 202.
Moncorvo—Vide: *Torre de Mon-*
corvo.
Mondego, Rio, 151, 157.
Montalegre, 25, 27, 195.
Montar gil — Ponte de Sor, 177.
Monte Cassino — Itália, 147.
Monte dos Castelinhos, também
 chamado *Monte Loios* ou *Quinta*
do Goes — Vila Franca de Xira,
 97, 99.
 ---- *do Castelo* (Moldes) — Castelo
 de Neiva, 202.
 ----- (Medas) — Gondomar,
 202.
 ---- *da Chaminé* — Ferreira do
 Alentejo, 198.
Monte das Ermidas (Jesufrei) — Vila
 Nova de Famalicão, 200.
 ---- *Loios*, também chamado *Monte*
dos Castelinhos ou *Quinta do Goes*
 — Vila Franca de Xira, 97, 99.
 ---- *Mosinho* — Penafiel, 49.
 ---- *da Panasqueira* — Cuba, 197.
 ---- *de Santa Luzia* — Viseu, 177.
 ----- *Santo Ovidio* — Fafe, 174.
 ---- *da Tumba* (Torrão)—Alcácer
 do Sal, 182.
Monteiro, Jorge Pinho, 177.
Moral (Astúrias) — Espanha, 86.
Motril — Bética, 126.
Mourinho, A. M., 21.
Mumadona, 150.

Munda, Rio, hoje Mondego, 157.
Muro — Santo Tirso, 179.
Murteira, Rio, 58.
Myrtilus, Marcus Fabius, 15-16.

N

Narbonense, 11.
Navatejera — Espanha, 120.
Nazaré, 87, 89, 95.
Nero, 124, 188.
Neuenheim — Alemanha, 80.
Nogueira, Serra, 30, 31.
 ---- *de Boticas* — Chaves, 178.
Nossa Senhora de Ares — Viana do Alentejo, 55, 59, 64.
 ----- *da Esperança* — Lorvão, 155.
 ----- *das Represas* — Cuba, 177.
 ----- *Neves de Ardaos* — Chaves, 178.
Notion — Próximo Oriente, 110.
Novatus, Lucius Annius, 8, 16.
Nucubaria — Sevilha, 195.
Nunes, João de Castro, 174.
Nymphodotus, Lucius Caecilius, 15-16.

O

Odiei, Rio — Huelva, 52.
Odivelas, Rio, 58.
Odrinhas, S. Miguel — Sintra, 183.
Oeiras, 206.
Oise — França, 93.
Olhão, 8, 205.
Olisipo, hoje Lisboa, 71, 86, 174, 179.
Oliveira, E. Pires de, 21.
Oliveira do Hospital, 200.
Opilio, Lucius Licinius, 16.
Oneca (D.), 150.
Orense — Espanha, 50.

Ortiga — Mação, 205.
Osório, Paulo, 147.
Ossónoba, hoje Faro, 5, 7-13, 180.
Óstia — Itália, 80.
Ourique, 45, 51, 201, 204.
Outeiro das Mós — Sintra, 185.
 ---- *do Salto* (Mairos) — Chaves, 192.
 ---- *da Vila* — Alter do Chão, 198.
Oviedo — Espanha, 150, 220.
Ovil (Paramos) — Espinho, 195.
Oxyrhynchus — Egipto, 81.

P

Pacheco, J., 45.
Padrela, Serra, 22.
Paestum — Magna Grécia, 85.
Paio (S.), mártir, patrono do mosteiro de Lorvão, 147, 149-151, 157.
País Basco — Espanha, 226.
Paiva, Miguel de, 151.
Pala Pinta — Alijó, 187.
Palácio da Rosa — Lisboa, 200.
Paládio, 221.
Palhota — Sines, 171.
Pandera, Sílvio, 223, 224.
Panóias — Vila Real, 175.
Panónia, 80.
Panónia Superior, 79.
Paramos — Espinho, 195.
Par anho (Canelas) — Vila Nova de Gaia, 190.
Paredes — Alenquer, 97, 99, 100, 108.
Parente, J., 21.
Paris — França, 93.
Pastoria — Chaves, 36, 178.
Patrícia, 13.
Patroclus, 8.
Pau — França, 218.
Pax Iulia, hoje Beja, 55, 57, 58, 63, 64, 69, 71, 72, 75, 76, 82, 84-86.

- Peça Má* — Santo Tirso, 179.
Pedrão — Setúbal, 126.
Pedrário — Montalegre, 195.
Pega — Guarda, 192.
Pelágio (S.), Bispo de Laodiceia, 149.
 -----, Mártir de Córdova, 149-151.
 -----, Mártir e padroeiro de Constança (Alemanha) e verdadeiro patrono do mosteiro de Lorvão, 149-151.
Pena de Água — Torres Novas, 189.
Penacova, 157.
Penafiel, 49.
Penedos de S. Miguel — Grato, 184.
Península Ibérica, 12, 23, 24, 52, 53, 59, 62, 67, 72, 76, 77, 82, 84, 86, 90-93, 108, 115, 120, 126, 145, 148, 211, 214, 216, 220.
 ---- *Itálica*, 211, 220.
Pereira, Félix Alves, 181.
 ----, Gerardo, 213.
Pérgamo — Ásia Menor, 110.
Periquito, Isilda, 188.
Persa, Marco Cornélio, 10-12, 15.
Pérsia, 109.
Peso da Régua, 22, 30.
Pessegueiro — Sines, 172.
Petronell — Panónia, 80.
Philadelphus, P. Hostilius, 82.
Philippi (Filipos) — Próximo Oriente, 82.
Picote — Miranda do Douro, 31, 35-39.
Pirreitas — Alcobaça, 87, 90-92, 95.
Plínio o Antigo, 24, 191.
Plocamus, Lucius Caecilius, 15-16.
Pó, Rio, 117.
Pccinho — Vila Nova de Foz Coa, 195, 196, 201.
Poço das Freitas — Chaves, 178.
Pombal, 171.
Pombeiro — Beira Alta, 28.
Pompeia — Itália, 101.
Ponte de Assamassa — Pombal, 171.
Pontido — Vila Pouca de Aguiar, 194.
Pópulo — Alijó, 187.
Portalegre, 186.
Portas, Clara, 155.
Portas do Sol — Alcáçova de Santarém, 113, 136.
Portimão, 206.
Porto, 21, 27, 28, 179, 180.
 ---- *de Areia* (S. Sebastião) — Loulé, 188.
Possidónio, 158.
Pousafoles — Guarda, 192.
Póvoa de Lanhoso, 193.
 ----- *Varzim*, 27.
Povos — Alenquer, 99.
Praia das Maçãs — Sintra, 185.
 ---- *do Norte* — Sines, 171.
 ---- *da Oliveirinha* — Sines, 172.
Praço — Freixo de Numão, 179.
Prima, Caturica, 13.
Primo, C. Heio, 188.
Proculus, Lucretius, 39.
Pro vença — Sines, 172.
Ptolomeu, 227.
Publicius Urbanus, L., 15-16.

Q

- Quarte ira* — Loulé, 188.
Queluz — Sintra, 190.
Quinta da Rarradinha — Alenquer, 99.
 ---- *Rarreiros* — Alenquer, 99.
 ---- *da Rolacha* — Amadora, 200.
Quinta da Família Rarreto Domingos — Alenquer, 99.
 ---- *do Freixo* — Loulé, 189.
 ----- *Goes*, também chamada *Monte Loios* ou *Monte dos Castelinhos* — Vila Franca de Xira, 97, 99.
 ---- *da Madeira* — Covilhã, 182.
 ---- *do Marim* — Olhão, 8, 13, 205.

-----*Paço* — Santo Tirso, 179.
 ---- *da Suratesta* — Beja, 204.
Quintilianus, Gaius Vibius, 12, 16.
Quinto, 10, 15.
Quitéria — Sines, 171.

R

Rabaçal, Rio, 30.
Ramón Teja, 226.
Rana, S. Domingos — Cascais, 186, 194.
Rasas — Covilhã, 182.
Rebello, Soares, 178.
Rebordões — Bragança, 36.
Receptus, Caius Iunius, 11, 17.
Redinha — Pombal, 171.
Redondo, 173.
Refojos de Rasto — Cabeceiras de Basto, 40.
Régua — Vide: *Peso da Régua*.
Renânia — Alemanha, 107, 110.
Represas — Cuba, 120, 177.
Resende, 28.
Resende, André de, 9, 14, 58, 225.
Rexaldia — Torres Novas, 189.
Reynolds, Joyce, 85.
Rhone — França, 93.
Ribas (Algeriz) — Valpaços, 183.
Ribeira da Pena — Vila Real, 36, 199.
Ribeiro, João Pedro, 185.
Richborough — Kent, 110.
Rio Torto — Gouveia, 189.
Roda, hoje Galiana — Pombal, 171.
Roma — Itália, 10, 75, 77, 78, 80, 83, 117, 147, 209, 213.
Romulus, C. Annius, 9.
Roncal — Torre de Moncorvo, 29.
Ronfe — Guimarães, 43, 44, 50, 52.
Rua D. João de Castro — Faro, 180.
 ---- *Infante D. Henrique* — Faro, 180.
 ---- *da Prata* — Lisboa, 199.

---- *1º de Dezembro* — Faro, 180.
 ---- *de S. Mamede ao Caldas* — Lisboa, 183.
 ---- *da Saudade* — Lisboa, 183.
Riickingen — Alemanha, 80.
Rufinus, Laucius, 33.
Rufus, Attianus, 33.
 ---- , Cnaeus Acilius, 15-16.

S

Saa, M., 58, 59, 62.
Sabor, Rio, 22, 28, 30.
Saco ias — Bragança, 36.
Sado, Rio, 126, 127.
Sagunto, 215, 216.
Saint-Remy-en-Rollat — Gália, 107, 110.
Salacia, hoje Alcácer do Sal, 57, 58.
Salamanca — Espanha, 92.
Salazar, António de Oliveira, 194.
Saldanha — Mogadouro, 27.
Saldue — Ebro, 222.
Salema — Sines, 171.
Salgado, Vicente, 9, 14.
Salir — Loulé, 188, 189.
Salo, Rio, 222.
Salpensa — Bética, 86.
Saloia — Satriena, 78.
Samarra — Évora, 63.
Samouqueira — Sines, 172.
Sancriz (Macedo do Mato) — Bragança, 35.
Sanfins — Valença, 23.
Sanitovc — Trácia, 81.
Santa Comba Dão, 180.
 ---- *Justa*, Castelo — Alcoutim, 184.
 ---- *Luzia*, Citânia — Viana do Castelo, 180.
 ----, Castro — Viseu, 177, 195.
Santa Maria do Olival — Tomar, 198.

- *Marinha* — Ribeira de Pena.
199.
- Santander* — Espanha, 226.
- Santarém*, 111, 113, 114, 117, 120,
121, 130, 136.
- Santarém*, C. M. Faya de, 21.
- Santiago de Bougado* — Santo Tirso,
179, 201.
- *do Caém*, antes Miróbriga, 9,
187.
- *de Litém* — Pombal, 171.
- Santo Adrião* — Vimioso, 30.
- *Amarinho* — Castelo de Vide,
200-201.
- *André* — Montargil, 177.
- *António* (Espinhosa) — Maia,
179.
- *das Areias* — Marvão,
186.
- *Ovídio* — Fate, 173, 174.
- *Tirso*, 49, 179, 180.
- Santos*, Luciano Afonso dos, 21.
- , Maria Luisa Afonso dos, 7.
- , Ribeiro dos, 179.
- *Júnior*, J. R. dos, 21.
- São Clemente* — Loulé, 188, 189.
- *Cristóvão* — Torre de Mon-
corvo, 35.
- *Cucufate* (Vila de Frades)
— Vidigueira, 196.
- *Domingos de Rana* — Cascais,
186, 194.
- *João do Estoril* — Cascais, 203.
- São Julião* — Vila Verde, 199.
- *Lourenço* (Darque) — Viana do
Castelo, 184.
- Esposende, 193.
- *Mamede* (Mesquita) — Torre
de Moncorvo, 215.
- *de Infesta* — Matosinhos,
179.
- *Miguel de Odrinhas* — Sintra,
183.
- *Pedro do Avioso* — Maia, 179.
- *Dias* — Vila Nova de
Poiares, 191.
- *do Sul*, 178.
- *Sebastião* — Loulé, 188.
- *Simão* — Amarante, 203.
- Saragoça* — Espanha, 221.
- Sarmizegetusa* — Dácia, 80.
- Saturarques* — Hérault, 90.
- Sazes de Lorvão* — Penacova, 155.
- Scallabis*, hoje Santarém, 111, 113.
- Sebastião* (S.), 151.
- Sedões*, Ribeira, 180.
- Seiliense*, Gaio Valério Juliano, 153.
- Seine* — França, 93.
- Septimio Severo*, 210.
- Serpa*, 57.
- Serpins* — Lousã, 152.
- Serra da Aboboreira* — Amarante,
203.
- Setúbal*, antes Caetobriga, 107, 127.
- Sevilha* — Espanha, 195.
- Silva*, Filomeno, 205.
- Silveira*, Margarida (D.), 151.
- Silves*, 175.
- Sines*, 171.
- Sintra*, 183, 185.
- Síria*, 109, 149.
- Smith*, R. E., 210.
- Soares*, A. Monge, 168.
- Sobrinho* (Medas) — Gondomar, 202.
- Solin*, 219.
- Somme* — França, 93.
- Sória* — Espanha, 92.
- Sosinestana*, «civitas» cuja localiza-
ção se desconhece, 222.
- Sosus*, Q. Pompeius, 78.
- Sotgiu*, Giovanna, 14.
- Sousa*, J. J. Rigaud de, 21.
- , Manuel Faria e, 225.
- Soutilha* (Mairós) — Chaves, 201.
- Souzeiro* — Cinfães, 186.
- Superstes*, Lucius Aelius, 15-16.
- Susa* — Pérsia, 109.
- Susini*, Giancarlo, 216-218.
- Symphorus*, Lucius Caecilius, 15-16.

T

Tábua, 180.
Talábriga, hoje talvez Gris telo — Albergaria-a-Velha, 191.
Tâmega, Rio, 22, 30, 31, 40, 51.
Tarraconense — Vide: *Hispânia Tarraconense*.
Tarragona, antes Tarraco — Espanha, 86, 120.
Tarsus — Ásia Menor, 109, 110.
Taunum — Friedberg, 80.
Tavares, Celso, 178.
Tavira, 8.
Távora, João Mendes de (D.), 154.
Tejo, Rio, 113, 121, 149, 177, 204.
Teodomiro, 147.
Teodorus, L. Calpurnius, 13.
Terena — Alandroal, 86.
Teruel — Espanha, 130.
Tessália — Grécia, 215.
Thamusida, 125, 126.
Themison, Lucius Aemilius, 15-16.
Tiago (S.), 145.
Tibério, 117, 194.
Tierra de Aliste — Espanha, 37.
Tingitânia, 221.
Tinto, Rio — Huelva, 52.
Tires (S. Domingos de Rana) — Cascais, 194.
Toledo — Espanha, 157.
Tomar, 198, 203.
Torrão — Alcácer do Sal, 182.
Torre de Dona Chama — Mirandela, 32.
 ----- *Moncorvo*, 22, 28, 29, 31, 35, 36, 215.
Torres Novas, 189.
 ----- *Yedras*, 149, 194.
Tovar, A., 192.
Trácia — Grécia, 81.
Trajano, 25.
Tranoy, Alain, 211-213, 215, 216.
Trás-os-Montes, 19, 22, 25, 29-32, 34, 37-39.

Tresminas — Vila Pouca de Aguiar, 31, 32, 36.
Trigaches — Be ja, 72.
Tripe (Mairós) — Chaves, 192.
Tritium — Península Ibérica (nordeste), 120.
Trofa — Santo Tirso, 201.
 ----- *Velha* (Santiago de Bougado) — Santo Tirso, 180, 201.
Tróia — Setúbal, 71, 80, 107, 173, 179, 183, 189, 190, 206.
Troilus, 8.
Tschandarli — Pérgamo, 110.
Tua, Rio, 22, 30, 187.
Tui — Espanha, 24.
Tyche, 8.

U

Urbano VIII, 155.
Urbanus, Lucius Publicius, 15-16.
Urbanus, Marcus Caecilius, 16.
Ursinus, Aurelius, 8, 14, 15.

V

Vadina — Espanha, 226.
Vaiamonte — Monforte do Alentejo, 94.
Val d'Oca — Aljustrel, 187.
Vala do Carregado — Alenquer, 99.
Vale de Antas — Chaves, 29.
 ----- *do Boto* — Castro Marim, 184.
 ----- *da Casa* ou *Vale Carrivãs* — Vila Nova de Foz Coa, 201.
 ----- *do Cunho* — Alijó, 178.
 ----- *Marim* — Sines, 172.
 ----- *Pincel* — Sines, 171.
 ----- *do Pó* — Itália, 117.
 ----- *de Telha* (S. Clemente) — Loulé, 188.
 ----- *Vistoso* — Sines, 172.
 ----- *do Zebro* — Barreiro, 174.

- Valentia* — Espanha, 216.
Valeriana, Amma, 33.
Valeriano, 9, 10, 13, 14.
Valerianus, C. Messius Q. Decius, 82.
Valério Flaco, G., 222, 223.
Valetium — Calábria, 130.
Valpaços, 32, 175, 183.
Várzea de Vila Chã — Pombal, 171.
Vasconcelos, J. Leite de, 14, 17, 214.
 ----, Margarida de (D.), 155.
Vau de Baixo — Guadiana, 172.
 -----*Cima* — Guadiana, 172.
 ----*dos Machados* — Guadiana, 172.
Veiga, Estácio da, 7.
Velkov, Velizar, 225.
Ventosa — Torres Yedras, 149.
Vermeil — Pombal, 171.
Vermoim — Vila Nova de Famalicão, 200.
Vespasiano, 76, 194.
Vetulonia — Itália, 90.
Viana do Alentejo, 55, 59, 63, 64.
 -----*Castelo*, 178, 180, 184.
Vibius Quintilianus, G., 12, 16.
Vichy — França, 110.
Vidais — Caldas da Rainha, 126.
Vidigueira, 196.
Vila Atoa — Cuba, 177.
 ----*do Bispo*, 189, 198.
 ----*Chã* — Esposende, 193.
 ----*da Feira*, 50.
 ----*Flor*, 27, 30.
 ----*de Frades* — Vidigueira, 196.
 ----*Franca de Xira*, 97, 99.
 ----*Fria* — Felgueiras, 50.
 -----*Silves*, 175.
Vila Nova de Cerveira, 197.,
 -----*Famalicão*, 179, 180,
 200.
- Foz Coa*, 195, 201.
 -----*Gaia*, 190.
 -----*Poiares*, 191.
 ----*Pouca de Aguiar*, 36, 194.
 ----*Beal*, 30, 36.
 ----*Buiva* — Cuba, 177, 197.
 ----*do Touro* — Guarda, 192.
 ----*Velha de Bódão*, 206.
 ----*Verde*, 185, 199.
 -----*d₀ Vale (Alte)* — Loulé,
 189.
Vilar de Perdizes — Montalegre, 25.
Vilarelho — Caminha, 180.
Vilarica — Alfândega da Fé, 28,
 31.
Vilas Buivas — Vila Velha de
 Ródão, 206.
Villanueva de los Castillejos
 Huelva, 52.
Villar del Pedroso — Cáceres, 50.
Vimieira — Mealhada, 176.
Vimioso, 30.
Vinhais, 185.
Vipasca — Aljustrel, 187.
Viseu, 28, 117, 195.
Volsinii — Itália, 80.
- X
- Xarrama*, Rio, 58, 65.
- Z
- Zacarias*, M., 45.
Zambujeira — Évora, 58
Zamora — Espanha, 37.
Zebro — Barreiro, 174.
Zilhão, João Teiga, 181.

(Página deixada propositadamente em branco)

INDEX RERUM

A

- Acampamento romano* — Lomba do Ganho, 195.
- Achados diversos*
- Braceletes, 91.
 - Cipos legendados, 99.
 - Conta de vidro, 136.
 - Estatueta de pigmeu, 97-101.
 - Fusaiolas, 135.
 - Machados de bronze, 91.
 - Mascarões de bronze, 97-101.
 - Moedas, 180, 194.
 - Muralhas, 99.
 - Opus signinum, 60.
 - Peça (torre) de jogo de xadrês, 184.
 - Pesos de tear, 99, 135, 136.
 - Pote, 105.
 - Punhais, 91.
 - Sepulturas medievais antropomórficas, 199.
 - Skyphoi, 103-110.
 - Tegulae, 60, 99.
 - Tijolos de colunas, 99.
 - Tinteiro de vidro verde, 103-110.
- Antas*
- Ghã, 178.
 - Fonte, 187.
 - Foz do Rio Frio, 205.
 - Penedos de S. Miguel, 184.
 - Pombal, 171.
 - Rio Torto, 189.

Armas

- Machados de bronze, 91.
 - Punhais, 91.
- Arqueologia* — Cursos em Lisboa, 200.
- florestal, 184.
 - subaquática — Costa algarvia, 205.
- Arte rupestre*
- Fratel, 206.
 - Mairos, 192.
 - Meias, 188.
 - Pocinho, 195-196, 201-202.
- Árvores* — Povoamento do vale de Lorvão
- Loureiros, 153, 154.
 - Castanheiros, 154.
- Associação Arqueológica do Algarve*, 182.
- de Defesa do Património Artístico e Cultural do Concelho de Almeirim, 204.
 - — Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém, 113, 136.
 - Estudos Arqueológicos e Etnológicos — Palácio da Rosa, 200.

B

- Barcas* — Combates em Balsa, 9.
- Barragens* — Submersão de estações arqueológicas

- Alqueva, 204.
 Pocinho, 195-196, 201.
Bimilenário da Conquista da Cantábria pelos Romanos, 1, *Santander*, 1981, 226.
- G
- Cadinhos* — Metalurgia romana, 161-168.
Calamina — Técnica metalúrgica, 166,167.
Câmaras Municipais
 Alter do Chão, 198.
 Culpa, 177.
 Fate, 173.
 Grândola, 183.
 Montalegre, 27.
 Silves, 175.
 Vidigueira, 196.
 Viseu, 177.
Cargos civis, eclesiásticos, militares e religiosos
 Abade de Lorvão, 143, 145-147, 152, 157, 158.
 Abadessas de Lorvão, 151,152.
 Augustal, 188.
 Bispo de Braga, 147.
 ----- Chaves, 24, 226.
 ----- Coimbra, 154.
 ----- Emínio, 158.
 ----- Laodiceia, 149.
 Bispos de Conímbriga, 143, 145-147, 152, 157, 158.
 Cartorária do mosteiro de Lorvão, 152.
 Césares — Vide: Crispus, Flavius Iulius; Constans, Flavius Iulius; Constantius, Falvius Iulius; Delmatius, Flavius Iulius; Diadúmeno; Maiorianus, Flavius Iulius; Máximo.
 Conde, 151.
 Condessa, 150.
 Consul, 14, 66.
 Curator r. p. Tarraconensis, 86.
 Custos armorum — Léon, 39.
 ----- Zoelae, 39.
 Decuriões, 10, 13,14, 63.
 Edis municipais, 63, 82.
 Flâmine da província da Lusitânia, 10-12, 15.
 Frumentarius da Legio VII Gemina, 71.
 Governador (praeses) da província da Lusitânia, 8, 14, 15.
 ----- Tarraconense, 82.
 ---- romano, 222, 223.
 Imperadores romanos — Vide: Adriano, Antonino, Augusto, Aureliano, Caracala, César, Césares, Cláudio, Cómodo, Constantino o Grande, Diocleciano, Domiciano, Flávius, Galieno, Geta, Macrino, Marco Aurélio, Maximino Trácio, Nero, Septímio Severo, Tibério, Trajano, Valeriano, Vespasiano.
 Madre de Lorvão, 155.
 Magister sodalicium, 82-84.
 Papas, 148,155.
 Pater no culto mitraico em Mérida, 83.
 Pontífice máximo, 14, 66.
 Proconsul, 14, 66.
 Procurador de Ossónoba, 9.
 Rainha de Portugal, 179.
 Rei de Castela e Leão, 148.
 ----- Leão, 151.
 — dos Suevos, 147.
 Sexviros de Ossónoba, 11, 12, 17.
Carta arqueológica de Portugal
 — Projecto, 191.
 Amarante, 203.
 Cascais, 175, 185.
 Cuba, 197.
 Loulé, 188.
 Montargil, 177.
 Pombal, 171.

- Casa do Povo de Montargil*, 177.
Castros — Cultura, 205.
 ----- Localização
 Vide: Briteiros, Cárcoda, Castelo (Vermoim), Castro do Cabeço, Castro da Cola, Castro da Fórnea, Loivos, Moinho da Moura, Monte do Castelo (Mol-des), Monte das Ermidas (Jesu-frei), Monte de S. Luzia, Nossa Senhora das Neves de Ardaos, Ovil, Pedrário, Pirreitas, Pópulo, Póvoa de Lanhoso, Ribas, Sanfins, S. Luzia (Viseu), S. Ovídio (Fate), S. Lourenço (Esposende), Vale do Cunho.
- Centro Cultural Roque Gameiro*
 — Amadora, 200.
 ----- *S. Lourenço* — Almansil, 182.
 ----- *de História da Universidade de Lisboa*, 184.
 ----- *Juvenil de Arqueologia e Etno-grafia de Viseu*, 177.
- Cerâmicas*
 Ânforas, 124-131, 136-139, 206.
 Campaniense, 114-116.
 Comum, 131-135.
 Late Roman C, 111, 123.
 Lucerna, 116.
 Paredes finas, 123-124.
 Sigillata, 116-122.
 Vidrado verde, 103, 105-110.
- Citânias* — Vide: Briteiros, «Cidade da Fisga», S. Luzia (Viana do Castelo), S. Julião (Vila Verde).
- Classes Sociais*
 Burguês municipal de Ossónoba, 12.
 Colonos, 221.
 Cavaleiros, 26.
 Escravos, 8, 82, 219.
 Incolae, 221.
 Legados senatoriais, 82.
 Libertos, 12, 81-84, 218-220.
 ----- de Ossónoba, 11, 12, 15-16.
 Monges de Lorvão, 152-157.
 Pater (no contexto mitraico), 83.
 Patronus, 218-220.
 Peregrini, 76.
 Senadores, 26.
 Soldados, 26, 71.
 Tergemini, 221.
- Cognomes latinos*, 209.
Colonato — Península Ibérica, 221.
Combates de barcas e gladiadores, 9.
Comércio — Península Ibérica com o Mediterrâneo, 87, 91.
Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos, 177.
Complexo da Arte Rupestre do Tejo, 206.
Concílio de Elvira, 221.
Congresso Nacional de Arqueologia, 3, Porto, 1973, 21.
 -----, 4, *Faro*, 1980, 7, 21, 22, 92.
- Conselho da Europa*, 181.
Conventus
 Astorga, 213.
 Asturum, 23, 30.
 Bracaraugustanus, 23, 28, 30, 31, 51, 75, 213.
 Cluniensis, 32, 36.
 Lugo, 213.
 Pacensis, 43, 44, 48, 52, 71.
 Scalabitanus, 111.
- Corpos militares*
 Ala II Flavia, 33.
 Legio IV, 226.
 ----- VII Gemina, 71, 86, 214.
- Corpus custodiariorum* — Roma, 80.
 ----- *epigráfico* — Sagunto, 215.
 ----- *Inscriptionum Latinarum (CIL)*, 209, 216, 219, 223, 226.
- Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico*, 181.
- Cruzes gamadas*, 95.
Cultura castreja — Panorâmica, 205.

D

- Danificação de monumentos arqueológicos*
 Castro do Moinho da Moura, 206.
 Vila romana da Quinta da Suratesta, 204.
- Datação de anta* — Rio Torto, 189.
- Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural*, 205.
- História Antiga da Universidade de Santander*, 226.
- Depósito votivo* — Cerro do Castelo (Garvão), 201.
- Deuses, divindades e figuras mitológicas*
 Albocelus, 215.
 Ambieicer, 215.
 Ameipicer, 215.
 Aulisva, 75.
 Cibele, 188.
 Durbedicus, 43, 44, 50-52.
 Esculápio, 188.
 Genius Civitatis Baniensis, 215.
 Hércules, 75, 79.
 Isis, 75.
 Júpiter, 33, 40, 175, 214.
 ---- Ammon, 97, 100.
 Manes, 43, 48, 49.
 Marte, 75.
 Mercúrio, 75.
 Mitra, 69, 71, 72, 74-77, 81, 83-85.
 Ninfas, 28.
 Serápis, 75.
 Silvanus, 75.
 Sol, 75.
 — Invictus (mitra), 85.
 Tameobrigus, 51.
- Direcção de Estradas do Distrito de Évora*, 65.
- Direcção-Geral de Gestão e Fomento Florestal*, 184.
- Dólmen* — São Pedro Dias, 191.

E

- Edificações*
 Cisterna árabe, 175.
 Forno romano, 190.
 Fornos cerâmicos, 174.
 Moinhos romanos, 172.
 Ponte romana, 186.
 Povoação calcolítico, 182.
 ---- fortificado pré-romano, 174.
 ---- romano, 191.
 Represa romana, 177.
 Santuário, 175.
 Teatro romano, 174, 183.
 «Tholos», 185.
- Emigração* — Época romana, 75-76.
- Epigrafia*
 Norte de Portugal — Iconografia funerária, 37-39.
 Trás-os-Montes — Onomástico na época romana, 32-34.
 ----- Tipos de filiação na época romana, 34-37.
 ---- *latina* — Itália, 223-224; Sagunto, 215.
 ---- *romana* — Guia, 216-218.
- Escavações arqueológicas* — Convenção europeia que as regula-
 menta, 181.
 Alcáçova de Mértola, 176; Aljustrel, 206; Alto do Coto da Pena, 181; Areias, 176; Bobadela, 200; Castelo (Vermoim), 200; Castro da Fórnea, 194; Castro de Ovil, 195; Castro da Póvoa de Lanhoso, 193-194; Castro de S. Luzia, 195; Cerrada de João do Couto, 198; Ferragial d'El-Rei, 197-198; Freixo, 174, 175; Freixo de Numão, 205; Granginhos, 176; Herdade dos Casos, 173; Lomba do Canho, 195; Mangualde, 199; Mata da Machada, 174; Monte do Castelo, 202; Monte da Tumba, 182;

- Santarém, 111-141; S. Cucufate, 196; S. Julião, 199; Soutilha, 201; Tróia, 183; Vila Fria, 175; Vila Pouca de Aguiar, 194.
- Esclavagismo* — Península Ibérica, 221.
- Escola de Fuzileiros do Vale do Zebro*, 174.
- *Secundária de Pombal*, 171.
- Escritas*
- Decifração das lápides do Algarve, 176.
- Indecifradas — Serra do Alvão, 190; Sudoeste peninsular, 203.
- Esculturas*
- Altars votivos, 28, 39.
- Aras votivas, 13, 43, 44, 52, 153, 175, 184.
- Capitel de ara funerária, 12.
- Berrões, 38.
- Cabeceiras de sepulturas, 172.
- Cipos, 13, 99.
- Cratera argyrocorintha, 80.
- mitraica, 73, 78, 80, 81, 84.
- Crescente gravado num cipo, 13.
- Cupas, 13, 186.
- Estátua — Guerreiro, 40.
- Esteias, 43-54, 190.
- Fuste de coluna, 152.
- Lápide romana, 199.
- Pátera gravada num cipo, 13.
- Pedra lavrada com ornato visigótico, 143, 155-156.
- Relevo mitraico, 80.
- Sarcófago romano, 178-179.
- visigótico, 186.
- Vaso para libações (Spondium), 73, 77.
- Gravado numa ara, 13.
- Gravado num cipo, 13.
- de terra sigillata, 86.
- Vasos de prata gregos, 108.
- Espectros de raios X* — Cadinhos metalúrgicos de Conimbriga, 161-168.
- Estações arqueológicas romanas*, 99, 175, 176.
- Exército romano* — Costumes e organização, 209-211.
- Exposições*
- Arqueológica — Almeirim, 204.
- Arte, Ciência e Cultura, 17.^a, Lisboa, 1983, 204.
- F
- Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, 192.
- Fíbulas*
- Existências — Museu Etnográfico e Arqueológico Dr. Joaquim Manso, 87-95.
- Tipos
- Camulodunum 7 E, 94, 95.
- Ettiinger 5, 94, 95.
- Golfo de Leão, 93.
- La Tène II (III), 94.
- Nauheim, 87, 93-95.
- Sundwall DII Bb, 92.
- Florestas* — Protecção aos monumentos arqueológicos, 184.
- Fontes documentais de carácter arqueológico*
- Livro das Preladas—Lorvão, 152.
- Preto da Sé de Coimbra, 150.
- de Reportório —Lorvão, 152.
- dos Testamentos — Lorvão, 150,151.
- Parochiale suevo, 154.
- Fundação Calouste Gulbenkian*, 196.
- G
- Gabinete da Area de Sines*, 171.
- Gens*
- Acilia, 12.

Aelia, 12.
 Aemilia, 12.
 Annia, 8, 9, 12.
 Calpurnia, 12.
 Licinia, 12.
 Manlia, 12.
 Vibia, 12.
Gladiadores — Combates em Balsa, 9.
Governo Francês, 196.
Grafito grego em texto de um vaso XAX, 132.
Gravuras rupestres, 188, 192, 195-196, 201-202, 206.
Grupo de Arqueologia e Espiteologia de Pombal, 171.
 ---- *Cultural e Recreativo de Garvão*, 45.
 ---- *de Defesa e Divulgação do Património Cultural de Freixo de Numão*, 179.
 ---- *para a Defesa do Património Arqueológico e Cultural do Ferro*, 182.
 ---- *de Estudos do Património Arcoense*, 181.
 ----- *Promoção de Montargil*, 177.
 ----- *Trabalhos de Arqueologia do Gabinete da Area de Sines*, 171.
Grutas
 Eneolíticas, 203; Neolíticas, 189;
 Pré-históricas, 171, 181.

H

Hidráulica romana — Guadiana, 172.

I

Indústria de fiação e tecelagem — Idade do Ferro, 135.
Inscrições
 Idade do Bronze e do Ferro, 178.

Lusitanas, 192.
 Romanas — Localização
 Idanha-a-Nova, 192.
 ----- Tipo
 Dedicatórias, 8-17, 153.
 Funerárias, 31, 37-41, 182.
 Honoríficas, 29, 31, 40.
 Votivas, 31, 184.

Inscrições — Escrita
 Decifradas, 176; Indecifradas, 203.
Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 192.
 ----- *Epigrafia e de Antiguidades Gregas e Romanas da Universidade dos Estudos de Roma*, 223.
 ----- *História Antiga da Universidade de Oviedo*, 220.
 ---- *Português do Património Cultural*, 184, 196, 205.
Instrumentos e ferramentas
 Algaravizes, 168.
 Butil, 91.
 Cinzel, 91.
 Moldes, 168.
Inventários arqueológicos — Castelo de Vide, 200-201; Boticas, 196; Vila Verde, 185.
 ---- *epigráficos* — Idanha-a-Nova, 192.
Itinerário de Antonino, 24, 55, 57,, 64.

L

Ligas metalúrgicas—Época romana, 159-168.

M

Marcas
 De ânforas
 Mena, 130, 131.
 Protemus, 130, 131.

- De sigilata
 Cnaeus Ateius, 117.
 Lapillus, 120,122.
 Severus, 120,122.
 Xanthus, 117,118.
- De tegulae
 MAKR, 176.
- Marina de Tróia* — Protecção da zona arqueológica, 189, 190.
- Marcos miliários*, 28, 29, 31, 32, 55-67, 178-180, 201.
- Materiais*
 Ambar, 89, 90, 95.
 Antimonio, 164, 167.
 Argila, 93, 109.
 Bário, 165.
 Bronze, 91, 95, 97-101, 113, 164, 166, 167, 180, 193, 201, 221, 225.
 Carvão de madeira, 166.
 Chumbo, 106, 107, 109, 164-167.
 Cobre, 89, 91, 100, 109, 164-168, 180, 184.
 Estanho, 89, 91, 164-167.
 Ferro, 91,166, 201.
 Galena, 109.
 Halex, 125.
 Latão, 166, 167.
 Madeira, 166.
 Mármore, 80.
 Osso, 184.
 Ouro, 91, 193, 194, 197, 201.
 Prata, 91, 164, 167, 180, 201.
 Resina, 89, 90.
 Vidro, 95.
 Zinco, 164-167.
 Zircónio, 165.
- Menhir* — Marvão, 186.
- Metalurgia romana* — Cadinhos, 161-168.
- Minas*, 91, 187, 197.
- Mobiliário romano* — Aplicações de bronze, 100.
- Monumentos romanos* — Braga, 173; Lisboa, 188.
- Mosaico do Oceano* — Ossónoba, 12, 13, 16.
- Mosteiro de Lorvão*, 143, 145-158.
- Museus*
 Abade de Baçal, 185.
 Arqueológico de Belém, 27.
 ----- Braga, 27
 ----- Bragança, 27.
 ----- Chaves, 27.
 ----- Guimarães, 27.
 ----- Porto, 27.
 Biscainhos — Braga, 193.
 Condes de Castro Guimarães — Cascais, 203.
 D. Diogo de Sousa — Braga, 193.
 Etnográfico e Arqueológico Dr. Joaquim Manso — Nazaré, 87, 89.
 Faro, 8, 9, 13.
 Flaviense de Chaves, 175, 178.
 Lamego, 190.
 Machado de Castro — Coimbra, 156.
 Mini-Museu Arqueológico do Grupo para a Defesa do Património Arqueológico e Cultural do Ferro, 182.
 Miranda do Douro, 27.
 Monográfico de Conimbriga, 12, 89, 161, 168, 175, 177.
 Municipal de Alenquer, 97, 99.
 Nacional de Arqueologia e Etnologia, 153, 185, 187.
 Póvoa de Varzim, 27.
 Regional de Beja, 72, 85.
 Sociedade Martins Sarmento — Guimarães, 200.
 Tarragona, 86.
 Vila Flor, 27.
- N
- Necrópoles*
 Arnoaldi, 93.
 Cancelo, 186. .

Carcamije, 182.
 Herdade dos Casos, 173.
 Nossa Senhora de Ares, 64.
 Paredes, 97, 99, 100, 108.
 S. André — Montargil, 177.
 S. Miguel de Odrinhas, 183.
 Vale do Boto, 184.

O

Objectos de uso
 Braceletes, 91.
 Tinteiro, 103-110.
Onomástico de Trás-os-Montes na época romana — Nomes predominantes, 33-34.
Ordens religiosas — Beneditinos, 147-149; Agostinianos, 148; Jerónimos, 149.

P

Parque Arqueológico de Ourique, 204.
Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos, 191.
Povos — Alamanos, 62; Allauonenses, 222; Aquiflavienses, 31; Astures, 23; Ávaros, 224; Cántabros, 226; Fenícios, 91; Francos, 62; Galaicos (Callaeci ou Callaeci Bracari), 23, 43, 44, 51, 52; Lapíteas, 215; Lombardos, 147; Madequisenses, 26, 49; Mouros, 151, 152, 157; Romanos, 209-211; 217, 225; Sallvienses, 222; Sosinestani, 222; Suevos, 146, 213; Turodix, 31; Vagorinicensens, 175; Yascóes, 222; Zoelae, 23, 30, 31, 38, 39.
Preservação do património arqueológico, 198, 206.
Produtos agrícolas — Azeitonas, 125; Uvas, 156.

Profissões — Pintor, 151.
Projectos arqueológicos — Sul do Tejo, 204.

Q

Química metalúrgica — Época romana, 159-168.

R

Regras religiosas
 Regula mixta, 148.
 S. Isidoro, 148.
 S. Bento, 147, 148.
 S. Frutuoso, 148.
Religião romana — Costumes e organização, 209-211.
Romanização — Galiza, 211-215.
Ruínas romanas — Valorização e protecção
 Mileu, 187.
 Tróia, 173, 189, 190.

S

Salga do peixe — Época romana, 198.
Secretaria de Estado da Cultura, 191.
Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular, Guimarães, 1979, 21.
 -----, 3, *Guimarães*, 188.
Sevir ato, 9.
Sigilatas
 Clara, 121-122.
 Hispânica, 120-121.
 Itálica, 116-118.
 Late Roman C, 123.

- Paredes Finas, 123-124.
 Sudgática, 119.
Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 176.
 ---- *Martins Sarmento* — Guimarães, 188.
Sodalitium Bracarorum — Pax Ili-
 lia, 72, 73, 75-77, 79, 82, 84, 85.
 ---- *urbanorum* — Braga, 76.

T

- Tábua de bronze* — Contrebia Be-
 laisca, 221-223.
Termas
 Braga, 173.
 Freixo, 174, 193.
 Monte da Panasqueira, 197.
 Rua da Prata — Lisboa, 199.
 Vila romana do Alto do Cidreira,
 197.
Tesouro monetário — Tábua, 180.
Toponímia arqueológica, 202.
Tribos
 Galéria, 10, 11, 15.
 Quirina, 8, 16.

U

- Unidade de Arqueologia de Centro
 de História da Universidade de
 Lisboa*, 184.
 -----*da Universidade do Mi-
 nho*, 173, 174, 185, 196.
Universidade de Coimbra, 192.
 -----*Évora*, 177.
 -----*Lisboa*, 184.
 ---- *do Minho*, 173, 174, 184, 185,
 196.
 ---- *de Pau*, 218.

Y

- Vestígios castrejos*, 201.
 ---- *neolíticos*, 185.
 ---- *paleolíticos*, 194, 206.
 ---- *pré-históricos*, 171-172.
 ---- *romanos*, 171, 174-176, 178,
 180, 181, 183, 194, 197, 198,
 200, 201, 203.
Vias romanas, 62, 63, 178-180.
Vidros
 Conta, 136.
 Tesselas, 16.

Índices elaborados por

JOAQUIM TOMÁS MIGUEL PEREIRA

(Página deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE GERAL

| | |
|---|-----|
| JOSÉ D'ENCARNAÇÃO — <i>Reflexões sobre a epigrafia romana de Ossonoba</i> | 5 |
| P. LE ROUX, A. TRANOY — <i>U épigraphie du nord du Portugal: bilan et perspectives</i> | 19 |
| ROSA VARELA GOMES, MÁRIO VARELA GOMES — <i>Uma esteia epigrafada da Herdade dos Franciscos (Garvão)</i> | 43 |
| PIERRE SILLIÈRES — <i>Deux nouvelles bornes de la voie Ebora-Pax Iulia</i> | 55 |
| J. C. EDMONDSON — <i>Mithras at Pax Iulia — a re-examination</i> | 69 |
| SÁLETE DA PONTE — <i>Fibulas do museu etnográfico e arqueológico Dr. Joaquim Manso (Nazaré)</i> | 87 |
| JOÃO JOSÉ FERNANDES GOMES, SÁLETE DA PONTE — <i>Três bronzes romanos da região de Alenquer</i> | 97 |
| ANTÓNIO JOSÉ FERREIRA QUINTEIRA — <i>Duas peças de vidro verde achadas em Conimbriga</i> | 103 |
| A. M. DIAS DIOGO — <i>O material romano da 2.^a campanha de escavações na Alcáçova de Santarém (1979)</i> | 111 |
| NELSON CORREIA BORGES — <i>Lucêncio, Bispo de Conimbriga e as origens do mosteiro de Lorvão</i> | 143 |
| JOÃO M. PEIXOTO CABRAL, M. FÁTIMA D. ARAÚJO, ADÍLIA M. ALARCÃO — <i>Análise química não-destrutiva de dois cadinhos achados em Conimbriga</i> | 159 |
| Noticiário Arqueológico, 1982 | 169 |
| Recensões Bibliográficas..... | 207 |
| Index Nominum..... | 229 |
| Index Rerum..... | 245 |

Composto e impresso na Gráfica de Coimbra

Bairro de S. José, 2 — Coimbra

Abril de 1984 — 750 ex.

Depósito legal n.º 2892/84

CONIMBRIGA

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (PORTUGAL)

PUBLICAÇÃO ANUAL

COLABORAÇÃO SOLICITADA

PEDIDOS À LIVRARIA DISTRIBUIDORA:
Casa do Castelo, Editora—Rúa da Sofia, 47-49
3000 Coimbra — Portugal

*Solicitamos permuta. On prie de bien vouloir établir Véchange,
Sollicitiamo scambio. We would like exchange. Tauschverkerhr erwünscht.*

